

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais (PUC-SP, UNESP E
UNICAMP)

Roberto Moll Neto

Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992)

São Paulo

2015

Roberto Moll Neto

Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais (PUC-SP, UNESP E UNICAMP) como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais.

Área de concentração: Instituições, processos e atores.

Linha de pesquisa: Relações exteriores dos Estados Unidos.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe.

São Paulo

2015

M726 Moll Neto, Roberto.
Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992) / Roberto Moll Neto. – São Paulo, 2015.
275 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.

Orientador: Luis Fernando Ayerbe.

1. Relações internacionais e cultura. 2. Estados Unidos – Relações exteriores – Nicarágua – Séc. XX. 3. Estados Unidos – Relações exteriores – El Salvador – Séc. XX. 4. Comunicação – Aspectos políticos – Estados Unidos. 5. Hegemonia – Estados Unidos. 6. Commentary Magazine. 7. The New Republic. I. Autor. II. Título.

CDD 327.730728

Roberto Moll Neto

Imaginando o "outro" e a nação nas relações internacionais: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 – 1992)

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais (PUC-SP, UNESP E UNICAMP) como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais.

Área de concentração: Instituições, processos e atores.

Linha de pesquisa: Relações exteriores dos Estados Unidos.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dra. Mary Ann Junqueira (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Marcelo Santos (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Samuel Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Reginaldo Moraes (Universidade Estadual de Campinas)

São Paulo, 15 de maio de 2015.

Agradecimentos

Agradeço ao corpo docente e aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas por ter acolhido esta pesquisa. Em especial, agradeço ao professor doutor Luis Fernando Ayerbe, cujo o trabalho acadêmico admiro desde os tempos da graduação, pela valiosa orientação nestes quatro anos de pesquisa doutoral e pela generosidade e parceria em outros projetos de pesquisa e extensão que desenvolvemos juntos. Agradeço ainda aos professores doutores Reginaldo Nasser e Marco Aurélio Nogueira pelos frutíferos debates, pela amizade e pela generosidade. E, agradeço a Isabela Silvestre pela presteza e competência.

Não poderia esquecer de agradecer aos discentes do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, que enfrentaram a mesma jornada de pesquisa e contribuíram, mesmo que indiretamente, para construção das ideias que embasam este trabalho. Neste sentido, agradeço a Lucas Leite, Fernando Brancoli, Alberto Montoya, Carolina Pedroso, Marília Souza, Tomaz Paoliello, Fernanda Magnotta, Bárbara Motta, Ariana Bazzano e tantos outros. Em especial, agradeço a Márcio Scherma e Hermes Moreira por dividir não só experiências de pesquisa, mas a amizade forjada nos percalços de quem enfrentava horas de aeroporto e/ou rodoviária todas as semanas para estar em São Paulo.

Sou grato todos os pesquisadores que se dedicam a história da América, principalmente dos Estados Unidos da América. Sobretudo, agradeço aos professores doutores Marco Antonio Pamplona e Cecília Azevedo que me orientaram carinhosamente em momentos importantes desta breve trajetória acadêmica de pesquisa sobre os Estados Unidos e América. Também agradeço a professora Mary Ann Junqueira, uma das primeiras pesquisadoras a desbravar o campo da história dos Estados Unidos, pela generosidade. Além disso, sou grato a todos os companheiros que impulsionam pesquisa importantes neste campo como Rodrigo Farias, Tatiana Poggi, Michel Rocha, Bárbara Mitchell, Alexandre Cruz, Erica Monteiro, Pedro Pinheiro e tantos outros.

Agradeço a todos os amigos que fiz no Instituto Federal Fluminense e que compartilharam e contribuíram com esta tese e com as batalhas institucionais que enfrentamos juntos. Neste sentido, agradeço a Alexandre Silva, Adriano Figueira e Cláudio Reis pelos debates sérios e não tão sérios. Agradeço a Gerson Rodrigues,

Fernanda Demier e Fabiana Pinho pela disponibilidade em ajudar sempre. Agradeço a José Ernesto Knust e Fabiana Arruda pelo respaldo e por levarem adiante as ideias e projetos do pequeno núcleo de história na minha ausência. Em especial, agradeço a Alexandre Elias, companheiro em todas as horas e em todas as empreitadas. Além disso, agradeço a todos os discentes do Instituto Federal Fluminense e da Universidade Cândido Mendes, que compartilham ideias, percepções e experiências nas salas de aula, construído, coletivamente, o conhecimento.

Quero agradecer aos meus amigos de longa data Fernando Zanela, Guilherme Peixoto, Carlos Silva, Rafael Damasceno e Yury Novarino e suas respectivas companheiras pela amizade em todas as horas, sobretudo naquelas de desafogo das tensões que envolvem um doutorado.

Por fim, agradeço aos meus pais, minhas avós, meus sogros e ao meu afilhado “Miguelzão” Ferrari pelo apoio familiar. E, sobretudo, sou imensamente grato a Izabel Ferrari pela paciência, pelo amor, pelo companheirismo, pela compreensão e também pelo conhecimento, não só durante este duro período, mas em todos os anos que estamos juntos.

Resumo

Esta tese tem como objetivo investigar como as narrativas discursivas acerca das relações internacionais caracterizam o “outro” e estabelecem formas de imaginar a nação como elemento de construção de hegemonia. De modo mais específico, coloca o foco de análise sobre o imaginário acerca da Nicarágua, de El Salvador e dos Estados Unidos nas narrativas discursivas produzidas por intelectuais nos periódicos estadunidenses *Commentary Magazine*, de viés neoconservador, e *The New Republic*, de tendência neoliberal, durante o período conhecido como Crise da América Central entre 1977 e 1992. A hipótese principal que norteia esta pesquisa é a de que essas narrativas discursivas conformam formas negativas de imaginar a América Central e o centro americano e, em paralelo, formas positivas de imaginar os Estados Unidos e os estadunidenses que justificam políticas intervencionistas na região. Portanto, funcionam como elemento de construção de hegemonia sobre diferentes estratégias intervencionistas. Para fazer esta análise, esta tese adota uma abordagem teórica metodológica calcada nos conceitos de sociedade civil, intelectuais, hegemonia e “comunidade imaginada” e em ferramentas de análise de discurso, situando os atores e as instituições nos processos históricos que se desenvolvem sincronicamente nos Estados Unidos e na América Central.

Palavras-chave: Relações internacionais e cultura. Estados Unidos – Relações exteriores – Nicarágua – Séc. XX.. Estados Unidos – Relações exteriores – El Salvador – Séc. XX.. Comunicação – Aspectos políticos – Estados Unidos. Hegemonia – Estados Unidos. *Commentary Magazine*. *The New Republic*.

Abstract

This thesis aims to investigate how the discursive narratives about international relations characterize the "other" and establish ways of imagining the nation as a means of hegemony construction element. More specifically, the analysis focuses on the imaginary of Nicaragua, El Salvador and the United States in the discursive narratives produced by intellectuals in the US journal Commentary Magazine and The New Republic during the period known as the Crisis in Central America between 1977 and 1992. The main hypothesis guiding this research is that these discursive narratives conform negative ways of imagining Central America and, in parallel, positive ways to imagine the United States to justify interventionist policies in the region. Therefore, act as element that builds hegemony of different interventional strategies. To do this analysis, this thesis adopts a methodological theoretical approach rooted in the concepts of civil society, intellectuals, hegemony and "imagined community" and discursive analysis tools, placing the actors and institutions in the historical processes that develop in United States and Central America.

Keywords: International relations and culture. United States - Foreign relations - Nicaragua - XX century .. United States -. Foreign relations - El Salvador - XX century .. Communication. - Political aspects - United States. Hegemony - United States. Commentary Magazine. The New Republic.

Sumário

1	Introdução	12
2	Fundamentos da pesquisa: o arcabouço conceitual e metodológico e a importância da América Central para os Estados Unidos	17
2.1	As “comunidades imaginadas” e a construção da hegemonia nas páginas dos periódicos	17
2.1.1	A sociedade civil, os intelectuais orgânicos e a hegemonia	17
2.1.2	A nação como “comunidade imaginada” e o “outro”	20
2.1.3	Os periódicos como caixa de ressonância da “comunidade imaginada” e elemento de construção da hegemonia	23
2.2	A metodologia de análise das narrativas discursivas: a linguagem como elemento de construção da hegemonia a partir da representação do imaginário da nação e do “outro”	29
2.3	A importância geohistórica da América Central para os Estados Unidos	34
3	A conformação e a ascensão de neoliberais e neoconservadores como forças políticas	44
3.1	A crise econômica da década de 1970	44
3.2	O neoliberalismo e os neoliberais	46
3.3	O neoconservadorismo e os neoconservadores	51
3.4	A organização de neoliberais e neoconservadores na sociedade civil	60
3.5	A organização dos neoliberais no Partido Democrata	64
3.6	A organização dos neoconservadores no Partido Republicano e na Casa Branca	68
3.7	Neoconservadores e neoliberais na mídia especializada	73
3.7.1	A Commentary Magazine: do liberalismo ao neoconservadorismo	73
3.7.2	The New Republic: do radicalismo ao neoliberalismo	79
4	Crise econômica e polarização política na América Central	87
4.1	A crise de hegemonia na América Central	87
4.2	A Revolução Nicaraguense	90
4.3	A Guerra Civil em El Salvador	102
4.4	O Terrorismo de Estado Guatemalteco	110
5	A política externa dos Estados Unidos e a crise na América Central: embates no Congresso e na Casa Branca	120
5.1	O Governo Carter e a política para a América Central	120

5.1.1 Nicarágua e El Salvador: os embates e as controvérsias na Casa Branca....	122
5.2 O Governo Reagan e a política externa para a América Central	129
5.2.1 A política para Nicarágua: os embates no Congresso e as ações secretas ...	132
5.2.2 A política para El Salvador: todo apoio aos governos moderados.....	143
5.3 O Governo Bush e a política externa para a América Central e Caribe	154
5.3.1 O Governo Bush e o fim da Revolução Nicaraguense	156
5.3.2 O Governo Bush e o fim da Guerra Civil em El Salvador	165
6 A Commentary Magazine imagina a América Central e a Nação.....	169
6.1 O corpus textual	169
6.1.1 Os intelectuais orgânicos na Commentary Magazine	170
6.1.2 O discurso indireto: as vozes amplificadas.....	174
6.2 O imaginário da Commentary Magazine sobre o “outro”	174
6.2.1 A caracterização da América Central e do Centro-Americano.....	174
6.2.1.1 Subdesenvolvidos, tradicionais e autoritários.....	175
6.2.1.2 Atrasados e Violentos.....	177
6.2.1.3 Imorais e Fracassados	178
6.2.2 A caracterização dos “inimigos”: os revolucionários	178
6.2.3 Os revolucionários na Nicarágua	179
6.2.3.1 Traidores	179
6.2.3.2 Subordinados	181
6.2.3.3 Totalitários	182
6.2.3.4 Violentos e Desumanos.....	184
6.2.3.5 Fracassados e Imorais	186
6.2.3.6 Terroristas, Comunistas e Antiestadunidenses.....	187
6.2.4 Os revolucionários em El Salvador	188
6.2.4.1 Terroristas, Violentos, Subordinados e Irracionais.....	189
6.3 A imaginação da nação nas páginas da Commentary Magazine	190
6.3.1 A intervenção e o estadunidense diante do “outro”	190
6.3.1.1 Realistas e Vitoriosos	191
6.3.1.2 Fortes, Modernos e Anticomunistas	192
6.3.1.3 Democráticos e Humanitários	193
6.3.2 A caracterização do “outro” interno: os liberais.....	194
6.3.2.1 Utópicos e Negligentes.....	195
6.3.2.2 Pró-Comunistas e Traidores.....	196

6.3.2.3 Oportunistas	197
6.3.2.4 Fracassados	198
6.3.2.5 Irresponsáveis	199
6.3.3 O Governo Reagan/Bush: espelho da nação imaginada na Commentary Magazine.....	201
6.3.3.1 Anticomunista	201
6.3.3.2 Realistas, Democráticos, Humanitários e Modernos	202
6.3.3.3 Vitoriosos e Libertadores	203
6.4 Os Contra	204
6.5 Conclusões preliminares.....	205
7 A The New Republic imagina a América Central e a Nação.....	208
7.1 O corpus textual	208
7.1.1 Os intelectuais orgânicos na The New Republic	208
7.1.2 O discurso indireto: as vozes amplificadas.....	213
7.2 O imaginário da TNR sobre o “outro”	214
7.2.1 A caracterização da América Central e do Centro-Americano.....	214
7.2.1.1 Dominados, Passivos e Violentos	215
7.2.1.2 Atrasados, Autoritários e Violentos	216
7.2.2 A caracterização dos “inimigos”: os revolucionários	217
7.2.3 Os revolucionários na Nicarágua	217
7.2.3.1 Radicais.....	218
7.2.3.2 Subordinados	219
7.2.3.3 Autoritários	220
7.2.3.4 Violentos e Desumanos.....	223
7.2.3.5 Fracassados, Incompetentes, Imorais e Impopulares	224
7.2.4 Os revolucionários em El Salvador	226
7.2.4.1 Autoritários, Radicais e Violentos	227
7.2.4.2 Subordinados	228
7.2.4.3 Terroristas e Desumanos.....	229
7.3 A imaginação da nação nas páginas da TNR.....	229
7.3.1 A intervenção e o estadunidense diante do “outro”	229
7.3.1.1 Modernos, Moderados e Democráticos.....	232
7.3.1.2 Humanitários, Plurais e Democráticos.....	235
7.3.2 A caracterização do “outro” interno: os liberais anti-intervencionistas	237

7.3.2.1 Incapazes e Fracassados.....	237
7.3.2.2 Oportunistas e Irresponsáveis	238
7.3.3 O Governo Reagan/Bush: ambivalência em relação ao estadunidense da nação imaginada na TNR.....	239
7.3.3.1 A caracterização negativa do Governo Reagan-Bush	240
7.3.3.1.1 Fracassado e Negligente.....	240
7.3.3.1.2 Fracassado e Irresponsável	241
7.3.3.1.3 Antidemocrático e Violento	242
7.3.3.2 A caracterização positiva do Governo Bush-Reagan	244
7.3.3.2.1 Democrático e Moderno	244
7.3.3.2.2 Humanitário e Moderno	245
7.4 Os Contra: elementos estratégicos de pressão	247
7.5 Conclusões preliminares.....	250
8 Conclusões	254
Referencias bibliográficas:.....	263

1 Introdução

Nesta tese buscaremos investigar como as narrativas discursivas acerca das relações internacionais atuam como elemento de construção de hegemonia a partir da caracterização do “outro” e das formas de imaginar a nação. O foco privilegiado será as narrativas discursivas sobre a América Central e os Estados Unidos nas revistas *Commentary Magazine* e *The New Republic* entre 1977 e 1992.

Nesse período, os Estados Unidos passavam por um processo de reconfiguração das forças políticas, no qual intelectuais e políticos com tendências neoconservadoras e neoliberais despontavam como importantes atores nos espaços da sociedade civil e da sociedade política, marcadamente nos centros de pesquisas, nos partidos políticos, nos meios de comunicação, no Congresso e no governo. Em especial, intelectuais com percepções de mundo de viés neoconservador e neoliberal ocuparam gradualmente as revistas *Commentary Magazine* e *The New Republic*, tornando-as caixas de ressonância para suas ideias.

A *Commentary Magazine*, um periódico inicialmente voltado para temas judaicos a partir de uma perspectiva predominantemente liberal, estava consolidando uma transformação que a colocaria como um locus de intelectuais neoconservadores. Enquanto a *The New Republic*, tradicional meio de expressão de liberais progressistas e radicais, estava em um processo de transição que abria as portas para intelectuais neoconservadores e, sobretudo, neoliberais, ainda que abrigasse pensadores com outras percepções de mundo.

Em paralelo, a América Central vivia um momento de crise econômica e política, que culminou na Revolução Nicaraguense e na Guerra Civil Salvadorenha. Esses eventos despertaram o interesse das forças políticas estadunidenses, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Neste contexto internacional, um dos principais pontos de debates, embates e tentativas de estabelecer consensos políticos foi a necessidade e a forma de intervir na crise que acometeu a região a fim de salvaguardar os interesses estadunidenses.

Na Casa Branca e no Congresso, de forma direta e/ou indireta, importantes quadros políticos dos principais partidos preconizaram uma intervenção na América Central. As revistas *Commentary Magazine* e *The New Republic* publicaram dezenas de artigos de opinião sobre a situação na região, propondo, inclusive, diversas formas de envolvimento. É nesse sentido que a escolha das narrativas discursivas

da *Commentary Magazine* e da *The New Republic* como objeto de pesquisa adquire especial relevância, pois ambas estavam entre os principais espaços nos quais intelectuais debateram a necessidade de promover o intervencionismo.

A hipótese principal que norteia nossa investigação é que as narrativas discursivas dessas revistas sobre a crise da América Central caracterizam o “outro” e os Estados Unidos de modo a legitimar e tornar hegemônicas perspectivas favoráveis a algum tipo de intervenção. Em outras palavras, as narrativas discursivas de intelectuais com tendências neoconservadoras e neoliberais nos periódicos *Commentary Magazine* e *The New Republic* preconizaram uma intervenção, supostamente legítima e coerente, com base na caracterização negativa do “outro” – centro americano e revolucionário – e de imagens positivas da nação. Sendo assim, as revistas mencionadas funcionaram como caixas de ressonância do conjunto de ideias de atores com inclinações neoconservadoras e neoliberais, ainda que não exclusivamente, para a construção de consenso sobre medidas de intervenção na América Central.

A tese está estruturada em seis capítulos. No primeiro abordaremos, do ponto de vista teórico, a ideia de que as ações do Estado, mesmo no cenário internacional, são reflexos das relações que se estabelecem na sociedade civil e na sociedade política. Sendo assim, refletem a correlação de forças políticas que atuam nesses campos com o intuito de construir a hegemonia, um processo em que intelectuais e partidos políticos, no sentido gramsciano, concorrem a fim de apresentar e tornar suas percepções de mundo próprias em percepções de mundo amplas, nacionais e internacionais.

Nesse sentido, apresentaremos a ideia de nação como uma “comunidade imaginada”, entendida como peça fundamental na construção do convencimento acerca de uma determinada percepção de mundo que se pretende hegemônica. Isso porque agrega características positivas que estimulam o sentimento de pertença e o engajamento, principalmente em relação ao “outro”. Posteriormente, mostraremos que as organizações da imprensa podem funcionar como partidos políticos, sobretudo ao dar voz aos intelectuais produtores de narrativas discursivas que amplificam visões de mundo e formas de imaginar a nação, em especial quando versam sobre fatos que ocorrem no exterior. Com isso, delimitaremos as estratégias metodológicas para analisar as narrativas discursivas a partir dos estudos sobre narrativas e discursos. Aqui, vale lembrar, que estaremos pesquisando textos em

inglês. Por isso, apresentaremos os trechos na língua original em nota de rodapé assinalada ao fim de cada parágrafo junto à devida referência. Por fim, apontaremos a importância geopolítica histórica da América Central para os Estados Unidos.

Nos três capítulos seguintes, iremos contextualizar as narrativas discursivas que serão objeto da análise. Para isso, no segundo capítulo, trataremos da conformação histórica dos neoconservadores e dos neoliberais e suas respectivas percepções de mundo como forças políticas ascendentes na sociedade civil e na sociedade política estadunidense. Mostraremos que o neoconservadorismo e o neoliberalismo são percepções de mundo que surgiram como resposta à crise econômica que atingiu os Estados Unidos e o mundo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, ainda que suas raízes possam ser traçadas por todo o século XX.

Em comum, essas concepções defendem uma ação mínima do Estado, com a redução dos gastos públicos, o fim das regulamentações à atividade econômica, a alta taxa de juros e os impostos regressivos. No entanto, ainda que partilhem de ideias comuns, apresentam suas propostas de maneira diferente. Enquanto o neoconservadorismo justifica a ação mínima do Estado a partir de um arcabouço moral, o neoliberalismo legitima o estado mínimo a partir de pressupostos racionais e pragmáticos. Além disso, divergem quanto à ampliação dos direitos civis, as liberdades individuais e a condução da política externa. No que tange a este último ponto, ainda em meio à Guerra Fria, o neoconservadorismo inseriu as questões internacionais na lógica bipolar e, conseqüentemente, resgatou a necessidade de estratégias de contenção. Por sua vez, o neoliberalismo parte da reavaliação das relações Norte-Sul, sugerindo, sobretudo, a cooperação multilateral, o livre mercado e o desenvolvimento como respostas para as questões que se desenvolvem no campo internacional, inclusive como meio de conter possíveis avanços da União Soviética.

Como modo de se organizar na sociedade civil, intelectuais orgânicos com tendências neoliberais e neoconservadoras formaram e transformaram centros de pensamento e espaços da mídia, inclusive as revistas *Commentary Magazine* e *The New Republic*, com apoio e financiamento de setores importantes do capital estadunidense. Assim, conseguiram eleger representantes no Congresso e estabelecer certa influência na Casa Branca.

No terceiro capítulo, mudaremos o foco da contextualização para a América Central. Buscaremos explicar a crise política na região - antes dominada pelas

oligarquias em parceria com as forças armadas dos respectivos países - com base na concepção de crise hegemônica. Em seguida, explicitaremos os desdobramentos da crise sobre a Nicarágua, El Salvador e Guatemala.

No tocante à Nicarágua, discutiremos a revolução feita por grupos nacionalistas e marxistas, que se reivindicavam como herdeiros da Revolução Sandinista de 1930. Esses grupos lideraram uma coalizão ampla com setores conservadores e liberais para derrubar Anastasio Somoza Debayle, ditador que, como seu pai, governava o país com apoio dos Estados Unidos na maior parte do tempo. Com a vitória no campo militar, os revolucionários passaram a governar a Nicarágua, mas tiveram que lidar com o prolongamento da crise econômica, dissidências internas e grupos contrainsurgentes. Sobre a situação em El Salvador, explicaremos o processo que levou revolucionários nacionalistas e marxistas a lutar contra grupos paramilitares e governos que representavam elites oligarcas históricas. Esses embates desencadearam uma Guerra Civil prolongada, que deixou milhares de mortos e aprofundou a crise econômica e política. Por último, no âmbito da Guatemala mostraremos como o Estado e grupos paramilitares combateram de modo brutal as tentativas pouco organizadas de revolução, massacrando milhares de civis a fim de assegurar a continuidade das relações sociais tradicionais.

No quarto capítulo iremos contextualizar a relação entre os Estados Unidos e a América Central em tempos de crise e revoluções, nos governos Carter, Reagan e Bush. Para o Governo Carter, momento em que a crise na região ficou evidente, apresentaremos os embates na Casa Branca entre aqueles que queriam intervir na América Central, mesmo que de modo indireto, e aqueles que eram contra qualquer tipo de intervenção armada em nome dos direitos humanos e de estratégias de fortalecimento de atores moderados na região, mesmo entre os revolucionários. Para o Governo Reagan, momento em que as relações ficaram mais tensas, mostraremos os embates no Congresso sobre a forma de intervir, principalmente no que tange às ações secretas, ao apoio às forças contrainsurgentes, ao fortalecimento de possíveis governos moderados e a possíveis planos de paz. Para o Governo Bush, mostraremos os momentos finais da intervenção, ainda com embates no Congresso, e a subsequente estabilização política favorável aos interesses estadunidenses no subcontinente.

Dedicaremos o quinto e o sexto capítulos às análises da *Commentary Magazine* e da *The New Republic*, respectivamente. Em ambos abordaremos o

corpus textual; o lugar de fala dos principais articulistas que escrevem sobre a América Central; e as vozes indiretas amplificadas nas publicações. A partir daí, iniciaremos a abordagem das narrativas discursivas, baseada no arcabouço metodológico de análise da narrativa e do discurso que será explicitado no primeiro capítulo. Neste esforço, apresentaremos a compreensão sobre os momentos das narrativas discursivas que caracterizam a América Central e o “outro” que compõe aquele espaço, os centro-americanos e os revolucionários. Trataremos mais especificamente das narrativas sobre a revolução na Nicarágua e a guerra civil em El Salvador, uma vez que os periódicos analisados negligenciaram quase completamente a realidade da Guatemala. Em seguida, mostraremos as narrativas discursivas que justificam as medidas de intervenção que os Estados Unidos devem adotar para lidar com os problemas do subcontinente.

Por meio desse esforço analítico, mostraremos como as narrativas discursivas: 1) promovem uma determinada forma de imaginar a nação e, por conseguinte, os estadunidenses; 2) avaliam o Governo Reagan-Bush; 3) constroem uma imagem do “outro” interno, os liberais anti-intervencionistas, incluindo o Governo Carter. Mostraremos ainda, a caracterização dos contrainsurgentes como elementos excepcionais da realidade na América Central e, por isso, atores importantes nas medidas de intervenção. Ao final dos dois capítulos estabeleceremos a relação entre as caracterizações dos atores presentes nas narrativas discursivas para demonstrar como as formas de imaginar o “outro” e a nação contribuem para legitimar ou deslegitimar a intervenção.

Na conclusão, faremos um balanço do trabalho seguido de uma comparação entre as formas de imaginar o “outro” e a nação e a consequente construção da hegemonia presentes na *Commentary Magazine* e na *TNR*.

2 Fundamentos da pesquisa: o arcabouço conceitual e metodológico e a importância da América Central para os Estados Unidos

2.1 As “comunidades imaginadas” e a construção da hegemonia nas páginas dos periódicos

2.1.1 A sociedade civil, os intelectuais orgânicos e a hegemonia

Conforme apontamos na Introdução, buscaremos analisar como as narrativas discursivas acerca das relações internacionais atuam como elemento de construção da hegemonia a partir da caracterização do “outro” e das formas de imaginar a nação. Nesta perspectiva, o Estado não pode ser percebido puramente como um agente coercitivo ou ideologicamente enganador, ao mesmo tempo em que também não é o sujeito que paira acima da sociedade. Dessa forma, o Estado é visto como o reflexo da correlação de forças presente na sociedade civil.

A sociedade civil é entendida aqui como o “Estado Ampliado”, o teatro de toda história, como proposto por Antonio Gramsci (GRAMSCI, 1989). Ou seja, ela engloba as instituições econômicas (como o mercado, as fábricas e as empresas), as instituições estatais (como a polícia, o exército e os tribunais) e os partidos políticos¹ (como as escolas, os sindicatos, as sociedades de fomento, as Igrejas e as outras instituições intermediárias) com a finalidade de gerar convencimento. Em outras palavras, a sociedade civil é o espaço onde as organizações espontâneas ou voluntárias surgem e onde suas relações ideológicas e culturais se desenvolvem. É o espaço no qual os indivíduos se organizam e empreendem a ação política de forma consciente (GRAMSCI, 1989).

Na sociedade civil, as percepções de mundo têm um papel fundamental, visto que são ideologias resultantes da organização intelectual da cultura, caracterizada como um conjunto de valores e crenças desenvolvidas por cada grupo social, classes ou frações de classes. Gramsci aponta a necessidade de se distinguir as ideologias arbitrárias das ideologias orgânicas: as ideologias arbitrárias apenas

¹ Para Gramsci, os partidos políticos não são somente as organizações que têm uma legenda e disputam eleições. Os partidos surgem quando as classes ou as frações de classes tomam consciência da sua posição econômica e do papel político que podem desenvolver, elaborando, mesmo informalmente, propostas políticas com suas necessidades, demandas e desejos. Sendo assim, portanto, compõe a sociedade civil, em disputas e alianças (GRAMSCI, 1989).

criam movimentos individuais e as ideologias orgânicas devem ser compreendidas como um conjunto de ideias que “formam o terreno no qual os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição” (GRAMSCI, 1989, p.63). Este é o momento em que os sujeitos históricos reconhecem as condições objetivas nas quais estão inseridos, suas necessidades, desejos e demandas, adquirindo condições de transformar a realidade ao conformar vontades coletivas e propostas políticas que guiarão as organizações e suas ações para alcançar os objetivos desejados. Assim sendo, os sujeitos históricos podem modificar as estruturas e são modificados por essas.

Gramsci também destaca que os intelectuais têm um papel fundamental nestes momentos de catarse. De acordo com o autor, todos os homens são intelectuais, pois possuem uma concepção de mundo e são capazes de pensar sobre sua condição, mesmo que implicitamente, na sua ação prática diária. Contudo, os intelectuais que têm uma concepção de mundo acrítica, incoerente, desagregada e arbitrária são homens massa. A personalidade e a intelectualidade desses homens são compostas por concepções prévias, localismos, elementos retrógrados, modernos e progressistas, às vezes de forma incoerente (GRAMSCI, 1982).

O intelectual orgânico é aquele que adquire consciência de si mesmo, como produto do processo histórico e das relações sociais em que está inserido e busca modificar ou perpetuar o conjunto das mesmas. Os intelectuais orgânicos dão homogeneidade e consciência ao grupo social de que fazem parte. Isto só pode acontecer quando são coerentes com os princípios e problemas do grupo social que buscam organizar. Assim, o intelectual orgânico é aquele que organiza e divulga a cultura de um grupo social, com o objetivo de transformá-la em uma percepção de mundo ampla que conforma uma vontade coletiva, a partir das condições objetivas e subjetivas.

Isto se expressa na formação de um bloco histórico, no qual possíveis aliados articulam elementos subjetivos e objetivos partilhados, como condições materiais, ideologia e cultura. Como aponta Gramsci, no bloco histórico, “as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma”. Contudo, essa distinção é somente didática, pois “as forças materiais não seriam historicamente concebidas sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1989, p.63). Novamente, é o intelectual orgânico que deve organizar e divulgar as propostas políticas e as concepções de mundo construídas no bloco histórico e

expressas nos partidos políticos, a fim de torná-los nacionais.

Neste processo, Gramsci chama de hegemonia o momento em que uma visão de mundo de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, através do convencimento e por meio da utilização mínima da violência, mas sem prescindir desta. Em outras palavras, é a fase política em que um grupo forma uma percepção de mundo, em lutas e combinações com congêneres concorrentes, que se impõe através do convencimento e da força por toda área social, determinando a unicidade dos fins econômicos, políticos e morais. Assim, “o Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo [pretensamente hegemônico], destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.” (GRAMSCI, 2002, p.41-42). É preciso entender ainda que este convencimento, embora amplo, não é único. Outras visões de mundo, contra-hegemônicas, concorrem para derrubar a hegemonia de um grupo e reconstruí-la (GRAMSCI, 2002).

No plano externo, as relações internacionais seguem as relações sociais fundamentais. Como aponta Gramsci, “toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações (...) no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares”. Com isso, “as relações internacionais reagem passivamente e ativamente sobre as relações políticas” (GRAMSCI, 2002, p.20). As “relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas” (GRAMSCI, 2002, p.42). Por isso, “uma ideologia, nascida num país desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (GRAMSCI, 2002, p.42).

Robert Cox, um dos principais teóricos que desenvolvem a análise gramsciana das Relações Internacionais, entende que a classe ou fração de classe que constrói

a hegemonia dentro de um Estado pode, dependendo das condições materiais, de forma consensual e violenta, exercer a hegemonia em uma ordem mundial. A hegemonia no plano internacional é uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante e um complexo de relações sociais internacionais que une as classes de diversos países. Ou seja, uma determinada classe ou fração de classe de um Estado se associa a outras congêneres, formando um “bloco histórico internacional” e busca transformar sua visão de mundo nacional em uma visão de mundo universal. Isto é possível quando o Estado é capaz de incluir aspirações e interesses que se conectam e fazem sentido para classes e frações de classe em outros Estados.

O Estado hegemônico, como expressão da correlação de forças, dirige o Sistema Internacional apresentando o projeto político do “bloco histórico internacional” como universal e utilizando a violência física e simbólica de forma limitada, somente quando necessário. As instituições econômicas, as formas de produzir, a cultura, a visão de mundo, o projeto político e a organização social do hegemônico tornam-se modelos a serem imitados no exterior (GILL, 2007; COX, 2007). Isso acontece principalmente em países menos desenvolvidos de fora do “bloco histórico internacional” através de uma “revolução passiva”, isto é, de uma tentativa de modernização, que adota de forma mimética as estruturas políticas e econômicas do núcleo hegemônico, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento.

2.1.2 A nação como “comunidade imaginada” e o “outro”

O imaginário da nação é imprescindível nas disputas que se estabelecem na sociedade civil para a construção da hegemonia, pois é nele que as concepções de mundo e o projeto nacional se articulam. Como observa Benedict Anderson (1983), as nações são “comunidades imaginadas”, pois os membros não se conhecem pessoalmente, mas mesmo assim nutrem e dividem o mesmo sentimento de comunhão nacional. Nas palavras de Anderson, a nação é uma “comunidade imaginada porque mesmo os membros das menores nações nunca irão conhecer a maioria dos seus companheiros, encontrá-los, ou mesmo ouvi-los, ainda que nas mentes de cada um exista a imagem da comunhão deles” (ANDERSON, 1983, p.6).

Para o cientista político inglês Anthony Smith, as nações são construções de longo prazo, nem sempre com início na modernidade, e constantemente

reconstruídas e ressignificadas. Smith sugere que as nações modernas ampliaram estruturas e conceitos antigos que foram universalizados na modernidade, como as ideias de “terra prometida”, “passado dourado” e “povo escolhido”.

A ideia de “terra prometida” é associada à nação de duas formas: quando uma comunidade considera a terra um lugar de culto sagrado, um exílio espiritual; ou quando um povo, que precisa se libertar dos opressores externos, escolhe seguir para uma terra assumida como prometida a fim de formar uma comunidade ideal. A ideia de “passado dourado” estimula nos componentes da nação a recuperação de um status passado, mítico e ideal, enfatizando a trajetória heroica dos cidadãos, realçando os grandes feitos, relembrando as virtudes que os descendentes carregam no sangue e justificando o sacrifício em nome de um destino designado desde tempos imemoriais. A ideia de “povo escolhido” é essencialmente um conceito religioso que atribui a um povo a missão de defender os valores morais e de realizar seu destino na terra (SMITH, 1999).

A era das nações emergiu na modernidade através de práticas culturais e administrativas dos estados modernos, como a definição de fronteiras, a promoção da alfabetização e de uma gramática vernácula comum. O processo de instalação do Estado moderno desenhou fronteiras que unem e separaram os homens. No imaginário, as fronteiras delineiam a separação entre o espaço onde reina o racional, o ordeiro, o bom e o civilizado do espaço onde impera a irracionalidade, o caos, o mal e a selvageria.

Como lembra David Campbell, o discurso do medo da morte que disciplina a vida das pessoas através da promessa de salvação, típico da comunidade religiosa, foi rearticulado no Estado. Dessa forma, o medo da anarquia, que pode levar à morte do Estado e do indivíduo, estimula o sentido de fidelidade e pertencimento através da promessa de segurança e, conseqüentemente, de salvação (CAMPBELL, 1992). Esses elementos só podem ser construídos diante do “outro”. É o elemento estranho e externo que reafirma o destino comum de ser livre e livrar o mundo da opressão e que, por fim, estimula o povo a se engajar no “caminho sagrado” obedecendo às “leis divinas” a fim de evitar que a missão não seja cumprida e que a nação seja derrotada. Esta relação de alteridade, estabelecida nas relações internacionais, é um artefato de construção da ideia de nação.

Para Smith, o nacionalismo é o que dá sentido às nações. É um movimento idealizado para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de uma

população, considerada por alguns dos seus membros como uma real ou potencial “nação”. Os nacionalismos combinam aspectos étnicos e cívicos, não obstante, um ou outro tenha maior preponderância em determinados contextos históricos e geográficos. O nacionalismo étnico é calcado sobre a ideia de que os indivíduos de uma nação dividem uma cultura e uma história única e exclusiva, diferente dos grupos externos, estando assim ligados por laços de solidariedade que lembram laços familiares. O nacionalismo cívico, por outro lado, define a nação como um grupo de indivíduos que escolhe pertencer racionalmente a uma comunidade com um território definido e compacto, que marca a diferença do “outro” exterior através da lei, dos direitos e de uma cultura pública de massas. Assim, o nacionalismo é ao mesmo tempo uma construção subjetiva e uma categoria normativa que define quem pertence a uma determinada sociedade e as obrigações que estes têm que cumprir (SMITH, 1999).

O nacionalismo garante aos homens o direito de participar dos embates na sociedade civil como fonte de legitimidade política. Mas, ao mesmo tempo, legitima a indiferença e a discriminação utilizadas para marcar aqueles que não tem lugar no Estado e na Nação. Dessa forma, o nacionalismo foi largamente empregado para legitimar ou deslegitimar projetos políticos nacionais; para excluir dissidências políticas, culturais e étnicas; e, sobretudo, para dar sustentação ou derrubar as estratégias de dominação do “outro” exterior. Como lembra o indiano Gopal Balakrishnan, o sacrifício pela nação é impossível sem a possibilidade do sacrifício, que não se faz no amor inclusivo, mas na luta. É nela que a nação se afirma como “comunidade imaginada”. E como as lutas não se fazem sem inimigos, a imaginação nacional é inevitavelmente decorrente da relação conflituosa com o outro (BALAKRISHNAN, 2000).

Diante do exterior, as narrativas discursivas frequentemente operam através do “paradigma da soberania”, que funciona através da dicotomia soberania/anarquia e reforça dicotomias como bem/mal, nativo/estrangeiro, eu/outro, racional/irracional, razão/emoção, estabilidade/anarquia, herói/vilão e outros mais, onde o primeiro elemento é positivo ideal e o segundo elemento é negativo ameaçador. Entre positivo e negativo, o enquadramento dentro desses elementos possibilita a normalização, a diferenciação e a hierarquização (CAMPBELL, 1992). Quer dizer, a dicotomia é a fronteira verbalizada, que opõe o que é benigno e o que é maligno em vários níveis e é, portanto, fundamental para definição da concepção de nação.

Esta, por sua vez, sustenta um projeto político que busca ser hegemônico e legitima a condução da política externa.

Sendo assim as narrativas acerca das relações internacionais suscitam, quase sempre, o medo em relação ao outro, externo e negativado, e direta ou indiretamente conformam o comprometimento dos homens com o ideal nacional, em compromisso com sua própria vida e com a vida dos seus semelhantes. Neste sentido, a política internacional é um vetor de externalização de valores negativos e do perigo e, ao mesmo tempo, de mobilização da população para evitar e controlar os mesmos. Tal estratégia se volta, inclusive, para dentro das fronteiras. Os grupos que desafiam projetos políticos e percepções de nação correntes são considerados elementos exteriores perigosos ou são associados a estes. De uma forma ou de outra são caracterizados como um vetor de ameaça à existência da nação e dos indivíduos.

2.1.3 Os periódicos como caixa de ressonância da “comunidade imaginada” e elemento de construção da hegemonia

Para construir e disputar a hegemonia, o grupo potencialmente hegemônico tem que incluir algumas necessidades, demandas, interesses, desejos e elementos culturais de classes distintas, dominadas, entretanto, sem macular seus próprios objetivos. Um grupo de homens que queira transformar os objetivos projetados em um projeto amplo precisa elaborar um relato que seja aceito pela coletividade com respostas aos interesses objetivos e subjetivos de outros grupos. Para tanto é preciso que a narrativa apresente as origens comuns da comunidade, um destino coletivo e uma interpretação do presente em função do passado reconstituído e do futuro projetado. Como aponta Gramsci, este é um processo de difusão e de substituição do velho pelo novo. Os intelectuais orgânicos e as organizações que o acompanham substituem ou transformam as velhas concepções de mundo de intelectuais tradicionais, que não conseguem pensar as mudanças nas relações sociais (GRAMSCI, 1982).

Neste sentido, de acordo com o filósofo italiano, os periódicos jornalísticos não pretendem apenas satisfazer o público, mas buscam suscitar necessidades e desenvolver consenso. Os periódicos, controlados por grupos com interesses objetivos e subjetivos mais ou menos homogêneos, são os alicerces para construir e

difundir um “edifício cultural completo” a fim de compreender e modificar a opinião média da sociedade com críticas, soluções e “novos lugares comuns” pertencentes às ideologias. Neste processo de construção da hegemonia, através dos meios de comunicação, a repetição “é um meio didático para alcançar a mentalidade popular” e criar novos intelectuais orgânicos, que replicam as visões de mundo, alcançando, inclusive, aqueles que não possuem essas publicações periódicas. A repetição – em caráter diário, semanal, quinzenal, mensal, semestral ou em qualquer periodicidade – não é mecânica, mas adaptada às tradições e às narrativas conjunturais cotidianas (GRAMSCI, 2000).

Como aponta Anderson, nos jornais os homens reconhecem imagens comuns e narrativas coletivas em que diversos relatos, em diferentes partes do globo, formam uma espécie de romance real, que inclui suas próprias realidades. Dessa forma, o leitor se vê como parte de uma “comunidade imaginada” através da linguagem com um espaço circunscrito e sujeitos nunca vistos, aonde se desenrolam os enredos e as narrativas, que guiam parte de suas vidas.

Neste sentido, a analogia entre as narrativas jornalísticas, o exterior e a vida do leitor se estabelece de duas maneiras distintas. Primeiro ocorre através da lógica novelesca diária do jornal, reforçada pelo calendário. Quando os leitores recebem as narrativas discursivas sobre a vida de outros homens durante um curtíssimo período, que cessa com o fim da notícia, ficam a imaginar a vida daqueles mesmos homens, que vivem no mesmo território ou se distinguem justamente por viverem em territórios diferentes. Isto instiga a percepção de que existem outros homens que vivem simultaneamente a mesma realidade temporal, formando uma “comunidade imaginada”. A segunda maneira ocorre enquanto o leitor lê o jornal e percebe que outros homens, em qualquer parte do planeta, podem estar a ler as mesmas notícias. Dessa forma, o mundo imaginável se torna visível, aparente. Assim, imprensa capitalista através da linguagem catalisou novas formas de estabelecer laços fraternais, as “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983).

A mídia de massas, sobretudo em sua versão jornalística impressa, é, talvez, o principal vetor de construção da hegemonia e das formas de imaginar a nação porque funciona como caixa de ressonância das ideologias e projetos políticos de grupos sociais distintos, com um alcance mundial através de poder simbólico, interiorização e transformação de *habitus* e violência simbólica. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, as relações de comunicação são mecanismos de poder

simbólico, que servem à construção, à reprodução e à manutenção de uma dada ordem social. Neste sentido, os intelectuais orgânicos que desenvolvem estratégias para transformar concepções de mundo específicas em concepções de mundo ampla, sobretudo através dos periódicos, precisam dispor de capital material e de capital simbólico, que é o poder calcado no reconhecimento e na consagração adquiridos em disputas anteriores. Portanto, os capitais material e simbólico são resultados estruturais das relações sociais, mas são elementos estruturantes da dominação. Os periódicos, através dos periodistas – que constituem um tipo específico de intelectual orgânico –, disputam o poder de produzir consenso. Neste processo de dominação e construção da hegemonia, o intelectual compreende a vida objetiva e subjetiva para construir uma vontade coletiva. Em outras palavras, compreende e transforma aquilo que Bourdieu chama de *habitus* dos grupos, classes e frações de classe que compõe a sociedade civil.

Por um lado, os *habitus* são estruturas estruturadas. Ou seja, disposições duráveis e intersubjetivas, que são estabelecidas, interiorizadas e transmitidas através das gerações e nortearam as percepções e as ações dos grupos e classes sociais. Embora sejam intersubjetivos, os *habitus* tem intrínseca relação com o material, objetivo, uma vez que está sujeito a mudanças e atualizações derivadas das ações, das dinâmicas sociais e das experiências novas (BOURDIEU, 1996). Por outro lado, os *habitus* são estruturas estruturantes porque são difundidos e facilitam a interiorização das percepções de mundo e as adequam às ações do agente. A interiorização das normas, valores e princípios assegura a relação coerente entre as ações dos sujeitos e a realidade objetiva como um todo. Dessa forma, a reprodução da ordem não se estabelece somente nos aparelhos coercitivos dos Estados ou nas ideologias oficiais, mas em níveis mais profundos (BOURDIEU, 1983).

Contudo, como exposto, o processo de construção da hegemonia não contempla somente o convencimento, mas também a coerção, ainda que mínima. Esta coerção, em geral, não é somente física, visto que também se manifesta por meio da violência simbólica, sutil. O que Bourdieu chama de violência simbólica é a fabricação contínua de crenças, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões dominantes, um determinado *habitus*. A violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1990).

De acordo com Noam Chomsky e Edward S. Herman, poucos grupos sociais poderosos controlam e financiam a mídia – através das propagandas publicitárias,

empréstimos, aquisições, fusões e ações – para propagandear e inculcar visões de mundo que carregam princípios, valores e crenças, a fim de concretizar suas agendas e realizar seus interesses. Não se trata de uma conspiração, mas de uma análise da mídia como empresas de um livre mercado, mais ou menos monopolizado e guiado por líderes corporativos e governantes, que tem objetivos parecidos e dividem visões de mundo semelhantes. Para sobreviver à concorrência, as empresas de comunicação buscaram investimentos e capitais a partir da oferta de ações no mercado financeiro, de empréstimos com bancos, de fusões, e de patrocínios de empresas e organizações governamentais e não governamentais. Os meios de comunicação de massa precisam retratar o mundo como ele é. Entretanto, a interpretação do mundo reflete os interesses e objetivos dos anunciantes, dos compradores e das instituições governamentais e privadas patrocinantes. Os dissidentes são marginalizados. As grandes corporações jornalísticas são grandes negócios. As notícias nacionais e internacionais são escolhidas e enquadradas na perspectiva ideológica dos patrocinadores e proprietários (CHOMSKY; HERMAN, 2010).

Mesmo com várias desregulamentações e relações intrínsecas, as empresas de comunicação, sobretudo as grandes corporações midiáticas, dependem dos governos para conseguir políticas fiscais vantajosas, taxas de juros baixas, políticas trabalhistas flexíveis, leis antitrustes favoráveis, e apoio diplomático para atuar em outros países, através de subsidiárias ou de repórteres. Mais do que isso, os meios de comunicação de massas precisam dos governos e das corporações para fornecer matérias-primas baratas para as produções jornalísticas porque, supostamente, são fontes oficiais e objetivas. Obter, diretamente, informações deste tipo reduz os custos da investigação jornalística. Por sua vez, para os governos e corporações, ser fonte acessível de informações permite tentar estabelecer e enquadrar determinadas agendas políticas. Este processo ocorre de forma direta e indireta, através de agências, porta vozes e financiamentos de intelectuais e centros de pesquisa. que atuam de forma, aparentemente, isenta. Consequentemente, os governos e as corporações podem constranger os meios de comunicação ao impor dificuldades burocráticas, cortar o fluxo de informação, retirar anúncios, municiar os concorrentes com informações privilegiadas e disparar críticas através de instituições especializadas em monitorar e estudar a mídia, como a *Accuracy in Media* (AIM) (CHOMSKY; HERMAN, 2010).

Dessa maneira, as notícias são resultado da combinação da pressão econômica dos investidores e das intenções das fontes, sobretudo das ditas oficiais, que controlam o acesso à informação. Nesse sentido, na maioria das vezes, os jornalistas das grandes corporações jornalísticas amplificam as palavras e as pautas dos políticos e empresários. Para isso, “calibram” as notícias de acordo com a esfera de poder oficial, que é conflituosa. Neste processo de calibragem, implícito e contínuo, os jornalistas colocam o foco sobre as questões políticas mais importantes; avaliam o poder dos grupos que se organizam contra ou a favor da posição dominante; e observam as ações que podem provocar possíveis mudanças políticas. Isto cria um sistema que define o que será notícia, qual a importância da notícia, quanto tempo a notícia é notícia e quem tem voz na notícia (BENNET, 2007).

Entretanto, este processo de controle da mídia impressa não é total e uniforme. Chomsky e Herman lembram que a mídia não é monolítica e não é totalitária. Os grupos que dominam meios de comunicação têm interesses sistêmicos comuns, mas podem divergir, e frequentemente divergem, sobre as estratégias para alcançar os mesmos. Sendo assim, as controvérsias entre agentes da mídia são comuns, mas as premissas sistêmicas fundamentais nunca são colocadas em questão. As grandes corporações midiáticas permitem os debates, as críticas e o dissenso, desde que permaneçam dentro dos princípios e pressuposições do sistema, que reflete os interesses das elites (CHOMSKY; HERMAN, 2010).

A relação entre a mídia, as corporações de outros setores, os governos e os jornalistas nem sempre é tranquila. Há diferenças de opinião entre os atores. Em alguns momentos, a mídia de massas abandona a calibragem e a filtragem calcada nas fontes oficiais e abre espaço para versões e eventos que ameaçam o sistema, sobretudo quando surgem escândalos, realinhamentos eleitorais, catástrofes ou a construção de uma oposição que desafia os grupos no poder. Nestes momentos, se interessar, a mídia pode tomar uma posição mais ativa e organizar novos processos de convencimento. Para isso, as grandes corporações da mídia jornalística de massa monitoram e noticiam a formação de forças políticas; definem vencedores e perdedores; transmitem as histórias de forma rápida, sem dar tempo para interferência dos agentes poderosos; investigam informações confidenciais, que vazam por fontes anônimas; e/ou adotam contra pautas de fontes extraoficiais (BENNET, 2007).

Para Klarevas, a mídia jornalística fornece matéria prima para os formuladores da política e serve como fórum de debate de políticas alternativas. Segundo o autor, as pesquisas do Pew Center mostram que, dentre os estadunidenses, 75% assistem os noticiários pela televisão e 63% leem jornais regularmente. Paradoxalmente, a mídia jornalística mede e transmite a este público a, suposta, opinião pública. Faz isso, com pesquisas de opinião próprias ou encomendadas; notícias que trazem as vozes de especialistas ou homens comuns; e cartas de opinião dos leitores, escolhidas para publicação. Dessa forma, a mídia jornalística familiariza o público com as preferências políticas de um grupo de atores selecionados, mais ou menos heterogêneo, e as apresenta como vontade geral. Ao mesmo tempo, ao fazer isso, a mídia jornalística fornece aos políticos, como matéria-prima, as opiniões, demandas, necessidades e visões de mundo do público, ou, ao menos, de parte dele. Conseqüentemente, a opinião pública se reflete nos fóruns de debate, às vezes patrocinado pela própria mídia, que oferecem projetos e alternativas políticas para transformar, ou não, a própria opinião pública (KLAVERAS, 2005).

Contudo, como Chomsky e Herman lembram, as notícias de indivíduos e de grupos dissidentes, independentes e radicais, que não afirmam os interesses e a visão de mundo das corporações e dos governos têm espaço muito limitado, sobretudo, publicações contra-hegemônicas, que desafiam completamente a visão de mundo dos patronos e dos proprietários dos meios de comunicação de massa com críticas às atividades das grandes corporações e dos governos. Estas, sem o apoio dos anunciantes, podem contar apenas com o lucro das vendas e, com um preço de capa mais caro, tendem a desaparecer ou ficar circunscritas a um público fiel e limitado (CHOMSKY; HERMAN, 2010).

A capacidade da mídia jornalística de difundir visões de mundo e projetos políticos para um público amplo também é patente em áreas como a política externa. Paradoxalmente, mesmo nos grandes diários, a política internacional se destaca apenas quando há o envolvimento de setores da sociedade civil estadunidense. Os acontecimentos em locais e situações, que não despertam interesse direto e específico dos estadunidenses são, quase sempre, esquecidos. No entanto, quando os acontecimentos em outros locais do mundo tomam dimensões globais e podem atingir os interesses estadunidenses, mesmo que não haja participação direta, a imprensa precisa noticiar e passar a mensagem que deseja, sem intermediários,

tendo em vista que precisa representar os governos e os patrocinadores na tentativa de construir consensos acerca das estratégias de política externa. Os próprios grupos proprietários das multinacionais de comunicação atuam em outros setores, com significativa participação em negócios internacionais em outros países. E, mesmo os meios de comunicação que não guardam nenhuma relação direta com grandes multinacionais estão sujeitos às sanções através do mercado de propaganda (LOVE, 2003).

A mídia jornalística pode amplificar os debates e, mesmo quando não há consenso, pode abrir ou fechar possibilidades de mudança na política externa, ao enquadrar as questões, definir a agenda e influenciar a opinião pública em nível nacional e internacional. Entre todos os acontecimentos que se desenrolam em centenas de países, os principais temas são aqueles que interessam de alguma maneira à sociedade civil. Neste escopo, os fatos que envolvem o país, os aliados, os inimigos, os vizinhos e, sobretudo, os interesses pretensamente hegemônicos possuem mais chance de virar notícia do que aqueles que acontecem em lugares distantes. Os fatos que interessam e podem ser traduzidos na lógica “mocinhos versus bandidos” ganham proeminência (LOVE, 2003).

2.2 A metodologia de análise das narrativas discursivas: a linguagem como elemento de construção da hegemonia a partir da representação do imaginário da nação e do “outro”

Nos embates pela construção da hegemonia, as linguagens e as narrativas são armas fundamentais nas mãos dos intelectuais orgânicos. Como aponta Gramsci, através da linguagem os intelectuais difundem concepções de mundo articuladas e coerentes com a realidade objetiva e subjetiva (GRAMSCI, 1982). As narrativas construídas através das linguagens estão intimamente ligadas aos traços fundamentais dos fatos reais que relata, longe de deformá-los. A ação real se desenrola numa sequência de começo, meio e fim ou em passado, presente e futuro. A própria vida humana tem um início, com o nascimento, e um fim, com a morte. A vida e as ações humanas não podem ser limitadas ao presente e sempre têm raízes passadas e objetivos futuros. Sendo assim, no presente, os homens coletivamente projetam seus objetivos prospectivamente e retrospectivamente, baseados em fatos reais, ações possíveis e experiências coletivas (CARDOSO,

2005).

Como aponta Ciro Cardoso, o termo “narrativa” “se aplica a uma forma específica de discurso, caracterizado por ser ao mesmo tempo figurativo (ou seja, por comportar personagens que levam a cabo ações) e inscrito em coordenadas espaciais e temporais (predominando na realidade a dimensão temporal)”. A narrativa se caracteriza pela passagem de uma situação à outra por meio da transformação, em que o estado inicial aparece em oposição ao estado final. Segundo Cardoso, tal oposição aparece de três formas distintas e não excludentes entre si: 1) a oposição categorial, que não admite meio termo (verdadeiro/falso); 2) a oposição gradual, que apresenta uma escala de possibilidades com pontos intermediários (fervente/quente/morno/frio/gelado); 3) a oposição privativa, que confronta duas características opostas e exclusivas (vida/morte) (CARDOSO, 1997, p.13-14).

Com base na sociologia literária de Lucien Goldman, Cardoso parte de cinco premissas para a análise das narrativas. Primeiro, a relação entre a vida social e a criação literária se estabelece por meio das percepções de mundo que conformam a consciência do real e o universo imaginário que autor cria. Segundo, estas percepções de mundo não são uma criação dos indivíduos, mas de classes ou frações de classes sociais, de um conjunto de indivíduos que vivem situações, problemas e anseios semelhantes. Portanto, são fenômenos sociais e não individuais. Terceiro, a relação entre a estrutura da consciência de classe e a estrutura do universo imaginário da obra é de homologia estrutural ou funcional. Quarto, as percepções de mundo conferem à narrativa a sua unidade. Quinto, as percepções de mundo transpostas para a narrativa são não conscientes. Por isso, as narrativas não podem ser compreendidas através de estudos limitados às próprias obras ou às intenções conscientes dos escritos, mas por meio de uma pesquisa estrutural sociológica. As intenções conscientes do autor e suas características individuais não são suficientes para compreensão do sentido da narrativa, uma vez que a criação textual é transindividual (CARDOSO, 1997, p.14-15).

A narrativa, como uma forma de discurso, está sujeita à análise crítica do discurso, que compreende a linguagem como parte irredutível da vida e dialeticamente conectada com outras esferas da realidade social (FAIRCLOUGH, 2003). Segundo Fairclough, o discurso é um modo de ação historicamente situado.

Por um lado, as estruturas organizam a produção do discurso nas sociedades. Por outro lado, a ação discursiva age sobre tais estruturas para conservá-las ou transformá-las. Na mesma linha, como apontam Resende e Ramalho, o meio social é o centro organizador da atividade linguística, do discurso. A linguagem é um fragmento que, ao mesmo tempo, refrata e transforma a realidade (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.13-16).

Portanto, as narrativas devem ser entendidas como práticas sociais estruturadas e estruturantes. De acordo com Norman Fairclough, o discurso narrativo é uma representação e uma forma de agir no mundo. Os discursos são moldados e restringidos pelas relações sociais e são socialmente constitutivos, pois constroem e constituem o mundo (FAIRCLOUGH, 2001). Por isso, impulsionam três formas de práticas sociais: modos de ser; modos de representar; e modos de agir (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.60).

Os discursos não representam apenas o mundo concreto, mas também projetam possibilidades e projetos de mudança desta mesma realidade. Com base nos estudos sobre a obra de Fairclough, Resende e Ramalho apontam que o discurso e a hegemonia se relacionam de duas maneiras. Primeiro a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma de prática discursiva a partir da dialética entre discurso e sociedade. Assim, hegemônias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Segundo, o próprio discurso se apresenta como um espaço de hegemonia, uma vez que os grupos que almejam ser hegemônicos dependem, em parte, da capacidade de gerar e disputar práticas discursivas. Então, “a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela sustentação de um status universal para determinadas representações particulares do mundo material, mental e social” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.44; 46). A partir dessas premissas básicas, a análise crítica do discurso propõe a investigação de como o discurso funciona na construção das relações sociais e na estruturação da hegemonia e da contra-hegemonia.

Portanto, como apontam Resende e Ramalho, a linguagem é um espaço de luta hegemônica, uma vez que permite a apreensão das contradições sociais e das lutas pelo poder. Nesse processo, aqueles que emitem o discurso, escolhem determinadas vozes e determinadas estruturas linguísticas, de forma consciente ou inconsciente (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.18). Por isso, uma questão inicial para o estudo dos discursos é a verificação das vozes que não são incluídas e das vozes

que são incluídas através do discurso direto (por meio de citações diretas) e do discurso indireto (através de paráfrases ou resumos).

A representação de outros discursos não é meramente uma questão gramatical, mas um procedimento ideológico que se coloca a valorizar e a desvalorizar vozes de atores em posições distintas na sociedade. Isso pode ocorrer, inclusive, por meio da articulação voltada para afirmar algumas vozes e negar outras, consideradas concorrentes. Desse modo, pode reforçar ou negar vozes hegemônicas e contra-hegemônicas. De acordo com Bakhtin, a linguagem é dialógica e polifônica. Em outras palavras, os discursos sempre respondem aos discursos anteriores e antecipam os discursos posteriores (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.66-68).

Os discursos podem carregar percepções de mundo que conformam identidades, inclusive a identidade do outro e a identidade da nação. Resende e Ramalho observam que o uso da linguagem como um modo de ação historicamente situado e socialmente constituído também pressupõe compreendê-lo como constitutivo de identidades sociais, relações sociais e um sistema de crenças. Tanto as identidades quanto as diferenças são atos de criação linguística. De acordo com as autoras: “as identidades são construídas por meio de classificações mantidas pelo discurso” (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.26; 34). A maneira como os atores sociais e suas atividades são representados e identificados indica posicionamentos ideológicos. Por isso, o modo como os atores são referidos ou julgados pelo que são ou pelo que fazem é útil ao desvelamento das ideologias dos autores de um discurso ou de um texto (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.72).

O significado identificacional pode ser apreendido através das afirmações que definem aquilo que é desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante através de verbos, advérbios, adjetivos e sinais ortográficos, como uma exclamação, em sua relação com os valores positivos ou negativos de uma sociedade, muitas vezes implícito nos textos. Perspectivas parciais também podem ser universalizadas através de metáforas, com a atribuição de características de um elemento estranho para valorizar ou desvalorizar aspectos das ações ou dos personagens.

De acordo com Resende e Ramalho, a Teoria Social do Discurso adota um modelo com três dimensões de análise, ainda que dispersos na mesma: a Prática Social; o Texto; e a Prática Discursiva (Quadro - 1) (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.28).

Quadro 1 - Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

Texto	Prática discursiva	Prática social
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	Ideologia: sentido, pressuposições e metáforas. Hegemonia: orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Fonte: RAMALHO; RESENDE, 2009, p. 29

Além disso, três tipos de análise devem ocorrer junto às análises do discurso: 1) a análise da conjuntura; 2) a análise da prática particular, com ênfase para a relação entre a prática do discurso e o momento particular que está em foco no mesmo; 3) a análise do discurso, orientada para a relação do discurso com outros discursos e para a articulação entre os recursos linguísticos utilizados no texto e as práticas sociais. Na perspectiva da análise crítica do discurso, a prática social consiste em: discursos; atividade material; relações sociais, sobretudo relações de poder e luta hegemônica a fim de estabelecer, manter ou transformar as próprias relações sociais; e fenômenos mentais, principalmente percepções de mundo calcadas em crenças, valores e desejos. Sendo assim, por meio das análises de práticas discursivas historicamente situadas, é possível perceber as tentativas de internalização e a interiorização de relações sociais e ideologias (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.36-39).

O discurso opera a internalização da ideologia de cinco formas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Na legitimação as relações entre dominantes e dominados são apresentadas como legítimas por serem justas e/ou dignas de apoio. Essa legitimação pode estar circunscrita em três estratégias de construção simbólica: na racionalização, fundamentada em preceitos racionais da obediência às regras dadas a *priori*; na universalização, através da apresentação de

representações parciais como gerais; na narrativização, com a utilização da recorrência ao passado para legitimar o presente.

Na dissimulação, as relações de dominação são negadas ou ofuscadas. A dissimulação ocorre por meio do deslocamento, quando há a recontextualização de termos; da eufemização, quando ações, instituições e relações sociais são apresentadas como positivas, sem mencionar contradições e elementos negativos; e do tropo, quando há um uso figurativo da linguagem a fim de apagar as relações conflituosas.

Na unificação, as relações de dominação são sustentadas pela construção de uma unidade. A unificação pode ocorrer através: da padronização, com a adoção de um referencial padrão partilhado; e da simbolização, com construção de símbolos de identidade coletiva.

Na fragmentação, a dominação é sustentada por meio da segmentação de indivíduos e grupos que unidos representariam uma ameaça. A fragmentação ocorre por meio da diferenciação, que enfatiza características que desunem os indivíduos; e do expurgo, em que os grupos que constituem um obstáculo à hegemonia são caracterizados como inimigos que devem ser combatidos.

Na reificação, situações provisórias são apresentadas como permanentes. A reificação ocorre através da naturalização, quando criações sociais são apresentadas como naturais, independente das ações humanas; da eternização, quando fenômenos históricos são apresentados como eternos; e da nominalização e passivação quando possibilitam a substituição dos atores por entidades (RESENDE; RAMALHO, 2009, p.50-52).

2.3 A importância geohistórica da América Central para os Estados Unidos

Desde a sua própria existência como um Estado independente, os Estados Unidos destinam atenção à América. De modo candente, em 1823, diante da consolidação dos processos de independência nesse continente, o presidente estadunidense James Monroe (1817-1825) lançou a Doutrina Monroe, com o intuito de impedir tanto a interferência europeia sobre os assuntos das novas repúblicas americanas quanto qualquer tentativa de recolonização do continente pelas potências europeias organizadas na Santa Aliança. De acordo com essa Doutrina, qualquer afronta às repúblicas americanas seria encarada como uma ameaça aos

Estados Unidos. Para Santamaría, a Doutrina Monroe era, na verdade, uma declaração preventiva que tentou delimitar o Hemisfério Ocidental como uma zona de domínio exclusiva dos Estados Unidos (SANTAMARÍA, 2013, p.64).

Na prática, o oeste e os nativos da América do Norte americanos foram os primeiros alvos da expansão dos Estados Unidos a fim de garantir o controle do hemisfério. Este processo respondeu ao desejo de ampliar áreas de cultivo, de estabelecer portos no Oceano Atlântico e no Oceano Pacífico e, principalmente, explorar e transportar ouro. Em seguida, os estadunidenses legitimaram a anexação e a colonização das terras mexicanas situadas ao sudoeste dos Estados Unidos como um “Destino Manifesto”. O termo, cunhado pela primeira vez pelo jornalista John Louis O’Sullivan na revista *Democratic Review* em 1845, serviu para legitimar a anexação da República do Texas, antes território mexicano, como uma vontade divina. No ano seguinte, o governo estadunidense, sob a liderança de James Polk, comprou parte da Califórnia e do Oregon e estendeu as terras do país aos dois oceanos. No mesmo ano, depois que o governo mexicano recusou duas ofertas por territórios na fronteira, os Estados Unidos declararam guerra ao México. Com a vitória das tropas estadunidenses, os dois países firmaram o Tratado de Guadalupe-Hidalgo (1848), que garantiu aos Estados Unidos as terras que hoje formam os Estados da Califórnia, do Novo México, do Texas e do Arizona.

Nos Estados Unidos do final do século XIX, a industrialização e as mobilizações dos trabalhadores impulsionaram um processo de acumulação de capital calcado na expansão do consumo. Contudo, na prática, os salários reais não cresceram o suficiente para gerar demanda sem colocar em risco a lucratividade. Sendo assim, fez-se necessário expandir a realização da mais valia para a periferia a fim de estabelecer condições de demanda interna, sem colocar em risco a lucratividade. Neste quadro, a América e a Ásia forneceriam grandes quantidades de mão de obra prontas para extrair matérias primas abundantes e valiosas de forma barata. Essa redução de custos permitiria aumentar produção e salários no mercado estadunidense, conseqüentemente estimularia a oferta e a demanda. Além disso, possibilitaria aumentar a demanda da própria periferia por mercadorias e capitais, na medida em que substituiria as relações tradicionais de salário por relações inseridas na lógica capitalista e exigiria reformas estruturais destinadas à construção de infraestrutura extrativista e logística.

A periferia se tornou o mercado ideal para realização do acúmulo de capital,

como fonte de matéria prima e mão de obra barata, e como mercado para produtos manufaturados e capitais. Como aponta Luis Fernando Ayerbe, como resultado, a América Latina se tornou ainda mais dependente de Estados Centrais, como Estados Unidos e Grã-Bretanha (AYERBE, 2002, p.49). Segundo Santamaría, naquele momento histórico, a presença econômica e política estadunidense na região superou a britânica e a francesa progressivamente. Deixou o quinto lugar em 1840 para o primeiro em 1895 (SANTAMARÍA, 2013, p.107).

Nesse sistema, a América Central e o Caribe ocupam uma posição periférica estratégica. Todo fluxo de matérias primas e produtos manufaturados que entram e saem dos Estados Unidos, por meio do complexo portuário da Louisiana, para o hemisfério sul precisam cruzar a Bacia do Caribe, margeada por cinco países que compõe a América Central. Mais do que isso, a América Central, repleta de istmos e canais fluviais, seria a melhor rota para interligar o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, para estabelecer um fluxo de mercadorias entre os Estados Unidos e a Ásia. Por isso, empresários e políticos estadunidenses alimentaram o desejo de construir um canal na América Central. Além de tudo, a região ocupa uma posição militar estratégica de segurança e defesa do território estadunidense ao impedir que invasores subam pelo Rio Mississippi em direção ao interior do país e San Salvador está mais próximo de Washington do que San Francisco.

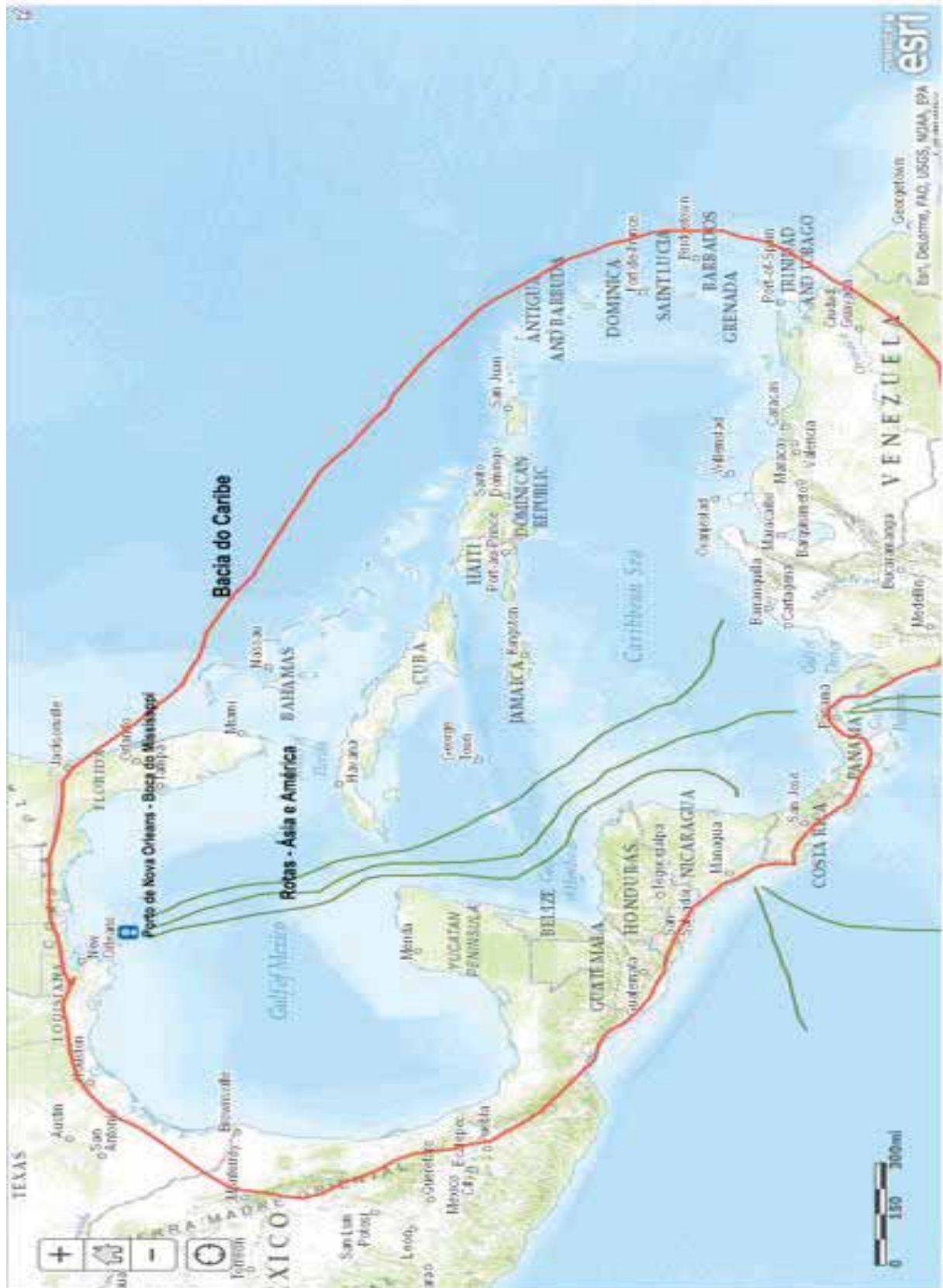
Em consonância com essa questão, Alfred T. Mahan, capitão da Marinha Estadunidense, defendeu, em *The Interest of America in sea power, present and future* (1897), a tese de que o poder marítimo militar e comercial são inseparáveis e indispensáveis para prosperidade do país (SANTAMARÍA, 2013, p.106-109). Mais do que isso, como lembra Ayerbe, a tese de Mahan combina as ideias embutidas no Destino Manifesto, de superioridade civilizacional, com ideias estratégicas que consideram o controle dos mares como atributo constituinte das grandes potências (AYERBE, 2002, p.52). Não por menos, como aponta Walter LaFeber, os Estados Unidos colocaram a América Central e o Caribe como alvo desproporcional de investimentos e intervenções militares no final do século XIX e por todo o século XX (LAFEBER, 1984, p.8).

Em 1895, quando os habitantes de Cuba iniciaram mais uma revolta contra a colonização, o Governo Groover Cleveland (1893-1897) aproveitou a situação para tentar comprar da ilha dos espanhóis, que, mais uma vez, negaram a oferta. O Governo Cleveland recusou qualquer tentativa de intervenção militar. Contudo, em

1897, o Governo McKinley (1897-1901) deslocou o U.S.S. Maine para Havana, sob a justificativa de que deveria proteger os interesses dos investidores estadunidenses na ilha. Três semanas depois de chegar ao Porto de Havana, o U.S.S. Maine naufragou em decorrência de uma explosão de causas desconhecidas. McKinley, que tentava negociar com os espanhóis, pediu ao Congresso autorização para enviar tropas a Cuba com o objetivo de por fim a guerra. Os representantes dos Estados aprovaram uma resolução conjunta que deu autorização ao executivo para enviar tropas dos Estados Unidos para combater a Espanha em Cuba, mas proibiu a anexação da ilha, através da Emenda Teller, de autoria do Senador Henry Teller. A Guerra Hispano-Estadunidense se espalhou por toda região e também englobou as Filipinas e Guam, no pacífico.

Em 10 de Dezembro de 1898, o Tratado de Paris selou a paz entre Estados Unidos e Espanha. Os Estados Unidos herdaram as colônias espanholas: Filipinas, Guam e Porto Rico. A Emenda Teller impediu a anexação de Cuba. Contudo, em 1901, o Congresso aprovou a Emenda Platt, que permitiu aos Estados Unidos construir bases navais e intervir na ilha, além de proibir qualquer governo cubano de assinar tratados sem o consentimento estadunidense. No ano seguinte, os dois países assinaram o Tratado Permanente Entre Estados Unidos e Cuba, sob o qual os estadunidenses adquiriram o controle sobre a Baía de Guantánamo com o objetivo de construir uma base naval para assegurar os interesses estratégicos sobre o Estreito de Paso de Los Vientos, área trânsito entre os Estados Unidos e os istmos da América Central (SANTAMARÍA, 2013, p.120-121). Em resumo, o tratado assegurou os interesses estratégicos e comerciais sobre a ilha. Na prática, Cuba se tornou um protetorado. Os Estados Unidos, para Kryzanek, derrotaram e expulsaram uma potência europeia, ainda que decadente, e se tornaram uma potência colonial e uma força inquestionável na região (KRYZANEK, 1996, p.42-44).

MAPA 1 – A Bacia do Caribe e as possíveis rotas comerciais



Fonte: autoria própria

Sob o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), os estadunidenses começaram a ver a América Central e o Caribe como uma área na qual tinham direito de exercer absoluto controle através de financiamentos, investimentos, administração governamental ou presença militar. Roosevelt, pessoalmente, estava determinado a colocar os Estados Unidos entre as potências mundiais (KRYZANEK, 1996, p.45). Para isso, o Governo Roosevelt pretendia: 1) expandir os mercados dos Estados Unidos para a América e a Ásia; 2) criar um sistema naval de defesa no pacífico; 3) controlar Cuba e Porto Rico; 4) construir um canal na América Central para ligar o Atlântico ao Pacífico; 5) continuar a expansão e a modernização da marinha para atuar na no Mediterrâneo, no Pacífico e no Atlântico Sul; 6) reduzir a influência europeia no Caribe; 7) conter a ameaça japonesa no Pacífico e a influência alemã na América do Sul; 8) defender a costa leste de possíveis ataques alemães (LOVEMAN, 2010, p.144).

Roosevelt sabia que muitos estadunidenses cultivavam um forte sentimento contra opressão a anexação de territórios. Como resultado, apresentou um projeto de política externa no qual os Estados Unidos poderiam participar do jogo político internacional mostrando sua força, mas sem exagerar. Para alcançar os objetivos, representou um projeto político para a América Central que, segundo Loveman, consistia em: 1) impor alfândegas judiciárias sob o controle dos Estados Unidos para garantir o pagamento dos empréstimos contraídos com os europeus; 2) estabelecer uma administração política estadunidense, na medida do necessário, em países incapazes de obedecer às “leis da sociedade civilizada”; 3) ocupar militarmente para “limpar” condições de irregularidade crônica ou impotência (LOVEMAN, 2010, p. 148).

O sucesso e apoio da opinião pública na guerra contra a Espanha permitiu que os estadunidenses dessem mais um passo estratégico para afirmar sua posição de potência na região: construir o canal entre os oceanos Pacífico e Atlântico, que traria segurança militar e o controle sobre o fluxo de mercadorias entre a América e a Ásia. O desejo estadunidense era antigo. A competição sobre domínio dos istmos e os direitos de um futuro canal levaram os Estados Unidos e a Grã-Bretanha a estabelecer o Tratado Clayton-Bulwer, em 1850. Neste, os dois países concordavam com os seguintes pontos: a obrigação de atuar em parceria na construção de qualquer estrada de ferro ou canal nos istmos; a manutenção dos istmos neutros, sem fortificações ou colonização e o trânsito de mercadorias das duas nações

(SANTAMARÍA, 2013, p.80).

O Governo Roosevelt entrou em acordo com os britânicos e modificou o Tratado Clayton-Buwer, para construir e fortificar o canal no Panamá. Mas, ainda precisava entrar em acordo com o governo colombiano, soberano sobre o território. Diante da negativa deste, o governo estadunidense e os proprietários da New Panamá Canal Company, uma empresa francesa que tinha concessão para construção de canais na região, recorreram aos rebeldes independentistas panamenhos com financiamento para viabilizar o controle da região. Como apoio, o Governo Roosevelt enviou, em 02 de novembro de 1903, o canhoneiro estadunidense, U.S.S. Nashville, para a costa da Colômbia. Após o rápido sucesso, Amador Guerrero, médico e líder independentista, assumiu a presidência do Panamá. Em 18 de novembro de 1903, os representantes dos Estados Unidos e do Panamá chegaram a um acordo, que garantia aos primeiros 10 milhas para construção do canal em troca de US\$ 10 milhões e mais US\$ 250 mil anuais. Além disso, os estadunidenses garantiriam a independência da República do Panamá. Pelos direitos de construção do canal, o governo estadunidense pagou US\$ 40 milhões à New Panama Canal Company. Como lembra Jones, o secretário Elihu Root, ao defender o acordo no Senado, declarou que após a construção do Canal do Panamá, a América Latina se tornou o quintal da frente dos Estados Unidos. Para ele, era necessário policiar o quintal para garantir a estabilidade e os interesses comerciais na região (JONES, 2008, p.37).

O caso do Istmo do Panamá foi um prelúdio das ações do Governo Roosevelt voltadas para expandir o domínio estadunidense sobre a região. Em 1904, Roosevelt anunciou sua própria versão da Doutrina Monroe, conhecida como o Corolário Roosevelt, que colocou os Estados Unidos como responsáveis pela ordem política e financeira do continente, inclusive com o dever de intervir nos casos em que as dívidas dos países americanos com os europeus pudessem provocar a ingerências. De acordo com Kryzanek, no fim do Governo Roosevelt, os Estados Unidos tinham protetorados na América Central e no Caribe e eram vistos na América Latina como um país que não hesitaria em intervir em outros países para assegurar seus interesses. Mais do que isso, os Estados Unidos começaram a enfatizar a necessidade de manter a estabilidade no continente, indicando que qualquer ameaça à ordem social, econômica ou política da região tornaria qualquer país passível de intervenção (KRYZANEK, 1996, p.50). Para Santamaría, isto

significava que o Governo Roosevelt imbuíu os Estados Unidos com o direito de intervir unilateralmente em qualquer país do continente que não estivesse disposto a se subordinar, sob o pretexto de que não estavam em condições de garantir a ordem interna e cumprir os compromissos internacionais. Assim, o Governo Roosevelt inaugurou a fase imperial dos Estados Unidos (SANTAMARÍA, 2013, p.124).

Depois da Segunda Guerra Mundial, em meio a Guerra Fria, como lembram Sam Gindin e Leo Panitch, os governos estadunidenses redefiniram o “interesse nacional” com vistas a defender e estender o capitalismo global. Neste contexto, de acordo com os autores, o objetivo internacional do Estado estadunidense era abrir o mundo politicamente, culturalmente e, sobretudo, economicamente a fim de criar as condições necessárias para a livre movimentação de capitais e mercadorias. Assim, os Estados Unidos conformam um “império informal”, que busca intervir militarmente apenas quando é necessário garantir um ambiente propício à acumulação global de capital, diferente dos antigos impérios que almejaram conquistar novos territórios. Nesta perspectiva, as intervenções estadunidenses não aconteceram somente para garantir o acesso a mercados e matérias-primas importantes às companhias do país, mas para construir um padrão de comércio e de economia global (GINDIN; PANITCH, 2012, p.4-11).

O maior obstáculo aos objetivos dos Estados Unidos no cenário internacional era a União Soviética e as revoluções socialistas e nacionalistas. Os governos de Truman e Eisenhower, nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, tinham duas preocupações em relação à América: a) os movimentos nacionalistas interessados em direcionar os países para caminhos menos dependentes dos Estados Unidos e; b) a influência de ideias comunistas e a interferência da União Soviética na região. Essas duas preocupações estavam articuladas, na medida em que os governos estadunidenses temiam que governos nacionalistas se associassem aos soviéticos ou dificultassem o acesso às matérias-primas em meio a uma nova guerra.

Assim, a América estava inserida, com suas peculiaridades, na Doutrina Truman, inspirada na teoria da contenção de George Kennan, fundada na ideia de que a União Soviética tinha a intenção de dominar o mundo e, portanto, precisava ser combatida. De acordo com Santamaría, a campanha anticomunista na América era só um pretexto para eliminar qualquer movimento social revolucionário preocupado em transformar a pobreza e a desigualdade resultantes das políticas

coloniais e neocoloniais colocadas em prática em conluio com as oligarquias nacionais (SANTAMARÍA, 2013, p.162-163).

No entanto, em 1959, Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara lideraram os revolucionários do Movimento 26 de Julho, com apoio de forças guerrilheiras do Partido Socialista Popular (PSP), do Diretório Revolucionário, e da Segunda Frente Nacional de Escrambay para derrubar o ditador Fulgêncio Batista, aliado estadunidense, e criar uma nova Cuba. Como aponta Ayerbe, o Governo Eisenhower esperava que os revolucionários moralizassem a ilha, classificada por muitos como um cassino recheado de mafiosos e prostitutas, e, em seguida, convocassem eleições ou se aproximassem dos Estados Unidos (AYERBE, 2002, p.129). Ainda em 1959, Richard Nixon, Vice Presidente, recebeu Fidel Castro em Washington, mas após a reunião afirmou que a Revolução Cubana estava sob influência do comunismo internacional e afetaria os interesses estadunidenses na região. No mesmo ano, Foster Dulles advertiu Eisenhower de que o exemplo de Cuba, governada por uma ditadura de extrema esquerda, alimentaria revoluções contra os interesses estadunidenses em outros países da América (SANTAMARÍA, 2013, p.178-179).

No Governo Nixon/Ford, Henry Kissinger, Secretário de Estado, estabeleceu um reajuste estratégico para política externa e segurança internacional. Kissinger planejou uma estratégia calcada no realismo conservador. O Governo Nixon apostou no equilíbrio de forças, a partir de uma postura pragmática e na responsabilidade compartilhada para dividir os custos da manutenção da ordem internacional (AYERBE, 2002, p.159-160). O Governo Nixon/Ford buscou reduzir o envolvimento governamental direto no continente. A estratégia era gastar recursos militares e financeiros apenas em regiões sujeitas a insurgências ou invasões comunistas. Neste sentido, a América, sobretudo a América Central e o Caribe, perderam espaço na agenda de política externa dos estadunidenses, uma vez que a estabilidade fora assegurada durante décadas de apoio à força de governos oligarca-militares. Inclusive, em 1974, o Governo Ford assinou a Declaração das Relações Mútuas com o Panamá, que garantiu o comprometimento dos Estados Unidos com o restabelecimento da soberania panamenha sobre o canal.

Ainda assim, como aponta Santamaría, a força continuou presente na estratégia estadunidense através de suporte militar e ações secretas contra projetos políticos refratários aos interesses estadunidenses, sobretudo diante da possível

ameaça que Cuba representava. A assistência militar se deu sob a justificativa de que garantiria evolução sistemática do desenvolvimento econômico em um clima de estabilidade. Entre 1961 e 1975, o governo estadunidense treinou mais de 70.000 militares e enviou 2.5 milhões de dólares para América em armas para salvaguardar seus interesses na região (SANTAMARÍA, 2013, p.199-200).

A América Central não ficaria muito tempo longe da interferência dos Estados Unidos. No final da década de 1970, a região entrou em crise e reavivou movimentos nacionalistas e socialistas na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala. Esses movimentos colocaram em xeque os interesses dos Estados Unidos na região e o domínio da elite oligarca-militar pró-estadunidense local.

3 A conformação e a ascensão de neoliberais e neoconservadores como forças políticas

3.1 A crise econômica da década de 1970

Na segunda metade da década de 1960, a economia estadunidense começou a sentir os primeiros impactos dos problemas econômicos que mais tarde se exacerbariam. Naquela década, o Japão e a Europa Ocidental se recuperaram da crise do pós-guerra, alcançando novamente altos índices de produtividade. O aumento da produção mundial associada à saturação do consumo causou um excedente no mercado e provocou o declínio da lucratividade de setores industriais tradicionais como aço, automóveis e eletrodomésticos. Conseqüentemente, as exportações dos produtos estadunidenses diminuíram e as importações de produtos europeus cresceram. As taxas de produtividade e de lucratividade começaram a diminuir. O déficit na balança comercial atingiu 2,7 bilhões de dólares (AYERBE, 2002, p.150).

Somado a isso, a escalada dos gastos com a Guerra do Vietnã provocou um processo inflacionário e aprofundou o déficit da balança de pagamentos, crescente desde a década de 1950. Para Robert Collins, a Guerra do Vietnã foi uma dupla cilada para a economia dos Estados Unidos, uma vez que exacerbou o problema da balança de pagamentos e potencializou o risco de disparada da inflação, devido ao aumento dos gastos militares (COLLINS, 1996, p.406; 421). Além disso, como lembra Celso Furtado, o aumento dos gastos com o aparato militar reduziu a oferta de capital para investimento em fins civis, portanto aumentou os custos de produção, reduziu a renda para consumo e conseqüentemente causou mais queda na produtividade (FURTADO, 1987. p.236).

Em 1973, a crise piorou. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) nacionalizou os processos de exploração de petróleo e reduziu a produtividade a fim de forçar a alta de preços, como retaliação ao apoio dos Estados Unidos a Israel na Guerra do Yom Kippur, e como estratégia para compensar a desvalorização do dólar. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, os Estados Unidos se depararam com um quadro de estagnação econômica e inflação, prontamente apelidado de “estagflação”.

Entretanto, a crise não atingiu todos os setores da economia. Como mostra

Timothy Mitchell, as multinacionais estadunidenses não perderam a participação no refino, transporte e distribuição de petróleo e derivados. Portanto, também lucraram com o aumento dos preços. Ademais, como Mitchell argumenta, os lucros saídos nos preços do petróleo foram, em grande parte, aplicados em títulos do tesouro estadunidense; investidos nos Estados Unidos; convertidos em eurodólares que os bancos estadunidenses e europeus emprestaram para os países do Terceiro Mundo; e trocados por armamentos produzidos por empresas estadunidenses e europeias (MITCHELL, 2002, p.9). Os lucros da indústria petrolífera e da indústria bélica, atrelados a incentivos governamentais e mão de obra barata, dinamizaram a economia do Sunbelt, região sul e sudoeste do país, onde estavam instaladas. Desse modo, atraíram o setor de serviços e as indústrias de telecomunicações, informação, computação e software. Como lembra Susan Jeffords, um míssil produzido pela Raytheon com o motor produzido pela Thiokol tem a fusão feita pela Bendix Corporation, a carga explosiva construída pela Chamberlain, o treinamento tático realizado pela Lockheed Sanders, é acionado de um contêiner fabricado pela Martin Marietta, operado pelas Forças Armadas dos Estados Unidos e teleguiados por satélites e computadores, microprocessadores e softwares (JEFFORDS, 2003, p.540).

Outros setores do capital tentaram se adequar à nova realidade. O capital financeiro logo buscou lucratividade nas indústrias do Sunbelt. Segundo Luc Mampaey e Claude Serfati, a rentabilidade média das empresas de armas ligadas ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos progrediu 17,46% ao ano, no período de 1970 a 1989, enquanto as empresas tradicionais do norte, que, em sua maioria, compõem o índice Standard & Poor's 500 (S&P 500) progrediram no mesmo período a 12,51% ao ano. A alta rentabilidade atraiu investidores interessados nas ações das indústrias do Sunbelt, que se valorizaram consideravelmente. Ainda de acordo com os autores, os acionistas e a comunidade financeira exerceram um papel importante na reestruturação das empresas de armamentos depois da segunda guerra mundial até obterem o controle quase completo desses grupos nos anos 1990 (MAMPAEY; SERFATI, 2005, p.224).

O setor produtivo tradicional nortista também tentou conter o declínio da lucratividade. As novas técnicas de informação e os avanços nas telecomunicações permitiram o deslocamento das plantas industriais, a implantação de filiais e a aquisição de empresas estrangeiras no Sunbelt e na periferia do sistema

internacional. Essas eram áreas com salários mais baixos, menor intensidade sindical e menos protestos sobre questões de meio ambiente e de consumo.

Michael Harrington, socialista e ativista político, observou que o desemprego e a pobreza sempre atingiram jovens, negros, hispânicos e minorias. Entretanto, observou também que depois da década de 1970, quando as indústrias do norte deixaram as cidades que ocuparam por um século e foram se instalar em outros países e no Sunbelt, a classe operária branca do norte se defrontou com o desemprego. Segundo Harrington “trabalhadores desempregados passaram a ser encontrados no setor de automóvel e siderurgia, que em tempos passados sofreram, no pior dos casos, apenas temporariamente com o desemprego, o que não os levou à pobreza” (HARRINGTON, 1984, p.48-49).

Em 1979, as indústrias automobilísticas anunciaram o fechamento de 20 fábricas que empregavam 50.000 trabalhadores. Como efeito colateral, quase uma centena de fábricas de suprimentos para indústria automobilística fecharam e 80.000 trabalhadores ficaram sem emprego (KATZ, 1996. p.285). Algumas cidades que dependiam dessas indústrias aos poucos se tornaram “cidades fantasmas”. A economia estadunidense se voltou para as indústrias de alta-tecnologia e armamentos localizadas no Sunbelt e para o setor de serviços. Trabalhadores antes bem pagos se depararam com um futuro de incertezas. Muitos trabalhadores permaneciam durante muito tempo desempregados e atrelados à seguridade e aos programas sociais. Os que conseguiam voltar a trabalhar prontamente aceitavam salários mais baixos no setor de serviços. Juntamente com o desemprego, a pobreza aumentava, sobretudo entre as mulheres.

3.2 O neoliberalismo e os neoliberais

Nos anos 1970, a diminuição da atividade produtiva comprometeu a empregabilidade e a manutenção das políticas sociais. O desemprego atingiu 17 milhões de estadunidenses (AYERBE, 2002, p.150). Logo, aumentou a requisição de seguro desemprego e a entrada de indivíduos nos programas sociais do governo. A crise econômica passou a ser vista como reflexo das políticas sociais. Até a passagem do século XIX para o século XX, os liberais e o liberalismo nos Estados Unidos, como no resto do mundo, representavam a crença no *laissez-faire* e no governo limitado. Entretanto, no século XX, o liberalismo estadunidense se tornou

uma percepção de mundo na qual o governo deveria, racionalmente, elaborar programas sociais para promover o bem estar e a igualdade de oportunidade entre os indivíduos porque, somente assim, os mesmos poderiam alcançar a liberdade. Em outras palavras, como aponta Siegel, o liberalismo estadunidense, no século XX, se caracterizou pela defesa de um Estado redistributivo, que enfatizou a equalização das possibilidades de oportunidades, ao menos para os brancos (FORNER; GARRATY, 1991, p.654).

Como aponta Eric Alterman, no século XX, a ortodoxia liberal não entendia mais a liberdade apenas como uma proteção contra os abusos dos governos. A verdadeira liberdade só poderia ser alcançada através da promoção da igualdade de oportunidades expressa através da oportunidade de trabalho; de uma remuneração justa, suficiente para alimentação, vestuário e recreação; do direito à habitação; do acesso à assistência médica; da garantia à seguridade econômica na velhice, na doença e no desemprego; da educação de qualidade; da capacidade de vender produtos agrícolas por um preço que garanta qualidade de vida aos agricultores; e da condição de comercializar livremente, sem competições injustas e domínio de monopólios (ALTERMAN, 2012). Em resumo, como aponta Gary Gerstle, no século XX, o liberalismo esteve associado à percepção de que a ausência ou a limitação das instituições tidas como não naturais, como o Estado, não garantia a emancipação dos indivíduos. Ao contrário, os indivíduos necessitavam de recursos econômicos e sociais, racionalmente direcionados, para viver e gozar de liberdade e de individualidade (GERSTLE, 1994).

Como resposta à crise dos anos 1970, muitos liberais buscaram reavivar o liberalismo clássico com uma nova roupagem, com ênfase no livre mercado. Para esses neoliberais, os excessivos gastos públicos, os altos impostos e a crescente regulação do governo sobre a atividade econômica, somados, geraram inflação, endividamento e prejuízos à produtividade. Esses fatores seriam responsáveis pela crise de estagflação que atingia os países do norte, incluso os Estados Unidos, e pelo subdesenvolvimento dos países do sul. Os neoliberais estavam calcados, sobretudo, na escola econômica austríaca, de Ludwig Von Mises (1881-1973), Frederich Von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006). A seguir, retomaremos as ideias desses autores para compreendermos melhor os neoliberais estadunidenses.

Para Mises, as economias com intervenção do Estado não conseguiam definir

preços e, conseqüentemente, seria impossível definir, racionalmente, como investir o capital na produção. Além disso, em uma economia estatal não existiria divisão do trabalho e, conseqüentemente, não existiria cooperação social, elemento fundamental para democracia, liberdade individual e paz entre as nações. Sendo assim, a intervenção do governo na economia, socialista ou reformista, destruiria, de uma só vez, a produtividade e a vida democrática.

Para Hayek, que fundou a Mont Pelerin Society ainda em 1947 para reunir intelectuais comprometidos com os princípios do liberalismo clássico inspirados em Mises, o problema central do mundo moderno era a perda de liberdade, entendida como ausência de coerção sobre a vida, o corpo e a propriedade. Nesta perspectiva, a liberdade fundamental é aquela que não limita a venda da própria força de trabalho, o uso individual do dinheiro e o direito à propriedade privada. A sociedade, para esse autor, nada mais é do que uma associação de indivíduos, logo, não existe como entidade coletiva. Por isso, não é possível imputar objetivos, interesses ou direitos à sociedade. Somente os homens, individualmente, podem definir seus interesses e seus objetivos. Os governos reformistas e socialistas tentam definir interesses e objetivos coletivos, conseqüentemente, destroem a democracia e diminuem a individualidade (HAYEK, 1944). Em suma, os neoliberais afirmam que o planejamento ou a interferência do governo na economia, inevitavelmente, leva ao coletivismo ou ao totalitarismo. Assim, os governos devem atuar para preservar a competição, a iniciativa e a propriedade privada.

Para Friedman, estudioso e divulgador dos trabalhos de Mises e Hayek nos Estados Unidos, somente um mercado livre e alto regulado pode resultar em uma sociedade com a quantidade ideal de oferta de produtos, com preços corretos e com trabalhadores bem pagos. Bancos centrais independentes dos Estados precisam elaborar políticas anti-inflacionárias que colocam a oferta e a procura por moeda em equilíbrio. Para isso, seria necessário aumentar a taxa de juros para conter o crédito e atrair capitais; reduzir os gastos governamentais; e desregulamentar a economia para estimular o crescimento econômico livre, inclusive com flexibilização de práticas laborais e remoção do controle sobre transações financeiras e fluxos de mercadorias. De modo complementar, o economista Arthur Laffer sugeriu, na teoria que ficou conhecida como Supply Side Economics, que para estimular a produtividade e a prosperidade seria necessário reduzir os impostos daqueles que detinham mais capital a fim de liberar a capacidade de investimento com isenção

tarifária e ampliar a base de arrecadação sobre aqueles que acumulam menos capitais e utilizam mais os serviços públicos. Em outras palavras, a atuação do Estado deveria ser mínima.

A ideia de Estado mínimo, na perspectiva neoliberal, significa: 1) cortar gastos para diminuir a oferta de moeda, com o objetivo de conter a inflação, e abrir espaços de atuação do setor privado através de privatização, a fim de criar setores para dinamizar a produção; 2) aumentar a taxa de juros para conter o crédito, conseqüentemente diminuir a circulação de moeda e atrair capitais para o setor financeiro até que a inflação fique sob controle; 3) diminuir ou extinguir as regulações para reduzir o custo da produção e facilitar transações financeiras e comerciais; 4) reduzir a taxação, principalmente dos mais ricos, para estimular a inversão de capital no setor produtivo e/ou financeiro.

O Estado mínimo neoliberal não significa ausência de Estado, pois esse não pode abrir mão do uso legítimo da força por meio das forças policiais e das forças armadas para garantir o direito à vida, à propriedade e às liberdades individuais, incluindo o direito ao próprio corpo. Portanto, os neoliberais, frequentemente, apoiam políticas de legalização das drogas, descriminalização da prática de aborto e união civil homoafetiva. E, como salvaguarda do direito à vida, a atuação mínima do Estado pressupõe políticas para socorrer aqueles que se encontram em necessidade.

Para isso, como sugere Friedman, o Estado deve elaborar programas de incentivo ao trabalho, como especialização e orientação; programas de renda mínima ou imposto negativo com oferta direta de capital aos cidadãos, na medida necessária para garantir condições mínimas de sobrevivência; e programas sociais limitados, voltados exclusivamente para grupos específicos com o objetivo de corrigir distorções provocadas pelo próprio Estado em outros momentos (FRIEDMAN, 1982). Todavia, como aponta Peter Drucker, outro economista neoliberal austríaco, o governo federal deveria se comprometer diretamente apenas com a realocação de renda e passar aos governos estaduais, locais e, principalmente, a organizações privadas, o papel de executar e administrar os programas de treinamento e qualificação e os programas sociais específicos (DWECK, 2003, p.12-13).

Transportado para o cenário internacional, o ideário neoliberal preconiza a desregulamentação e o aumento das trocas e dos fluxos financeiros internacionais e a intensificação da cooperação entre as nações. Os neoliberais argumentam que

uma crescente interdependência econômica está presente na nova conjuntura mundial. Nesta, os Estados estão interessados em maximizar seus ganhos individuais absolutos, sendo indiferente aos ganhos relativos dos demais. Esta interdependência não seria um fenômeno benigno ou maligno e não afetaria todos da mesma forma. Portanto, os neoliberais reconhecem que a interdependência é assimétrica. Contudo lembram que os resultados das interações não são sempre determinados pela distribuição de riqueza e de poder. Sob a ótica neoliberal, os países grandes nem sempre predominam nas negociações por serem grandes. Deve-se levar em conta a relação entre intensidade das preferências e os recursos à disposição dos membros. Quanto maior for a intensidade das preferências maior será a coerência das políticas adotadas e conseqüentemente o resultado será favorável.

Assim, se os Estados agirem de forma racional, cooperativa e coerente, todos podem sair ganhando. Para afirmar o caráter científico da sua teoria, os neoliberais recorreram à lógica da teoria dos jogos. Nesta lógica, os Estados, em um sistema anárquico e incerto, depois de certo número de repetições de interação vão preferir a cooperação porque a repetição cria os parâmetros entre os jogadores através da experiência, e, como resultado, aumenta o grau de previsibilidade e reduz as desconfianças. Isto torna a trapaça uma jogada arriscada. Assim, vão optar por ganhos menores, mas com mais segurança. A cooperação se torna reiterada e os atores percebem que é a melhor estratégia a longo prazo.

Entretanto, os neoliberais reconhecem que existem Estados que atuarão de forma unilateral e, se necessário, trapacearão para atingir seus objetivos. Assim, para os neoliberais, as organizações internacionais têm um papel fundamental. Elas podem facilitar a cooperação, reduzindo a incerteza e oferecendo estruturas em que os acordos podem ser negociados. Em outras palavras, diminuem as imposições unilaterais e trapaças porque fornecem informações aos governos e ajudam a construção e a adoção de regras que estabelecem padrões de conduta, como aqueles expressos no “Consenso de Washington”, orientados aos países que queiram contrair empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com os neoliberais, os Estados promovem a criação de instituições multilaterais para amenizar a anarquia, minimizando a insegurança, os conflitos no Sistema Internacional, e promovendo a cooperação. Os países que se julgarem prejudicados podem criar mecanismos dentro das instituições para reverter essa

realidade. Os neoliberais reconhecem que nenhuma instituição é capaz de obrigar os Estados a cumprirem os compromissos. Contudo, podem coagi-los, deixando os custos da não cooperação altos. Além disso, os governos podem construir instituições para benefício conjunto, sobretudo ao fornecer informações, reduzir os custos das transações, diminuir as despesas, assumir compromissos mais críveis, estabelecer pontos focais para a coordenação e, em geral, facilitar a operação de reciprocidade. Com tudo isso, para os neoliberais, a segurança seria resultado da reiteração da interação entre os Estados, mediada e facilitada por instituições internacionais, principalmente por meio de mecanismos que facilitam a cooperação e a confiabilidade em um ambiente de livre circulação de capitais e de mercadorias.

3.3 O neoconservadorismo e os neoconservadores

Os conservadores também culpam os programas sociais liberais pela crise. Diferente do conservadorismo Europeu, o conservadorismo estadunidense, pela própria história do país como ex-colônia na modernidade, não pode reivindicar um passado feudal ou aristocrático. O conservadorismo que surgiu nos Estados Unidos, logo após o processo de independência, foi construído com base no elitismo e em uma interpretação do calvinismo que reforçou o caráter pecaminoso dos homens. Neste sentido, partiu do princípio de que o homem que tem a maioria a seu favor ganha poder para se glorificar e esquece a história e a palavra de Deus. Por isso, o conservadorismo estadunidense atacou o igualitarismo, a ampla participação política e a cultura popular. No sul, este conservadorismo se moldou na escravidão, ao ter os negros como a temida maioria de homens pecadores e despreparados para o convívio social, portanto sem chance de qualquer igualitarismo.

Depois da Guerra Civil e da industrialização, os conservadores buscaram proteger a propriedade e a riqueza contra os anseios igualitários de trabalhadores negros e pobres, que seriam realizáveis através da participação política e do Estado. Como aponta Siegel, do fim da Guerra Civil até o New Deal, os conservadores se voltaram contra as ações dos governos dirigidas a reduzir as desigualdades através da política e da economia (SIEGEL, 1991, p.222). Acusaram os governos de serem instrumentos da maioria para promover reformas e defenderam um liberalismo conservador, justificado não apenas pela interpretação do calvinismo, mas também pela ciência, calcada no darwinismo social.

Nesse sentido, a prosperidade e a posição social eram vistas como reflexo dos desígnios de Deus e da seleção natural, resultantes da atuação dos homens em um mercado livre. Portanto, qualquer regulação com o objetivo de produzir igualdade era entendida como uma perversão contra as leis de Deus e as leis da natureza, ou seja, equivalente ao socialismo. A regulação poderia eliminar a busca pela prosperidade, estimular a preguiça, diminuir a propensão ao trabalho, minar a autoestima e acabar com a produtividade. Para esses conservadores, as tentativas de redução da desigualdade seriam uma ameaça à civilização.

Como aponta Corey Robin (2011), os conservadores acreditam que a igualdade política, cultural e econômica dos homens enfraquece o mundo, em que os supostamente melhores devem ocupar um lugar de destaque sobre aqueles considerados piores. Para Robin, o velho conservadorismo estadunidense tinha três raízes históricas: 1) a tradição antirrevolucionária, consagrada nas obras de Edmund Burke, que defendia a ordem tradicional contra o ímpeto revolucionário da Revolução Francesa. Este conservadorismo desconfiava da natureza humana e das ideologias seculares. Dessa forma, os conservadores apontavam para a capacidade do homem de fazer o mal e para a importância das instituições tradicionais, mais do que reformas ou revoluções, para conter tal ímpeto maléfico; 2) a reação conservadora à revolução industrial, sobretudo aquela que o historiador escocês Thomas Carlyle representava no final do século XIX. Esta linha valorizava o romantismo medieval, o capitalismo e as hierarquias da vida agrária contra a indústria e a mecanização da vida. 3) o tradicionalismo fundado na teologia cristã que ressurgiu no final da década de 1940. Para os tradicionalistas religiosos, o principal problema do mundo moderno era a decadência da moral, da comunidade e a perda dos valores espirituais. Sob este ponto de vista, a sociedade é mais do que a união dos indivíduos, pois a capacidade dos homens para o autocontrole e a liberdade requer uma sociedade articulada por laços morais e emocionais. Portanto, o Estado, a família, a comunidade e a igreja deveriam garantir a ordem social e moral da sociedade, a fim de preservar a liberdade (ROBIN, 2011).

Desde os anos 1950, os conservadores tentaram resgatar os ideais do liberalismo clássico, com uma nova roupagem, adequada ao conservadorismo. Entretanto, os liberais clássicos como Von Mises davam pouca importância às crenças, aos valores tradicionais e à moralidade. Por sua vez, os conservadores davam pouca importância à economia. Não aceitavam o materialismo, o

individualismo exacerbado e a economia de livre mercado como um dogma. Inclusive, acreditavam que esses eram alguns dos problemas que degeneravam o mundo e os Estados Unidos. Como aponta Nash, os liberais clássicos afirmavam o direito dos homens serem livres; os novos conservadores estavam preocupados com o que os indivíduos deveriam ser. Mas, ambos tinham os mesmos inimigos em comum: o comunismo, o socialismo e o liberalismo consagrado no New Deal (NASH, 2011).

William Buckley Jr., Frank Mayer e M. Stanton Evans arquitetaram a fusão entre o liberalismo clássico e o conservadorismo nos anos 1950. Por isso, ganharam o apelido de “conservadores fusionistas” ou “conservadores modernos”. Buckley Jr., em *God and Man at Yale* (1951), livro baseado nas experiências como aluno da Universidade de Yale, criticou o corpo docente, que, segundo ele, tentava inculcar o liberalismo e o ateísmo nos discentes. A partir desta crítica, o livro apresentou a defesa dos valores tradicionais, caros aos conservadores modernos, e do libertarianismo.

God and Man at Yale foi o primeiro movimento em direção à fusão e a organização das forças no campo conservador. Em 1955, Buckley Jr. fundou a *National Review* com Meyer, Stanton Evans e outros conservadores no pós guerra. De acordo com esses intelectuais, a liberdade, no sentido libertário, era impossível sem uma prerrogativa moral e um objetivo transcendental. Do mesmo modo, a virtude moral era impossível sem a liberdade, pois, sem a possibilidade de escolha, o Estado imporá suas virtudes e seus objetivos. Evans e Meyer argumentaram inclusive que a liberdade é “divinamente ordenada” e que é impossível sem uma moral judaico-cristã. Neste sentido, Buckley Jr. e seus companheiros consideravam que o Estado liberal violava a liberdade econômica, a liberdade de escolha e por consequência destruía a moral, a dignidade e a autonomia dos homens. O Estado deveria se restringir a zelar pela constituição e pelo sistema federal de divisão dos poderes (HIMMELSTEIN, 1990, p.54-56).

Ao fim da década de 1950, os conservadores modernos não tinham um projeto consolidado nacionalmente. Na década de 1960, juntaram-se aos conservadores mais moderados pela candidatura de Barry Goldwater. Nas eleições de 1964, Goldwater acusou o Governo Lyndon Johnson de tolerar a expansão do comunismo internacional e destruir a liberdade individual dos estadunidenses, impondo programas sociais e direitos civis. Naquele mesmo ano, como senador, Goldwater

acusou a Lei de Direitos Civis de inconstitucionalidade, ao alegar que a questão era de responsabilidade dos estados e dos governos locais. Goldwater não venceu as eleições, mas a popularidade da campanha revigorou o conservadorismo nos Estados Unidos, sobretudo no Partido Republicano.

Em 1968, os conservadores mais uma vez se reuniram sob a candidatura de Richard Nixon e, diante do fracasso liberal, venceram o pleito. Do ponto de vista econômico, Nixon colocou o combate à inflação como prioridade sobre os estímulos ao pleno emprego. Para isso, buscou adotar uma política econômica monetarista sob a consultoria de Milton Friedman. O plano da Administração Nixon pretendia diminuir os impostos e promover cortes nos gastos governamentais. Com este intuito, em 1969, propôs o *Family Assistance Plan* (FAP). O FAP substituiria alguns programas sociais, incluindo o *Aid to Families with Dependent Children* (AFDC), programa que complementava a renda de famílias pobres com filhos, que teve origem no New Deal, e destinava \$1.600 anuais a todas as famílias de baixa renda. A proposta do Governo Nixon tinha a intenção de reduzir os gastos, uma vez que unificaria diversos programas em apenas um. Enquanto congressistas conservadores consideraram que o programa seria muito custoso, os liberais consideraram a proposta ineficiente.

Em 1971, sem resolver o problema da estagflação, o Governo Nixon abandonou definitivamente a política econômica elaborada por Milton Friedman e lançou a *New Economic Policy*, que suspendeu a paridade dólar-ouro, controlou preços e salários, aumentou a oferta de capital e reduziu os juros. No segundo mandato, o Governo Nixon abandonou o controle de preços e salários, mas não reduziu a oferta de capital e o crédito às empresas e aos consumidores. Com isso, a inflação chegou a 9,5%. O vice-presidente, Geral Ford, continuou o mandato de Nixon em meio à estagflação e à crise política. O Governo Ford propôs cortes nos programas sociais como o *Food Stamps* (programa de *vouchers* que auxiliava a alimentação e a nutrição dos estadunidenses pobres), na educação e nos serviços públicos. Estas obrigações deveriam ser responsabilidade dos Estados. Entretanto, aumentou os gastos com prisões, policiais, forças armadas e energia. Todavia, o Escândalo de Watergate sepultou, temporariamente, os projetos do Partido Republicano e dos conservadores.

Poucos anos depois, surgiria outra tentativa de reavivar o conservadorismo a partir da recuperação do liberalismo clássico. A desilusão com o liberalismo

estadunidense e com o conservadorismo moderado somada à oposição ao comunismo promoveu uma nova geração de conservadores, sobretudo após a descoberta do pacto com Hitler e das atrocidades reveladas no Relatório Krushev em 1956. O socialista Michael Harrington cunhou o termo “neoconservadorismo” para se referir a este novo tipo de conservadorismo. Os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais. Inspirados no liberalismo clássico, acreditavam que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento e prejuízos à produtividade. Mas, mais do que isso, promoviam dois problemas graves.

O primeiro problema, para os neoconservadores, era que os programas sociais garantiam a segurança econômica e, como efeito imediato, desestimulavam o trabalho e a inovação. Portanto afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Para resolver este problema, a prescrição era semelhante à solução neoliberal: reduzir os gastos governamentais; aumentar a taxa de juros; desregulamentar a economia; e instituir um sistema tributário regressivo.

Já o segundo problema era que, através dos programas sociais e da interferência na economia, o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Isso teria aumentado a criminalidade e enfraquecido os Estados Unidos. Desse modo, os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista) e não do Estado moderno. Sendo assim, sob inspiração de Leo Strauss² –ênfaticava-se a necessidade de reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos. Neste sentido, o Estado deveria ser apenas um administrador para não invadir o espaço dos indivíduos e das comunidades naturais, como a família. Dessa maneira, poucos homens, capazes e com bom senso, deveriam administrar o Estado.

A oposição completa à degenerescência burocrática do stalinismo levou, gradualmente, muitos trotskistas estadunidenses a questionarem a centralidade e o poder do Estado, sendo que alguns deles, marcadamente Irving Kristol, tiveram

² Leo Strauss foi um intelectual conservador e professor da Universidade de Chicago, que em 1953 publicou *Natural Right and History*, onde acusa Maquiavel e Hobbes de positivarem o Estado e o direito natural e negativarem os valores naturais dos homens, como a individualidade, a hombridade e a família.

papel fundamental na construção e na configuração do neoconservadorismo. Para esse autor, os liberais se afastaram do compromisso estabelecido no New Deal de criar oportunidades para os indivíduos e prover meios de proteção para todos os americanos, passando a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato promovido por burocratas. Para Kristol, o capitalismo nos Estados Unidos padecia de uma excessiva regulação ética que o limitava, sobretudo devido à influência liberal. O autor afirmava que nem todas as pessoas eram inteligentes, mas em compensação deveriam ter “bom senso”. Isto era uma virtude, em contraste com a irresponsabilidade dos defensores do liberalismo. O capitalismo, sem rédeas morais artificiais, promoveria a verdadeira moral e a virtude pública. Em conjunto, a religião, sobretudo a sua dimensão institucional, era considerada fundamental para disciplinar os indivíduos, preservar a estabilidade social, e transmitir os valores tradicionais (KRISTOL, 1978; KRISTOL, 2001).

Em 1981, George Gilder escreveu um dos ataques mais marcantes, em termos econômicos, sociológicos e morais, aos programas sociais e aos direitos civis estabelecidos no século XX. No livro *“Wealth and Poverty”*, Gilder afirma que o capitalismo sem interferência do Estado era superior ao capitalismo reformista liberal e ao socialismo não só em termos práticos, mas, sobretudo, em termos morais (GILDER, 1993). Gilder também enfatizou que o capitalismo acentuava a liberdade e tornava as pessoas ricas. Por outro lado, as formas do que chamava de coletivismo, ou seja, o capitalismo reformista liberal e o socialismo, tornavam as pessoas mais pobres.

Para esse autor, os programas sociais do capitalismo liberal reformista nos Estados Unidos representavam um perigo claro, os pobres não eram pobres porque os ricos eram ricos, mas porque a pobreza não poderia ser curada com a redistribuição que o governo promovia. Os programas sociais diminuía a propensão ao trabalho e cortavam a ligação entre o esforço e a recompensa. Além disso, desestimulavam a fé no trabalho duro, nos negócios, no futuro, nos homens, e em Deus. Segundo Gilder, o AFDC, o *Medicaid*, o *Food Stamps*, os programas de habitação, a defesa legal pública e outros serviços do Estado eram maiores em termos de recursos recebidos do que os salários e, por isso, desestimulavam o trabalho e aumentavam a pobreza. O resultado social para comunidade era o aumento do vício, da indolência, da degeneração e do crime (GILDER, 1993).

Gilder aponta que os efeitos mais danosos dos programas sociais poderiam

ser vistos sobre as famílias, pois os programas sociais destruíam a importância do homem como provedor, portanto anulavam a importância do casal e da constituição familiar. Além disso, limitava a mobilidade social das famílias, o que seria ainda mais real entre os negros, as minorias e as mulheres. Para o pensador formado em Harvard, as agências antidiscriminação, os programas voltados para inclusão dos negros e, talvez até mesmo, os direitos civis eram inimigos do progresso das minorias raciais. Nesta visão, as mulheres ganhavam menos do que os homens, pois tinham uma disposição a largar o trabalho nove vezes maior e trabalhavam proporcionalmente menos. De forma similar, os negros recebiam menos do que os brancos devido à diferença de idade, local de trabalho e educação. Portanto, a discriminação social nos Estados Unidos seria um mito.

As sociedades humanas só poderiam combater a pobreza com o trabalho, a ênfase nos laços familiares e a fé. Após os anos 1960, segundo os estudos de Gilder, a pobreza e a degeneração da sociedade estadunidense estavam piores do que durante o período escravocrata. Somente o capitalismo pautado por uma teoria econômica como a *Supply Side* poderia recuperar o verdadeiro capitalismo que marcou a sociedade estadunidense e combater a pobreza, uma vez que provia incentivos ao trabalho, ao desenvolvimento criativo, à livre iniciativa e restabelecia a fé no futuro, nos negócios, na família, no homem e em Deus. Neste ambiente, as pequenas empresas poderiam competir e crescer sem a interferência das regulações do governo, sobretudo no ramo de tecnologia. Essas novas empresas restaurariam o capitalismo nos Estados Unidos.

A criminalização dos homens e mulheres que participam dos programas sociais ficou ainda mais patente no trabalho do jornalista Ken Auletta, "*The Underclass*", de 1982. Na mesma linha de Gilder, anunciou que os Estados Unidos tinham uma nova subclasse de pobres. Esta era fruto das políticas de bem estar social, sobretudo dos anos 1960. Auletta dividiu a "subclasse" de estadunidenses em: 1) pobres passivos que ficavam durante muito tempo recebendo ajuda dos programas sociais, pois preferiam isso a trabalhar; 2) pobres hostis, jovens criminosos que desistiam da escola, consumiam drogas e traficavam; 3) pobres desonestos, prostitutas e golpistas que ganhavam a vida no submundo da economia; 4) pobres traumatizados, bêbados, preguiçosos, desabrigados, pedintes e deficientes mentais abandonados, que perambulavam e morriam nas ruas das cidades (AULETTA, 1982, p.62-68).

Para Auletta (1982) toda essa "subclasse" onerava a nação através dos

programas sociais e da seguridade, que os verdadeiros trabalhadores pagavam. No trabalho de Auletta, o título de “subclasse” marcava a condição de inferioridade dos pobres e as subdivisões reforçavam os estereótipos sobre aqueles que precisavam dos programas sociais. Auletta ligou a pobreza à dependência, à indolência, à criminalidade, à desestruturação familiar e à destruição da sociedade. Contudo, o autor acreditava que alguns programas sociais eram necessários para ajudar a subclasse a superar sua condição.

Em suma, intelectuais de tendências neoconservadoras dos diversos campos acadêmicos apontaram as transformações socioculturais e os programas sociais estabelecidos durante o século XX, sobretudo nos anos 1960, como os principais causadores dos problemas morais e de uma, suposta, degeneração social que assolaram os Estados Unidos. Na lógica neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade. Nesse sentido, o Estado destinava recursos para os programas sociais, ao invés de incentivar a livre iniciativa e o emprego, sendo assim condescendente com a criminalidade, uma vez que abandonava a sua verdadeira função, a manutenção da ordem pública, em nome de outras atividades utópicas. Como consequência, as famílias se desestruturavam, os jovens perdiam as esperanças e passavam a valorizar a leniência e o consumo de drogas e a sociedade se fragilizava diante da criminalidade.

Os neoconservadores criminalizaram os programas sociais, as políticas públicas e os pobres. As pessoas, principalmente mulheres e negros, que participavam dos programas sociais, inclusive daqueles abertos a todos os estadunidenses (como a educação pública), foram classificados como desajustados socialmente, dependentes, vagabundos, drogados, criminosos e destruidores de lares. A degeneração social e moral era, supostamente, decorrente das políticas de direitos civis, da seguridade, dos programas sociais e dos pobres que deles participavam.

A luta contra as ideologias estatistas consideradas totalitárias não estava apenas no plano nacional. Nos anos 1950, os conservadores modernos acusaram os governos liberais de colocar a nação em risco com uma estratégia fracassada para conter o comunismo, sobretudo após a Revolução Chinesa, a Guerra da Coreia e a construção da bomba atômica soviética. Dentre eles, George Kennan acreditava que a União Soviética queria dominar o mundo e defendeu uma política voltada para

conter o avanço comunista. Kennan se inspirou na visão de mundo wilsoniana sobre a política externa e as relações internacionais para conformar a doutrina de contenção da Guerra Fria a partir do pressuposto de que os Estados Unidos tinham o dever de assegurar e expandir a liberdade e a democracia contra seus detratores. Para homens como Kennan, a revolução bolchevique apenas substituiu a crueldade e a imoralidade de um governo, czarista, por outro, comunista, e o povo russo continuou oprimido.

Na mesma linha, James Burnham, ex-trotskista que assumiu um viés conservador, publicou em 1947 a obra *The Struggle for The World*, na qual afirma que os comunistas queriam poder total e, para isso, destruiriam os valores da civilização ocidental. Em 1953, Burnham lançou a obra *Containment or Liberation?*, na qual classificou a estratégia de contenção ao comunismo do Governo Truman como inadequada. Para Burnham, a estratégia era puramente defensiva e não impediria as pretensões soviéticas de promover a revolução comunista no mundo.

De acordo com esse autor, a fraqueza internacional dos Estados Unidos era reflexo da ideologia de uma minoria liberal, que ocupava cargos no governo e via o mundo como se ainda estivessem nos anos 1930, na luta contra os nazistas. Eles estariam mais preocupados com o fascismo, uma ameaça inexistente, do que com o comunismo, a ameaça real. Somente os Estados Unidos poderiam barrar a vitória comunista e salvar o mundo. Para isso, os governos estadunidenses deveriam esquecer a ideia de que todas as nações são iguais e abandonar o objetivo de construir a paz com a estratégia não intervencionista. Para Murray Rothbard, o principal inimigo dos Estados Unidos era o Estado. O comunismo era apenas uma variante do estatismo, que deveria ser combatido sem fortalecer o Estado e sem colocar em risco a liberdade.

Os neoconservadores recuperaram as teorias de Kennan, Burnham e Rothbard, que acreditava que a União Soviética tinha por objetivo dominar o mundo por meio da disseminação de ideologias estatistas e totalitárias. Mais ainda, acreditavam que os Estados Unidos estariam a perder o protagonismo, o que, além de vexatório, colocaria em risco a democracia e a liberdade. Diante disso, os Estados Unidos deveriam recuperar o protagonismo, além de possuírem o dever de acabar com a ameaça à liberdade e à democracia no mundo. Isso quer dizer, retomar a estratégia de contenção e impedir qualquer tentativa de disseminação de ideologias e projetos estatizantes, como o comunismo, o nacionalismo ou o

liberalismo.

3.4 A organização de neoliberais e neoconservadores na sociedade civil

A crise da década de 1970 criou o ambiente ideal para o florescimento da mobilização de neoliberais e de neoconservadores. Grupos de empresários organizaram fundações para reunir capital para apoiar e financiar universidades, pesquisas e centros de estudos a fim de alimentar ideias políticas calcadas nos pressupostos neoliberais e neoconservadores. De acordo com Craig Jenkins e Craig Eckert, as elites empresariais que dominavam os conselhos desses centros definiam quais problemas deveriam ser abordados, quais especialistas deveriam ser recrutados e quais propostas deveriam ser promovidas, embora os intelectuais tivessem uma autonomia negociada. Eckert e Jenkins definem esses centros ligados às empresas como Organizações Políticas Empresariais (*Business Policy Organizations* - BPOs) (JENKINS;ECKERT, 2000, p.327-330). Dentre os BPOs que abrigavam neoliberais, ainda pouco organizados, o *Brookings Institution* (BI) e a dupla *Democratic Leadership Council* (DLC) e *Progressive Policy Institute* (PPI) se destacam.

O filântropo Robert S. Brookings (1850-1832), que participou do *War Industries Board* durante a Primeira Guerra Mundial, fundou o BI em 1927 a partir da fusão de três outras organizações que criou previamente: o *Institute for Government Research* de 1916, o *Institute of Economics* de 1922 e uma faculdade criada em 1924. Brookings definiu como objetivo principal do *Brookings Institution* “conduzir e fomentar pesquisas no amplo campo de economia, administração governamental e ciências política e sociais”.³

Poucos anos após sua fundação, o BI participou dos esforços do Governo Franklin Delano Roosevelt para compreender a crise, sugerindo medidas de recuperação. Contudo, os membros do BI, em sua maioria, eram opositores do New Deal. Durante a Segunda Guerra Mundial, o BI, de modo geral, passou a apoiar as políticas liberais governamentais. Segundo Amos Tevelow, os pesquisadores do BI promoveram políticas keynesianas e administraram programas da Grande Sociedade (TEVELOW, 2005, p.194).

³ Disponível em: (<http://www.brookings.edu/about/history/robert-s-brookings>).

No Governo Nixon, o BI passou para oposição, pela primeira vez após o fim da Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, o governo estadunidense continuou a contratar as pesquisas da organização. Nos anos 1980, frente a estagflação e sob a direção de Bruce MacLaury, o BI adotou uma postura neoliberal. Neste período, as pesquisas do BI estiveram voltadas para necessidade de conter o déficit federal e promover reforma tributária, desregulamentação da economia e métodos de eficiência governamental. Os estudos do BI apontavam que um ambiente de negócios amigável e a contenção nos investimentos sociais eram essenciais para fazer a economia crescer e sair da crise. No que tange à política externa, a segurança era o principal tema. Os recursos financeiros do BI vinham, principalmente, da Ford Foundation, Rockefeller Foundation, Bank of America, ExxonMobil, Carnegie Corporation, Gates Foundation, MacArthur Foundation e dos governos dos Estados Unidos e de outros países do mundo.

O *Democratic Leadership Council* (DLC) foi fundado por Al From, estrategista político do Partido Democrata, em 1984. Bill Clinton, então governador do Arkansas pelo mesmo partido, fundou o *Democratic Leadership Council* (DLC) e *Progressive Policy Institute* (PPI) como o centro de pesquisa e divulgação das ideias do DLC em 1989. Para os membros do DLC/PPI, os políticos e os partidos estadunidenses estavam em desconexão com a vida e os valores dos cidadãos. Mais ainda, o “populismo econômico” não seria mais viável. Por isso, seria preciso construir uma nova percepção de mundo diferente do liberalismo do Partido Democrata e do conservadorismo do Partido Republicano. Na prática, o DLC/PPI propôs projetos de reforma dos programas e das políticas públicas, sob a justificativa de valorizar a eficiência e a funcionalidade, com corte de gastos considerados desnecessários, diminuição de impostos e controle orçamentário. E, acima de tudo, buscou elaborar projetos para valorizar o trabalho e incentivar e disseminar soluções de livre mercado e a inovação (TEVELOW, 2005, p.199-200).

Na prática, o DLC/PPI defendeu a manutenção de serviços públicos apenas para aqueles que realmente precisassem de suporte do Estado para satisfazer necessidades básicas de sobrevivência. Neste sentido, por exemplo, apoiaram projetos para privatização da seguridade social e políticas de subsídios diretos aos cidadãos. O DLC/PPI recebeu financiamento de corporações do setor financeiro, petrolífero, tecnológico e bélico como Citigroup, DuPont, General Electric, Merrill

Lynch, Microsoft, Phillip Morris, Chevron, AT&T, Morgan Stanley e Raytheon.⁴

Dentre as organizações que abrigavam conservadores e neoconservadores se destacam como exemplo no debate intelectual: o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e o Hoover Institution.

O *American Enterprise Institute* (AEI) foi fundado em 1947, mas alcançou sua era de ouro a partir da década de 1970. Naquele momento, a instituição tinha mais de 55 pesquisadores, contava com a parceria de muitos outros em várias universidades e seu orçamento aumentou 10 vezes. A instituição foi amplamente financiada por mais de 600 empresas. Entre os conselheiros do instituto no período estavam Walter Wriston e William Simon. Este último, entre outras atividades empresariais, foi diretor da Xerox, do Citigroup e da Halliburton, além de secretário de Tesouro de Nixon. Também frequentavam o conselho o vice-presidente da Mobil (empresa do ramo petrolífero) e presidentes do Chase Manhattan Bank, da General Electric e da General Motors. O quadro de especialistas incluía figuras importantes como, Milton Friedman e Jude Wannisky, editor do Wall Street Journal.

A *Heritage Foundation* surgiu em 1973, criada por Paul Weyrich e Edward Feulner com o incentivo financeiro de Joseph Coors, proprietário de uma das maiores empresas do ramo de bebidas, a Coors Brewing Company (da qual o produto mais conhecido talvez seja a cerveja Miller) e de inúmeras outras empresas do Sunbelt. No corpo de especialistas da Heritage Foundation estava Norman Ture, economista ligado ao Partido Republicano que foi conselheiro do Governo Nixon. A organização publicou diversos materiais de pesquisa, assessorou políticos conservadores no Congresso e foi uma das maiores responsáveis por promover a candidatura de Ronald Reagan.

A *Hoover Institution*, ligado à Universidade de Stanford, Califórnia, quase faliu na década de 1960, mas no final da década de 1970 chegou a ter um orçamento anual de 8,4 bilhões de dólares. Dentre os principais integrantes do conselho do instituto, a partir da década de 1970, estavam David Packard, proprietário da Hewlett-Packard, empresa do ramo da informática situada no Sunbelt, além de executivos da petrolífera Standard Oil, da Califórnia. Entre os intelectuais estavam Allan Greenspan, Irving Kristol e Milton Friedman.

Na década de 1970, emergiram também organizações religiosas que na

⁴ Disponível em: (<http://www.nndb.com/group/269/000093987/>).

década seguinte se tornariam aliadas da nova direita neoconservadora. Na segunda metade dos anos 1970, o mundo religioso estava polarizado. As igrejas evangélicas conservadoras cresceram devido à capacidade de arregimentar fiéis durante a crise, enquanto as igrejas moderadas e liberais estavam em declínio devido ao influxo de fiéis para igrejas conservadoras e ao aumento da não filiação religiosa, que refletiu o individualismo religioso ou a secularização progressiva da sociedade.

Os evangélicos tiveram um crescimento significativo a partir da utilização dos meios de comunicação, que foi transformado em participação política efetiva nos anos 1970. Grupos religiosos conservadores voltaram mais ostensivamente à política para denunciar o comunismo e o que consideraram ser uma conspiração comunista nas escolas e nos programas sociais do governo. Além disso, passaram a enfatizar a importância do livre mercado. Os religiosos, como o reverendo Jerry Falwell, retomaram a visão do século XIX de que deveriam instilar na política os valores cristãos frente à crise e às questões sociais. As bandeiras tradicionalistas dos neoconservadores, deliberadamente ou não, atraíram os conservadores religiosos.

Da convergência entre a direita religiosa e os neoconservadores surgiram três grandes organizações. A *Christian Voice*, fundada em 1979 na Califórnia, com apoio dos católicos, apresentava-se como anti-homossexual, antipornografia, e pró-família. A *The Religious Roundtable*, fundada por Ed McAteer, também em 1979, recrutou seus fiéis entre evangélicos conservadores, sendo seus diretores líderes seculares e religiosos conservadores. E a *Moral Majority* fundada por Jerry Falwell em 1979, enraizada nas igrejas batistas independentes. A cruzada política e moral dos religiosos conservadores ganhou o país, principalmente, através de programas religiosos de televisão e de emissoras como a Christian Broadcasting Network (BERMAN, 1994, p.62-63).

Além da participação direta nos BPOs, o empresariado organizou fundações para financiar as atividades dos centros de pesquisa afinados com o ideário neoliberal e neoconservador. A família Scaife, proprietária de diversos negócios no ramo do alumínio, do petróleo e do capital financeiro, organizou três grandes fundações, a *Sarah Scaife Foundation*, a *Allegheny Foundation* e a *Carthage Foundation*. A primeira e principal, fundada em 1973, chegou a gastar 12 milhões de dólares em financiamento para as causas neoconservadoras e neoliberais. A *Olin Foundation*, fundada em 1977 pela Olin Corporation do ramo de armas do Missouri,

gastou cerca de 5 milhões de dólares por ano em financiamentos. Por fim, a *Smith Richardson Foundation*, criada em 1934 como uma fundação filantrópica, acabou voltada para causa neoconservadora e, quarenta anos mais tarde, gastou mais de 3 milhões de dólares por ano em incentivo, divulgação e patrocínio de livros.

Essas fundações financiaram os programas de TV *Free To Choose*, com o economista Milton Friedman e *In Search Of The Real America*, com Ben Wattenberg, além de jornais como o *New Criterion*, o *The American Spectator* e o *The Public Interest*, de Irving Kristol. Com ajuda direta e indireta do empresariado, os BPOs criaram publicações e propagandas para divulgar e promover as ideias de neoconservadores e de neoliberais.

Nos anos 1970, o grande empresariado passou a financiar seus candidatos de modo diferente. As leis de financiamento de campanha nos Estados Unidos surgiram para limitar a contribuição individual e obrigar a publicização dos valores das contribuições. Entretanto, essa legislação acabou encorajando a racionalização e organização das campanhas através dos comitês de ação política (*Political Action Committee – PACs*).

3.5 A organização dos neoliberais no Partido Democrata

No Partido Democrata, os quadros com tendências neoliberais apareceram em meio às fissuras resultantes dos embates entre diferentes correntes em meio à crise econômica e ao enfraquecimento político. Ainda durante o Governo Johnson (1963–1969), integrantes do partido no Congresso e no governo, como o secretário do tesouro, Henry Fowler, propuseram cortar os investimentos nos programas sociais e nas ações afirmativas. Os embates se acirraram. A AFL-CIO, central sindical que é um dos pilares do partido desde os anos 1930, colocou-se abertamente contra os cortes nos investimentos sociais e lembrou que o governo tinha o dever de amparar os trabalhadores desempregados. Barefoot Sanders, conselheiro legislativo do governo e ex-secretário de Justiça, e Joseph Califano, Assistente Especial do Presidente, aconselharam Johnson a não promover cortes profundos nos investimentos sociais sob pena de acabar com as esperanças dos pobres e aprofundar a crise social. Ambos sugeriram cortes nos programas militares e aumento de impostos. O presidente aceitou a necessidade de, ao menos, evitar novos gastos porque, segundo ele, “qualquer medida para aumentar os gastos daria

aos meus oponentes a desculpa que eles procuram para me chamar de gastador imprudente” (COLLINS, 1996, p.421).

Nas eleições de 1968, o Partido Democrata se fracionou em, pelo menos, quatro grupos. Entre os principais pré-candidatos estavam: George Wallace, que representou a velha tradição do Partido Democrata racista sulista, dixiecratas; Hubert Humphrey, que representou o que restou da aliança entre trabalhadores sindicalizados, políticos tradicionais e elite nortista, como herdeiro da coalizão e dos ideais do New Deal; Eugene McCarthy que representou os ideais dos intelectuais, negros, mulheres, homossexuais, imigrantes e ativistas radicais; e Robert Kennedy, que tentou representar uma possível aliança entre uma ala tradicional nortista e as minorias étnicas. Humphrey ganhou a nomeação, mas perdeu a eleição para Richard Nixon, do Partido Republicano.

Em 1972, o Partido Democrata continuou dividido em linhas semelhantes, desta vez com Wallace, Humphrey, George McGovern e Henry “Scoop” Jackson. McGovern se comprometeu com as liberdades individuais e com o desenvolvimento de programas sociais para por fim às desigualdades que atingiam as minorias e, acima de tudo, prometeu por fim à Guerra do Vietnã. Embora comprometido com transformações sociais, demonstrou preocupação com o déficit e com os altos gastos. Inclusive, a oposição sobre a Guerra do Vietnã não estava fundada apenas no pacifismo e na preocupação com os jovens soldados estadunidense, mas também na necessidade de diminuir os gastos. Jackson representava o anticomunismo feroz e os interesses dos trabalhadores organizados. Curiosamente, Jackson seria a inspiração de jovens neoconservadores que trabalharam junto ao seu gabinete e o admiravam, sobretudo devido ao anticomunismo. McGovern venceu as eleições primárias com o apelo contra a Guerra do Vietnã, mas perdeu o pleito para Nixon.

Nas eleições de 1976, os neoliberais lançaram a candidatura de Jerry Brown para disputar a nomeação do Partido Democrata à presidência. Brown e os neoliberais representavam uma ala do Partido Democrata afinada com as demandas dos trabalhadores bem pagos e com os investidores do mercado financeiro mais interessados em conter a inflação mais do que o desemprego. Brown era Governador da Califórnia, substituindo Ronald Reagan em 1975, quando declarou que os gastos governamentais eram responsáveis pelo crescimento da inflação (BERMAN, 1994, p.34).

Para além da retórica, Brown ganhou notoriedade por adotar uma política econômica neoliberal, sobretudo ao promover cortes no orçamento estadual mais drásticos do que seu antecessor republicano, no intuito de conter o déficit e balancear o orçamento. O projeto de Brown para os Estados Unidos contava com o receituário neoliberal básico: aumento de juros, corte de investimentos nos programas sociais e políticas públicas, impostos regressivos e desregulamentação da atividade econômica. Dentre os outros pré-candidatos estavam: Jimmy Carter, político cristão sulista do Partido Democrata; Morris Udall, sucessor de McGovern; e Henry “Scoop” Jackson.

Mesmo com tantas divergências, Carter conseguiu unificar provisoriamente os liberais e se sagrou o candidato à presidência do Partido Democrata, sobretudo, porque apresentou um programa contraditório e amplo com as promessas de preservar os programas sociais, ampliar os direitos civis dos negros, estimular a empregabilidade e a produtividade, reduzir a inflação, não envolver o país em mais guerras, regular as relações de consumo e diminuir os danos ao meio ambiente. Suas origens sulistas cristãs e sua posição antiaborto atraíram, inclusive, dixiecratas. No pleito presidencial, Carter venceu Ford favorecido, em grande medida, pelo escândalo de Watergate e pela crise econômica dos anos 1970. Entretanto, os neoliberais cresceram, organizaram-se e influenciaram o Governo Carter. Neoliberais proeminentes assumiram postos importantes dentro do Partido Democrata.

Depois das eleições de 1976, candidatos com tendências neoliberais passaram a administrar estados e ocupar lugar de destaque na Câmara de Representantes e no Senado. Um ano depois da vitória de Carter, Gary Hart, que foi coordenador de campanha de McGovern, e Paul Tsongas se elegeram sob tutela do Partido Democrata, respectivamente para o Senado pelo estado do Colorado e para a Câmara de Representantes pelo estado de Massachussetts. Ambos defenderam propostas neoliberais. Dentre outros quadros importantes da nascente ala de viés neoliberal do Partido Democrata, Bruce Babbitt assumiu como Governador do Arizona em 1978; Chuck Robb se sagrou Governador do Estado da Virgínia em 1982; Michael Dukakis se tornou Governador do Estado de Massachussetts em 1983; Bill Clinton se tornou Governador do Arkansas em 1983; Mario Cuomo assumiu o cargo de Prefeito de Nova Iorque em 1983; Tim Wirth assumiu como Representante do Colorado em 1975; Al Gore assumiu como Representante do Tennessee na

Câmara de Representantes em 1977; Dick Gephardt assumiu como Representante do Missouri também em 1977; e William Gray assumiu como Representante da Pennsylvania em 1979.

Todos esses atores cresceram rapidamente no Partido Democrata e na política estadunidense. Tsongas passou da Câmara de Representantes para o Senado em 1984; Al Gore assumiu uma vaga no Senado em 1985; e Gephardt se tornou Líder da Maioria na Câmara de Representantes em 1989. Além disso, democratas tradicionais como Lawton Chiles, Senador pela Flórida, Sam Nunn, Senador pela Georgia e Gillis Long Representante da Louisiana se aproximaram do neoliberalismo. Todos esses quadros estavam organizados no DLC e formaram o New Democrat Movement como uma facção do Partido Democrata, informalmente desde 1985, e formalmente a partir 1988.

Nos dois primeiros anos, o Governo Carter reduziu impostos, aumentou os gastos públicos para criar emprego e tentou expandir o *Comprehensive Employment and Training Act* (CETA), criado em 1973, para oferecer empregos públicos temporários aos trabalhadores com renda baixa ou desempregados. Além disso, expandiu o crédito para incentivar o consumo. Inicialmente, as medidas surtiram efeito. Todavia, essas medidas não foram suficientes para recuperar a produtividade e a empregabilidade. Como solução, o Banco Central estadunidense aumentou a taxa de juros para atrair capital, conseqüentemente gerou uma onda de especulação. Em 1978 e 1979, no Congresso, medidas e propostas econômicas neoliberais e neoconservadores figuraram no centro do debate político. Como resultado, os congressistas aprovaram a Lei de Receitas de 1978 (*Revenue Act of 1978*) que reduziu os impostos sobre os lucros de indivíduos e empresas.

Como aponta Hoeveler, depois de 1978, o próprio Jimmy Carter passou a pedir aos estadunidenses que diminuíssem suas expectativas em relação ao papel do governo e a utilizar a linguagem da austeridade e moderação. A administração Carter aceitou a ideia de que os déficits e a inflação eram resultantes da interferência do governo na economia e decidiu que este problema deveria se tornar prioridade sobre o desemprego. Logo anunciou que cortaria os gastos do governo, reduziria os impostos sobre os ganhos do capital e desregulamentaria as indústrias (HOEVELER, 1990, p.309). Para isso, Carter nomeou empresários como Walter Wriston do AEI e David Rockefeller para o conselho econômico presidencial. Também nomeou Paul Volcker, economista monetarista neoliberal, para presidência do

Federal Reserve Board, a fim de promover a queda da inflação, trazer de volta as condições favoráveis ao investimento privado e, conseqüentemente, fortalecer o dólar. Em 1979, o Governo Carter propôs ao Congresso aumentar os gastos militares e eliminar alguns benefícios da seguridade social. O apelo do presidente obteve o apoio de importantes congressistas do Partido Democrata, já não mais comprometidos com uma política social liberal.

Nas eleições presidenciais de 1980, os neoliberais lançaram a nomeação de Jerry Brown, mais uma vez, sem sucesso. O partido escolheu Carter, comprometido com a continuidade de uma política econômica que visava equilibrar o orçamento reduzindo os gastos governamentais e os impostos. Quatro anos mais tarde, Gary Hart, também sem sucesso, tentou a nomeação. Entretanto, não conseguiu vencer Walter Mondale nas primárias. Em seguida, Mondale perdeu a disputa nacional para Reagan.

Em 1988, o *New Democratic Movement*, de tendência neoliberal, fortalecido pela derrota dos políticos tradicionais do Partido Democrata, conseguiu lançar a candidatura de Michael Dukakis contra George H. Bush. Todavia, nas primárias daquela corrida presidencial, Hart e Gephardt também concorreram à vaga democrata. Os três candidatos com tendências neoliberais mostraram a força do neoliberalismo dentro do Partido Democrata. Dukakis perdeu a eleição para Bush, mas, em 1992, o *New Democratic Movement* chegou à presidência com Bill Clinton.

3.6 A organização dos neoconservadores no Partido Republicano e na Casa Branca

Na segunda metade da década de 1970, o neoconservadorismo, que encontrava importante espaço no Partido Republicano, beneficiou-se do realinhamento limitado no sul e do desalinhamento político profundo na sociedade americana. No sul e no meio oeste, republicanos de tendência conservadora e neoconservadora apelaram para um discurso que correspondeu às disposições racistas, militaristas e federalistas historicamente adquiridas e reafirmadas na região. Assim, beneficiaram-se imensamente do ressentimento dos trabalhadores brancos racistas perante as elites do norte, os intelectuais e as minorias raciais, envolvidos com os direitos civis e os programas federais da Grande Sociedade (HIMMELSTEIN, 1990, p.166).

Além disso, em todo o país, o número de estadunidenses que se identificou com um ou outro partido declinou de 38% em 1964 para 23% em 1978 e o número dos que se diziam independentes aumentou de 20% para 38% na segunda metade da década de 1970 (HIMMELSTEIN, 1990, p.171-172).

Contudo, segundo Himmelstein, de forma geral, o desalinhamento favoreceu os Republicanos por diversas razões. Primeiro, como partido que estava na oposição no final da década de 1970, os Republicanos tinham menos a perder e mais a ganhar com o enfraquecimento do governo; segundo, o Partido Republicano estava mais homogêneo e organizado ideologicamente, portanto mais aberto a concordar sobre candidaturas e a fazer apelo aos votantes independentes; terceiro, o Partido Republicano tinha mais organização e recursos financeiros para competir no mundo político. O empresariado neoconservador dominou e organizou o Partido Republicano, racionalizando e centralizando o partido. Assim, o Partido Republicano conseguiu recrutar e apoiar bons quadros e injetar financiamento em campanhas apertadas no momento certo. Nos anos 1970, os PACs dos empresários financiaram os Republicanos neoconservadores. Com recursos abundantes, os Republicanos conseguiram suprir cada vez melhor seus candidatos com financiamento, conselheiros, pesquisas e venceram as disputas mais acirradas. O Partido Republicano foi mais capaz de colocar à sua disposição novas tecnologias, incluindo o crescente número de computadores, utilizados para analisar as pesquisas; coletar e distribuir informações sobre oponentes; financiar e coordenar aspectos de campanha; e conquistar mais votos. Certamente, a centralização do partido é importante em qualquer circunstância, mas é ainda mais importante quando a lealdade partidária está enfraquecida, pois nessas condições a escolha do voto é feita com base nos valores individuais do candidato. A capacidade de recrutar candidatos capazes de vencer os embates eleitorais e financiá-los adequadamente, portanto, tornou-se crucial (HIMMELSTEIN, 1990, p.174).

Nas eleições minoritárias de 1973, 1975 e 1977, o Partido Republicano elegeu quadros que defenderam causas do escopo ideológico neoconservador, como por exemplo: redução dos gastos públicos, em especial o combate ao *Food Stamps*; diminuição de impostos para os empresários; desregulamentação da economia; revisão das leis federais que, supostamente, interferiam na autonomia dos estados, como as leis de direitos civis; proibição do aborto em qualquer circunstância; incentivo à prática de oração nas escolas; proibição do ensino de

educação sexual no sistema público educacional sem o consentimento dos pais dos estudantes; e a contenção à União Soviética.

Dentre os quadros que defendiam essas causas estavam: Bill Thomas, membro do AEI, que se tornou representante do estado da Califórnia; Newt Gingrich, membro do AEI e do *Hoover Institution*, que conquistou uma vaga na Câmara de representantes pelo estado da Georgia; Phil Crane, membro do *Heritage Foundation*, que assumiu a cadeira de representante do estado de Illinois; e Dick Cheney, presidente da Halliburton e, mais tarde, Secretário de Defesa dos Estados Unidos (1989-1993), que assumiu uma vaga pelo estado de Wyoming. No Senado, Jesse Helms assumiu uma cadeira pelo estado da Carolina do Norte; Orrin Hatch tornou-se senador pelo estado de Utah; e Malcolm Wallop, membro do Heritage Foundation, se elegeu senador pelo estado de Nova Iorque.

Nas eleições presidenciais de 1980 o momento era do Partido Republicano e de Ronald Reagan. Até os anos 1960, Reagan era ator, presidente do Sindicato dos Atores de Cinema e Televisão (*Screen Actors Guild*) e membro do Partido Democrata. Em 1962, Reagan deixou o Partido Democrata e se filiou ao Partido Republicano por não concordar com as políticas de direitos civis e a extensão dos programas sociais. Em 1964, no discurso de apoio à candidatura presidencial do senador Republicano Barry Goldwater, Reagan explicou a sua mudança de partido parafraseando o Democrata Al Smith, que fez forte oposição ao New Deal. Segundo Reagan, a liderança do Partido Democrata estava levando o partido de Jefferson, Jackson e Cleveland às ruas sob a bandeira de Marx, Lênin e Stalin. No fim do embate eleitoral, Reagan venceu Carter com 50,7% dos votos populares e uma vitória acachapante nos colégios eleitorais, conquistando 489 delegados em 44 estados, com apoio dos políticos de tendência conservadora e neoconservadora.

Durante as eleições presidenciais, Reagan formou o conselho econômico com 12 membros defensores das políticas econômicas neoliberais/neoconservadoras, incluindo Alan Greenspan e Arthur Laffer. Em seu primeiro mandato, Reagan nomeou David Stockman, economista do AEI, como diretor do *Office of Management and Budget* (Gabinete de Administração e Orçamento - OMB) e Donald Regan, diretor executivo do banco *Merril Lynch*, como Secretário do Tesouro. A Diretoria Consultiva de Política Econômica (*Economic Policy Advisory Board*) de Reagan contou com a ajuda de Arthur Laffer; William Simon, ex-secretário do tesouro (1974-77) e membro do *Hoover Institution* e da *Heritage Foundation*; e Milton Friedman.

A influência dos intelectuais ligados aos BPOs era igualmente importante na esfera política do governo. James Baker III, o Chefe do Gabinete da Casa Branca, não participava diretamente de nenhum BPO, entretanto frequentava os mesmos círculos sociais que empresários e influentes neoconservadores, como o *Alfalfa Club*, um clube de ricos do qual também faziam parte Ronald Reagan, Donald Regan, e George Bush. O Subchefe do Gabinete da Casa Branca, Michael Deaver, era filho de um distribuidor de petróleo da Shell e havia trabalhado na IBM. O conselheiro sênior de Reagan era Edwin Meese, membro do *Hoover Institution* e da *Heritage Foundation*. Esses três homens eram John H. Kessel aponta que esses três nomes e William Clark, Subsecretário de Estado e Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Interna, eram os principais membros do governo. Acima de tudo, Clark, Deaver, Meese e, principalmente, Baker eram sabidamente tão próximos do presidente que a oposição de um deles a qualquer projeto era o bastante para que este fosse derrotado (KESSEL, 1984, p.237-254).

No governo, em nome da recuperação dos lucros e da competitividade empresarial, a administração Reagan rompeu com as regulações que normatizavam as relações entre o governo, o trabalho organizado e as empresas, como o direito de greve. Nos primeiros meses de governo, Reagan acabou com a greve dos controladores de tráfego aéreo, tirando o certificado de atuação do sindicato. A ação contra os controladores de vôo deixou clara a disposição de Reagan de não conciliar ou admitir práticas sindicais anteriormente vistas como legítimas. Para a administração Reagan, o principal papel dos sindicatos era auxiliar as empresas no esforço de recuperação econômica da nação, portanto deveriam aceitar as reduções nas regulações trabalhistas que encareciam os custos da produção e diminuía a competitividade da nação.

Como programa econômico, o Governo Reagan tentou colocar em prática cinco medidas estratégicas: cortes nos gastos governamentais; transferência de programas sociais para a iniciativa privada, governos estaduais e governos locais; redução drástica de impostos, sobretudo para as empresas, seguido da ampliação da base de arrecadação; fim das regulações federais sobre a atividade econômica; e estabilização monetária através dos juros.

Para colocar em prática o projeto de recuperação econômica da nação, o governo Reagan estabeleceu no orçamento do primeiro mandato a seguinte distribuição de recursos: 34% destinado aos gastos militares, em 1980 eram 25%;

41% dedicados aos programas para os “verdadeiramente necessitados”, 5% a mais do que o último orçamento; 9% para gastos com juros, a mesma porcentagem dos anos anteriores; e, apenas, 16% estariam comprometidos com os programas sociais federais, ao invés dos 30% que vinham sendo reservados até aquela data. O orçamento previa ainda a eliminação de 300.000 postos de trabalho dos programas públicos de emprego, que eram ocupados por trabalhadores desempregados à espera de trabalho no setor privado e redução dos subsídios dos juros concedidos nos empréstimos para o ensino superior. Na área tributária, o programa do governo planejava reduzir os impostos de renda em até 30% para a parcela da população que recebia mais rendimentos; conceder deduções fiscais superiores a 10% dos valores investidos na modernização das indústrias; e terminar com a distinção entre rendas não salariais e rendas salariais para tributar trabalhadores informais, autônomos e aposentados, com o objetivo de aumentar a base de arrecadação.

Ademais, o Governo Reagan buscou eliminar as regulações sobre o transporte terrestre e aéreo, além de inúmeras outras agências, incluindo a *Occupational Safety and Health Administration* (Agência de Segurança e Saúde no Trabalho – OSHA) e a *Environmental Protection Agency* (Agência de Proteção Ambiental – EPA).

Depois de oito anos de governo, a insegurança, a desigualdade social e a pobreza nos Estados Unidos aumentaram significativamente. Somente entre 1981 e 1983, 408.000 pessoas perderam o direito ao AFDC. Durante toda década de 1980, os investimentos em saúde e educação sofreram reduções significativas e os recursos para o seguro desemprego foram reduzidos. A suposta redução de impostos de 1981 e 1982 recompensou os ricos e puniu os pobres. Ao mesmo tempo, as famílias mais pobres perderam mais benefícios do que as famílias mais ricas e passaram a gastar mais com serviços básicos, como saúde e alimentação.

Com tudo isso, na década de 1980, aproximadamente US\$ 160 bilhões foram transferidos por ano para os 5% mais ricos do país. No mesmo período, apenas 1% das famílias estadunidenses controlavam 37% da riqueza dos Estados Unidos. Em média, a renda da família americana caiu entre 4% e 6.5% no período entre 1979 e 1987 (BERMAN, 1994, p.106-107).

Nas eleições de 1988, o Partido Republicano indicou George H. W. Bush, até então Vice Presidente, à candidatura à presidência dos Estados Unidos. Bush era um exemplar perfeito da elite estadunidense: membro de uma família rica do ramo

petrolífero e formado em Yale, já havia sido Diretor geral da CIA no Governo Ford e embaixador na ONU no Governo Nixon. No Partido Republicano, Bush fora um elemento significativo para coesão das vertentes conservadoras. Para assegurar as alianças com seus congêneres, Bush reafirmou o compromisso de não aprovar nenhum imposto novo e convocou o senador neoconservador Dan Quayle para compor a chapa. Na campanha presidencial, de forma geral, Bush aproveitou o programa e o legado do Governo Reagan e venceu pleito. Entretanto, o Governo Bush perdeu o apoio de parte dos conservadores porque, para conquistar o consenso de trabalhadores, aumentou o salário mínimo e não vetou o projeto de lei que definiu cotas para negros e mulheres em setores em que eram sub-representados. Também ganhou a desconfiança e a insatisfação dos neoconservadores evangélicos porque não deu suporte suficiente a campanha contra o aborto e a favor das orações nas escolas públicas.

Em 1990, a administração Bush aumentou os impostos para tentar cobrir o déficit crescente e sustentar o crescimento econômico conquistado nos anos Reagan. As medidas não surtiram efeito. Nas eleições de 1992, os Estados Unidos passavam por uma pequena crise econômica, com efeitos na produtividade e na empregabilidade. Nessa situação, sem apoio dos neoconservadores, Bush não conseguiu se reeleger.

3.7 Neoconservadores e neoliberais na mídia especializada

3.7.1 A Commentary Magazine: do liberalismo ao neoconservadorismo

Em 1945, o American Jewish Committee (AJC), uma organização conservadora voltada para defesa dos interesses dos judeus nos Estados Unidos, lançou a publicação *Commentary Magazine* para “para atender à necessidade de uma revista de pensamento significativo e opinião sobre assuntos judaicos e questões contemporâneas” (ABRAMS, 2010, p.3).

Nos primeiros anos, Elliot E. Cohen era o principal editor da revista. Antes de assumir a tarefa, Cohen, que tinha como objetivo pessoal reconstruir os valores intelectuais judeus, havia sido editor do *Menorah Journals*, dedicado ao humanismo judaico, na década de 1920. Depois, de sair do *Menorah Journals*, Cohen se tornou diretor de relações públicas da *Federation of Jewish Philanthropies*. Em paralelo às

ocupações, também foi membro da *Communist League of America*, até romper com o comunismo na década de 1930. Cohen convidou Robert Warshaw, um liberal anticomunista e ateu, para ser o editor administrativo, além de outros intelectuais judeus ex-trotskistas e, naquele momento, liberais anticomunistas como Nathan Glazer, Irving Kristol e Daniel Bell para fazer parte da equipe de articulistas do periódico.

Sob a editoria de Cohen, a *Commentary* abordou temas nacionais, mundiais e de interesse específico da comunidade judaica estadunidense. A AJC, que financiou o periódico, prometeu liberdade editorial a Cohen, embora a filosofia da organização estivesse claramente impressa em todas as edições do periódico: “o patrocínio da *Commentary* pelo AJC está em linha com seu programa geral para iluminar e esclarecer a opinião pública sobre problemas de interesse judaico, para lutar contra a intolerância e proteger os direitos humanos e para promover o interesse cultural judaico e a realização criativa na América” (ABRAMS, 2010, p.3).

No imediato pós-guerra, a *Commentary* abordou o holocausto com artigos com histórias de sobreviventes e relatos sobre as condições dos judeus em lugares como Grécia, Iugoslávia e Romênia. Hanna Arendt escreveu um artigo em que defendeu que o holocausto era consequência do totalitarismo. Entretanto, a perseguição e as atrocidades contra os judeus não colocaram a *Commentary* no campo sionista, sobretudo porque não eram fervorosamente religiosos e guardavam heranças pacifistas e socialistas.

O posicionamento da *Commentary* mudou quando os Estados integrantes da ONU admitiram a criação do Estado de Israel na Palestina, saudada na edição de fevereiro de 1948. Na edição de maio do mesmo ano, Arendt celebrou a esperança e o orgulho dos judeus de todo o mundo. Mesmo assim, os articulistas não abandonaram o tom crítico. Ainda como um jovem estudante judeu, Norman Podhoretz visitou Israel em 1951 e enviou uma carta para Lionel Trilling, seu professor em Columbia, na qual relatou seu desapontamento com os israelenses, caracterizados como ranzinzas, grosseiros e arrogantes ansiosos por transformar Israel em uma “Nova Iorque do Leste”. Trilling repassou a carta para Cohen que, através de Kristol, convidou Podhoretz para integrar o grupo de articulistas da *Commentary*. A contraposição a este tipo de radicalismo sionista reforçou o sentimento de pertença ao judaísmo e aos Estados Unidos.

Em meio à Guerra Fria, sob ataque dos sionistas radicais e acusações de

conspiração judaico-comunista, os articulistas da *Commentary* deixaram definitivamente de flertar com o marxismo e reforçaram o viés liberal anticomunista. Para os articulistas da *Commentary*, o comunismo não representava progresso social, mas o totalitarismo, o coercitivismo estatal e uma ameaça ideológica séria. Para Cohen, a Guerra Fria era uma guerra por corações e mentes entre a liberdade e o totalitarismo. Assim os Estados Unidos deveriam empreender uma guerra ideológica para expandir os valores estadunidenses para o mundo e impedir a vitória soviética.

Nas páginas da *Commentary*, Cohen publicou reportagens sobre campos de trabalho forçado; genocídio de kulaks; supressão violenta das revoltas na Hungria, Polônia e na Alemanha Oriental; e perseguição aos judeus. Mesmo na *détente*, momento de redução das tensões a partir do balanço de poder, os articulistas da *Commentary* acreditavam que os encontros e acordos de não agressão eram apenas uma estratégia soviética para desmobilizar as forças ocidentais e vencer a guerra por outros meios. Para Cohen e seus companheiros, os soviéticos tinham pretensões imperiais e a *détente* colocaria a democracia e o mundo em risco. Esta posição, em meio à Guerra Fria, catapultou as vendas e a popularidade do periódico. Mesmo com uma postura anticomunista, Cohen e a *Commentary* não apoiaram o McCarthismo. Para os autores da *Commentary*, McCarthy era um demagogo que não deveria ser levado a sério.

Em 1956, Cohen foi internado em uma clínica para curar a depressão. Martin Greenberg, escritor e crítico literário, assumiu o posto de editor, contra a vontade Cohen, que desejava ver Podhoretz em seu lugar. Um ano mais tarde, Podhoretz deixou a *Commentary*. Em 1959, Cohen, ainda em depressão, suicidou-se. A AJC convidou Kristol para assumir o cargo de Cohen. Diante da negativa, o comitê convidou Podhoretz. Mesmo sob conselhos contrários, inclusive de Kristol, Podhoretz aceitou assumir a editoria do periódico. De imediato, Podhoretz manteve a aparência sóbria, que, segundo ele, lembrava ao leitor virtudes clássicas como, ordem, harmonia, equilíbrio e a precedência do todo sobre o indivíduo (BALINT, 2010). Podhoretz transformou a *Commentary* em um periódico de interesse geral sobre os temas contemporâneos, não apenas judaico. Nas suas palavras:

A *Commentary* hoje está menos preocupada do que costumava estar com a sociologia da comunidade Judaica estadunidense, com as ciências sociais em geral e com o caráter da classe média estadunidense. Permanece,

contudo, interessada no significado do Holocausto, no papel dos Estados Unidos nas questões internacionais, na importância da etnicidade e da religião na vida estadunidense, na qualidade da cultura contemporânea, nos problemas da educação e na alusiva natureza do judaísmo (PODHORETZ *apud* BALINT, 2010, p. 84).

O novo editor formou a equipe de editores assistentes com Marion Magid, Ted Solotarof, Werner Danhauser e George Lichtheim. Com a nova equipe, Sherry Abel era a única remanescente da Era Cohen. Entretanto, figuras como Kristol, Kazin e Trilling não deixaram de contribuir com a *Commentary*, ainda que com menos espaço.

Sob a direção de Podhoretz, a revista derivou para o dissenso. Podhoretz abandonou o anticomunismo e o pró-americanismo dos anos Cohen para colocar a *Commentary* no campo da crítica social nos Estados Unidos. Segundo o próprio editor, o periódico, em sua nova fase, deveria criticar as instituições e expor suas fraquezas e inadequações para, talvez, liderar e controlar a reconstrução do liberalismo. O primeiro número da revista editada por Podhoretz continha um artigo de Paul Goodman, um intelectual da contracultura, pacifista, anarquista e ícone para os jovens da nova esquerda. Outros intelectuais de esquerda, fora do *status quo* liberal, apareceram nas páginas da *Commentary* na primeira metade da década de 1960, como Norman Mailer, Herbert Marcuse, Marshall McLuhan e Susan Sontag.

Segundo Balint, na edição de julho de 1966 da *Commentary*, Tom Kahn, diretor da *League for Industrial Democracy*, assim como Podhoretz, afirmou que “uma nova esquerda militante e democrática é necessária nos Estados Unidos” (BALINT, 2010, p. 89). Assim, Podhoretz usou o periódico como caixa de ressonância de demandas por reformas para acabar com a pobreza, melhorar a educação e garantir os direitos civis, colocando a *Commentary* como ponta de lança na luta pelos direitos civis das minorias. Para o editor, as desigualdades raciais eram antiestadunidenses.

Em 1965, publicou-se um artigo de Bayard Rustin que, à esquerda dos liberais, afirmou que o movimento pelos direitos civis não se tratava apenas de promover oportunidades, mas de conquistar a igualdade. O próprio Podhoretz, no celebre artigo “*My Negro Problem – and Ours*”, da *Commentary* de fevereiro de 1963, mesmo depois de lembrar que na infância era perseguido pelos negros do seu bairro, sugeriu que a integração de negros e judeus deveria ser total, inclusive através da miscigenação.

Para o novo Podhoretz e a nova *Commentary*, as suspeitas e os temores de Cohen e dos antigos articulistas de que os soviéticos queriam dominar o mundo e de que as instituições estadunidenses estavam infestadas de simpatizantes comunistas eram exageradas. No periódico, David Riesman e Michael Maccoby definiram os escritos de George Kennan como simplistas e Hans Morgenthau, que assinava um artigo a cada dois meses, alertou que colocar o anticomunismo como prioridade da política externa poderia agravar a impotência estadunidense.

Podhoretz e a *Commentary* se aproximaram dos pacifistas e da crença de que era necessário reduzir o perigo de uma guerra nuclear. Anticomunistas ligados à história da revista (como Kristol, Trilling e Bell) acusaram Podhoretz de ser excessivamente condescendente com o comunismo e a União Soviética, e muito duro com os Estados Unidos. Em 1961, quando Kennedy enviou o primeiro general ao Vietnã, Podhoretz denunciou que a possível guerra no sudeste asiático era uma ação equivocada e imprudente para expandir a estratégia de contenção, que poderia acabar em um desastre. No início dos anos 1970, Podhoretz e os articulistas se juntaram aos estadunidenses que exigiam a retirada das tropas estadunidenses do país no sudeste asiático.

Para Nathan Abrams, um dos principais biógrafos de Podhoretz e da *Commentary*, nos primeiros anos sob a editoria de Podhoretz, o periódico não tinha uma linha editorial clara (ABRAMS, 2010). O periódico não estava, claramente, na esquerda, na direita ou no centro. Era uma amalgama das três posições. Mesmo ao rejeitar um determinado tipo de anticomunismo, Podhoretz ainda era um anticomunista, com participação, inclusive, no *American Committee for Freedom* (ACCF), organização que visava combater a influência do comunismo na cultura estadunidense. De acordo com Abrams, o próprio Podhoretz nunca deixou de defender que o “comunismo soviético representava a maior ameaça sobre a face da terra à liberdade intelectual e cultural” (ABRAMS, 2010, p.55).

Além disso, muitos articulistas e editores, inclusive Podhoretz, acreditavam que o governo federal deveria ter uma atuação mínima. Para eles, os governos locais e estaduais deveriam atuar, de forma independente, para resolver os problemas sociais e os cidadãos sabiam melhor do que o governo federal como gastar dinheiro. De forma geral, acreditavam que as estruturas políticas liberais, destinadas a controlar a política interna e a política externa, não funcionariam por muito tempo (ABRAMS, 2010).

Nas mãos de Podhoretz, o periódico trouxe lucro. A circulação paga passou de 20.000 edições, em 1960, para 64.000 edições, em 1968. A receita com propaganda aumentou de US\$ 10.000 para US\$ 100.000, no mesmo período (BALINT, 2010). A maioria dos anúncios era de cigarros, bebidas caras, restaurantes badalados, automóveis de luxo e produtos sofisticados. Rapidamente, a *Commentary* se tornou uma instituição nacional e Podhoretz passou a ser convidado para participar de banquetes, festas, comitês, programas de televisão e entrevistas. Mais do que isso, o editor ganhou acesso a políticos como Marion Javits, Bobby Kennedy e Dick Goodwin (ABRAMS, 2010). Em outras palavras, Podhoretz passou a fazer parte da elite.

No fim da década de 1960 e início da década de 1970, Podhoretz, os editores e os colaboradores da *Commentary* aumentaram o tom das críticas à nova esquerda, ainda que estivessem do mesmo lado contra a Guerra do Vietnã. Para eles, a nova esquerda estava permeada por ideais infantis, fantasias revolucionárias, autoritarismo e perversão sexual. Mais do que isso, não tinha nenhuma conexão com os trabalhadores, nem coesão ou coerência interna, a não ser pela oposição ao *establishment* e ao complexo militar industrial. Como resultado, do ponto de vista de Podhoretz, a nova esquerda representou uma oposição simplista ao sistema, a glorificação da violência como ato criativo e a romantização de líderes autoritários do terceiro mundo, como Gamal Abdel Nasser, Fidel Castro, Ho Chi Minh e Mao Zedong. Eram rebeldes sem causa.

A ruptura estava anunciada depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, quando intelectuais da nova esquerda acusaram Israel de promover um *apartheid* na Palestina, como uma subpotência imperialista e dominadora, protegida pelos Estados Unidos. Podhoretz e a *Commentary* também se afastaram do movimento pelos direitos civis. Segundo Abrams, Podhoretz apoiou apenas o objetivo básico do movimento pelos direitos civis, a garantia dos direitos civis e constitucionais dos negros, mas nada além disso. Para o editor, a integração racial exacerbaria o ódio, que existia por razões históricas, sociais, políticas e psicológicas dos dois lados. Em “*My Negro Problem and ours*”, Podhoretz criticou a integração e acusou os liberais de serem hipócritas em relação aos direitos civis. A sugestão da miscigenação era a melhor saída porque seria natural, sem interferência de nenhum governo. Praticamente nenhum negro tinha espaço na *Commentary* (ABRAMS, 2010).

Em 1969, Diana Trilling, esposa de Lionel Trilling, enviou uma carta para

Podhoretz para denunciar Mark Rudd, líder do *Students for Democratic Society* (SDS), que prometia destruir o mundo corporativo e universitário. Para Podhoretz e os companheiros da *Commentary* a nova esquerda não só não reergueria o liberalismo, mas destruiria o mesmo.

No ano seguinte, Glazer publicou, no periódico, um artigo com o título “*On Being Deradicalized*”, apelidado de “*The Confession of Nat Glazer*”, anunciou seu afastamento do “radicalismo suave” e sua aproximação do “conservadorismo suave”. Podhoretz declarou guerra à esquerda, pois essa poderia abrir caminho para o comunismo e enfraquecer os Estados Unidos, que teria sua existência ameaçada. Para impedir isso, Podhoretz considerava necessário preservar valores estadunidenses como liberdade, civilidade, patriotismo e democracia. Para coroar a mudança de prumo da *Commentary*, ele convidou Milton Himmelfarb, que acompanhou seu cunhado Irving Kristol em direção ao neoconservadorismo, para fazer parte do corpo de editores da *Commentary*. Para Balint, a partir daquele momento, Himmelfarb se tornou a “consciência da *Commentary*”, que voltou a ser o abrigo seguro para figuras como Bell e Kristol, além de intelectuais “desradicalizados” como Nathan Glazer, Midge Decter, Michael Novak, David Horowitz, Peter Collier, Daniel Patrick Moynihan, Seymour Martin Lipset, Robert Nisbet, Jeane Kirkpatrick, Paul Weaver, Robert W. Tucker, Edward Luttwak e Walter Laqueur.

3.7.2 The New Republic: do radicalismo ao neoliberalismo

No início dos anos 1910, os progressistas positivistas, Herbert Croly, Walter Lippman e Walter Weyl decidiram lançar um periódico. O casal Dorothy e Willard Straight forneceu o capital necessário para fundação da revista. Dorothy era filha de William Whitney, de uma família que fez fortuna com as linhas de bondes municipais e com investimentos na Standard Oil. Willard Straight era financista da J.P. Morgan, próximo de Theodore Roosevelt. Willard Straight sugeriu batizar o periódico de FACT, anagrama para *For, Against, Consultation e Truth*. Mas FACT, também revela o propósito de fundar um periódico vendável para reportar fatos, não opiniões. Esse não era o plano de Croly, que queria fundar um periódico crítico e construtivo, a fim de emitir posições e ideias de valor para opinião pública estadunidense. Inicialmente, Croly queria nomes como *One Nation* ou *New Nation*, inviáveis dada à

existência do *The Nation*. Escolheu *Republic*, mas o nome já estava registrado. Como alternativa, Croly colocou o adjetivo *New* antes de *Republic* e, finalmente, conseguiu batizar o periódico, que lançou em 1914, de *The New Republic* (TNR).

De acordo com Seiderman, Croly tentou criar um periódico radical sem ser socialista. Nesta empreitada, os editores e articulistas do TNR fizeram propaganda pelo salário mínimo, defenderam a legalidade dos sindicatos, criticaram a pobreza e se colocaram contra grandes capitalistas, inclusive a J.P Morgan. Em especial, os editores acreditavam que as desigualdades políticas e sociais limitavam a capacidade intelectual dos homens e, como consequência, reforçava a privação dos direitos políticos e prolongava a dominação. Os editores da TNR nunca consideraram o socialismo, ou outra perspectiva radical qualquer, como uma alternativa. Eles preferiam tentar promover ideias e transformações dentro do próprio sistema (SEIDERMAN, 1986).

Em 1918, Willard Straight morreu depois de contrair gripe na Europa. No ano seguinte, Weyl morreu em decorrência de um câncer. Em 1921, Lippmann deixou o periódico para ser editor do *New York World*. O jornalista e escritor Bruce Bliven, até então no *New York Globe*, foi chamado para ser o editor chefe do TNR. Edmund Wilson, ex-agente da inteligência militar e ex-editor da Revista *Vanity Fair*, e George Soule, um escritor e economista que ajudou a fundar o Labor Bureau para assessorar tecnicamente trabalhadores e sindicatos, assumiram editoriais da revista. Além da dupla, nomes como H. G Wells, Virginia Woolf, Bertrand Russell e Waldo Frank começaram a escrever regularmente para o TNR. Dorothy Straight assumiu o papel do marido, e se tornou a patrona do periódico.

Croly continuou no TNR. Entretanto, nos anos 1920, mostrou-se desencantado com os liberais, que estariam muito preocupados em conquistar poder político e econômico (GENTRY, 1960). Para ele, os liberais deveriam adaptar o radicalismo e o realismo à democracia estadunidense para balancear o poder político e econômico. Contudo, ainda de acordo com o fundador do TNR, os trabalhadores não conseguiriam alcançar a justiça social sem agressividade. A luta de classes era inevitável.

De acordo com Seiderman, Croly, um liberal moderado, estava se deslocando para a esquerda, ainda que continuasse avesso ao socialismo e ao radicalismo. Para Croly, o bem estar das pessoas só seria alcançado com mudanças radicais na economia e no governo. Em uma ocasião, neste período, afirmou que o objetivo

principal do TNR era “menos de informar ou entreter seus leitores do que começar pequenas insurreições na esfera de suas convicções”.

Bruce Bliven, um dos novos editores do TNR, criou a famosa e polêmica coluna política TRB, em 1925. Nas páginas do TNR, os editores levantaram temas como horas de trabalho, salário mínimo e habitação, incomuns entre a intelectualidade da década de 1920. E, atacaram o conservadorismo da AFL; a discriminação racial; os conglomerados milionários; e os cidadãos estadunidenses, caracterizados como gastadores apegados ao conforto e à luxúria (SEIDERMAN, 1968, p.68). Mesmo com as críticas, antes da crise de 1929, os editores da TNR não tinham nenhuma objeção, medo ou simpatia pelos comunistas estadunidenses. Consideravam o Partido Comunista dos Estados Unidos como um séquito pequeno, intolerante e sem independência intelectual (GENTRY, 1960).

Em 1928, Croly sofreu um acidente vascular encefálico. Para se recuperar, afastou-se do TNR, falecendo dois anos depois. Após sua morte, Bliven, Soule, Edmund Wilson, Robert Morse Lovett e Stark Young formaram o corpo editorial que passou a dirigir o TNR de forma coletiva. Mesmo diante do *crash* de 1929, Dorothy Straight assegurou que continuaria financiando a publicação. Em meio ao caos econômico, as colunas de economia ganharam proeminência, os editores do TNR tentaram elaborar e publicar propostas para retirar os Estados Unidos da crise. Comparando o sistema comunista soviético e o sistema capitalista estadunidense, Soule não acreditava na superioridade da União Soviética ou dos Estados Unidos.

Segundo Gentry, Soule comparou ponto a ponto os dois sistemas e afirmou que os estadunidenses não tinham razão para se sentirem superiores aos soviéticos. Para ele, a União Soviética tinha uma ditadura política, mas os Estados Unidos tinham uma ditadura da falta de planejamento econômico, que alimentava a pobreza (GENTRY, 1960). Soule sugeriu que o governo coordenasse os recursos nacionais e balanceasse a produção e o consumo com o objetivo de eliminar o desemprego. Ademais, deveria nacionalizar fábricas, estradas, minas e terras. Para Edmund Wilson, os Estados Unidos deveriam adotar a planificação econômica soviética (SEIDERMAN, 1968). De acordo com Gentry, Edmund Wilson acreditava que a verdadeira oposição deveria substituir a declaração de independência por um novo manifesto e uma nova Carta de Direitos (GENTRY, 1960).

Quando a crise impactou definitivamente os Estados Unidos, o programa emergencial do TNR incluiu seguro desemprego, ajuda financeira direta, expansão

dos programas de obras públicas, aumento de impostos para os mais ricos, criação de um conselho nacional industrial e uma comissão de planejamento para aumentar salários e adequar a produção ao mercado.

Nas eleições de 1936, os editores do periódico recomendaram o voto em Norman Thomas, candidato pelo Partido Socialista, ou em Earl Bowder, candidato pelo Partido Comunista. A partir de 1937, os editores adotaram uma postura cooperativa e conciliatória sobre o New Deal, mas se mantiveram à esquerda, defendendo o coletivismo e a economia planificada, sem abandonar as críticas ao governo de Joseph Stalin na União Soviética.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, Michael Straight assumiu o papel da mãe, Dorothy Straight, como investidora do TNR, com o objetivo de fazer com que a publicação desse algum lucro. Em 1946, Henry Wallace se tornou editor da revista, após ser demitido do Governo Truman. Mike Straight passou para o cargo de editor executivo e Bruce Bliven se tornou chefe do corpo editorial.

Além disso, TNR também contou com novos colunistas e colaboradores. O *layout* do periódico também mudou, passou a ter um formato menor, mas dobrou o número de páginas, de 32 para 64. Muitas delas foram reservadas à publicidade de livros ou mensagens de grupos e sindicatos liberais. Os editores esperavam que a circulação da revista passasse de 40.000 para 85.000 exemplares (GENTRY, 1960, p.324). Em seu primeiro editorial, Wallace revelou que pretendia escrever para organizar o progressivismo nos Estados Unidos. Para Wallace, o governo estadunidense deveria promover a democracia e a igualdade racial. Assim, o governo soviético poderia acreditar na democracia estadunidense e estimular a liberdade política. Consequentemente, o mundo estaria em paz (GENTRY, 1960). Dois anos depois, Wallace deixou o TNR para voltar à política.

Em 1953, Straight, cansado dos prejuízos, vendeu a TNR. Gilbert Harrison assumiu a revista, inclusive o cargo de editor chefe. Harrison mudou o formato para ficar mais vendável e semelhante aos anos pré-Wallace. Em termos de conteúdo, a TNR continuou a atacar o conservadorismo e a política de contenção. Segundo Gentry, com a vitória eleitoral de Kennedy, o TNR fez as pazes com o establishment institucional estadunidense e adotou uma postura mais moderada. Não era mais uma questão de substituir a máquina, mas de ajustá-la. O TNR e Lippmann, que haviam se distanciado nos anos 1930 com o primeiro indo à esquerda e o segundo em direção à direita, se reencontraram nos anos 1960 (GENTRY, 1960).

Depois da vitória eleitoral de Johnson em 1964, o TNR exortou o presidente a tomar medidas liberais em relação ao emprego, educação, impostos, habitação e programas médicos para idosos. Os editores do TNR defendiam uma política econômica calcada na defesa do pleno emprego, que poderia ser alcançado com o controle do governo sobre a economia. A estratégia do governo deveria adotar uma política fiscal Keynesiana – com aumento de gastos e redução de impostos para aqueles que ganham menos – e programas de treinamento para qualificar os trabalhadores. Johnson deveria usar o poder do governo federal com o objetivo de redistribuir a riqueza estadunidense e criar emprego. O TNR elogiou os esforços do presidente em aprovar a lei de direitos civis e a lei de direito ao voto, para assegurar a participação eleitoral dos negros. Inclusive, sugeriram que o governo federal enviasse tropas para garantir o direito ao voto aos negros no sul.

O problema, no entanto, era o Vietnã. Para os editores da TNR, a guerra aumentaria os gastos e daria aos conservadores munição para questionar os gastos com os programas sociais. Em 1961, quando os primeiros militares estadunidenses foram enviados ao Vietnã e a guerra começou a parecer possível, os editores do TNR consideraram o conflito um equívoco fútil. Como aponta Hale, em abril de 1966, o TNR decretou a morte da Guerra Contra a Pobreza porque o governo LBJ preferiu vencer a Guerra do Vietnã (HALE, 1989, p.96).

Os editores acreditavam que a política externa estadunidense não poderia ser centrada no anticomunismo porque não acreditavam que a União Soviética queria, ou poderia, dominar o mundo. A política externa estadunidense deveria ser baseada na justiça social e na democracia e não no anticomunismo. Para combater o comunismo, a melhor estratégia seria ajudar a estabelecer a justiça social, a democracia e o desenvolvimento. Mais do que isso, o TNR acreditava que o governo dos Estados Unidos deveria aumentar a interdependência entre as duas potências e o mundo, a fim de ajudar os países menos desenvolvidos. Por isso, embora fossem críticos ao Governo Nixon, os editores do TNR apoiaram a estratégia de *détente*, principalmente a ideia de coexistência baseada em interesses mútuos (HALE, 1989).

Em 1974, Martin Peretz, um intelectual judeu e casado com a herdeira da Singer Sewing Machine Company (Singer Corporation), comprou a TNR. O próprio Peretz assumiu a editoria, provisoriamente, em 1975, com uma equipe renovada. Antes mesmo de comprar a TNR, com passagem por Harvard, Peretz defendeu causas da nova esquerda, mas rompeu com essa visão de mundo, sobretudo

porque não concordava com o apoio aos movimentos de libertação nacional. Em 1979, Peretz deixou a editoria para Michael Kinsley e Hendrik Hertzberg, que se intercalaram no posto até 1991. Entretanto, ambos estavam sujeitos ao crivo e ao comando de Peretz. Michael Kinsley assumiu o posto entre 1979 e 1981, e entre 1985 e 1989. Hendrik Hertzberg ocupou o cargo de editor entre 1981 e 1985, e entre 1989 e 1991.

Kinsley era um discípulo de Peretz, sobretudo depois de ser seu aluno na Universidade de Harvard. Em 1976, Kinsley recebeu e aceitou o convite de Peretz para integrar a equipe da TNR. Entretanto, um ano mais tarde, se desentendeu com seu mentor e deixou a publicação.

Neste período, Kinsley assumiu o editorial do *The Washington Monthly*, que publicou o *Neoliberal's Manifesto*, de Charles Peters. Neste documento, Peters elenca Kinsley e políticos como Paul Tsongas, Bruce Babbitt e Gary Hart como membros de um movimento, que, como os neoconservadores, decidiu adotar uma postura crítica diante do liberalismo. Mas, diferente dos neoconservadores, preferiu manter alguns ideais liberais e abandonar apenas aqueles que causavam prejuízo à sociedade. O principal objetivo do movimento era construir um arcabouço de ideias para recuperar o crescimento econômico. Desse modo, colocava-se a favor da redução dos gastos públicos, da diminuição de impostos sobre o capital e da desregulamentação da economia. Nas palavras de Peters, o movimento era, sobretudo, contra uma “burocracia gorda, desleixada e presunçosa” (PETERS, 1983, p.11). Assim, acreditava ser possível promover a liberdade de escolha e de atuação econômica em diversos setores, inclusive na seguridade e no sistema educacional.

No tocante à política externa, o movimento defendia o internacionalismo, o livre mercado global e a redução dos gastos militares, buscando uma produção de armamentos mais racional. Além disso, foi contra uma política externa insana e violenta. Mas, sem se descuidar de questões importantes como o Golfo Pérsico, a concorrência econômica do Japão e a atuação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para combater, de modo multilateral, a União Soviética (PETERS, 1983, p.8–18).

O interlúdio de Kinsley foi curto. Em 1979, depois de se reconciliar com Peretz, voltou ao TNR para ocupar o editorial geral. Em 1981, Kinsley abandonou a editoria da TNR para assumir o mesmo posto na *Harper's Magazine*, mas entrou em confronto com o conselho da John D. & Catherine T. MacArthur Foundation, que

esperava uma postura mais condizente com os ideais liberais. Por isso, Kinsley ficou apenas 20 meses no posto até ser substituído por Lewis Laphan, intelectual com credenciais liberais que fora editor do periódico entre 1975 e 1981. Em paralelo, assumiu o posto de debatedor no “*The McLaughlin Group*”, um programa de debate político produzido de forma autônoma com patrocínio da MetLife (empresa do ramo de saúde privada), da General Electric e da New York Stock Exchange, vendido majoritariamente aos canais públicos independentes dos Estados Unidos. No fim dos anos 1980, Kinsley tornou-se também debatedor do programa “*Firing Line*” da *Public Broadcasting Service* (PBS) junto com William Buckley Jr, um dos fundadores do conservadorismo moderno estadunidense. Também na televisão, Kinsley assumiu o papel de anfitrião do programa “*Crossfire*” da *Cable News Network* (CNN). Nos anos 1990, se aproximou de Bill Gates e da Bill and Mellinda Gates Foundation, com quem lançou o periódico *Slate*, além de contribuir regularmente para o *Wall Street Journal* e a *Time Magazine*.

Hertzberg, como muitos neoconservadores, tinha origem judaica e entrou para as fileiras trotskistas no *Young People Socialist League* e, em seguida, no Partido Democrata. Em 1977, integrou a equipe que elaborava os discursos do presidente Jimmy Carter. Dois anos mais tarde, justamente na virada intervencionista da política externa do Governo Carter, passou a chefiar a mesma equipe. Ademais, Hertzberg era membro do *Harvard Institute of Politics* (IOP), organização bipartidária fundada em homenagem a John Kennedy com o objetivo de inspirar jovens que desejam seguir uma carreira política, e do *Shorenstein Center on Media, Politics and Public Policy*, instituição de pesquisa voltada para investigar processos eleitorais e jornalismo político. Ambos institutos funcionam sob a *Kennedy Government School* na Universidade de Harvard. Após deixar a editoria do TNR, Hertzberg assumiu o mesmo cargo na *The New Yorker* e continuou envolvido com os políticos liberais moderados e intervencionistas do Partido Democrata. Em 2004, participou da organização e da campanha de fundos para candidatura de John Kerry.

Sob liderança de Peretz, o TNR mesclou o liberalismo tradicional anticomunista com o neoliberalismo. Para Eric Alterman, Peretz afastou a TNR do liberalismo ao tentar definir os limites do discurso responsável e, conseqüentemente, ao classificar todos os liberais fora dos mesmos, como irresponsáveis e não confiáveis (ALTERMAN, 2007). Sob a editoria de Kinsley e Hertzberg, a TNR

apareceu como um periódico polimorfo, com a presença constante de neoconservadores e neoliberais como Jeane Kirkpatrick, Charles Murray, Irving Kristol, Michael Ledeen, Robert Kagan, Charles Krauthammer e Fred Barnes. De todo modo, como lembra Alterman, a revista caiu no gosto dos conservadores. Norman Podhoretz a definiu como indispensável. Na *National Review*, a TNR apareceu como uma das revistas mais interessantes dos Estados Unidos.

4 Crise econômica e polarização política na América Central

4.1 A crise de hegemonia na América Central

Entre 1979 e 1992, a crise econômica e a instabilidade política marcaram a América Central. Estudiosos e políticos encararam a revolução na Nicarágua e as tentativas insurrecionais em El Salvador e na Guatemala como um plano regional subversivo inserido no conflito entre Estados Unidos e União Soviética. Contudo, como aponta Edelberto Torres-Rivas (1993), tratou-se de um processo histórico com raízes em condicionantes locais, que, por coincidência diacrônica, se inseriu no contexto do conflito entre as duas potências. A ausência de legitimidade política dos setores dominantes em uma conjuntura de crise econômica, e em meio à Guerra Fria, impulsionou o extremo voluntarismo da guerrilha. Em outras palavras, foi uma crise hegemônica das oligarquias economicamente dominantes, que não puderam se estruturar em um ambiente competitivo da política em tempos de Guerra Fria. Nos espaços de ausência de hegemonia, o descontentamento se expressou em demandas populares e, sem obter respostas, desencadeou e generalizou a violência (TORRES-RIVAS, 1993, p.12).

Segundo Leonardo Garnier, entre 1950 e 1980, os países da América Central viveram um período de crescimento econômico, com uma taxa média de elevação do Produto Interno Bruto (PIB) regional de 5%. Neste mesmo período, a participação da agricultura no PIB diminuiu enquanto a da indústria e do governo aumentaram, movimento que aponta para um processo de diversificação e modernização da produção resultante da substituição de importações. O crescimento médio anual do PIB alcançou: 6,5% na Costa Rica; 3,8% em El Salvador; e 3,2% na Guatemala, Honduras e Nicarágua. De forma concomitante, as relações comerciais intrarregionais melhoraram. As importações de produtos manufaturados que representavam apenas 5% das trocas intrarregionais em 1960 passaram a 21% em 1978, dos quais 38% em bens não duráveis e 6% em bens duráveis e bens de capital. Em geral, a América Central encontrou um contexto econômico internacional favorável à entrada de capitais, através do comércio e dos investimentos estrangeiros, principalmente devido ao aumento do preço do café e da banana, que, inclusive, permitiu contrabalançar o aumento dos preços do petróleo e dos produtos industrializados no início dos anos 1970 (GARNIER, 1993, p.90-96).

Durante a década de 1970, os países da América Central ficaram ainda mais dependentes dos mercados estadunidenses. Entre 1970 e 1976, as exportações de produtos manufaturados para os Estados Unidos cresceram exponencialmente: de El Salvador cresceram de \$1 milhão para \$67 milhões; da Costa Rica de \$3,6 milhões para \$27,2 milhões; da Nicarágua de \$4 milhões para \$10,6 milhões; da Guatemala de \$1,7 milhões para \$9,4 milhões; e de Honduras de \$1,5 milhões para \$8,4 milhões. Mais do que a metade de todas as exportações da América Central tinham os Estados Unidos como destino (LAFEBER, 1984, p.209).

Entretanto, o modelo de crescimento e abertura econômica calcado na substituição de importações gerou desequilíbrios financeiros e não contribuiu para resolver os problemas sociais. Os processos reformistas que acompanharam o início da substituição de importações nos anos 1950, em governos como Árbenz na Guatemala, terminaram nas ditaduras militares, que canalizaram as riquezas para as oligarquias e deixaram a população ainda mais empobrecida. Enquanto os projetos para combater a pobreza foram negligenciados, os gastos com defesa tomavam o PIB dos países, na proporção de 14% na Nicarágua, 12% na Guatemala, 11% em Honduras e 7% em El Salvador (GARNIER, 1993, p.90-96). De acordo com Torres-Rivas, apenas uma pequena elite social conseguiu acesso ao crédito, à terra, à tecnologia, ao saber e aos espaços políticos. O progresso alcançado, baseado no uso extensivo da terra e do trabalho, gerou ainda mais pobreza e desigualdade, especialmente no meio rural, onde vivia a maior parte da população (TORRES-RIVAS, 1993, p.13).

Nos anos 1980, esse modelo de crescimento econômico entrou em crise. A partir de 1977, os altos preços do café e da banana não conseguiram livrar os países da América Central dos efeitos da crise econômica mundial, que reduziu a demanda por produtos da região e, conseqüentemente, afetou a capacidade de exportação que alimentava o crescimento econômico. Mesmo com a diminuição das importações, observou-se em todos os países uma deterioração dos termos de troca e da balança comercial, fazendo com que o mercado interno não fosse capaz de absorver a produção, uma vez que as relações de trabalho estavam baseadas na superexploração.

O agravo do empobrecimento dos trabalhadores, resultante da superexploração e da crise, aumentou a pressão sobre os gastos do setor público para aliviar a miséria. Para equilibrar o déficit, os governos centro-americanos

recorreram ao sistema financeiro internacional. Até 1970, a dívida externa dos países da região somava 1.349.000.000 de dólares, sendo 52% contraídos pelo setor privado. Os juros dessa dívida absorviam aproximadamente 25% do PIB e 7% das exportações de bens e serviços. Dez anos mais tarde, a dívida externa centro-americana alcançou 10.335.000.000 de dólares, sendo 82% contraídos pelo setor público. Os juros tomavam mais do que 50% do PIB e aproximadamente 25% das exportações de bens e serviços. Além disso, os governos recorreram ao endividamento interno, com expansão do crédito. Todos esses fatores provocaram um processo inflacionário e de fuga de capitais, obrigando todos os países a adotarem políticas recessivas (GARNIER, 1993, p.97-103).

Entre 1978 e 1983, as taxas de crescimento foram negativas. O PIB caiu 22% na Nicarágua e em El Salvador; 9,4% na Costa Rica; 6% na Guatemala; e 2,2% em Honduras. O PIB per capita caiu 38% na Nicarágua; 35% El Salvador; 15% na Costa Rica; e 11,5% em Honduras e na Guatemala. A redução dos investimentos e da produção derrubou a empregabilidade. O desemprego na Guatemala e Honduras atingiu 10% da população economicamente ativa, enquanto na Nicarágua e em El Salvador afetou, respectivamente, 20% e 30% da população economicamente ativa. Nos quatro países, quase a metade da mão de obra estava subempregada e 30% estava no setor informal urbano. Além disso, a inflação corroeu os salários em 5% na Guatemala; 15% em Honduras; 26% em El Salvador; e 140% na Nicarágua. No começo dos anos 1980, a população abaixo da linha da pobreza aumentou de 25% para 40% na Costa Rica; de 61,5% para 68,7% na Nicarágua; de 68,1% para 78,8% em Honduras; de 71,1% para 82,6% na Guatemala; e de 68,1% para 86,9% em El Salvador (GARNIER, 1993, p.103-107). Aqueles que já eram pobres ficaram ainda mais pobres.

Como aponta Carlos Figueroa Ibarra, a crise política foi a expressão do descontentamento popular que se manifestou desde o fim da Segunda Guerra Mundial através de organizações político-militares e seus métodos de insurreição armada com reivindicações sociais e políticas democráticas. Em grande medida, a repressão e o terrorismo de Estado catalisaram a desobediência armada (IBARRA, 1993, p.39). Diante da insatisfação e da instabilidade, o esgotamento do modelo de acumulação levou ao esgotamento do modelo de governança. As ditaduras militares perderam a confiança da oligarquia tradicional e não conquistaram o apoio dos trabalhadores do campo e da cidade, e da nascente e diminuta elite urbana,

revelando, mais do que uma simples crise política, uma crise de hegemonia.

4.2 A Revolução Nicaraguense

Na Nicarágua, o processo revolucionário tem raízes no início do século XX, quando a Administração Taft (1909–1913) enviou tropas para dar suporte à escalada de poder de Alfonso Díaz, líder da oposição nicaraguense, como resposta às medidas do ditador José Santos Zelaya, que proibiu a construção de uma base naval dos Estados Unidos no Golfo de Fonseca e impôs obstáculos aos negócios da United Fruits. Em 1916, com Díaz na presidência, a Administração Wilson (1913-1921) concretizou a conclusão do Tratado Bryan-Chamorro, que garantiu os direitos exclusivos e perpétuos para construção de um canal interoceânico, aproveitando as águas do rio San Juan e do lago Nicarágua.

Nove anos mais tarde, com a situação aparentemente estabilizada, a Administração Coolidge (1923-1929) retirou as tropas estadunidenses da Nicarágua. Entretanto, quase imediatamente, começou uma guerra civil no país. A fim de reconfigurar uma situação favorável aos interesses estadunidenses, Coolidge reenviou as tropas e promoveu eleições que levaram Jose Maria Moncada, candidato pró-estadunidense, ao poder. Como resposta, os rebeldes nacionalistas liderados por Augusto Sandino exigiram a retirada das tropas dos Estados Unidos; a suspensão do tratado Bryan-Chamorro; e novas eleições, com a supervisão de outros países latino-americanos. As tropas dos Estados Unidos bombardearam vilas e mataram civis suspeitos de dar suporte aos rebeldes.

Em 1933, com apoio estadunidense, o cafeicultor e líder da Guarda Nacional Nicaraguense, Anastasio Somoza, prendeu e executou Sandino. Três anos mais tarde, tomou o poder e governou a Nicarágua, com conivência dos governos dos Estados Unidos. Somoza ficou no poder até 1956, quando morreu assassinado. Nos vinte e três anos seguintes, os filhos de Somoza continuaram governando o país.

Durante o domínio da família Somoza, entre 1936 e 1979, a maioria dos nicaraguenses estava à margem da participação política. Entrincheirado no Partido Liberal, de acordo com Victor Bulmer Thomas, o somozismo se apoiou na guarda nacional, nos Estados Unidos, na igreja católica e nas frações mais poderosas da burguesia sob um sistema de partidos políticos no qual a oposição tradicional (o Partido Conservador), em troca da liberdade de imprensa e da repressão mínima,

aceitava os limites restritos da democracia (THOMAS, 2001, p.169).

Em 1956, o poeta Rigoberto López Pérez assassinou o ditador Anastasio Somoza García, logo sucedido por Luiz Somoza (seu filho primogênito), e impulsionou a primeira grande onda de insurreições após a morte de Sandino. Ramón Raudales, veterano do exército sandinista, liderou a mais famosa guerrilha do período. Pulverizadas e desorganizadas, as guerrilhas não lograram sucesso imediato, mas resgataram o legado e o pensamento sandinista. Nas universidades, estudantes insatisfeitos com a realidade da Nicarágua, como Carlos Fonseca Amador e Tomás Borge, começaram a mesclar as ideias de Karl Marx e Sandino, como forma de adaptar o marxismo à realidade nicaraguense.

Em 1959, Fonseca Amador visitou Cuba e, influenciado por Castro e Guevara, voltou convencido a criar uma nova organização política. Dois anos mais tarde, com base no ideário de Sandino, Marx, Guevara, Castro e Mariátegui, Fonseca Amador fundou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em Tegucigalpa, Honduras. Com a crença de que o caminho da revolução passaria pela luta armada, falharam na tentativa de mobilizar a população local, sofreram severas derrotas das forças militares nicaraguenses e ficaram isolados na região de Pancasán.

Contudo, no final dos anos 1960, as derrotas deram notoriedade a FSLN, que ganhou simpatizantes nos centros urbanos, sobretudo entre os estudantes, que foram voluntariamente para o interior organizar os camponeses. Como aponta Vanden (2002), ao mesmo tempo, setores progressistas da igreja católica, sob influência da Teologia da Libertação, se voltaram para tentar transformar as péssimas condições de camponeses e trabalhadores. Neste sentido, muitas instituições ligadas à igreja começaram a atuar com a FSLN. A principal delas era o Instituto de Promoção Humana (INPRHU), que atuava sob influência de Paulo Freire, o educador marxista brasileiro, a fim de organizar os pobres. Além disso, figuras proeminentes da igreja nicaraguense, como Miguel D'Escoto e os irmãos Fernando Cardenal e Ernesto Cardenal, ingressaram nas fileiras da FSLN (VANDEN, 2002, p.362-366).

Em 1967, a crescente oposição coincidiu com as eleições presidenciais e com a morte de Luis Somoza (que deixou a presidência em 1963, mas continuou governando de fato, através de René Gutiérrez e Lorenzo Guerrero). Anastasio Somoza Debayle, chefe da guarda nacional, venceu o pleito. Antes mesmo de ser eleito, agiu com truculência para silenciar os protestos nas vésperas da eleição. A

corrupção, a incompetência e os interesses continuaram os mesmos.

Em 1971, Somoza Debayle, que pertencia ao Partido Liberal, estabeleceu um pacto com o Fernando Aguero, líder do Partido Conservador, para ser reeleito automaticamente e permanecer no poder por mais um mandato de sete anos, até 1981 (VANDEN, 2002, p.366). A jogada política provocou dissidências de pessoas que esperavam algum tipo de renovação, tanto no Partido Conservador quanto no Partido Liberal. Em 1974, pequenos partidos dissidentes do arranjo governamental se uniram ao Partido Social Cristão (PSC), ao Partido Liberal Independente (PLI), ao Partido Socialista Nicaraguense (PSN) e fundaram a União Democrática de Libertação (UDEL), sob a liderança do jornalista conservador Pedro Joaquín Chamorro. A ampla coalizão excluiu a FSLN (THOMAS, 2001, p.171).

A sustentação do Governo Somoza Debayle piorou em 1972, quando o terremoto que atingiu o país matou 10.000 pessoas e destruiu Managua. A administração foi negligente com os atingidos e desviou verbas de ajuda humanitária em benefício de Somoza Debayle, inclusive para novos empreendimentos no setor de construção civil e urbanização. Em paralelo, a situação econômica piorou, a inflação aumentou e o custo de vida subiu cerca de 20%. Diante desses problemas, o governo perdeu o suporte dos setores do capital que sofreram com os problemas econômicos e não foram contemplados com a reconstrução e as verbas desviadas. Ademais, os trabalhadores da construção civil de Managua ficaram em posição de exigir melhores salários e deram nova vida ao movimento operário organizado, como a Confederação Geral do Trabalho Independente. Em 1978, forças somozistas assassinaram Pedro Joaquin Chamorro. Depois disso, Somoza Debayle perdeu, praticamente, todo apoio organizado que tinha, mesmo entre a oligarquia, mas a Guarda Nacional continuou fiel ao ditador (VANDEN, 2002, p.367-368; THOMAS, 2001, p.170-171).

No ano do terremoto, a FSLN tinha menos do que 500 quadros na Nicarágua e Fonseca Amador estava exilado em Cuba. Somoza Debayle, mesmo antes de assumir o governo, liderou a intensa contra insurgência, com tortura e assassinatos, contra a FSLN, que foi obrigada a se retirar nas montanhas e abandonar o contato com o campesinato. Mas em 1974, a FSNL, a despeito das declarações de que estava liquidada, tomou uma festa em homenagem ao embaixador estadunidense e fez reféns. A ação forçou o governo Somoza Debayle a atender às exigências da FSLN: libertar presos, dinheiro e publicar um comunicado para todo país através dos

meios de comunicação. Em seguida o Governo Somoza respondeu com perseguições, prisões arbitrárias, assassinatos, censura e torturas, principalmente nas áreas rurais.

A essa altura, a FSLN estava dividida em três tendências: a Guerra Popular Prolongada, que defendia ações políticas voltadas para a guerrilha rural; a Tendência Proletária, que entendia a revolução nicaraguense como resultado da luta entre burguesia e trabalhadores, por isso enfatizou a atuação nas cidades; e os Terceiristas, liderados por Daniel Ortega, que defendiam ações nos campos e nas cidades (VANDEN, 2002, p.366-368).

A ofensiva somozista e o assassinato de Chamorro catalisaram a formação da Frente Ampla de Oposição (FAO), união da UDEL com os setores do Partido Conservador, o Movimento Democrático Nicaraguense (MDN) dos empresários e representantes dos Terceiristas da FSLN. À esquerda, formou-se o Movimento Pueblo Unido (MPU), com participação de organizações de estudantes, comunistas, socialistas e sindicatos marxistas.

Para Thomas, em meados de 1978, estas eram as duas alternativas claras ao somozismo: na FAO estavam os tradicionais opositores do regime, com apoio dos empresários e dos religiosos; na MPU estavam grupos marxistas que depositavam as esperanças na luta armada. Em fevereiro do ano seguinte, a FSLN, depois de consolidar a unificação das tendências internas, capitaneou a formação da Frente Patriótica Nacional (FPN) junto com o PLI, o Partido Popular Social Cristão (PPSC), facções do PSN e organizações do MPU, como as centrais sindicais e as organizações de estudantis. Logo, a FPN passou a contar com a colaboração da FAO, que se viu incapaz de chegar ao governo através de algum acordo político. Em março, a FSLN já recebia armas de Cuba, Venezuela e Panamá, através da Costa Rica, e coordenou a insurreição popular que derrubou o Governo Somoza (VANDEN, 2002, p.369; THOMAS, 2001, p.174-175).

A FSLN estabeleceu o governo em parceria problemática com outros opositores do ditador. O ponto de maior atrito estava no campo político. As partes que derrubaram Somoza acordaram a formação de um Conselho de Estado com cinco membros para formar o governo provisório e estabelecer um projeto de economia mista e política externa independente e não alinhada. Compunham a junta: Violeta Chamorro, Alfonso Robelo, Daniel Ortega, Sérgio Ramírez e Moisés Morales. Entretanto, para Anderson (1988), o real corpo executivo da Nicarágua era

o diretório da FSLN composto por nove membros, sendo três de cada tendência, dentre eles: Daniel Ortega, Humberto Ortega, Tomás Borge, Bayardo Arce e Jayme Wheelock Román (ANDERSON, 1988, p.198).

De acordo com Vanden (2002), conservadores, liberais e cristãos estavam interessados em adquirir poder político para perpetuar o sistema autoritário, sem Somoza e o Partido Liberal. O comprometimento deles com a mudança social era limitado. Os sandinistas estariam mais interessados em uma transformação mais profunda da sociedade, mais preocupados com os resultados das mudanças sociais do que com as formas de estrutura política. Por isso, muitos deles não acreditavam em uma visão restrita de democracia, caracterizada pelo sistema partidário, participação popular mínima e exclusão da dimensão econômica e social. Assim, estavam mais interessados em fortalecer as organizações de trabalhadores, camponeses, mulheres e jovens (VANDEN, 2002, p.370). Para isso, os sandinistas incentivaram a criação de organizações de massa para dar suporte às reformas políticas e econômicas necessárias para reconstruir o país.

Neste sentido, a FSLN criou os Comitês de Defesa Sandinista (CDS) para organizar bairros e comunidades rurais a fim de racionalizar a distribuição de alimentos, habitação e remédios e denunciar conspirações contrarrevolucionárias. Os CDS tiveram um papel de destaque no programa de combate ao analfabetismo de 54% da população, provendo estrutura para alunos e professores e alocando recursos para as escolas por todo país. De certo modo, os CDS funcionavam como ponte entre os cidadãos nas localidades e o governo nicaraguense.

Os trabalhadores sandinistas também fundaram a Central Sandinista dos Trabalhadores (CST), que reuniu 360 sindicatos, para promover seminários políticos, disseminar o sandinismo e dinamizar a produtividade nas fábricas. Sem enfrentar lutas para conseguir melhorias salariais e benefícios para os trabalhadores, a CST tinha dificuldades para atrair trabalhadores ligados às outras centrais sindicais como a Central de Trabalhadores da Nicarágua (CTN), a Confederação Unida de Sindicatos (CUS) e a combativa Central de Ação Unidade Sindical (CAUS), de orientação marxista, que foi prontamente acusada de atuar em nome da CIA ao convocar uma greve por 100% de aumento salarial.

No campo, os camponeses sandinistas se reuniram na Associação de Trabalhadores do Campo (ATC) para lutar por melhores salários e condições nas fazendas privadas. Na área militar, para combater as forças somozistas, os

sandinistas formaram um exército permanente, o Exército Popular Sandinista (EPS); a Milícia Popular Sandinista (MPS), de caráter voluntário e adjunto ao exército; e um corpo policial, a Polícia Sandinista.

Como resultado dos enfrentamentos com o Governo Somoza Debayle, a economia piorou: o PIB caiu em 26,4%; os investimentos internacionais se esvaíram; a dívida externa alcançou 1.600 milhões de dólares; as exportações retraíram; e a inflação chegou a 60% (THOMAS, 2001, p.177-178). Inicialmente, a administração econômica ficou a cargo de Arturo Cruz e Alfredo César, dois banqueiros que assumiram respectivamente a Presidência do Banco Central e o Ministério do Desenvolvimento Interno, que tinham como tarefa renegociar a dívida, coordenar a ajuda estrangeira e canalizar crédito para o setor público e para o setor privado.

O governo provisório prometeu honrar as dívidas internas e externas e manter os laços econômicos internacionais. Para isso, o Banco Mundial concordou em destinar US\$35,9 milhões em empréstimos contraídos ainda no período Somoza Debayle e prometeu enviar mais US\$51 milhões em um novo empréstimo. O Banco Interamericano de Desenvolvimento estendeu um empréstimo de US\$88,5 milhões e destinou US\$ 2 milhões como doação. Entretanto, os débitos contraídos nos anos Somoza foram tantos e tão pesados que o governo provisório não poderia sequer honrar o serviço mínimo da dívida (ANDERSON, 1988, p. 201). Além da aproximação com o governo provisório nicaraguense, os organismos internacionais tinham como objetivo evitar o calote e o prejuízo aos bancos nacionais e multinacionais.

Por outro lado, o governo provisório tomou algumas medidas para aliviar a miséria da população e gerar emprego. Imediatamente, reduziu o valor dos aluguéis e lançou um projeto habitacional para reconstruir o país e criar postos de emprego. Mas, de modo estrutural, forçou a nacionalização das instituições financeiras, do comércio exterior e dos recursos naturais; e a aceleração do programa de reforma agrária, que permitiu expropriar qualquer propriedade subutilizada ou abandonada.

O crescimento do setor público estava evidente, sobretudo, na agricultura e na mineração. Portanto, atingiu, particularmente, o capital agrícola e internacional. O governo provisório, sob alegação de roubo da riqueza nicaraguense, estatizou a mineradora de capital canadense NORANA e as mineradoras de capital estadunidenses ARASCO e Rosário Mining Company. O Ministério da Agricultura desapropriou um quarto das terras cultiváveis da Nicarágua pertencentes à família

Somoza e aos seus parceiros através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA). Assim, assentou 45.000 camponeses em cooperativas responsáveis por produzir 12% do café, 50% do açúcar, 33% do arroz e 25% do algodão produzidos na Nicarágua. Em paralelo, o Ministério da Agricultura organizou os pequenos agricultores independentes em cooperativas para vender produtos e comprar suprimentos de forma coletiva e lançou o PRO-CAMPO, um programa para oferecer empréstimos e assistência técnica aos mesmos. Como resultado, no fim do primeiro ano, os salários cresceram abaixo da inflação, mas o PIB aumentou em 11%, puxado pela recuperação das exportações agrícolas.

Segundo Anderson, o empresariado estava temeroso com as expropriações e com a pressão do CDS e do CST por maior participação do governo na economia, principalmente no setor produtivo (ANDERSON, 1988, p.204). Mas, de acordo com Thomas (2001), essa medida provocou pouca oposição dos setores ligados ao capital porque a expropriação ficou entendida como botim de guerra e as instituições financeiras estavam em bancarrota. Além disso, os grupos que formavam a coalizão governante estavam em acordo sobre a reconstrução da economia, por isso esta teria sido a etapa mais fácil da revolução. Thomas lembra que a FSLN entendia, naquele momento, que o setor privado nacionalista tinha um papel importante na reconstrução do país, ainda que fosse oportuno criar um setor estatal dinâmico como primeiro passo (THOMAS, 2001, p.177-178).

Essa dualidade ficou evidente nas reações dos principais empresários do país. No início de 1980, José Francisco Cardenal, empresário que participou da campanha antisomozista, deixou a Nicarágua e acusou os revolucionários de tentarem implantar o comunismo no país. Enrique Dreyfus, presidente do Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP) continuou a operar em pontes entre o setor privado e governo.

Em 1980, as contradições entre sandinistas, liberais e conservadores ganharam outra proporção. O periódico *La Prensa*, então administrado por Violeta Chamorro e com a editoria de Pedro Joaquin Chamorro Barrios e Xavier Chamorro, desferiu duras críticas ao governo provisório que escolheu se abster à condenar a União Soviética pela invasão ao Afeganistão em votação na ONU. E, dois meses depois, demitiu Xavier Chamorro por considerar seus editoriais excessivamente subservientes aos interesses do governo provisório. Os trabalhadores do *La Prensa*, filiados ao CST, promoveram uma greve para restituir o cargo a Xavier Chamorro. A

COSEP saiu em defesa do *La Prensa*. Depois de um mês, Xavier Chamorro fundou o periódico *El Nuevo Diario*, que se juntou ao *Barricada*, fundado um ano antes com participação dos Chamorro pró-sandinistas, na defesa do governo revolucionário. Os trabalhadores do *La Prensa* aceitaram um aumento salarial para voltar ao trabalho. Mas, três-quartos deles decidiram se juntar a Xavier Chamorro no novo periódico.

Como aponta Anderson (1988), a Igreja também estava dividida, embora não oficialmente. De um lado, estava a Igreja da Hierarquia, que se mostrava leal ao Cardeal Obando Y Bravo e ao Papa, sendo antisomozista e antissandinista. De outro lado, a Igreja do Povo, inspirada na Teologia da Libertação. Entre os membros da Igreja, quatro padres tinham papel de destaque no governo provisório: Miguel D'Escoto era Ministro do Exterior; Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura; Edgard Parrales, Ministro do Bem Estar Social; e Fernando Cardenal, Diretor da Campanha de Alfabetização. Os bispos nicaraguenses exigiram a renúncia dos padres ministros, sob pena de expulsão. Em 1983, o Papa João Paulo II visitou a Nicarágua e exortou os padres ministros a abandonar o governo, mas não obteve sucesso. A Igreja da Hierarquia proibiu, então, a atuação religiosa dos padres ministros. Mais do que isso, a Congregação Jesuíta expulsou Fernando Cardenal (ANDERSON, 1988, p.226).

Ainda em 1980, os sandinistas anunciaram que o Conselho de Estado seria um órgão consultivo e não legislativo com quarenta e três membros, mais do que os quinze previstos, a fim de incluir representantes das organizações de massas. Em protesto, Violeta Chamorro e Luis Alfonso Robelo abandonaram o governo provisório. Arturo Cruz e Rafael Córdoba Rivas, juiz da Suprema Corte Nicaraguense, assumiram as vagas não sandinistas na Junta de Governo de Reconstrução Nacional no lugar da dupla de dissidentes. Fora da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, Robelo começou a organizar uma coalizão de partidos não marxistas e refundou FAO, sob a liderança do Movimento Democrático Nicaraguense (MDN) e com a companhia do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Cristão Social (PCS) de Aldolfo Calero, proprietário das envasadoras da Coca-Cola no país.

A FAO tentou organizar manifestações antigovernamentais, mas 48 horas antes do evento Tomás Borge negou a autorização, alegando que violaria as leis do governo provisório. Dias depois, Jorge Salazar, líder dos produtores agrícolas, e os irmãos Alejandro e Leonardo Somarriba, vice-presidente da Câmara de Comércio,

todos os membros importantes da COSEP, pagaram US\$50 mil para ex-integrantes da Guarda Nacional derrubarem o governo provisório. Em uma operação da polícia sandinista para prendê-los, Salazar foi assassinado e os irmãos Somarriba foram presos. Diante desses fatos, a COSEP rompeu definitivamente com o governo provisório e passou a apoiar a FAO.

A COSEP e a FAO se recusaram a enviar seus representantes para ocupar parte do Conselho de Estado, com exceção dos MDN. A dissidência definitiva de conservadores e liberais do governo provisório abriu caminho para mudanças mais radicais. Os sandinistas articularam a Frente Revolucionária (FR) com o Partido Liberal Independente (PLI), o Partido Socialista Nicaraguense (PSN) e o Partido Popular Cristão Social (PPCS).

Segundo Thomas (2001), os líderes da FSLN queriam reconstruir o Estado com base no centralismo democrático, com inspiração no modelo cubano, o que deixou pouco espaço de poder para os grupos privados. A consolidação da FSLN no poder ocorreu graças ao êxito das organizações de massa, que foi possível porque: a) a falta de organizações semelhantes mais velhas com outros vieses ou vícios, devido aos impedimentos da era somozista, permitiu o desenvolvimento de forças mais dinâmicas sob a tutela da FSLN; b) outros grupos de esquerda não conseguiram se firmar entre as organizações; c) os governos estrangeiros não conseguiram criar organizações de massas antissandinistas; d) a crença de que com o apoio sandinista as organizações poderiam gerar bons frutos atraiu o interesse das pessoas e ampliou a filiação (THOMAS, 2001, p.178-179). Como aponta Vanden, os sandinistas deram reconhecimento legal a diversos sindicatos, ampliaram a reforma agrária, reconheceram direitos das mulheres, expandiram os serviços públicos de saúde e educação e estabeleceram relações diplomáticas com países socialistas e não alinhados (VANDEN, 2002, p.370).

Diante da pressão internacional, a FSLN decidiu promover o pleito presidencial em 1984. Baseado no modelo presidencialista francês, as eleições definiriam o presidente, que governaria por seis anos, e a composição da assembleia legislativa unicameral e proporcional (cada partido teria o número de assentos proporcional à quantidade de votos recebidos). Diferentes partidos de esquerda e de direita entraram na disputa, que, pela primeira vez, estava aberta a todos os nicaraguenses acima de dezesseis anos.

O governo provisório destinou US\$7,5 mil para cobrir cada campanha

presidencial e US\$22,5 mil para cada partido participar da eleição legislativa. Além disso, ofereceu 15 minutos nas rádios (ANDERSON, 1988, p.228). A FSLN lançou a candidatura de Daniel Ortega. O PSD e o PCS se uniram ao Partido Conservador Democrata (PCD) e ao Partido Liberal Constitucionalista (PLC) para formar a Coordenadoria Democrática da Nicarágua (CDN). A CDN lançou a candidatura de Arturo Cruz, que deixou a junta de governo em 1981 e o cargo de Embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos em 1982 para se juntar à oposição. Entretanto, não registrou a candidatura, ainda que os prazos tenham sido prorrogados, alegando que o governo provisório não atendeu requisitos básicos para promover o pleito. Mesmo assim, Cruz atuou como um candidato durante o período eleitoral. Dentre os principais opositores de Ortega, o PCD abandonou a CDN e lançou a candidatura de Guido Clemente Chavez e o Partido Liberal Independente (PLI) lançou a candidatura de Virgilio Godoy.

Como resultado, os sandinistas da FSLN ganharam 62,9% dos votos para presidente, o que levou Daniel Ortega à chefia do executivo, e 62,3% dos votos para Assembleia Nacional. O Governo Daniel Ortega manteve o ministério estruturado no governo provisório. Em 1986, o novo Congresso Nicaraguense terminou a elaboração da Constituição da Nicarágua, que apregoou o pluralismo político, economia mista, o direito à manifestação e o não alinhamento internacional. Além disso, o Congresso definiu que qualquer propriedade rural poderia ser expropriada em função do bem público. Como efeito colateral, como lembra Vanden (2002), as organizações de massa perderam a representação legislativa direta e passaram a precisar contar com a representação da FSLN, que se manteve como um partido de participação restrita com a perspectiva de vanguarda revolucionária (VANDEN, 2002, p. 372-373).

Para Thomas (2001), no novo governo, a FSLN conseguiu criar uma nova Nicarágua, mas não resolveu todos os problemas do passado. Prometeu diminuir a dependência do mercado internacional, mas se viu administrando uma dívida externa grande e défices nas balanças de pagamento. Mesmo com grande apoio popular, os níveis de produção e salários reais ficaram abaixo dos anos anteriores à revolução. Os sandinistas toleraram produtores privados em grande escala, submetidos ao controle de preços, crédito e remessa de lucros. Acreditaram que uma burguesia nacional nacionalista continuaria a produzir e investir, ainda que tivessem pouco poder político e acesso ao capital internacional. Por sua vez, o

Estado não possuía a capacidade e o interesse em administrar setores da produção e as terras. Assim, o projeto de economia mista sofreu dificuldades desde o início da revolução (THOMAS, 2001, p.185-186).

Nos onze anos em que a FSLN esteve no poder, ex-somozistas, liberais e conservadores, com apoio do governo estadunidense, convulsionaram o país em uma guerra civil que matou aproximadamente 30.000 nicaraguenses. As Forças Democráticas Nicaraguenses (FDN), uma aliança entre ex-somozistas, conservadores e liberais insatisfeitos com a condução dos governos da FSLN, eram o principal inimigo dos sandinistas.

A FDN se formou em 1980, no noroeste do país, próximo à fronteira com Honduras, a partir da união de ex-somozistas. Dois anos mais tarde, a FDN consolidou seu poderio e sua atuação sob a liderança de Enrique Bermudez, ex-membro da Guarda Nacional fiel a Somoza Debayle, e os conservadores Fernando Chamorro Rapaccioli e Adolfo Calero, que participaram da revolução para derrubar o ditador, mas se desiludiram com o governo revolucionário. Com ajuda dos governos estadunidenses, as FDN ficaram conhecidas como “Contra”, corruptela de contrainsurgentes. Outros importantes líderes liberais e conservadores que participaram da revolução como Alfonso Robelo, Arturo Cruz e Chamorro Barrios se juntaram à Contra, sobretudo por estarem alijados da condução do processo de transformação política e econômica que ocorria na Nicarágua.

Em 1983, em sua primeira grande ofensiva, os Contra declararam ter 2000 homens estacionados na fronteira com Honduras preparados para derrubar o governo provisório. No mesmo ano, os sandinistas responderam ao crescimento dos Contra com ampliação do EPS, ao registrar na ativa e na reserva todos os nicaraguenses homens entre 18 e 40 anos em um total de 50.000 combatentes, e com qualificação, ao receber suprimentos e equipamentos soviéticos. Além disso, forneceu armamento para a MPS combater, com mais de 100.000 membros, ataques locais.

Em 1985, os Contra intensificaram as ações militares e políticas. No campo político, Robelo, Calero e Arturo Cruz formaram a Unidade Nicaraguense de Oposição (UNO), braço político dos Contra. O Governo Ortega respondeu igualmente com força militar e política, ao declarar Estado de Sítio com a suspensão das liberdades de associação e comunicação e do direito de *habeas corpus*. Um ano mais tarde, Calero deixou a UNO, por divergências políticas e estratégicas, mas

continuou no comando militar dos contrainsurgentes. Arturo Cruz também deixou a UNO insatisfeito com a prevalência da estratégia militar para derrubar os sandinistas. Pedro Joaquim Chamorro Barrios, que foi para o exílio após o fechamento do *La Prensa* durante o Estado de Sítio, passou a compor o triunvirato, mas a UNO ficou desmobilizada. Em 1987, Calero, Chamorro Barrios, Robelo, Bermudez e Alfredo César Aguirre entraram em novo acordo e formaram a Resistência Nicaraguense (RN), com prevalência política sobre a estratégia militar.

Na fronteira sul, limítrofe com a Costa Rica, os sandinistas enfrentaram a Aliança Revolucionária Democrática (ARDE). Edén Pastora, herói da revolução sandinista e ex-Ministro da Defesa do governo provisório, formou a ARDE com orientação nacionalista e sem tolerar nenhuma colaboração de somozistas. Robelo se juntou a ARDE depois de deixar o governo provisório e de ser impedido de realizar manifestações de oposição. O banqueiro defendia uma aliança entre a ARDE e as FDN. Pastora, fiel ao antisomozismo, era radicalmente contra. Como resultado do embate Robelo deixou ARDE e se juntou às FDN. Em 1983, a ARDE conseguiu capturar a cidade de San Juan del Norte, na fronteira com a Costa Rica. Entretanto, o EPS conseguiu reverter o revés sandinista em poucos dias. No ano seguinte, opositores da ARDE, não se sabe se a FDN ou a FSLN, explodiram uma bomba em uma coletiva de imprensa de Pastora. Cinco pessoas morreram. O líder da ARDE ficou gravemente ferido. Frente às derrotas militares e a cisão de Robelo, a ARDE perdeu força. No início de 1986, Pastora deixou a ARDE para se dedicar à vida particular na Costa Rica. Os novos líderes do grupo, então, se aliaram a FDN.

No nordeste, antiga área de colonização britânica, os principais rivais dos sandinistas eram os índios Misquitos e outros grupos locais que tinham o inglês como língua e formas próprias de organização social e utilização da terra. Os Misquitos estavam insatisfeitos com a imposição da língua espanhola através do programa de alfabetização e da organização da produção nos padrões nacionais. Por isso, iniciaram uma rebelião que, frente à resposta violenta do governo provisório, assumiu um caráter separatista. Dentre os Misquitos, surgiram duas forças de oposição: a Misura, sob liderança de Brooklyn Rivera, que atuou frequentemente como elemento de apoio da FDN; e a Misurasata, encabeçada por Steadman Fagoth Muller. Mas, após a eleição de Daniel Ortega, o governo nicaraguense procurou amenizar as relações com os Misquitos, ao promover o retorno à terra e o respeito à autonomia política e cultural da região (ANDERSON,

1988).

4.3 A Guerra Civil em El Salvador

Desde meados do século XIX, grupos liberais e conservadores da oligarquia salvadorenha concorrem pelo controle do Estado. Entre 1850 e 1932, os liberais se consolidaram no poder graças à introdução e expansão da cultura do café. Durante esse período, eliminaram as propriedades comunitárias e familiares, apropriaram-se das terras e transformaram indígenas e camponeses livres em mão de obra barata para produção cafeeira. Para controlar os possíveis focos de insatisfação, criaram uma guarda nacional e leis que proibiram a livre associação de camponeses e trabalhadores (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.22-25). Segundo Thomas Anderson, essa pequena oligarquia de origem europeia, liberal e conservadora, representava apenas 0,2% da população e era proprietária de 60% das terras (ANDERSON, 1998, p.75).

Em meio às consequências da Crise de 1929 para a produção de café, as revoltas de trabalhadores e camponeses ganharam intensidade. Sob influência do sindicalismo radical mexicano e guatemalteco, surgiram organizações militantes como a Federação Regional dos Trabalhadores Salvadorenhos, em 1925, e o Partido Comunista Salvadorenho (PCS), em 1930, que contava com integrantes reformistas, anarquistas, anarcossindicalistas e comunistas. Em destaque nessas duas organizações estava o comunista Augustín Farabundo Martí, que passou pelas fileiras lideradas por Sandino na Nicarágua.

Nas eleições de 1931, livres e amplas graças às conquistas das mobilizações, o reformista Arturo Araújo venceu com a promessa promover justiça social. A oligarquia reagiu através do exército. Um golpe militar substituiu Araújo, acusado de ser um fantoche comunista de Martí, pelo general Maximiliano Hernández Martínez, então vice-presidente e ministro da guerra. Martí tentou organizar levantes em várias cidades contra o golpe, mas o plano foi descoberto com antecedência. O líder comunista foi preso e executado. Mesmo assim, os levantes ocorreram e acabaram em um massacre das forças armadas sobre a população indígena e camponesa.

Como apontam Tommie Sue-Montgomery e Christine Wade (2002), nos 50 anos seguintes, a coalizão oligarca-militar governou El Salvador e agiu com truculência contra qualquer possibilidade de rebelião popular (SUE-MONTGOMERY;

WADE, 2002, p.30). Segundo Anderson, os grandes proprietários de terra confiscaram para si e para os militares o poder político e retiveram toda riqueza e prestígio (ANDERSON, 1998, p.76). Neste período, os militares realizaram eleições fraudulentas e governaram com suporte de partidos pequenos que representavam a oligarquia. Em 1948 e em 1960, oficiais de baixa patente promoveram golpes de caráter reformista a fim de assegurar a estabilidade política e o crescimento econômico através de medidas democráticas e populares. A essas tentativas, seguiram golpes ainda mais duros e conservadores.

Em 1961, após a resposta conservadora à tentativa de golpe liberal e reformista e em meio à conjuntura pautada pela Aliança para o Progresso (Alpro), o Coronel Julio Adalberto Rivera assumiu a presidência, criou o Partido de Conciliação Nacional (PCN) para tentar aglutinar os candidatos do bloco oligarca-militar e promoveu uma pequena liberalização política e econômica.

A liberalização política possibilitou o surgimento de partidos e associações de oposição desde que fossem moderados, como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), formado por socialistas moderados da Universidade Nacional de El Salvador; a União Democrática Nacionalista (UDN), dos ex-integrantes do PCS, posto na ilegalidade desde 1932; o Partido Popular Salvadorenho (PPS), da fração oligárquica de extrema direita, insatisfeita com o PCN; e o Partido Demócrata Cristão (PDC), o mais proeminente. Este último estava dividido em três grupos distintos, todos inspirados no catolicismo. O grupo reacionário abandonou o partido para formar o PCN. Assim restaram duas tendências, ambas afinadas com o movimento social democrata internacional, mas uma delas afinada ao anticomunismo. O principal líder do PDC era José Napoleão Duarte, social democrata e anticomunista, que conquistou o cargo de prefeito de San Salvador entre 1964 e 1970, onde promoveu programas de incentivo ao progresso de comunidades para classe trabalhadora.

No campo econômico, as necessidades do pós-guerra, a Alpro e o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) impulsionaram uma expansão da economia agrícola e industrial, de fábricas montadoras, de artigos relacionados à produção agrícola e de bens de consumo não duráveis, majoritariamente estadunidenses. De acordo com Sue-Montgomery e Wade (2002), paralelamente a esse processo, a lei de salário mínimo de 1965 provocou a expulsão de milhares de camponeses, que trabalhavam como colonos e parceiros nas terras. O número de camponeses sem

acesso a terra cresceu de 11,8% na década de 1960 para 29,1%, em 1971 e 40,9%, em 1975 (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.38-39).

Para James Dunkerley (2001), a expulsão dos camponeses da terra está ligada à tendência de incremento da produção agrícola para exportação e, conseqüentemente, à redução das áreas de cultivo voltadas para subsistência. Os hectares destinados à produção de algodão e açúcar triplicaram e as terras voltadas para criação de gado cresceram 50%. Os camponeses desempregados e sem terra, ou subempregados, estavam prontos para ser absorvidos pela indústria. Entretanto, a expansão industrial não foi acompanhada de grande oferta de emprego, uma vez que, com maquinário moderno, exigiam mais capital do que trabalho.

Os investimentos estadunidenses no setor industrial que eram de 0,7% em 1959 chegaram a 38,1% em 1969. A economia piorou no início da década de 1970. Em 1969, a guerra contra Honduras, provocada depois que o governo hondurenho expulsou colonos salvadorenos de terras localizadas na fronteira entre os países, e por divergência quanto à MCCA, custou 20% do orçamento anual de El Salvador e agravou os problemas econômicos. Nos anos seguintes, como efeito da crise econômica internacional, os preços do café e do açúcar despencaram e os investimentos estrangeiros cessaram. Além disso, pragas e secas afetaram a produção de algodão. Como consequência, 20% da população estava desempregada e 40% estava subempregada (DUNKERLEY, 2001, p.104-106).

Trabalhadores, empregados e desempregados foram às ruas em protesto por toda a década de 1970. Para Dunkerley (2001), não foi a pobreza e nem o declínio da economia que provocaram a insatisfação dos trabalhadores. Esses problemas não eram novidade para os salvadorenos. O que havia por trás da insatisfação era o crescimento do setor de exportação agrícola anterior à crise que retirou a segurança dos camponeses ao impedir o acesso à terra e ao não prover nenhuma opção de sustento estável e compensatório.

Esse processo não gerou apenas desemprego, mas criou uma população móvel geográfica e socialmente, sem nenhuma identidade de classe, e, portanto, fora dos círculos de controle tradicionais. Sequer é possível dizer que era uma população urbana ou rural, dada a fluidez, o intercâmbio e a simbiose entre essas esferas no período. Como consequência, as revoltas tiveram características “modernas” (guerrilhas, propaganda e educação) e “tradicionais” (luta por terras,

rivalidades culturais e brutalidade) (DUNKERLE, 2001, p.107).

Preparada para derrotar o bloco oligarca-militar tradicional pela via eleitoral, a oposição moderada fundou a União Nacional Opositora (UNO), com a associação entre PDC, MNR e UDN, e lançou a candidatura de Duarte à presidência. Dentro da Igreja Católica, alguns clérigos abraçaram a Teologia da Libertação e formaram Comunidades Eclesiásticas de Base para organizar os pobres e denunciar as injustiças. De dentro do PCS, que atuava legalmente como UDN, surgiram grupos político-militares dedicados à mudança através da luta armada. Um pequeno grupo fundou as Forças Populares de Libertação (FPL), sob a liderança de Salvador Cayetano Carpio. A Juventude Comunista e os jovens do PDC dissidentes formaram o Exército Revolucionário do Povo (ERP).

Dentro do ERP, um grande grupo formava a Resistência Nacional (RN), sob a liderança do poeta comunista Roque Dalton García, que insistia na necessidade de elaborar ações políticas, além de militares. García foi considerado traidor e executado. Depois disso, os integrantes da RN abandonaram a ERP e fundaram as Forças Armadas de Resistência Nacional (FARN).

Após o exército massacrar um grupo que protestava em praça pública em 1977, surgiram as Forças Armadas de Libertação (FAL). Com trajetória fora do PCS, surgiu, com a mesma concepção político-militar dos anteriores, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos (PRTC). Os camponeses sem terra fundaram a União de Trabalhadores do Campo (UTC) e a Federação Cristã de Camponeses Salvadorenhos (FECCAS), que juntos formavam o Bloco Popular Revolucionário (BPR). Os camponeses empregados fundaram a Frente de Ação Popular Unida (FAPU). Nas cidades, os trabalhadores urbanos, com apoio dos estudantes, formaram a Federação Nacional Sindical dos Trabalhadores Salvadorenhos (FENASTRAS). E, com trabalho de formação política, a ERP criou as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28) e o PRTC criou o Movimento de Libertação Popular (MLP).

De acordo com Anderson (1988), a inspiração da FPL era maoísta-guevarista; da ERP era castrista-guevarista, com integrantes trotskistas; e da FARN era maoísta (ANDERSON, 1998, p.82-83). Mas, segundo Sue-Montgomery e Wade (2002), a inspiração da FPL, da FARN e do PRTC era marxista-leninista. Enquanto a inspiração da ERP era foquista e da FAL comunista e social democrata. Além disso, segundo a dupla, havia tácita união estratégica entre os grupos político-militares e

as organizações de massa: a FPL/BPR defendia a guerra popular prolongada; a ERP/LP-28 defendia a guerra de guerrilhas; FARN/Fapu e a FAL/PCS defendiam a insurreição popular; e o PRTC/MLP defendia a revolução regional (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.61).

Antes, em 1966 o General José Alberto Medrano havia fundado a Organização Democrática Nacionalista (ORDEN), um grupo paramilitar de 80.000 homens voltado para combater os descontentes, sobretudo comunistas. Na mesma linha, em 1975, surgiram as Forças de Libertação Anticomunistas de Guerras de Eliminação (Falange) e a União Guerreira Branca (UGB). Três esquadrões da morte que promoveram perseguições, torturas e assassinatos. Até mesmo a Igreja foi considerada comunista e subversiva. Um dos principais mentores desses grupos era Roberto D'Aubuisson, antigo diretor de Inteligência das forças armadas.

Como apontam Sue-Montgomery e Wade (2002), o regime militar tentou diminuir o poder da oposição promovendo fraudes eleitorais e repressão. O crescimento e o sucesso dos partidos de oposição foram alarmantes para a elite, que temia perder as terras em um processo de reforma agrária (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.41-42). Nas eleições de 1972, Duarte era o franco favorito de acordo com as pesquisas de intenção de voto. Contudo, o pleito terminou com a vitória claramente fraudulenta do Coronel Arturo Molina, do PCN. Na sequência, os protestos se intensificaram e houve uma tentativa de golpe em favor de Duarte, que foi preso e exilado. Nos embates eleitorais de 1977, a UNO lançou a candidatura do General Ernesto Claramount Rozeville, militar aposentado após ter sido herói da “Guerra do Futebol”⁵. O PCN lançou o General Carlos Humberto Romero. Mais uma vez, o PCN venceu com fraudes eleitorais. Na sequência, mais protestos e 200 mortos. Romero fora um destacado quadro da ORDEN, que ameaçou e assassinou eleitores de Rozeville no pleito de 1977.

Em 1979, como insatisfação com a condição política e econômica, e resposta às atrocidades do bloco oligarca-militar e seus braços armados, as organizações de massas e os grupos político-militares lançaram uma série de ações descoordenadas, como greves nacionais, sequestros a embaixadas e atentados políticos. A reação do Governo Romero foi cada vez mais violenta, com papel

⁵ Confronto entre El Salvador e Honduras entre 14 e 18 de julho de 1969 por questões relativas a terras na fronteira e imigração. Esta guerra ganhou este nome porque as tensões foram exacerbadas por três partidas de futebol entre os dois países, válidas para Copa do Mundo de 1970. O Conflito também é conhecido pelo nome Guerra das 100 horas.

destacado dos esquadrões da morte, que assassinaram, inclusive, jesuítas estrangeiros e crianças. Essa violência ficou mundialmente conhecida e enfureceu os diplomatas estadunidenses e as organizações internacionais de Direitos Humanos.

Em outubro do mesmo ano, um grupo de jovens oficiais reformistas moderados, com receio da Guerra Civil e do sandinismo, derrubaram o Governo Romero e formaram uma junta de governo, que contou com dois militares e três civis. Na prática, a junta e a composição do novo governo era uma coalizão entre moderados do campo conservador, liberal e socialdemocrata, com o objetivo de diminuir as tensões sociais. Neste sentido, a junta deixou clara a rejeição à utilização da violência e às violações dos direitos humanos, inclusive dissolveu a ORDEN. Ademais, se comprometeu em estabelecer uma melhor distribuição de terras e riqueza, além de promover eleições livres.

Como medidas imediatas, a junta nacionalizou o setor bancário e o processo de exportação do café. Em paralelo, os militares fundaram o Conselho Militar Superior. Contudo, como aponta Sue-Montgomery e Wade, a junta não deixou espaço político para as organizações de massa, não redefiniu o papel dos militares e manteve a oligarquia com controle sobre a economia, mesmo com as nacionalizações. A primeira junta se desfez em 1980. A segunda junta substituiu apenas os membros civis, ao incluir membros do PDC, dentre eles Duarte. No entanto, os problemas permaneceram (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.64-65).

Como resultado, o bloco oligarca-militar reagiu com violência às medidas da junta, sobretudo à possibilidade de reforma agrária. Além disso, os movimentos de massa não ficaram convencidos de que a realidade mudaria. Como maior expoente da extrema direita, o Major Roberto D'Aubuisson formou a Frente Democrática Nacionalista (FDN), uma reedição da ORDEN, que se juntou a CGB, a Falange e a outros esquadrões da morte para formar o Exército Secreto Anticomunista (ESA).

Em janeiro de 1980, depois de conversações em Havana e conselhos dos políticos cubanos, os líderes das organizações de massa BPR, Fapu, LP-28 e UDN formaram a Coordenadoria Revolucionária das Massas (CRM) com o objetivo explícito em documento de derrotar o bloco oligarca-militar, nacionalizar as terras e a indústria, garantir direitos democráticos ao povo, estimular a organização popular e formar um novo exército revolucionário (ANDERSON, 1998, p.97). Três meses mais

tarde, o assassinato do arcebispo Oscar Romero provocou a aproximação da CRM com os sociais democratas, a Igreja católica e entidades representativas de trabalhadores e estudantes, que culminou na formação da Frente Democrática Revolucionária (FDR). Segundo Dunkerley (2001), o programa político da CRM, depois adotado pela FDR, não era comunista, mas defendia a reforma agrária e a nacionalização da infraestrutura econômica. Dentro da FDR muitas organizações marxistas pretendiam alcançar o comunismo através de mudanças revolucionárias, mas nenhum grupo político era capaz de impor um projeto único e factível em curto prazo. Por isso, a aliança só pode se concretizar em torno de um projeto “democrático popular” (DUNKERLEY, 2001, p. 109).

As organizações político-militares armadas FPL, FARN, ERP, PRTC e FAL formaram o Diretório Revolucionário Unificado (DRU). Contudo, o DRU já nasceu dividido quanto à estratégia que seria adotada; o princípio leninista do centralismo democrático (FPL, ERP e FAL) ou a formação de um partido revolucionário de vanguarda (FARN). Por fim, a primeira opção prevaleceu. Em homenagem ao militante dos anos 1930, o DRU passou a se chamar Frente Revolucionária Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), em outubro de 1980. As escaramuças entre as forças provocaram a morte de aproximadamente 10.000 pessoas e o refúgio de mais de 30.000 para os países vizinhos, apenas no ano de 1980 (ANDERSON, 1998, p.108). Entre 1980 e 1982, os esquadrões da morte, a polícia e o exército mataram 42 mil pessoas.

No plano político institucional, as eleições continuaram a acontecer, inclusive, como tentativa de minar o apoio popular à FMLN. As eleições de 1982 para assembleia constituinte abriram uma segunda esfera de confrontação, ainda que a FDR tenha se recusado a participar. A extrema direita lançou a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), braço político da FDN, para representar a oligarquia anticomunista. De acordo com Dunkerley, a ARENA adotou métodos modernos de campanha, seguindo o estilo dos partidos políticos estadunidenses, de modo complementar aos métodos paternalistas e ameaçadores tradicionais. O programa da ARENA recusava por completo a reforma agrária e defendia uma solução puramente militar para os conflitos (DUNKERLEY, 2001, p.109). A coalizão política entre ARENA, o PCN e outros pequenos partidos de direita garantiram o controle sobre a assembleia, ainda que os democratas cristãos tivessem conseguido muitos assentos. O major D'Aubuisson era o principal nome da legenda e se tornou

presidente provisório, mas para assegurar, a aliança de direita deixou o cargo para Alvaro Magaña.

A assembleia constituinte tinha como principais tarefas: elaborar uma nova constituição para o país e promover novas eleições. A nova constituição ficou pronta em 1983 como uma réplica da predecessora de 1962, sem tratar da reforma agrária. A única mudança significativa foi o fortalecimento da Suprema Corte. As eleições foram convocadas para 1984. Os principais candidatos eram D'Aubuisson e Duarte, que venceu o pleito com um discurso que reforçava seu papel como representante da democracia contra o fascismo. Entretanto, teve que enfrentar uma assembleia hostil, que ignorou e travou a agenda.

No ano seguinte, as eleições legislativas tornaram Duarte e o PDC maioria. Mesmo assim, o novo governo não conseguiu instalar a paz e sanar os problemas sociais e econômicos. Se comparado ao período anterior aos conflitos, a renda per capita estava 200 dólares menor e os preços dos alimentos estavam 200% mais altos. O desemprego atingia 40% da população.

Em 1986, o Governo Duarte tomou uma série de medidas econômicas: desvalorizou a moeda, fixou o câmbio, estabeleceu o controle de preços sobre produtos essenciais e alugueis, determinou a taxaço sobre as exportações de café, proibiu a importação de produtos de luxo e aumentou impostos. As medidas não surtiram o efeito esperado. Para piorar, um terremoto atingiu o país, matando, aproximadamente, 1500 pessoas e deixando 200.000 desabrigados. Os prejuízos chegaram a 2 bilhões de dólares (ANDERSON, 1998, p.123).

No início de 1981, a FMLN esteve perto de repetir o feito dos sandinistas, mas a revolução não se concretizou. A organização tinha armamento e munição enviados de Cuba e de acordo com Sue-Montgomery e Wade, a coordenação entre os comandos era ruim e ocorreram vários erros táticos (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.76). Mas, mesmo com o fracasso da ofensiva, a FMLN controlava, aproximadamente, um quarto de El Salvador. Assim, em 1982, a guerra entre a FMLN e o bloco oligarca-militar, no governo e na FDN, tornou-se uma guerra de posição (ANDERSON, 1998, p.114-116).

Nas regiões que controlava, a FMLN buscou promover o desenvolvimento e a educação política baseada em pressupostos sociais democratas, a despeito do seu viés marxista. Construiu escolas, hospitais, campos de treinamento militar e organizou governos locais. Ainda, para Sue-Montgomery e Wade (2002), a

heterogeneidade interna da FMLN e sua relação simbiótica com a FDR fecundou um processo dialético na troca de ideias e na ação que deu característica única ao processo revolucionário salvadorenho. Os conceitos-chaves que davam sustentação e unicidade a essa relação eram “Libertação” e “Pluralismo”. O primeiro se referia à libertação das condições de fome, analfabetismo, doenças, habitação precária e das interferências estadunidenses. O segundo conceito se referia à necessidade de respeitar as diferenças internas e salvaguardar os ideais comuns, como a independência, a autodeterminação, a justiça, o progresso social e a revolução (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.82-83).

Em 1984 e 1989, a FMLN logrou lançar duas grandes ofensivas que quase tiveram êxito, mas, mais uma vez, sofreram revés. De todo modo, depois de cada uma dessas campanhas, a FMLN aumentou o contato com a sociedade civil e o controle sobre regiões de El Salvador. Sue-Montgomery e Wade (2002) apresentam três pontos interessantes para explicar o fracasso da ofensiva: 1) o regime salvadorenho não forneceu um inimigo popular como Somoza, o problema era econômico e político, muito mais amorfo; 2) a repressão era mais cíclica do que focal, e já se arrastava por meio século; e 3) a FMLN não tinha nenhum refúgio geográfico seguro (como florestas ou cadeias de montanhas) e os vizinhos eram contrários à guerrilha. Além disso, as diferenças entre as organizações que compunham a FMLN era um problema não só do ponto de vista ideológico e metodológico, mas também organizacional. Cada grupo manteve independente, as decisões sobre a sua estrutura financeira, decisória e hierárquica (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.76). No fim, pelo menos, 70.000 salvadorenhos perderam a vida nos confrontos que marcaram a década (DUNKERLEY, 2001, p.110).

4.4 O Terrorismo de Estado Guatemalteco

Até a Segunda Guerra Mundial, a Guatemala esteve sob os mandos das frações da oligarquia tradicional e do capital internacional representados na alternância de ditaduras conservadoras e liberais, como as de Rafael Carrera (1838-1865), Justo Rufino Barrios (1871-1885), Manuel Estrada Cabrera (1898-1920) e Jorge Ubico (1931-1944).

Como assinala Dunkerley (2001), Ubico, um militar educado nos Estados

Unidos e na Europa, chegou ao poder como representante da oligarquia e da United Fruits Company (UFCO) para impedir revoltas e revoluções potencializadas sob os efeitos da crise de 1929. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, o ditador guatemalteco perdeu legitimidade. Eleições abriram caminho para os governos reformistas dos militares democraticamente eleitos Arévalo (1945-1950) e Árbenz (1951-1954) com projetos que combinaram reforma econômica com a extensão das liberdades civis e políticas, incluso reforma agrária em um país em que 2% da população controlava 47% das terras cultiváveis (DUNKERLEY, 2001, p. 56-67).

O Governo Juan Arévalo, primeiro presidente eleito democraticamente no país, elaborou um projeto de modernização cujo principal objetivo era criar condições para o controle nacional dos instrumentos de política econômica e, assim, promover o desenvolvimento capitalista e melhorar as condições de vida da população. O Governo Jacobo Árbenz Guzmán, seu sucessor, em nome da continuidade do projeto modernizador, expropriou, mediante indenização, 219.159,96 acres de terra ociosas. Naquele momento, a agricultura era a principal atividade econômica guatemalteca com a produção de gêneros de subsistência e de exportação, como café e bananas, com a produção organizada em uma estrutura fundiária altamente concentrada (AYERBE, 2002, p.105).

A UFCO junto à oligarquia rural, tentou derrubar Arévalo em 1950, ao apoiar a tentativa de golpe liderada por Carlos Castillo Armas, que recebeu treinamento nos Estados Unidos para tal empreitada. O Governo Eisenhower também atuou diretamente e em conluio com a elite guatemalteca para derrubar o governo popular de Árbenz. Para isso, aprovou a operação PBSUCCESS elaborada pela CIA, sob a direção de Allen Dulles. A operação treinou mercenários na Flórida, em Honduras e na Nicarágua e utilizou táticas de propaganda para fomentar revoltas e minar o apoio popular ao governo, como mensagens anunciando que o presidente trocava as imagens religiosas por imagens de Lenin e Stalin.

Em 1954, 150 mercenários armados, com apoio de bombardeios aéreos estadunidenses, invadiram o país e derrubaram o Governo Árbenz. Depois do golpe, Castillo Armas e militares guatemaltecos pró-estadunidenses assumiram o governo. Como aponta Ayerbe (2002), o argumento de que o comunismo se instalara na Guatemala não correspondeu à realidade. O Partido do Trabalho, de viés comunista, obteve apenas 4 de 56 cadeiras no parlamento, nas eleições que colocaram Árbenz na presidência, e nunca teve presença no governo. Portanto, na verdade, o que

desencadeou o golpe na Guatemala foi a ameaça aos interesses da UFCO e da elite guatemalteca expressa no projeto político modernizador e nacionalista de Arévalo e Árbenz, sobretudo na reforma agrária (AYERBE, 2002, p. 111-112).

Depois do golpe que findou o período reformista, o bloco oligarca-militar, aliado aos interesses internacionais, dirigiu a política guatemalteca a fim de prevenir outras experiências do mesmo tipo. De acordo com Dunkerley, o golpe de 1954, que derrubou Árbenz, deu início a uma nova era política em que a elite governante, formada pela oligarquia, a burguesia urbana e os militares conservadores, afastou qualquer projeto de reforma a fim de proteger seus interesses econômicos e sociais. Por sua vez, os trabalhadores da cidade e do campo sofreram uma derrota política da qual demoraram a se recuperar. A administração do Coronel Castillo Armas (1954-1957), um dos fundadores do partido Movimento de Libertação Nacional (MLN), de viés conservador, apresentou um projeto vago com o objetivo de promover uma harmonia social e se apressou em desfazer a reforma agrária e abolir os códigos de trabalho (DUNKERLEY, 2001, p.69-70).

O governo do General Miguel Ydígoras Fuentes (1958-1963), que fundou o Partido Redenção, também com viés conservador, deu continuidade à reversão do reformismo e tentou reconciliar os conservadores. Ademais, abriu as portas do país para a operação da CIA de invasão a Cuba através da Baía dos Porcos. Em 1960, sufocou a revolta de jovens militares fiéis aos ideais reformistas. Contudo, os militares reformistas que conseguiram escapar vivos e livres criaram as Forças Armadas Rebeldes (FAR), com inspiração na experiência cubana. Em meio à ameaça da FAR, Ydígoras permitiu a volta de Arévalo ao país. Diante desses dois fatores, o ministro da defesa, Coronel Enrique Peralta Azurdia, derrubou Ydígoras e assumiu o governo (1963-1966), a fim de assegurar a ordem estabelecida diante da possibilidade do reformismo.

O Governo Peralta aproveitou os recursos da Alpro para construir estradas e programas de alimentação escolar, saúde e alfabetização, principalmente entre os camponeses, para diminuir o apoio à guerrilha. Enquanto isso, a riqueza dos 1,4% da população aumentou (ANDERSON, 1998, p.26). Segundo Dunkerley, Peralta acreditava que só os militares teriam capacidade para mediar os interesses oligarcas dentro do bloco dominante e estabelecer a disciplina sobre os trabalhadores no campo e na cidade. Inspirados na formação e nas estratégias do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México e do PCN de El Salvador, Peralta e

seus seguidores fundaram o Partido Institucional Democrático (PID) para monopolizar o poder a partir de um sistema de controle das eleições no qual apenas os partidos com, no mínimo, 50.000 afiliados poderiam concorrer ao pleito. Nesses termos, a oposição limitada e moderada seria tolerada.

Assim, em 1966, os partidos de centro, Democracia Cristã Guatemalteca (DCG) e Unidade Revolucionária Democrática (URD) ficaram de fora das eleições. O PR sob a liderança de Mário Méndez Montenegro aceitou as regras do jogo e assumiu uma posição moderada para participar do pleito contra o MLN e o PID, o que gerou cisões internas. Entretanto, antes do processo eleitoral, o líder do partido e provável candidato foi assassinado. A morte uniu o PR sob a liderança e a candidatura de seu irmão, Julio Cesar Mendéz Montenegro. A candidatura ganhou o apoio da FAR e do Partido Guatemalteco dos Trabalhadores (PGT), de orientação comunista, que estava na ilegalidade.

Com apelo popular, Mendéz Montenegro venceu o pleito e os reformistas voltaram ao poder. Contudo, o PID e o MLN conquistaram a maioria legislativa. Depois de uma semana, as partes chegaram a um acordo: Mendéz Montenegro assumiria a presidência, mas teria que se submeter às exigências do PID e do MLN para governar (DUNKERLEY, 2001, p.71-72).

Nesse conturbado contexto, o movimento de guerrilha da FAR e da sua dissidência trotskista, Movimento Revolucionário 13 de Novembro (MR-13), intensificaram suas atividades e ameaçaram as elites com sequestros e assassinatos dos embaixadores dos Estados Unidos e da Alemanha e de membros do governo, ainda que não fossem muitos e não tivessem conseguido construir uma base de apoio entre os camponeses.

O coronel Carlos Arana Osório dirigiu a resposta dos militares através de uma combinação da estratégia de terra arrasada e repressão com ações sociais patrocinadas pelo Estado e pelos Estados Unidos (DUNKERLEY, 2001, p. 73).

Em paralelo, surgiram esquadrões da morte anticomunistas, como o Movimento Anticomunista Nacional Organizado (MANO ou “Mão Branca”), a Nova Organização Anticomunista (NOA); e o Comando Anticomunista da Guatemala (CADEG). Também surgiram clãs burgueses-oligárquicos como os Kong, Zimeri, García, Granados, Sandoval e Arana, que possuíam exércitos privados de expolíciais e militares. Segundo os dados de Dunkerley (2001), as ações de militares e paramilitares provocaram, aproximadamente, 10.000 mortes em cinco anos.

Em 1968, os guerrilheiros bateram em retirada. Como golpe final, Arana venceu as eleições de 1970 pelo PID, com apenas 5% dos votos da população, como representante de oligarcas e de uma nova geração de fazendeiros e comerciantes ligados à cultura do café e ao MCCA. Instalou um estado de sítio, assassinou mais de 700 inimigos políticos e invadiu universidades (DUNKERLEY, 2001, p.73-74). Segundo Anderson, somente em 1970, o Governo Arana executou 2000 inimigos políticos (ANDERSON, 1998, p.29).

Em 1976, o terremoto que atingiu a Guatemala, aliado à crise econômica mundial, agravou o estado de miséria da população. Desde os anos 1950, a expansão da utilização comercial da terra ameaçava a produção e a sociocultura comunal indígena e camponesa. A crise fez a oligarquia e a nascente burguesia guatemalteca acelerarem este processo como tentativa de superar seus problemas econômicos, a despeito das condições e da vida de camponeses e indígenas.

Neste sentido fora significativa a criação da Franja Transversal do Norte (FTN), em 1976, uma zona de desenvolvimento para satisfazer as necessidades da agroindústria, de petrolíferas e de mineradoras em uma das regiões mais densamente povoada por indígenas, na fronteira com o México e no litoral do Caribe. O projeto, que proporcionou incentivos ao capital, atraiu empresas nacionais e internacionais. Conseqüentemente, inflou o preço das terras e provocou conflitos sobre os direitos de propriedade. Mais do que isso, de acordo com Dunkerley, o projeto tentou impor uma economia capitalista em um núcleo de agricultura de subsistência (DUNKERLEY, 2001, p.79-80).

Os governos do General Kjell Laugerud (1974-1978) e do General Romero Lucas Garcia (1978-1982), ambos do PID, responderam com violência ao crescente descontentamento popular com a miséria, expresso em manifestações pacíficas. Além disso, os esquadrões da morte voltaram a atuar com brutalidade contra indivíduos e pequenos grupos de ativistas, sindicalistas e indígenas. Tudo isso, fomentou o reaparecimento dos movimentos sociais no campo e na cidade e das organizações guerrilheiras.

Dentro da Igreja Católica, grupos tradicionais aliados ao bloco oligarca-militar, que atuavam com o objetivo de combater os ritos e tradições maias (que coexistiam em harmonia com o ritual católico), entraram em conflito com jovens catequistas associados à Teologia da Libertação, que atuavam diretamente nas comunidades através da Ação Católica e do Partido Democrata Cristão (PDC). Nesses espaços,

os grupos de estudo católicos se tornaram foro de debates sobre os problemas sociais e econômicos e possíveis ações para atenuar a miséria, como a formação de cooperativas, uniões de crédito, estações de rádio em línguas indígenas, centros de treinamento técnico, farmácias comunitárias, professores, agentes de saúde comunitários e comitês de melhoramento da comunidade.

Destes meios, sob influência da Teologia da Libertação formou-se o Comitê de Unidade Camponesa (CUC) em 1978, primeira federação de camponeses dirigida por maias, dedicado a organizar comitês regionais por todo o país para combater os abusos do trabalho temporário, a degradação ambiental, a expropriação da terra e da água, o recrutamento militar forçado, a corrupção dos agentes públicos sobre as comunidades e a discriminação cultural (GRANDIN, 2002, p.85-86).

É importante ressaltar, como aponta Dunkerley (2001), que os indígenas eram vistos, inclusive pelos trabalhadores que não reivindicavam as mesmas origens, como seres primitivos que impediam o progresso material e a consolidação de uma cultura republicana e hispânica. Isto, durante bastante tempo, dificultou o estabelecimento de alianças entre sindicalistas e trabalhadores rurais indígenas. Porém, no final dos anos 1970, a Ação Católica aproximou os camponeses indígenas e os estudantes, que em diversas ocasiões foram à comunidade oferecer ajuda para amenizar a pobreza e a brutalidade das forças militares e paramilitares. Nas cidades, os trabalhadores urbanos fundaram o Comitê Nacional de Unidade Sindical (CNUS) e ampliaram a base da Conferência Nacional dos Trabalhadores (CNT). No total, o número de trabalhadores sindicalizados subiu de 1,6% para 10% entre a população economicamente ativa no período entre 1975 e 1978 (DUNKERLEY, 2001, p.78-80).

Entre as organizações revolucionárias, nos anos 1970, os remanescentes da FAR formaram o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) e a Organização Revolucionária do Povo em Armas (ORPA). Diferente do antecessor, essas duas organizações não adotaram o foquismo. Preferiram estabelecer alianças e trabalhos políticos para estabelecer uma base social junto às organizações sociais indígenas. Neste sentido, o EGP atuou nas montanhas indígenas em conjunto com a Ação Católica e com o CUC para organizar as comunidades indígenas de acordo com a estrutura existente. A ORPA montou uma estrutura clandestina tradicional nas comunidades e nas fazendas do litoral pacífico, identificando possíveis membros e

lideranças.

Como assinala Grandin (2002), na metade da década de 1970, o objetivo desses movimentos revolucionários não era restaurar o reformismo consagrado na era Arévalo-Árbenz, como a FAR e o MR-18, mas criar uma verdadeira sociedade socialista revolucionária. No entanto, o significado disto sempre esteve aberto a diversas interpretações. Os intelectuais dessas organizações estavam amplamente influenciados pela Teologia da Libertação, inclusive atuavam em conjunto com padres, freiras e catequistas radicais, e pelas teorias terceiro-mundistas de Franz Fanon e Albert Memmi. Assim, em suas visões de mundo, inseriram a Guatemala nas relações “colonialistas internacionais”, sob um prisma racial (GRANDIN, 2002, p.93-94). Entre 1975 e 1980, a união dos diversos setores da sociedade civil fomentou um movimento popular de massas e, conseqüentemente, a escalada da reação repressiva do Estado, por vias oficiais e não oficiais. Entre 1977 e 1983, os conflitos sociais e políticos ganharam intensidade. Em 1977, o governo reagiu com violência à marcha que uniu mineiros e trabalhadores da indústria açucareira com apoio de populares na Cidade da Guatemala. Em 1978, os militares assassinaram mais de cem camponeses maias q'eqchis que protestavam contra expropriação de terras para empreendimentos da FIT no povoado de Panzós. Na Cidade da Guatemala, em meio a um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, assassinaram 31 trabalhadores e deixaram 400 feridos. Em 1979, a polícia espancou e prendeu camponeses q'eqchis que ocuparam uma igreja na capital como forma de protesto por terem perdido suas terras. Ainda mais estarrecedor, torturou, estuprou e cegou a filha de 16 anos da advogada do grupo, Yolanda Urízar Martínez de Aguilar.

Em 1980, a polícia matou mais de vinte camponeses q'eqchis que ocuparam, consensualmente, a embaixada espanhola. Neste mesmo ano, os esquadrões da morte e as forças oficiais fizeram incursões genocidas nas regiões de Ixcán e Quiché. Assassinaram lideranças políticas de todos os movimentos sociais e políticos, inclusive sociais democratas de destaque nacional como Alberto Fuentes Mohr do Partido Social Democrata (PSD); Manuel Colom Argueta da Frente Unida Revolucionária (FUR, antiga URD); maias eleitos para cargos municipais pelo PDC; e mais de 30 líderes do DCG e 6 líderes da FUR. Desapareceram com mais de uma dezena de catequistas, jornalistas, estudantes e sindicalistas por semana. Somente nos meses de maio e junho, mataram, em média, um sindicalista por dia (GRANDIN,

2002, p.93-94; ANDERSON, 1998, p.42-46). Além disso, os proprietários de indústrias nacionais e internacionais como Coca-Cola, AUROTEX (do ramo têxtil) e IODESA (do ramo de alimentos processados) formaram exércitos privados para impedir, através da coação e da violência, a sindicalização dos trabalhadores. Este fenômeno se repetiu no campo, onde fazendeiros formaram exércitos próprios para expropriar terras e manter indígenas em condições de semiescavidão (ANDERSON, 1998, p.33-34).

Como resposta, a EGP e a ORPA, que ganharam a simpatia dos camponeses em péssima situação social e sujeitos a brutalidade, estenderam suas atividades e passaram a controlar as regiões de Quiché, Huehuetenango, San Marcos, Sololá e Chimaltenango. A FAR, diminuta, controlava a região de Petén. Os guerrilheiros atacaram os postos das forças oficiais e sequestraram membros da elite oligarca e burguesa guatemalteca, como Jorge Raúl García Granados. Em 1982, a EGP, a ORPA e a FAR se uniram ao PGT e formaram a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) como organização militar. No plano da política institucional, os líderes civis da FUNP formaram o Comitê Guatemalteco de Unidade Popular (CGUP). Um pouco antes, em 1979, os partidos centristas – FUR, DCG, PSD e PDC – se uniram às principais centrais sindicais – CNT e CNUS – e formaram a Frente Democrática Contra a Repressão (FDCR) para exigir respeito às liberdades cívicas e investigação sobre os assassinatos (DUNKERLEY, 2001, p.81-82; ANDERSON, 1998, p.56-57).

Do outro lado, o bloco oligarca-militar começou a mostrar insatisfação com o Ditador Lucas García. Primeiro porque este não conseguiu estabelecer a ordem e, para piorar, tomou medidas extremamente violentas, que empoderaram a oposição. Segundo, porque o ministério do trabalho aumentou os salários de camponeses e operários a fim de diminuir as tensões, mas gerou aumento de custos. Terceiro, porque a administração e as forças armadas eram corruptas e ineficientes. Quarto, porque sabiam que a provável vitória do Ministro da Defesa, General Aníbal Guevara, não resolveria os problemas. Em suma, esses quatro pontos de insatisfação eram entraves para realização dos interesses econômicos da oligarquia e da burguesia. Como tentativa definitiva de impor a ordem, Lucas García enviou entre quinze e vinte mil soldados com artilharia pesada, helicópteros e aviões para atacar as áreas que os guerrilheiros controlavam (GRANDIN, 2001, p.103), mas já era tarde. A Administração Lucas não tinha mais apoio.

Em 1982, o bloco oligarca-militar, expresso no MLN, patrocinou um golpe que instalou um triunvirato militar no poder, com os generais Horácio Maldonado Shaad e Efraín Ríos Montt e o coronel Francisco Luís Gordillo. Poucos meses depois, um minigolpe dentro do golpe definiu Ríos Montt como presidente, que declarou estado de emergência e suspendeu a constituição. O novo governo reavaliou a estratégia de combate e lançou planos anuais de campanha militar, cujo objetivo geral era derrotar a guerrilha. Na prática, intensificou a campanha militar.

De acordo com Grandin (2001), as operações eram brutais, sobretudo contra os indígenas ou quem era considerado indígena. Soldados estupraram mulheres diante dos filhos, matavam crianças com crueldade, extraíam órgãos e fetos, amputavam genitálias e queimavam as pessoas vivas. Além disso, o Governo Ríos Montt deu continuidade à formação de Patrulhas de Autodefesa Civil (PACs), formada por agentes militares locais que transformaram a guerra entre guerrilheiros e governo em uma guerra civil entre camponeses. Inspirados na estratégia do Vietnã e da Palestina, instalaram de um projeto de “desenvolvimento militarizado” com programas de saúde, auxílio alimentar, construção de estruturas hidráulicas, construção de estradas e assistência técnica às cooperativas, implantados com ajuda de agências estatais, bancos de crédito e organizações não governamentais e sob supervisão do exército. Para muitos, os indígenas eram, naturalmente, potenciais aliados dos guerrilheiros e vulneráveis ao comunismo, uma vez que viviam em comunidades fechadas, isoladas e subversivas. (GRANDIN, 2001, p.105-110).

Por fim, após um ano macabro no governo, Ríos Montt anunciou novas leis eleitorais e a convocação de uma assembleia constituinte. Antes que tais medidas fossem colocadas em prática, o ministro da defesa General Oscar Mejía Victores deu um golpe e retirou Montt da presidência. Imediatamente, Mejía Victores anunciou que manteria a eleição para assembleia constituinte e elaboraria um novo código militar. Nas eleições de 1984, a União Nacional do Centro (UNC), formada pelo MLN e pela Central Auténtica Nacional (CAN, dissidência da própria MLN), assegurou vinte e três assentos e o controle da Assembleia Constituinte.

A nova constituição definiu que o país se organizaria com um Congresso unicameral com 100 representantes e um presidente, eleitos a cada cinco anos. A primeira eleição, realizada em novembro de 1985, terminou com a vitória do centrista Vinicio Cerezo Arévalo, do DCG. Antes de sair do poder, Mejía Victores

concedeu anistia aos integrantes dos esquadrões da morte (ANDERSON, 1998). Depois de 50 anos, os militares, como representantes do bloco oligarca-militar, não estavam no governo da Guatemala. Entretanto, os problemas econômicos e a violência persistiram, pois os esquadrões da morte continuaram a perpetrar brutalidades e as guerrilhas continuaram a atuar de forma quase dormente. Segundo dados de Grandin, até o fim oficial da guerra, em 1996, o Estado guatemalteco havia matado 200 mil pessoas, desaparecido com outros 40 mil e torturado milhares (GRANDIN, 2002, p.105).

5 A política externa dos Estados Unidos e a crise na América Central: embates no Congresso e na Casa Branca

5.1 O Governo Carter e a política para a América Central

Em princípio, a Administração Carter buscou evitar os custos financeiros e o desgaste político – exacerbados pela Guerra do Vietnã, pelo escândalo de Watergate e pelas relações com os ditadores do Terceiro Mundo –, apresentando um projeto voltado para estabelecer e liderar uma nova ordem mundial em cooperação com os países capitalistas industriais, tendo como palavras de ordem a “defesa da democracia”, “dos direitos humanos” e “da autodeterminação dos povos”.

Neste projeto, a resolução dos problemas econômicos ganhou papel de destaque, sobretudo para resolver as tensões Norte-Sul e, assim, estabelecer um equilíbrio favorável na relação Leste-Oeste. Neste quadro, os bancos e as empresas multinacionais foram reconhecidos como atores na tarefa de gerir uma economia mundial interdependente. De forma complementar, a democracia, os direitos humanos e a autodeterminação dos povos constituíram um componente ideológico de contenção do comunismo (SANTAMARÍA, 2013, p. 201).

A política do Governo Carter para América Latina se baseou nas determinações da Comissão Trilateral, formada em 1973 por banqueiros, industriais e intelectuais liberais dos países centrais com o objetivo de conciliar os interesses da elite global; e no Informe Linowitz II, fruto da Comissão Linowitz, fundada em 1977 por Sol Linowitz, diplomata e membro diretor da Xerox, para avaliar a realidade na América Central e Caribe, sobretudo as negociações sobre o Canal do Panamá e as relações com Cuba (AYERBE, 2002, p. 190-192).

Em discurso na OEA, nos primeiros meses de seu mandato, Carter definiu os objetivos fundamentais da política externa para América Latina: 1) contribuir para consolidação da democracia; 2) não estabelecer intervenções; 3) patrocinar o respeito aos Direitos Humanos; 4) ampliar o diálogo Norte-Sul. Os conservadores acusaram Carter de deteriorar o papel dos Estados Unidos frente à União Soviética no hemisfério ocidental e no mundo. Enquanto isso, a Administração Carter mostrou que a região continuava a ocupar um lugar de destaque na esfera de influência estadunidense. Em 1977, formou a The Caribbean Joint Task Force e criou o Comando Militar de Key West, na Flórida, a fim de mobilizar contingente militar de

forma rápida para defender o território de possíveis invasores e assegurar os interesses de estadunidenses e aliados contra ameaças internas e externas na região (SANTAMARÍA, 2013, p.201-204).

Em 1978, os esforços multilaterais do governo dos Estados Unidos na região culminaram no acordo de intenções assinado junto aos representantes da Venezuela, Colômbia, Costa Rica, Jamaica e Panamá, expresso na Declaração Conjunta do Panamá, que comprometeu os países signatários com a resolução coletiva dos conflitos hemisféricos, com a defesa dos Direitos Humanos e com o desenvolvimento mais justo e equitativo da economia internacional (PASTOR, 2001, p.47). Para Kryzanek, a política regional da Administração Carter pode ser descrita como um misto de compaixão humana, crença nas negociações e relutância em utilizar qualquer instrumento de intervenção militar, com o objetivo de reestabelecer a credibilidade no hemisfério (KRYZANEK, 1996, p.85). Como resume Walter LaFeber, o Governo Carter tentou estabelecer na região um reformismo pragmático (LAFEBER, 1984, p.209).

A tensão que circundava o Canal do Panamá foi a primeira questão específica que o Governo Carter enfrentou na região. No início de 1977, o Policy Review Committee (PRC), subordinado ao National Security Council (NSC), recomendou que os Estados Unidos negociassem um novo acordo com o Panamá para proteger o Canal frente às mobilizações nacionalistas que poderiam destruir a estrutura e minar domínio estadunidense. No mesmo ano, os representantes dos Estados Unidos e do Panamá estabeleceram dois acordos: o Tratado do Canal do Panamá, que transferia, gradualmente, a propriedade e a responsabilidade do Canal para os panamenhos até o ano de 2000 e, conseqüentemente, eliminaria a Zona do Canal, região sob soberania estadunidense; e o Tratado de Neutralidade Permanente do Canal que deu aos Estados Unidos e ao Panamá o direito de defender a neutralidade do Canal depois de 2000 (PASTOR, 2001, p.43).

Em relação a Cuba, o PRC recomendou a aproximação para relaxar as tensões, desde que o governo cubano se comprometesse em realizar mudanças substanciais tais como: não interferir em assuntos internos de outros países do hemisfério; diminuir o envolvimento militar na África; e se comprometer com os direitos humanos. As tratativas iniciais entre os dois países resultaram na suspensão dos voos de espionagem, em acordos de limites marítimos e pesca e no estabelecimento das Seções de Interesse de ambos em Havana e em Washington.

Entre 1978 e 1979, de acordo com as negociações, o governo cubano soltou 3.600 presos políticos, incluso todos os cidadãos estadunidenses. No início de 1980, após um grave incidente com cubanos que pediam resgate na embaixada peruana, o governo cubano retirou todos os entraves para a imigração. No fim daquele ano, mais de 125.000 cubanos desembarcaram na Flórida. Entretanto, a atuação de Cuba em países africanos como Moçambique, Angola e Etiópia congelou as negociações porque o governo dos Estados Unidos via esses movimentos como um vetor de avanço da União Soviética naquele continente. Portanto, contrária aos interesses estadunidenses (PASTOR, 2001, p.49-50). Em uma perspectiva mais ampla, a atividade conjunta de Cuba e da União Soviética na África foi o elemento definidor na vitória de Zbigniew Brzezinski, Conselheiro de Segurança Nacional (1977-1981), que liderou os liberais intervencionistas com uma percepção de mundo marcada pelas relações bipolares da Guerra Fria sobre Cyrus Vance, Secretário de Estado (1977-1980), que encabeçou os liberais que compreendiam o mundo a partir das determinações regionais e da relação Norte-Sul. Para piorar ainda mais a relação, em 1979, vazou a informação de que a CIA havia descoberto brigadas da União Soviética na ilha, com isso a relação entre Estados Unidos e Cuba se deteriorou ainda mais. Diante do caso das brigadas da União Soviética em Cuba, Brzezinski reforçou seu argumento.

A partir do final de 1978, o Governo Carter endereçou uma agenda mais tradicional, calcada na ideia de segurança e de balanço de poder em um mundo de competição bipolar. Pouco antes de sair Casa Branca, Carter afirmou em um discurso em 1981 que “a projeção soviética na região do Caribe com assistência de Cuba nos últimos anos criou maior preocupação em termos de segurança” (SANTAMARIA, 2013, p.205).

5.1.1 Nicarágua e El Salvador: os embates e as controvérsias na Casa Branca

Na América Central, a Administração Carter se recusou, inicialmente, a envolver os Estados Unidos diretamente nos embates entre os movimentos revolucionários e o bloco oligarca-militar porque o desejo de promover os direitos humanos entrou em contradição com a intenção de assegurar os interesses estadunidenses. Inclusive, Carter ignorou as cartas enviadas pela pastoral católica do Arcebispo Obando y Bravo, que denunciavam as atrocidades da Guarda Nacional

Nicaraguense.

Por outro lado, no Departamento de Estado, o Secretário Assistente Terence Todman, com a equipe do Bureau da América Latina, criticou o distanciamento do Governo Carter do Governo Somoza, devido a uma equivocada preponderância dos direitos humanos sobre as necessidades da política externa e de um aliado leal que estaria a lutar contra guerrilhas, supostamente, marxistas. Como resposta, Patrícia Derian, a Secretária Assistente do Bureau de Direitos Humanos, acusou Todman de utilizar o caso da Nicarágua para diminuir o papel dos direitos humanos no projeto de política externa. De forma mais pragmática, Antony Lake, Diretor de Planejamento do Departamento de Estado, e Robert Pastor, Especialista em América Latina do NSC, se opunham a qualquer atuação ativa do governo dos Estados Unidos na crise na Nicarágua para honrar o compromisso de Carter com a não intervenção no hemisfério e, principalmente, para evitar qualquer associação com banhos de sangue ou com o triunfo sandinista.

No Congresso, os liberais do Partido Democrata estavam igualmente divididos: de um lado Ed Koch (D - N.Y) e Edward Kennedy (D – M.S) lideravam aqueles que pediam o rompimento com o regime decadente; de outro lado, John Murphy (D - N.Y), amigo e conselheiro informal de Somoza, liderou aqueles que exigiam ajuda à ditadura Somoza. Segundo LaFeber, Somoza pagou \$50.000 para ao lobista William Cramer, ex-conselheiro legal do Partido Republicano, para demandar auxílio imediato ao seu governo (LEOGRANDE, 1998, p.18-20; LAFEBER, 1984, p.229).

Carter estava relutante em oferecer qualquer ajuda a Somoza, devido ao histórico de corrupção e desrespeito aos direitos humanos. Por isso, exigiu que o ditador promovesse reformas políticas e sociais, a fim de diminuir o apoio aos rebeldes. Por um momento pareceu se aproximar de Somoza, depois de algumas mudanças superficiais na condução do governo nicaraguense. Entretanto, o assassinato de Pedro Chamorro e a violência da Guarda Nacional contra os cidadãos nicaraguenses fez a balança pender para soluções que privilegiassem os direitos humanos. Neste sentido, em 1978 Carter substituiu Todman pelo embaixador Viron. P. Vaky, que compartilhava o desejo de promover os direitos humanos e achava que os Estados Unidos deveriam forçar a renúncia de Somoza e arquitetar a instalação de um governo moderado. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, Carter enviou pessoalmente uma carta à Somoza para parabenizá-lo pelo

comprometimento com os direitos humanos. Esse gesto desesperançou a fragmentada e desorganizada oposição moderada nicaraguense, que se juntou a FAO/FSLN (LEOGRANDE, 1998, p. 21).

Entre setembro de 1978 e julho de 1979, o NSC se reuniu vinte e cinco vezes para tentar desenvolver uma estratégia para lidar com a situação na Nicarágua. Segundo Pastor, nas reuniões, o consenso era de que, se os Estados Unidos não fizessem nada, Somoza reprimiria duramente a oposição popular, o país ficaria ainda mais polarizado e, possivelmente, a FSLN teria uma vitória militar. Pastor e Lake defendiam a destituição de Somoza, mas não de forma rápida e sem intervencionismo porque poderia provocar um vácuo de poder que abriria espaço para a revolução sandinista, uma vez que ainda era necessário unificar e organizar os moderados. Ademais, a transição democrática deveria respeitar duas premissas: 1) Carter não incentivaria um golpe e nem pediria a renúncia de Somoza; 2) os Estados Unidos não poderiam agir unilateralmente, qualquer solução deveria envolver os outros países democráticos da América (PASTOR, 2001, p.50-51).

Assim, o debate sobre a Nicarágua chegou a OEA, onde os membros concordaram que os Estados Unidos, a Guatemala e a República Dominicana mediariam um acordo entre Somoza e os sandinistas. O objetivo do Governo Carter era elaborar um plano pacífico para instalar um governo moderado, sem participação dos sandinistas. Quando as negociações começaram, a FAO pediu a substituição imediata do governo somozista por um governo provisório formado pela oposição até a realização de eleições, e Somoza exigiu um plebiscito controlado pela Guarda Nacional. William Bowdler, o negociador estadunidense, tentou convencer Somoza a aceitar um plebiscito sob supervisão internacional. Sem sucesso, o governo estadunidense retaliou com a suspensão da ajuda militar, retirando militares e parte do corpo diplomático do território nicaraguense. Contudo, os governos israelense e argentino continuaram a abastecer o exército oficial nicaraguense com armas (LEOGRANDE, 1998, p.21; LAFEBER, 1984, p.233).

Em 1979, com a intensificação do movimento revolucionário e da reação brutal da Guarda Nacional, Brzezinski insistiu que era necessário garantir a ordem na Nicarágua, mesmo que para isso tivessem que manter Somoza no poder. Diante de indícios do envolvimento de Cuba com a FSLN, praticamente inexistente até aquele momento, Brzezinski reforçou a tese de que o conflito estava inserido na lógica da bipolaridade e recomendou a intervenção unilateral dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, Carter apoiou o empréstimo de \$65 milhões do FMI para Nicarágua. A posição mudou novamente depois que um agente da Guarda Nacional executou um correspondente da rede ABC, Bill Stewart, diante das câmeras. Em uma nova reunião da OEA para discutir a questão, Vance pediu a renúncia de Somoza e o envio de uma força de paz para instalar um governo provisório e garantir um cessar-fogo, o que na prática impediria uma vitória da FSLN. No entanto, a proposta não vingou. O governo estadunidense mudou de estratégia e passou a negociar a transição com os revolucionários a fim de diminuir a influência dos sandinistas no novo governo. Assim, ofereceu a renúncia de Somoza em troca da preservação do Partido Liberal e da Guarda Nacional; pediu que a junta de governo tivesse sete participantes, com pelo menos mais dois moderados; e demandou que não fossem realizadas execuções em massa. A junta de governo rejeitou a proposta, mas garantiu que representaria a pluralidade política e que não aniquilaria os aliados de Somoza e os soldados da Guarda Nacional. Forçado pelas circunstâncias, o Governo Carter teve que aceitar os termos. (LEOGRANDE, 1998, p.24-26; LAFEBER, 1984, p.236).

Com a revolução concretizada, a ruptura drástica das relações entre Estados Unidos e Nicarágua não interessava a nenhuma das duas partes. O novo governo nicaraguense precisava de ajuda financeira internacional para reconstruir a economia do país, fragilizada pela crise e pela guerra. Os estadunidenses precisavam salvaguardar seus interesses na região. O Governo Carter reconhecia que a coalizão revolucionária que assumiu o governo era plural e instável. Portanto, era necessário evitar a radicalização e assegurar a participação dos setores conservadores e liberais.

Para impedir um desfecho revolucionário como o de Cuba, logo após a queda de Somoza, ainda em 1979, a Administração Carter pediu ao Congresso para autorizar o envio de \$15 milhões em fundos de emergência para a Nicarágua a título de ajuda humanitária; reprogramar mais \$8,5 milhões em assistência econômica no orçamento daquele ano; e programar mais \$75 milhões no orçamento do ano seguinte (LEOGRANDE, 1998, p.29-31).

Como lembra LaFeber, para aprovar a quantia programada para 1980, o Congresso fez dezesseis exigências, entre elas: Carter e seus assistentes deveriam se certificar que o governo nicaraguense não estava a incentivar revoluções nos países vizinhos; 60% da ajuda deveria ser destinada ao setor privado; uma parte

deveria ser usada em propaganda para publicitar a boa vontade estadunidense; nenhuma quantia poderia ser utilizada em projetos que tivessem parceria cubana; e eleições deveriam ser realizadas em pouco tempo. O novo governo aceitou prontamente todas as exigências. Mesmo assim, os congressistas estadunidenses levaram oito meses para aprovar a proposta. Em grande medida a aprovação só aconteceu porque temiam que o novo governo nicaraguense procurasse ajuda dos soviéticos e, principalmente, porque os 120 maiores bancos estadunidenses, japoneses e europeus tinham receio de um calote na dívida de \$1,5 bilhões. A ajuda estadunidense deu credibilidade econômica ao governo provisório para renegociar e reescalonar a dívida para \$600 milhões pagos em 20 anos e conseguir um novo empréstimo de \$200 milhões com o BID e com o Banco Mundial. De todo modo, a demora na aprovação dos recursos aproximou a Nicarágua e a União Soviética, que destinou \$100 milhões e ajuda em projetos de energia, transporte, comunicações e agricultura, como os congressistas dos Estados Unidos temiam (LAFEBER, 1984, p. 241).

Dentro e fora do governo, muitos acreditavam que a revolução nicaraguense poderia detonar um efeito dominó revolucionário na região. A primeira peça poderia ser El Salvador. Entre 1961 e 1970, os Estados Unidos enviaram a El Salvador \$4 milhões em ajuda militar. Na década seguinte, a ajuda continuou. Entretanto, em 1977, o governo de El Salvador (seguindo seus pares no Brasil, Argentina e Guatemala) recusou qualquer ajuda militar dos Estados Unidos que estivesse atrelada ao comprometimento com os direitos humanos. Em 1979, a ajuda militar dos Estados Unidos para El Salvador cessou e a ajuda econômica caiu de \$20 milhões para \$10 milhões anuais. A linha dura dentro do Departamento de Defesa e do NSC acreditava que para evitar novas revoluções e assegurar os interesses estadunidenses era necessário relativizar o papel dos direitos humanos na política externa. Para estes, a derrocada de Somoza havia confirmado a tese de que a política externa calcada na defesa dos direitos humanos poderia minar governos aliados e abrir espaço para movimentos revolucionários, supostamente, comunistas. Por isso, era necessário restaurar a assistência militar para os governos anticomunistas, sem contrapartida.

Os defensores dos direitos humanos acreditavam que os governos oligarcas e anacrônicos da região estavam apartados do desejo popular de mudança. A velha política de apoio às elites tradicionais não conteria a crise. Portanto, a ajuda militar

não garantiria a estabilidade. Sendo assim, era preciso controlar o processo de mudança com a promoção de reformas para evitar revoluções contrárias aos interesses estadunidenses (LEOGRANDE, 1998, p.33; 38).

A Administração Carter buscou evitar que a história da Nicarágua se repetisse em El Salvador. Acreditava que a assistência econômica e militar poderia prevenir um novo sucesso revolucionário na América Central. Assim, depois de 1979, El Salvador entrou definitivamente na agenda dos Estados Unidos. Inicialmente, a Administração Carter pressionou o ditador Romero a convocar eleições com o objetivo de patrocinar os Cristãos Democratas e Sociais Democratas, a oposição moderada, e evitar a continuidade da ditadura ou alguma revolução.

Diante disso, em 1979, Washington viu com bons olhos o golpe que os oficiais militares de baixa patente deram para retirar o General Romero do poder e instalar uma junta de governo provisória até estabelecer novas eleições. A Administração Carter acreditava que, no curto prazo, a junta com o projeto reformista ganharia a lealdade popular e, conseqüentemente, provocaria a erosão do apoio à revolução e o fim do domínio político da oligarquia. Para colocar este projeto em prática, convocou Robert E. White para assumir a Embaixada dos Estados Unidos em El Salvador. White teria quatro objetivos: 1) pressionar o governo para implementar reformas sociais; 2) exigir que o governo reduzisse a violência oficial, mesmo que tivessem que demitir militares; 3) proteger o governo de um golpe da extrema direita; 4) manter os moderados afastados dos revolucionários. O embaixador acreditava que não existia nenhum risco iminente de revolução. Sendo assim, o governo salvadorenho não precisava de nenhuma ajuda militar. Necessitava “de um modelo de revolução não comunista” (LEOGRANDE, 1998, p.43).

Neste sentido, em 1979, o embaixador enviou Michael Hammer e Mark Perlman, que trabalhavam para American Institute for Free Labor Development - uma agência da AFL-CIO destinada a organizar trabalhadores anticomunistas na América Latina e financiada parcialmente pelo governo estadunidense - para promover a formação de sindicatos e cooperativas agrícolas afinados com a democracia cristã (LEOGRANDE, 1998, p.66).

Do outro lado do espectro governamental, o Pentágono, certo do despreparo dos militares salvadorenhos diante das ofensivas dos guerrilheiros, elaborou um plano de contrainsurgência e pediu a reativação da ajuda militar para o país centro-americano. Depois de uma passagem por El Salvador, James Cheek, Vice

Secretário de Estado, recomendou o envio de consultores militares e seis helicópteros para ajudar o exército salvadorenho.

A Administração Carter deixou o plano de contrainsurgência em suspensão, mas decidiu reprogramar \$5.7 milhões em ajuda para aquisição de armamento não letal; convidar trezentos soldados salvadorenhos para um programa de treinamento militar com noções de direitos humanos no Panamá; e enviar conselheiros logísticos e seis helicópteros. Além disso, em novembro de 1980, despachou cinco militares do U.S Army Operational and Planning Assistance Team para Operação Golden Haverst, que tinha como objetivo auxiliar as forças salvadorenhas a defender a colheita de café. Em dezembro, suspendeu novamente a ajuda que somava \$25 milhões, depois que os esquadrões da morte assassinaram brutalmente freiras estadunidenses, além de Hammer e Perlman. Carter enviou uma comissão chefiada por Bowdler, que assumiu o cargo de Secretário de Estado Assistente para América Latina, substituindo Vaky no fim de 1979, para examinar a situação política em El Salvador e pressionar a junta governante a controlar as forças armadas, desarticular os esquadrões da morte e promover os direitos humanos.

O governo salvadorenho respondeu prontamente com a elaboração de um tímido código militar de conduta. Segundo Leogrande, na medida em que a ajuda militar aumentou, os elementos moderados da junta perderam força (LEOGRANDE, 1998, p.44-45). Enquanto isso, nas franjas do governo, imigrantes salvadorenhos ricos, baseados nos Estados Unidos, financiavam D'Aubuisson e os esquadrões da morte.

De acordo com Leogrande (1998), a Administração Carter encarou a América Central com sofisticação e ingenuidade, sobretudo após a derrocada de Somoza. A sofisticação estava expressa no reconhecimento de que a realidade da América Central havia mudado profundamente, com a politização da população pobre, no campo e na cidade, que exigiu mudanças inevitáveis nos sistemas políticos fechados da região. Por tudo isso, a Administração Carter teria compreendido que manter o *status quo* era uma tarefa impossível. Mais do que isso, teria reconhecido que as mudanças eram inevitáveis e estaria aberta a forçar o rompimento dos laços tradicionais entre os Estados Unidos e as oligarquias para promover reformas e instituições democráticas a fim de salvaguardar a estabilidade política da região.

A ingenuidade estava expressa na crença de que poderia fortalecer grupos políticos moderados e reformistas, visando superar a intransigência das oligarquias

e recapturar a iniciativa política da esquerda radical. Portanto, a inabilidade da Administração Carter em resolver a crise na América Central residiria em não ter conseguido acabar com a influência da esquerda radical na ordem pós-oligárquica e na incapacidade dos moderados carregarem os ideais de mudança frente à reação da oligarquia decadente. Diante disso, principalmente depois da revolução nicaraguense, o comprometimento com os direitos humanos, e com as reformas, deixou de ser condição *sine qua non* da política externa para se tornar justificativa para armar militares reacionários (LEOGRANDE, 1998, p.50-51).

A crise na América Central comprovou as contradições da política externa da Administração Carter. Para LaFeber (1984), a política de direitos humanos de Carter era o equivalente moral da Alpro de JFK. Falava em revolução, mas, na verdade, tentava promover uma evolução lenta. Desejava a rápida democratização da sociedade, mas sem mudanças radicais. Queria que as elites oligarcas-militares dividissem o poder e distribuíssem riqueza, mas não queria abrir mão do poder e da influência estadunidense na região, que sempre se estabeleceram através das mesmas elites. Simpatizava com uma nova ordem econômica mais distributiva e equitativa para os países centro americanos, mas não estava disposto em promover grandes mudanças no sistema e, conseqüentemente, a abrir mão dos interesses dos Estados Unidos. Em suma, almejava mudanças, mas temia a revolução. No fim, percebeu que uma não era possível sem a outra e retrocedeu diante das conseqüências (LAFEBER, 1984, p.212-213).

5.2 O Governo Reagan e a política externa para a América Central

O Governo Reagan adotou uma doutrina contrainsurgente com o objetivo de impedir revoluções e, por conseguinte, conter o comunismo. Como aponta Kryzaneck (1996), Reagan deixou claro que atuaria no continente de forma distinta do seu antecessor. Desde o início, escolheu criticar os “terroristas” das guerrilhas de esquerda ao invés de falar em direitos humanos; preferiu restaurar a ajuda às ditaduras do Brasil, Chile e Guatemala no lugar de romper os laços com regimes autoritários; e sugeriu a confrontação com Cuba, sem chance para normalizar as relações (KRYZANEK, 1996, p.95).

Mais do que isso, Reagan e seus companheiros republicanos acusaram Carter de abandonar parceiros tradicionais e desfazer as alianças no continente

diante da rápida insurgência de grupos controlados por Cuba e pela União Soviética em nome dos direitos humanos, o que seria um idealismo moral vago. Roger Fontaine, conselheiro de Reagan para política na América Latina, denunciou a tolerância de Carter ao pluralismo ideológico como simpática ao marxismo e ao pseudo-marxismo. Boa parte da elite do continente reforçou o coro republicano e, diante da ameaça aos seus privilégios, acusou Carter de abraçar o marxismo. O ditador nicaraguense Lucas G3rcia se referia a Carter como “Jimmy Castro”. Para eles, Reagan era um salvador (LEOGRANDE, 1998, p.56).

Os pressupostos orientadores para a pol3tica no continente americano foram expressos no Documento de Santa F3 I, com o t3tulo de “As rela33es interamericanas; escudo da seguran3a do novo mundo e espada de prote33o do poder global dos Estados Unidos”, do qual Fontaine era um dos principais autores. Segundo este documento, o continente estava sob ataque da Uni3o Sovi3tica por meio de Cuba, e os Estados Unidos deveriam remediar este problema. Para isso, deveriam: 1) revitalizar o sistema de seguran3a hemisf3rica por meio do Tratado Interamericano de Assist3ncia Rec3proca (TIAR); 2) abandonar a ideia de que 3 poss3vel instalar a democracia como alternativa aos governos ditatoriais capitalistas; 3) recusar a ideia de que o fim das ditaduras capitalistas no continente 3 desej3vel e inevit3vel; 4) dedicar aten33o a Cuba, Brasil e M3xico; 5) aproximar Brasil e Argentina para abrir possibilidades de desenvolvimento no Cone Sul e estimular o crescimento econ3mico de Uruguai, Paraguai e Bol3via; 6) promover uma nova pol3tica para a Am3rica Central e o Caribe, a fim de prover ajuda aos pa3ses amigos diante do ataque de grupos armados que estavam sob influ3ncia de for3as estrangeiras (SANTAMAR3A, 2013, p.206-207; AYERBE, 2002, p.204-205).

Sobre a Am3rica Central, o Documento de Santa F3 sacramentava: “a seguridade e a liberdade da Am3rica Central s3o indispens3veis aos Estados Unidos (...) dois ter3os do nosso com3rcio passa pelo Caribe e pelo Canal do Panam3 [e] toda esta regi3o esta gravemente amea3ada pela expans3o comunista” (SANTAMAR3A, 2013, p.214).

Tr3s dias ap3s Reagan assumir a presid3ncia, o NSC se reuniu para discutir a pol3tica para Am3rica Central. Todos estavam de acordo que era necess3rio retirar a 3nfase sobre os direitos humanos. O novo Secret3rio de Estado, Alexander Haig, estava convencido de que a Am3rica Central deveria ser o basti3o contra o avan3o internacional do comunismo, uma vez que os sovi3ticos e os cubanos estariam a

alimentar guerras de libertação nacional, pois sabiam da importância da região para os interesses estadunidenses.

O Secretário de Estado temia que as guerrilhas tivessem o objetivo de se expandir para o México e para o Panamá. Nesse sentido, a vitória dos Estados Unidos na América Central seria o primeiro sucesso da Administração Reagan no cenário internacional e, como um sinal do comprometimento estadunidense com o mundo, serviria de aviso para União Soviética, que reduziria seu ímpeto, e para os aliados, que poderiam se sentir mais seguros. Internamente, a vitória serviria para superar a rejeição e o temor que padeceu sobre as políticas de contenção após a Guerra do Vietnã. Haig, inclusive, propôs que o movimento inicial na região deveria ser uma invasão a Cuba com ajuda da OTAN, para interditar o fluxo de armas que seguiam para Nicarágua e El Salvador.

Reagan, pessoalmente, era simpático à ideia de invadir Cuba. Com esta estratégia em mente, Haig convocou os melhores e mais capacitados quadros do Foreign Service Office. Dentre os escolhidos, Thomas Enders, diplomata de carreira, assumiu o posto de Secretário de Estado Assistente Para Questões Interamericanas e formou sua equipe de conselheiros com: Craig Johnstone, que, mais tarde, seria vice-presidente da U.S Chambers of Commerce e gerente geral da Boeing; Tenente Coronel Gordon Sumner, um dos autores do Documento de Santa Fé e fundador da Cypress International, do ramo de defesa, e da La Mancha Company, do ramo de energia e mineração; e o Tenente General Vernon A. Waters, veterano da Defense Intelligence Agency e da CIA (LEOGRANDE, 1998).

Contudo, para os outros integrantes do NSC este passo poderia tornar Cuba um novo Vietnã ou, em uma hipótese ainda pior, precipitaria um confronto indesejado com a União Soviética. No Pentágono, os oficiais acreditavam que poderiam evitar um confronto com os soviéticos e, ao mesmo tempo, vencer os conflitos na América Central com forças contrainsurgentes paramilitares com financiamento, assessoria e ajuda militar. Diferente de Haig, não acreditavam em uma vitória fácil e rápida. A “Troika” era contra qualquer ação na América Central que pudesse macular a prioridade dos projetos domésticos, sobretudo o corte de gastos e a instalação de um sistema tributário regressivo.

Diante da falta de consenso interno, o Governo Reagan formou o Inter-Agency Core Group, também chamado de Restricted Inter-Agency Group (RIG) após 1983, que contava com representantes do Departamento de Estado, Departamento

de Defesa, NSC e CIA, responsáveis por debater as questões e definir as estratégias voltadas para América Central. Depois de chegarem a um consenso, os partícipes deveriam levar a aprovação dos superiores (LEOGRANDE, 1998, p.109).

No Congresso, os liberais e neoliberais eram contrários à percepção de que os conflitos na América Central estavam inseridos na lógica Leste-Oeste. Portanto, acreditavam que os Estados Unidos deveriam buscar estabelecer acordos de paz e fortalecer governos de coalizão ampla capazes de realizar reformas políticas, econômicas e sociais para combater a insatisfação popular, com respeito aos direitos humanos. Os aliados estadunidenses na América e na Europa também não endossavam a possível política agressiva para América Central. Nas ruas, em março de 1981, o Instituto Gallup realizou uma pesquisa que mostrou que apenas 30% das pessoas aprovavam a política agressiva que o Governo Reagan desenhava para América Central (LEOGRANDE, 1998, p.97). A fim de persuadir o Congresso e a opinião pública, Enders defendeu a tese de que a política externa para América Central deveria incluir o objetivo de estabelecer a democracia e eleições livres.

5.2.1 A política para Nicarágua: os embates no Congresso e as ações secretas

Especificamente para a Nicarágua, imediatamente após a posse, Haig recomendou ao Governo Reagan a suspensão da ajuda econômica ao país, a estabelecida por Carter ao fim de seu mandato. Convidado para debater a questão em Washington, Larry Pezzullo, embaixador estadunidense na Nicarágua desde a Administração Carter, informou que, com a suspensão da ajuda econômica, o governo desse país não teria nenhum incentivo para adotar medidas mais moderadas e suspender o envio de armas para os guerrilheiros em El Salvador. Pezzullo recomendou que a Administração Reagan mantivesse a ajuda econômica combinada com uma pressão diplomática que deixasse clara a possibilidade de suspensão caso persistisse o fluxo de armas entre Nicarágua e El Salvador. Reagan concordou com a estratégia do embaixador. Em Managua, Pezzullo informou ao governo provisório que deveria interromper o envio de armas para a FMLN em El Salvador e encerrar o suporte à guerrilha em trinta dias, caso contrário, a ajuda estadunidense seria suspensa. Diante do temor de enfrentar uma crise econômica, o governo provisório concordou com as exigências. Imediatamente, interrompeu o envio de armas e fechou pistas de pouso utilizadas pela FMLN na Nicarágua.

Entretanto, Richard V. Allen, cientista político da Heritage Foundation e Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Interna (1981-1982), em nome da linha dura de Haig, argumentou que o fim do fluxo de armas era apenas sazonal e poderia facilmente voltar a existir através de outras rotas desconhecidas. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam suspender a ajuda econômica à Nicarágua. Com isso, em abril, suspenderam o carregamento de \$9,6 milhões em ajuda alimentar e os \$15 milhões em ajuda econômica, que restavam do total previsto nos anos Carter. A parcela destinada ao setor privado ficou preservada.

De acordo com Leogrande, para a linha dura do Governo Reagan, a existência dos sandinistas era a principal ameaça aos interesses estadunidenses. Era necessário prevenir uma “segunda Cuba”. Em reação solidária à Nicarágua, a União Soviética ofereceu 20 mil toneladas de trigo, a Líbia ofereceu um empréstimo de \$100 milhões e Cuba concordou em enviar \$64 milhões em ajuda técnica (LEOGRANDE, 1998, p.107-108).

No Inter-Agency Core Group surgiram duas opções políticas para a Nicarágua. A opção de longa duração, baseada na gradual desestabilização, que envolveria pressão econômica através de bloqueio de empréstimos de instituições financeiras internacionais e bancos privados, combinada com negociações limitadas, voltadas para impedir maior aproximação de Cuba, e para garantir a participação política da oposição. A opção de curta duração, baseada na atuação militar, pressupunha uma invasão de forças paramilitares formadas por nicaraguenses exilados em conjunto com as forças armadas de Honduras e Guatemala com o apoio logístico dos Estados Unidos. Ou, até mesmo, uma invasão direta, planejada e executada pelas forças armadas estadunidenses.

A possível terceira opção, sustentada por Enders, consistia em criar uma operação da CIA para treinar, financiar e organizar forças contrainsurgentes baseadas nas fronteiras que invadiriam o país reiteradamente para atacar alvos que pudessem minar os recursos econômicos, como infraestrutura de transporte e comunicação. Essas ações enfraqueceriam o governo provisório, que seria obrigado a negociar nos termos estadunidenses. Esta possibilidade era considerada mais viável, uma vez que muitos acreditavam que a primeira opção era frágil e outros pensavam não ser factível que as forças armadas hondurenhas e guatemaltecas, além de diversos setores estadunidenses, aceitassem a segunda opção.

Em agosto de 1981, a FDN se formou para organizar a contrainsurgência. Em

outubro, o Pentágono estabeleceu, em conjunto com as forças armadas da Guatemala e de Honduras, exercícios navais que se estenderam pela costa da Nicarágua e de Cuba. E, no mesmo mês, por meio de um esforço de Enders e Pezzullo, os Estados Unidos ofereceram à Nicarágua um acordo que previa a redução das forças armadas e do aparato militar. As negociações não foram adiante, mas os nicaraguenses reforçaram a disposição em negociar em outros termos.

Ainda em 1981, em dezembro, Reagan assinou a National Security Decision Directive (NSDD) 17, que autorizou a CIA a formar um exército paramilitar de exilados. William Casey, diretor da CIA, explicou aos congressistas que a operação tinha como objetivo principal interceptar as armas cubanas que o governo sandinista, supostamente, enviava para os guerrilheiros salvadorenos. Na prática, os Estados Unidos trabalhariam através da Argentina, que ofereceria o treinamento às forças paramilitares, e de Honduras, que permitiria a atuação e o estabelecimento de bases em seu território. Contudo, segundo Leogrande, pelo menos para a linha dura da Administração Reagan, a operação, na verdade, tinha como objetivo principal derrubar o governo sandinista (LEOGRANDE, 1998, p.282-283).

Em 1982, a Argentina diminuiu significativamente sua participação na operação de contrainsurgência, em retaliação ao apoio dos Estados Unidos à Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas. Por outro lado, a ajuda militar a Honduras aumentou de \$8,9 milhões em 1981 para \$31,3 em 1982 e depois para \$48,3 em 1983 e \$77,4 milhões em 1984. Além disso, a CIA ajudou a organizar o Diretório de Investigações Especiais, uma unidade de elite para investigar e eliminar traficantes de armas e simpatizantes da FSLN e FMLN. O número de contras cresceu de, aproximadamente, 500 para 1000 em menos de seis meses. A ARDE, do ex-sandinista Edén Pastora, contou com financiamento da CIA de até \$500.000 por mês. Com essas proporções, a operação de contrainsurgência deixou de ser secreta. Em novembro, a revista Newsweek publicou uma reportagem que relatou a existência de 4000 contras em treinamento e ação, dentre eles, ex-integrantes da Guarda Nacional de Somoza. Mais do que isso, relatou ataques violentos de contras a civis e às fazendas, silos e vilas.

Para Haig e a linha dura do Governo Reagan, a publicidade dos excessos dos Contra não era um problema. Ao contrário, poderia ser uma arma para intimidar o Governo Sandinista. Contudo, ficou evidente que a atuação dos Contra não tinha o objetivo de interceptar armas. Diante dos fatos, o parlamento aprovou duas medidas

para conter os excessos da operação, que já havia se tornado uma guerra. Primeiro, em abril, o House Intelligence Committee reforçou na previsão orçamentária de fundos para ações de inteligência, a Intelligence Authorization Bill, a determinação de que a operação na Nicarágua fosse direcionada somente para interceptação de armas para El Salvador e nunca para derrubar o governo ou promover guerras. Segundo, em dezembro, Edward Boland (D-Mass), presidente do House Intelligence Committee, conseguiu aprovar uma emenda à Lei Orçamentária (House Appropriation Bill), conhecida como Emenda Boland, que limitava a utilização dos fundos destinados aos Contra, sobretudo proibia expressamente que fossem utilizados com o objetivo de derrubar o governo da Nicarágua (LEOGRANDE, 1998, p.299-303).

Nos primeiros meses de 1983, a FDN contava com 7.000 contras, mas a CIA queria duplicar este contingente até o final do ano. Além disso, começou a prover assistência para insurgentes indígenas da etnia Misquito. Através de Edgard Chamorro, a CIA já tinha controle sobre todos os principais jornais, estações de rádio e canais de televisão na Costa Rica e em Honduras. Assim passou a convidar jornalistas que fossem considerados aliados para visitar os campos de treinamento em Honduras (sem confirmar a localização geográfica) e apresentar os Contra como um grupo que lutava para estabelecer a democracia na Nicarágua. A rápida escalada de alistamentos nas forças paramilitares, aliada à propaganda, criaria as condições favoráveis para uma grande ofensiva, que consistia em ocupar parte do território nicaraguense e estabelecer um novo governo provisório, que, com o exemplo vitorioso, alimentaria insurreições populares que enfraqueceriam o governo Sandinista, desintegrariam o exército e abririam caminho para a conquista de Managua.

Ao mesmo tempo, para intimidar a Nicarágua e auxiliar os Contra, o Governo Reagan enviou 20.000 homens, navios de guerra, veículos anfíbios e jatos para seis meses de exercícios militares na América Central e no Caribe (entre agosto de 1983 e janeiro 1984). A demonstração de força apelidada de Big Pine II foi o maior e mais duradouro exercício militar realizado na região. No fim, o exercício conjunto deixou melhorias, estrutura montada e equipamentos para treinamento e utilização dos Contra. Contudo, os Contra, sob legado da Guarda Nacional de Somoza, continuaram a assassinar mais civis do que soldados (LEOGRANDE, 1998, p.307; 309; 316-317).

Em 1983, a CIA distribuiu aos Contra um manual para construir suporte, dentro da Nicarágua, para a contrainsurgência através da violência e intimidação. O manual recomendava a aplicação da violência seletiva apenas contra os sandinistas e seus simpatizantes para evitar a rejeição da população. Além disso, sugeria estratégias como infiltrar quadros nos sindicatos e provocar respostas violentas em manifestações contra o governo Sandinista para fabricar mártires. A imprensa revelou a existência do manual em 1984, em meio à corrida eleitoral para Casa Branca. Os democratas classificaram o manual como “ultrajante” e pediram a renúncia de Casey. Robert McFarlane, Consultor Nacional de Segurança, disse que o manual era obra de um contratado da CIA na região. Casey escreveu uma carta para o Congresso em que insistiu que o manual tinha um objetivo educativo, mas Reagan afirmou que era algo sem importância (LEOGRANDE, 1998, p.362-365).

As atrocidades não ficaram encobertas. Os Comitês de Inteligência da Câmara e do Senado enviaram comissões para observar a atuação dos Contra. Ao retornar a Washington, os senadores e deputados estavam convencidos de que a CIA e os Contra violavam a Emenda Boland. O deputado Clement J. Zablocki (D – W.I), presidente do Comitê de Relações Internacionais da Câmara, e o deputado Boland introduziram mais uma lei (H.R 2760) que proibiu a utilização dos fundos para fins e efeitos de suporte, direto ou indireto, às operações militares ou paramilitares de qualquer grupo, organização ou nação na Nicarágua. Além disso, proibiu a destinação de novos fundos para os Contra e determinou o redirecionamento de \$80 milhões, requisitados pelo governo para financiar os paramilitares em 1983 e 1984, para os governos amigos da América Central utilizarem no esforço de interceptar armas. O relatório do Comitê de Inteligência da Câmara endossou a proposta de lei, considerando que a atuação da CIA e dos Contra na América Central havia falhado, uma vez que não conseguiu interceptar armas; convencer os sandinistas a deixar de apoiar a FMLN; e reduzir os laços entre da Nicarágua com Cuba e com a União Soviética.

Como resposta, o Governo Reagan requisitou ao Congresso \$50 milhões para financiar a operação da CIA com os Contra a fim de cortar o suporte para insurgências nos países vizinhos; diminuir a presença de Cuba e da União Soviética na região; e promover a democracia e a liberdade de imprensa na Nicarágua. A guerra foi transportada para dentro do Congresso. Os democratas liberais

classificaram os Contra como assassinos e acusaram os republicanos de desrespeitarem as leis internacionais ao tentarem impor uma forma de governo à Nicarágua. Os republicanos definiram os Contra como Freedom Fighters, acusaram os democratas liberais de compactuarem com o comunismo e alertaram para o “enxame” de refugiados, “Boat People” e “Feet People”, que adentrariam no país. Por fim, congressistas republicanos e democratas aprovaram a emenda proposta por Zablocki e Boland, com alterações, e \$24 milhões para financiar a CIA e os Contra na América Central.

Em 1984, o Governo Reagan conseguiu aprovar mais \$21 milhões para financiar a guerra contra a Nicarágua através de uma provisão complementar que tinha como item principal a destinação de fundos para amenizar a fome na África e assegurou mais \$14 milhões no orçamento de 1985 (LEOGRANDE, 1998, p.311-313; 320-323). Além disso, o Governo Reagan passou a deslocar os custos da Guerra na Nicarágua para o orçamento da CIA e para o departamento de Defesa. A CIA passou a destinar \$10 milhões ao ano para financiar as ações. O Departamento de Defesa, embora não pudesse prover fundos diretamente, doou armas e equipamentos para CIA utilizar na América Central sob o projeto “Elephant Herd”. Ademais, estabeleceu a Intelligence Support Activity (ISA) com o codinome de Royal Cape (ou Powder Keg ou Granite Rock) para fornecer treinamento para os Contra, estabelecer uma rede de espões na região e instalar equipes secretas na Nicarágua para preparar uma possível invasão estadunidense.

Com esses recursos, a CIA e os Contra iniciaram ações específicas para estrangular a economia nicaraguense. A agência criou o Unilaterally Controlled Latino Assets (UCLAS) com agentes contratados para atacar instalações econômicas vitais para a Nicarágua, sobretudo portos, plataformas de petróleo e reservatórios de combustíveis. Entre outras ações, a CIA instalou secretamente minas nos acessos aos portos da Nicarágua para danificar e atemorizar os parceiros comerciais. Uma vez descoberta, a ação provocou uma resolução no Conselho de Segurança da ONU contra os Estados Unidos e exigiu o fim de todas as ameaças, ataques e hostilidades à soberania, à independência e à integridade da Nicarágua. Na Corte Internacional de Justiça, a Nicarágua denunciou os Estados Unidos por treinar e financiar paramilitares e promover ações contra as pessoas, o governo e as propriedades do país. No primeiro caso, o representante dos Estados Unidos vetou a resolução do Conselho de Segurança da ONU. No segundo caso, os Estados

Unidos alegaram que a instalação das minas nos portos da Nicarágua era um ato de “autodefesa coletiva”. Por fim, dois anos depois, os Estados Unidos acusaram a Corte Internacional de Justiça de não ter jurisdição sobre a região e abandonou o órgão (LEOGRANDE, 1998, p.337-338).

Em busca de mais recursos, Constantine Menges, membro do conservador Hudson Institute e especialista em América Latina da CIA, sugeriu levantar fundos, equipamentos bélicos e ajuda operacional para os Contra com outros países e instituições privadas. Assim, a pedido da Administração Reagan, o Estado de Israel doou \$10 milhões em armas soviéticas apreendidas com militantes da Organização para Libertação Palestina (OLP); o Príncipe Banda Bin Sultan, da Arábia Saudita, doou \$32 milhões, diretamente para os Contra, como um gesto humanitário; o governo de Honduras, que já era um parceiro importante na empreitada, aceitou repassar material bélico doado por outros países e organizações privadas e adquirido com os fundos da ajuda militar dos Estados Unidos; o governo da Guatemala fez o mesmo, em troca do fim da suspensão da ajuda militar imposta no Governo Carter; o General Manoel Noriega, do Panamá, permitiu a instalação de campos de treinamento, forneceu aviões e pilotos (de sua própria equipe de traficantes de drogas) para transportar armas e organizou missões de sabotagem com comandos panamenhos; e a China enviou, via Guatemala, mísseis terra-ar (LEOGRANDE, 1998, p.387-391).

O Tenente Coronel Oliver North, assistente de Robert McFarlane, Conselheiro de Segurança Nacional (1983-1985), e Richard Record, General da Força Aérea aposentado e consultor do Pentágono, eram os responsáveis por administrar os recursos e o material bélico adquirido através de outros países e instituições privadas para reabastecer os Contra. A operação, que ficou conhecida como “The Enterprise”, funcionava através da companhia Stanford Technology Trading Group International (STTGI), fundada por Secord e pelo negociante de armas iraniano Albert Hakim, que era responsável por comprar e entregar armamento bélico para abastecer a contra insurgência contra os sandinistas. Para entregar o material bélico, a companhia de Secord e Hakim contava com cinco aviões, ex-militares especializados, pistas de pouso em El Salvador e na Costa Rica e a coordenação do Pentágono e da CIA. Os Contra pagavam as armas com o capital proveniente da ajuda de países e instituições privadas, como aqueles oferecidos pelo Príncipe Saudita. E, Honduras e Guatemala, como falsos compradores, forneciam os

certificados necessários para legalizar a negociação (LEOGRANDE, 1998, p.401).

Em 1986, North, ao participar da operacionalidade do acordo de troca de armas por reféns entre Estados Unidos e Irã, elaborou um novo esquema para levantar fundos para os Contra. O acordo entre Estados Unidos e Irã pressupunha que o primeiro venderia armas para equipar as Forças Armadas do segundo, em troca receberia cidadãos que eram mantidos como reféns. A primeira troca passava por Israel, que vendia armas obsoletas de seu arsenal ao Irã e comprava novas dos Estados Unidos. North e Secord assumiram a responsabilidade de negociar e transportar o material bélico entre Israel e Irã. Por este trabalho, receberam de Israel \$1 milhão, dos quais \$150 mil foram relativos ao negócio e o restante, \$850 mil, foi destinado aos Contra, como financiamento indireto. As trocas seguintes não passaram mais por Israel. North montou um esquema no qual os Estados Unidos vendiam armas obsoletas para companhia de Secord, que revendia para o Irã com preços inflacionados em troca dos reféns. Com os lucros, formou-se um fundo de reserva para cobrir os custos das operações da CIA, principalmente na Nicarágua. Em 10 meses, os lucros somaram \$16,1 milhões, dos quais \$3,8 milhões foram utilizados para comprar material bélico e abastecer os Contra na Guerra contra a Nicarágua (LEOGRANDE, 1998, p.406-407).

De forma igualmente letal, os Estados Unidos exerceram mais pressão econômica sobre a Nicarágua. Por meio do FMI, obrigaram o México a suspender a linha de crédito de 100% na venda do petróleo que abastecia a Nicarágua e passar a cobrar 80% do valor em espécie. Mais do que isso, como os linha duras queriam desde 1981, os Estados Unidos promoveram um embargo econômico sobre a Nicarágua. Europeus e latino-americanos não adotaram o bloqueio e criticaram fortemente a medida na OEA e na ONU, inclusive com uma resolução no Conselho de Segurança que ganhou o veto do representante estadunidense.

A Nicarágua, mesmo antes do embargo, já havia diversificado suas parcerias comerciais, sobretudo com o Bloco Soviético, que representava 1% de todo comércio nicaraguense e pulou para 15%, e com a Europa, que antes era responsável por 20,6% das transações comerciais e passou para 35,1%. Mesmo assim, o embargo teve um impacto fatal. A Nicarágua entrou em uma grave estagflação. O PIB diminuiu 5,9% e a inflação chegou a 320% (LEOGRANDE, 1998, p.429). Quando Daniel Ortega visitou a União Soviética, para negociar suprimentos de petróleo e ajuda econômica, Reagan acusou o governo sandinista de agir como

marionete da União Soviética na Região.

Mesmo assim, os recursos que a CIA e os Contra adquiriram através de subterfúgios que passavam ao largo do Congresso estadunidense não eram suficientes para manter o contingente mobilizado e as ações constantes. A Casa Branca estava convencida de que deveria tentar aniquilar a Emenda Boland. Com minoria no legislativo, Reagan tentou mobilizar apoio popular contra a emenda.

Assim, no segundo mandato, Patrick Buchanan, conservador e Diretor de Comunicação da Casa Branca (1985-1987), aconselhou Reagan a colocar o governo estadunidense diretamente contra os sandinistas, que nos discursos presidenciais deveriam ser associados a tudo que fosse considerado ruim e imoral. Para isso, o Governo Reagan patrocinou a publicação de artigos, editoriais e pesquisas. O próprio Reagan, no rádio, em 16 de fevereiro de 1985, disse aos leitores que o Governo Ortega, com ligações com a Líbia, o Irã, a OLP e as Brigadas Vermelhas, era um “satélite da União Soviética e de Cuba”, que destruiu os corações de um povo amante da liberdade ao impor uma ditadura e estava traficando drogas para dentro dos Estados Unidos para envenenar a juventude estadunidense (LEOGRANDE, 1998). Em dezembro, novamente no rádio, Reagan descreveu a Nicarágua como uma “nação aprisionada (...) condenada à crueldade por um ditador e seus camaradas bêbados com o poder”. Por várias vezes, Reagan pressionou o Congresso com acusações de que aqueles que se opunham ao pedido agiam em nome e em função dos sandinistas. Chegou a acusar os sandinistas de antissemitismo, diante de congressistas judeus (LEOGRANDE, 1998, p. 441-448).

Mais tarde, naquele mesmo mês, o Governo Reagan assumiu que não tinha apenas o objetivo de impedir o tráfico de armas da Nicarágua para a FMLN, mas derrubar o governo sandinista. O Governo Reagan planejava aumentar o contingente dos Contra para 25.000 a 35.000 homens a um custo anual de \$100 milhões, uma força armada maior e mais bem financiada do que as Forças Armadas de Honduras.

Para suspender a Emenda Boland, o grupo Citizens for Reagan, formado em 1981 para apoiar a política interna neoconservadora, pressionou o Congresso; outro grupo, o Citizens for America, gastou mais de \$300.000 em propaganda e lobby; e os republicanos lançaram a campanha “Save the Contra”, inspirados na campanha humanitária “Save the Childrens”. De outro lado, o Inter-Religious Task Force on Central America, grupo que congregou representantes de diferentes denominações

cristãos; outros grupos seculares, como a ACLU; seis prêmios Nobel; celebridades de Hollywood; e professores universitários deixaram o Congresso ciente da oposição à suspensão da Emenda Boland e, conseqüentemente, à escalada da Guerra na Nicarágua (LEOGRANDE, 1998).

No Congresso, o Governo Reagan recuou e pediu a liberação dos \$14 milhões para serem usados apenas em ajuda não letal. Os congressistas do Partido Democrata propuseram liberar \$10 milhões para a Cruz Vermelha e \$4 milhões para negociações de paz. Em meio aos embates, os republicanos se aproximaram de neoliberais e liberais intervencionistas democratas, que se ofereceram para apoiar a medida desde que o Governo Reagan voltasse a negociar com o governo Sandinista e obrigasse os Contra a respeitarem os direitos humanos.

Como resultado das negociações entre esses dois grupos, os republicanos conseguiram aprovar uma proposta de liberação de \$27 milhões em ajuda não letal até metade de 1986 para os Contra, sem a participação da CIA e do Departamento de Defesa, e com uma carta do Presidente Reagan, na qual se comprometeu em não derrubar Daniel Ortega, promover as negociações de paz e pressionar os Contra a respeitarem os direitos humanos. Ademais, o grupo bipartidário conseguiu aprovar uma lei autorizativa que permitiu à CIA equipar e treinar os Contra com o objetivo de dividir informações sigilosas. Como aponta Leogrande, na prática a medida permitiu à CIA fornecer treinamento tático de inteligência para os Contra (LEOGRANDE, 1998).

Após conseguir aliados no lado democrata nos embates parlamentares de 1985 e 1986, o Governo Reagan requisitou aos congressistas \$100 milhões, sem nenhuma restrição à ajuda militar e ao envolvimento da CIA. Para demonstrar boa vontade com uma possível saída diplomática, comprometeu-se em esperar seis dias, após a liberação do montante, para que os sandinistas abrissem negociações com os Contra para compor um governo de consenso. Mas, os representantes democratas, inclusive neoliberais e liberais intervencionistas, estavam insatisfeitos porque consideravam que o Governo Reagan não tinha feito nenhum esforço para promover negociações e pressionar os Contra a respeitar os direitos humanos.

Além disso, surgiram suspeitas de envolvimento desses com corrupção e tráfico de drogas. Deputados democratas descobriram que \$17,3 milhões dos \$27 milhões entregues aos Contra, para ajuda não letal, foram desviados. Alguns indícios apontavam que os esses embarcavam drogas pelos portos da Costa Rica

em direção aos Estados Unidos e provinham pistas de pouso e reabastecimento para aeronaves do esquema de tráfico de drogas do General Manuel Noriega.

Diante disso, os representantes democratas rejeitaram a requisição do Governo Reagan. Contudo, poucos dias depois, os republicanos aproveitaram um confronto entre o exército sandinista e os Contra na fronteira entre Nicarágua e Honduras para denunciar uma suposta invasão dos primeiros ao território hondurenho. Inicialmente, o governo de Honduras negou a invasão, mas sob pressão da Administração Reagan concordou em enviar uma carta para os Estados Unidos com um pedido de ajuda militar emergencial. Assim, Reagan pode utilizar os poderes emergenciais para enviar \$20 milhões em ajuda militar. Depois dos fatos, o senado aprovou a requisição de \$100 milhões. No fim, a proposta inicial da Administração Reagan voltou ao parlamento e foi aprovada com apoio de 51 democratas. O Senado confirmou a vitória em seguida (LEOGRANDE, 1998).

Com o aporte de \$100 milhões em treinamento, armas e equipamentos de tecnologia avançada, os Contra se tornaram a força paramilitar mais bem treinada e equipada da história na América Latina. O conflito entre os Contra e as forças sandinistas se intensificou, assim como a brutalidade desses sobre os camponeses pobres. Mas, a chance de sucesso continuou pequena.

Logo depois da vitória do Governo Reagan no Congresso, o esquema da “Enterprise” para abastecer os Contra se tornou público quando os sandinistas derrubaram um cargueiro com toneladas de armas e equipamentos. Na ocasião, dois ex-pilotos da CIA morreram, mas um dos carregadores conseguiu utilizar o paraquedas e sobreviveu para contar tudo que sabia. A imprensa começou a investigar o caso. A Al Shira, uma revista libanesa, descobriu e publicou que os Estados Unidos vendiam armas para o Irã em troca da libertação de reféns.

O Congresso formou o Comitê Irã-Contra para ouvir os envolvidos e averiguar a veracidade das informações. North desvelou os fatos e assumiu a responsabilidade intelectual e operacional da operação. Paradoxalmente, North assumiu a postura de um herói defensor da liberdade e da nação contra o avanço do comunismo internacional. Poindexter confessou que agiu com o objetivo de implementar uma política eficiente de acordo com os objetivos da Administração Reagan. Entretanto, disse que nunca contou ao presidente sobre a operação. William Casey não depôs porque morreu subitamente em decorrência de um tumor no cérebro. No fim das audições, todos os democratas e três republicanos

assinaram o relatório do Comitê Irã-Contra que classificou o aparato de política externa do Governo Reagan como sigilosa, fraudulenta e ilegal. Por isso, representava um perigo para democracia estadunidense. Também concluiu que Reagan era responsável pelos equívocos dos subordinados.

Os republicanos elaboraram um relatório concorrente, no qual apontavam a operação como reflexo da inconstitucionalidade da Emenda Boland, que infringia as prerrogativas presidenciais, e da negligência dos democratas diante do perigo comunista. Reagan admitiu que os Estados Unidos vendiam armas e equipamentos militares para o Irã, mas negou a troca por reféns e disse que não sabia sobre a operação de abastecimento aos Contra. Mesmo assim, endossou as ações de North e reforçou a construção do herói (LEOGRANDE, 1998).

5.2.2 A política para El Salvador: todo apoio aos governos moderados

Segundo Leogrande, a Administração Reagan colocou a guerra civil de El Salvador em lugar de destaque entre suas preocupações nos primeiros quatro anos. O governo conservador estadunidense nunca negou apoio ao bloco oligarca-militares salvadorenho (LEOGRANDE, 1998 p.5-9). Antes mesmo de ocuparem a Casa Branca, os consultores de Reagan para América Latina, dentre eles Kirkpatrick e Fontaine, se reuniram com uma delegação do setor privado salvadorenho e garantiram que o novo governo estadunidense voltaria a fornecer assistência militar letal para combater os opositoristas. De certo, os republicanos sempre foram contra a suspensão da ajuda militar letal aos países da América Central, mesmo diante da brutalidade contra civis e guerrilheiros. Kirkpatrick, intelectual filiada ao neoconservadorismo, conforme apontamos no capítulo 2, considerava que entre os liberais estadunidenses, a violência dos militares salvadorenhos era superestimada, enquanto o comprometimento dos mesmos com a moderação e as instituições democráticas era subestimado. Portanto, os militares salvadorenhos não eram os responsáveis pelo terrorismo e pelos assassinatos (LEOGRANDE, 1998, p.59-63).

Bem como em relação à Nicarágua, nos primeiros anos, a Administração Reagan estava dividida acerca da estratégia que deveria ser desenhada para assegurar os interesses estadunidenses em El Salvador. Os conservadores acreditavam que Duarte era muito próximo da esquerda e demasiadamente fraco. Para alguns deles, era necessário substituir Duarte, uma vez que a manutenção

deste no poder colocaria El Salvador e todo continente sob perigo comunista. Para outros, mais pragmáticos, era necessário se aproximar e fortalecer Duarte a fim de afastar os setores de esquerda do governo e evitar qualquer aproximação de Cuba e da União Soviética.

O debate acerca da guerra civil em El Salvador foi o ponto central do primeiro encontro do NSC sob a direção dos conservadores, três dias após Reagan assumir o governo. Os conservadores concordaram que as primeiras medidas para lidar com a questão seriam: aumentar a ajuda econômica; mudar a estratégia da política de defesa dos direitos humanos para política de contenção ao comunismo; e substituir o embaixador liberal Robert White. Um mês mais tarde, William Dyess, Porta Voz do Departamento de Estado, anunciou que o suporte militar e econômico dos Estados Unidos a El Salvador não estaria mais condicionado ao respeito aos direitos humanos ou a investigação sobre o assassinato de estadunidenses.

Poucos dias depois, Alexander Haig apresentou à imprensa o relatório intitulado *“Communist Interference in El Salvador”*, com compilações de documentos e informações coletados nos últimos meses da Administração Carter, que supostamente apresentava evidências sólidas do patrocínio de Cuba e Nicarágua à insurgência comunista no país centro-americano. Mais do que isso, o documento sugeriu que a ameaça comunista era um esforço internacional que pairava sobre todo continente. Os países comunistas de todo mundo teriam enviado, apenas em 1980, 200 toneladas de armas para as guerrilhas do continente e enviariam ainda mais 800 toneladas nos anos seguintes.

A partir da publicação, a questão não era mais se os Estados Unidos deveriam ou não prover ajuda econômica e militar para o Governo de El Salvador lidar com a insurgência, mas quanto e quais seriam as condições do suporte. Em nova reunião, ainda em fevereiro de 1981, o NSC decidiu requisitar \$25 milhões para El Salvador a título de ajuda militar e \$63,5 milhões de ajuda econômica. Das cifras destinadas à ajuda militar, \$20 milhões seriam enviados imediatamente através de requisição presidencial, com a utilização de poderes especiais para casos de emergência, que torna desnecessária a aprovação do Congresso. Ademais, o Governo Reagan enviou mais 26 assessores estadunidenses para treinar as forças armadas salvadorenhas e autorizou um programa da CIA para auxiliar o governo salvadorenho no combate político e militar à guerrilha, com um custo de \$19,5 milhões. No Congresso dos Estados Unidos, os representantes do Partido

Democrata não fizeram nenhuma objeção para limitar a ajuda militar e econômica destinada a El Salvador. Em El Salvador, D'Aubuisson interpretou a nova política estadunidense como um sinal verde para derrubar o governo moderado de Duarte (LEOGRANDE, 1998, p.84-90).

A impopularidade e a ineficiência do suporte militar e econômico, somadas à brutalidade das forças armadas e dos paramilitares em El Salvador, fizeram os congressistas do Partido Democrata questionar a estratégia do Governo Reagan. Tal e qual para o caso da Nicarágua, em busca de conter a oposição liberal, Enders sugeriu que a política para El Salvador deveria promover reformas e democracia. Como aponta Leogrande, alguns quadros do Departamento de Estado acreditavam que a reforma agrária, a redução da violência e a democratização poderiam conformar uma base de apoio popular ao governo encabeçado por Duarte. Além disso, Enders e os conservadores esperavam que as eleições em El Salvador pudessem diminuir os atritos entre os Democratas Cristãos e a extrema direita, assim como amenizar a oposição do Congresso estadunidense à estratégia do Governo Reagan.

Com apoio de Baker, Enders conseguiu comprometer o Governo Reagan com as reformas e eleições em El Salvador, sem se opor francamente à elite salvadorenha e sem abandonar o combate à guerrilha. Contudo, a linha dura dos conservadores se opôs ao plano de Enders, porque considerava que as reformas poderiam enfraquecer ainda mais o Governo de El Salvador e abrir caminho para o comunismo, através de um golpe ou da influência sobre os Democratas Cristãos (LEOGRANDE, 1998).

Para o ano fiscal de 1982, a Administração Reagan requisitou ao Congresso que destinasse à El Salvador \$26 milhões em suporte militar, \$51 milhões para promover o desenvolvimento e \$40 milhões em ajuda econômica. Como respostas, os liberais do Partido Democrata condicionaram a aceitação da proposta ao comprometimento dos governos dos Estados Unidos e El Salvador com a promoção de reformas, o compromisso com os direitos humanos e com as negociações para por fim à guerra civil. Como garantia, o governo dos Estados Unidos deveria certificar o Congresso a cada seis meses de que o governo de El Salvador estava cumprindo cinco objetivos: 1 – não praticar nenhuma ação violenta contrária aos direitos humanos; 2 – controlar as forças armadas; 3 – promover progressivamente reformas essenciais, sobretudo a reforma agrária; 4 – se comprometer com as

eleições livres; e 5 – demonstrar desejo para negociar o fim da guerra civil. A medida foi aprovada com apoio de republicanos moderados e democratas liberais. Os republicanos mais duros acreditavam que a certificação era uma brecha para cessar o apoio militar ao governo salvadorenho e abrir caminho para a entrada do comunismo no continente.

O Departamento de Defesa encomendou uma pesquisa a Frederick F. Woener, Brigadeiro General da Força Aérea dos Estados Unidos e especialista em América Latina, para avaliar a eficiência do apoio estadunidense. Woener trabalhou junto com outros militares estadunidenses e salvadorenhos na produção de um relatório que apresentava três opções para lidar com o problema: 1 – manter a estratégia e aceitar a derrota; 2 – fortalecer o exército salvadorenho para combater a guerrilha sem buscar uma vitória rápida e definitiva, a um custo de \$277 milhões em ajuda militar; e 3 – destruir os insurgentes com dez batalhões de mil homens treinados pelos Estados Unidos, a um custo de \$400 milhões e dezenas de consultores estadunidenses (LEOGRANDE, 1998, p.132-138).

Frente à grande ofensiva que a FMLN lançou entre 1981 e 1982, o Pentágono expandiu as atividades do Comando do Caribe baseado em Key West na Flórida, realizou exercícios navais no Golfo do México e no Mar do Caribe e aumentou o número de consultores militares em Honduras. Em fevereiro, Reagan utilizou, novamente, o poder presidencial em caso de emergência para enviar \$55 milhões em ajuda militar para El Salvador, sem precisar da anuência do Congresso dos Estados Unidos. Como justificativa, assegurou que \$25 milhões seriam utilizados para reparar os danos militares causados pela ofensiva e \$30 milhões serviriam para expandir a Força Aérea de El Salvador e treinar tropas salvadorenhas em Fort Benning, na Geórgia, e em Fort Bragg, na Carolina do Norte. Algumas semanas depois, a Administração Reagan lançou a Caribbean Basin Initiative (CBI), um programa de assistência econômica e militar para os países da América Central e do Caribe, com apoio dos democratas que acreditavam que este poderia se tornar uma peça chave ao combate à pobreza na região e, conseqüentemente, resolver os conflitos. Os republicanos propuseram que El Salvador recebesse \$128 milhões do total de \$350 milhões destinados à ajuda econômica e \$35 milhões do montante de \$65 milhões reservados para ajuda militar. Contudo, os congressistas democratas conseguiram limitar o montante destinado à ajuda econômica em \$75 milhões e vetar a destinação de mais verbas para fins militares (LEOGRANDE, 1998, p.150).

Os dois primeiros relatórios presidenciais destinados ao Congresso asseguraram apenas que o Governo de El Salvador estava comprometido com os direitos humanos, acusaram as guerrilhas de promoverem o caos, negaram que houvesse relação entre os paramilitares e as forças governamentais e não abordaram nenhuma outra questão. As organizações independentes de defesa dos direitos humanos não endossaram o relatório mas, ao contrário, relataram um aumento no número de violações. Os democratas liberais criticaram a validade do relatório. Todavia, republicanos e democratas defenderam a tese de que El Salvador e o Governo moderado de Duarte sucumbiriam ao comunismo sem a ajuda militar, ou sofreriam um golpe da extrema direita (LEOGRANDE, 1998, p.153-157).

Nas eleições para a constituinte salvadorenha de 1982, os republicanos mais conservadores deram suporte a D'Aubusson. Inclusive, o programa político do ARENA foi inspirado na vitoriosa plataforma política do Partido Republicano de 1980. Entretanto, a Administração Reagan temia que uma vitória da ARENA e de D'Aubuisson, notório integrante dos esquadrões da morte, fizesse o Congresso cortar o suporte militar a El Salvador com base na ameaça de uma maior deterioração dos direitos humanos. Por isso, a CIA gastou \$2 milhões para sustentar a campanha dos Democratas Cristãos. A verba foi canalizada através de sindicatos salvadorenhos e utilizada em propaganda, como no lançamento de revistas em quadrinhos de aviões que caracterizavam os integrantes da ARENA como gatos gordos.

No fim do pleito, o Governo Reagan lembrou à vitoriosa ARENA que era importante manter o compromisso com os direitos humanos, as reformas e a democracia. Mais do que isso, para descolar a vitória da ARENA de D'Aubuisson, enviou uma lista com nove possíveis candidatos a presidência – o preferido era Alvaro Magaña, banqueiro com laços estreitos com as forças armadas. D'Aubuisson deveria assumir a presidência da Assembleia Constituinte. Assim que Magaña assumiu a presidência, a Administração Reagan demandou a realização de eleições presidenciais diretas, o fim da violência contra civis, a promoção de reformas e a negociação para incluir a FMLN-FDR nas disputas políticas, com o objetivo de certificar adequadamente o Congresso e manter o suporte financeiro para fins militares.

Contudo, a Assembleia Constituinte salvadorenha, liderada pela ARENA, suspendeu o projeto de reforma agrária. Imediatamente, o Congresso estadunidense

congelou a assistência para fins militares, cortando \$100 dos \$166 milhões requisitados para o ano fiscal de 1982. Além disso, cancelou a ajuda econômica destinada a El Salvador através da CBI. Essas medidas fizeram as forças armadas salvadorenhas pressionarem a ARENA, que desfez a suspensão e escolheu outro caminho para não realizar a reforma agrária: assumiu o controle das agências agrícolas e negligenciou a reforma, sem fornecer crédito e assistência aos agricultores (LEOGRANDE, 1998, p.160-170).

Sob pressão dos Estados Unidos, Magaña formou uma Comissão de Paz para abrir diálogo com integrantes da FMLN-FDR. Mas D'Aubuisson classificou a medida como uma traição e um absurdo político. Nas Forças Armadas, os generais pressionaram Magaña, que retrocedeu. Como resposta, o embaixador Deane Hinton, em discurso na Câmara de Comércio Americano em El Salvador, admoestou à audiência que a ajuda financeira estadunidense para fins militares cessaria, caso o governo salvadorenho não salvaguardasse os direitos humanos e investigasse o assassinato de cidadãos estadunidenses, mesmo que houvesse uma ameaça comunista pairando sobre o país.

A ameaça de Hinton revoltou a elite salvadorenha e os conservadores estadunidenses fazendo com que o Governo Reagan se apressasse em deslegitimar seu discurso. O próprio Reagan fez questão de encontrar Magaña na Costa Rica e outros ditadores aliados da América Latina que desprezavam os direitos humanos, como Rios Montt, na Guatemala (LEOGRANDE, 1998, p.178-179).

Diante de outra grande ofensiva da FMLN, entre o fim de 1982 e início de 1983, a Administração Reagan enviou Jeanne Kirkpatrick, nomeada Embaixadora dos Estados Unidos na ONU em 1981, para avaliar a situação na América Central, principalmente em El Salvador. Para Kirkpatrick, os interesses estadunidenses corriam perigo. Por isso, recomendou aumentar a assistência militar e econômica e rejeitou qualquer possibilidade de diálogo com Cuba, Nicarágua e FMLN. Para os conservadores, qualquer negociação com esses atores poderia ser interpretada como fraqueza e rendição (LEOGRANDE, 1998, p. 185-187). Era necessário vencer a guerra. Por outro lado, Enders propôs uma nova ofensiva diplomática.

De acordo com Leogrande, em um memorando interno, Enders propôs uma estratégia de “duas vias”. A primeira era a expansão do suporte militar ao regime salvadorenho e a segunda a intensificação de esforços para promover a paz e incluir as guerrilhas no campo político da América Central, especialmente em El Salvador.

Enders não acreditava que a segunda via poderia ser bem sucedida, mas mesmo ao falhar, colocaria a Administração Reagan em posição de barganhar os recursos para a primeira via com o Congresso estadunidense. Kirkpatrick vazou o memorando para o Washington Post – sob a interpretação de que Enders estaria a propor um governo de coalizão com a participação de comunistas – e convenceu Reagan de que qualquer aproximação com a FMLN poderia parecer fraqueza dos Estados Unidos, além de desmoralizar os regimes aliados na região. Enders acabou sendo substituído por Langhorne A. Motley (LEOGRANDE, 1998, p. 195-198).

No início de 1983, Reagan e o Secretário de Defesa Casper Weinberger convidaram os líderes republicanos e democratas para uma reunião na Casa Branca. Na ocasião, anunciou que requisitaria um acréscimo de 400% para os fundos destinados a ajuda militar para El Salvador naquele ano, para passar de \$60 milhões para \$110 milhões. A fim de enfrentar a batalha no Congresso, o presidente se engajou em reforçar a tese de que a União Soviética e Cuba patrocinavam a FMLN com o objetivo de conquistar o continente. Portanto, colocava em risco a segurança estadunidense e os interesses nas rotas navais do Mar do Caribe e o Panamá (LEOGRANDE, 1998, p.201).

Diante da franca oposição dos congressistas, a Administração Reagan decidiu diminuir a possibilidade de derrota e pedir para a Comissão Orçamental e Subcomissão de Operações Internacionais a realocação de \$60 milhões para El Salvador, antes destinados à ajuda militar e econômica de outros países. Pediu ainda à Subcomissão para Assuntos do Hemisfério Ocidental que destinasse ao país \$50 milhões como fundo suplementar. Assim alcançaria os \$170 milhões considerados necessários em ajuda militar para vencer a guerra contra a FMLN. Depois de alguns embates, democratas e republicanos na Comissão Orçamental e na Subcomissão de Operações Internacionais concordaram em realocar \$30 milhões para ajuda militar em El Salvador, enquanto, a Subcomissão para Assuntos do Hemisfério Ocidental decidiu por negar o pedido de suporte suplementar (LEOGRANDE, 1998, p.203).

O Governo Reagan considerava que apenas a ajuda financeira não seria suficiente. Era preciso suspender o limite de 55 consultores militares e flexibilizar a atuação dos mesmos, com a possibilidade de atuação no campo de batalha a fim de treinar e auxiliar as forças armadas salvadorenhas. Entretanto, a morte do Tenente Comandante Albert A. Schaufelberger no mesmo ano, primeira casualidade militar

estadunidense em El Salvador, tornou o desejo quase impossível devido à oposição dos congressistas, dos militares e da opinião pública. Como solução, a Administração Reagan expandiu o tamanho das missões, sem admitir, e colocou consultores militares em El Salvador sob outras classificações: como assistentes administrativos militares, guardas e agentes de operação da CIA. Mais importante, abriu um campo de treinamento em Honduras, na fronteira com El Salvador, com 125 consultores militares. Sem contar estes últimos, o número de consultores militares em El Salvador dobrou em menos de um ano (LEOGRANDE, 1998, p. 208-211).

Os democratas buscaram limitar a ofensiva dos conservadores no Congresso. Michael Barnes (D-MD) liderou os democratas na Subcomissão para Assuntos do Hemisfério Ocidental com os seguintes objetivos: diminuir de \$86,3 para \$50 milhões o suporte financeiro militar para El Salvador nos anos fiscais de 1984 e 1985; cortar pela metade a ajuda militar para Honduras; banir a ajuda militar para Guatemala; e, principalmente, adotar um novo modelo de certificação mais rigoroso, com a possibilidade de aprovação e rejeição do Congresso, para assegurar a assistência militar a El Salvador.

Como resposta, por um lado, Reagan enfatizou o compromisso com a democracia, os direitos humanos, as reformas e as negociações e afirmou que a assistência militar não tinha um fim em si mesma, mas que o objetivo maior era garantir o desenvolvimento econômico, a democratização da sociedade e a diplomacia. Por outro lado, Kirkpatrick atacou ao afirmar aos meios de comunicação que os liberais gostariam de ver o comunismo tomar conta de El Salvador. Em meio aos embates sobre El Salvador, democratas e republicanos, no Congresso e no governo, decidiram pela invasão militar dos Estados Unidos à pequena ilha de Granada no Caribe. Diante disto, o Governo Reagan conseguiu assegurar \$64,8 milhões em ajuda militar para El Salvador para os anos fiscais de 1984 e 1985, 75% dos 86,3 milhões requisitados inicialmente, e nenhuma extensão da certificação cuja exigência findaria naquele ano (LEOGRANDE, 1998, p.211-215).

Mais do que isso, este valor estaria condicionado à aprovação do Congresso e da certificação do governo estadunidense de que o governo salvadorenho cumpriria as seguintes exigências: 1 – expulsar todos os militares envolvidos com os esquadrões da morte das Forças Armadas de El Salvador; 2 – libertar os presos políticos; 3 – investigar e julgar os acusados de assassinar cidadãos

estadunidenses e salvadorenhas; 4 – promover a liberdade de imprensa e associação; 5 – estabelecer negociações com a oposição; 6 – tratar prisioneiros de guerra e não-combatentes de acordo com a Convenção de Genebra; 7 – levar adiante as reformas, principalmente a reforma agrária. A Subcomissão para Assuntos do Hemisfério Ocidental recomendou ainda que o Governo Reagan ficasse proibido de: 1 – utilizar os poderes presidenciais emergenciais para destinar ajuda militar para El Salvador; 2 – destinar ajuda militar ou vender armas para Guatemala; 3 – realizar exercícios militares em Honduras e na Guatemala; 4 – ultrapassar o contingente de 300 funcionários em Honduras; 5 – utilizar fundos para treinamento de militares em Honduras (LEOGRANDE, 1998, p.244-245).

Nas eleições presidenciais salvadorenhas de 1984, o Governo Reagan tentou dissuadir a ARENA de lançar a candidatura de D'Aubuisson e o PDC de apostar na candidatura de Duarte. Era preferível um candidato menos radical e com menos rejeição na ARENA, para não comprometer as difíceis disputas orçamentárias no Congresso estadunidense, e um candidato mais conservador no PDC, o empresário Cesar Chavez Mena. No entanto, eem conseguir viabilizar nenhuma das duas opções, o Governo Reagan deu suporte à candidatura de Francisco Guerrero, do tradicional PCN, aceito por militares e pela elite do setor privado.

A CIA investiu \$500 mil dólares nesta candidatura, mas Guerreiro chegou em terceiro lugar na corrida presidencial. No segundo turno, entre Duarte e D'Aubuisson, a Administração Reagan optou pelo primeiro. Mais uma vez, a CIA tentou interferir no pleito e investiu \$2,1 milhões para evitar a vitória de D'Aubuisson e mais um \$1 milhão na candidatura de Duarte através da Fundação Konrad Adenauer e do Instituto para Educação Popular da Venezuela. Além disso, o Departamento de Estado gastou \$10,5 milhões para organizar o pleito. O apoio a Duarte provocou a ira de setores mais conservadores estadunidenses. O Senador republicano neoconservador Jesse Helms (R – N.C) acusou Duarte de ser fraco diante do comunismo e denunciou a interferência da CIA no pleito salvadorenho. No mesmo ano, D'Aubuisson visitou os Estados Unidos e ganhou apoio e homenagens pelo combate ao comunismo e defesa da liberdade de diversos grupos conservadores como o Young Americans For Freedom, a Moral Majority e a Viguery Company (LEOGRANDE, 1998, p.247-251).

A prevalência dos conservadores levou à adoção de uma nova estratégia militar para combater as ofensivas da FMLN, conhecida como “Operation Well-

Being”. Muito calcado na experiência do Vietnã, o novo plano consistia em concentrar os melhores batalhões para expulsar os guerrilheiros nas províncias, uma de cada vez. Após a expulsão, as Forças Armadas treinariam forças civis locais para enfrentar o retorno dos guerrilheiros. Além disso, com consultores civis e aporte de capital estadunidense, o Governo Salvadorenho implantaria projetos para reativar a economia local e realizaria obras de infraestrutura como escolas, estradas, rede elétrica e clínicas médicas. Por fim, as Forças Armadas deixariam a província para realizar o mesmo processo em outra (LEOGRANDE, 1998, p.223).

Ao mesmo tempo, Reagan enviou seu vice-presidente, George Bush, para sugerir ao Governo Magaña que removesse das Forças Armadas os oficiais militares envolvidos com os esquadrões da morte, para conseguir convencer o Congresso a ampliar a ajuda econômica e militar para El Salvador. Contudo, como aponta Leogrande, eram tantos oficiais envolvidos com os esquadrões da morte das Forças Armadas e das Forças de Segurança, aliados dos Estados Unidos, que dificilmente o Governo Reagan poderia pressionar o suficiente pela expulsão desses quadros sem enfraquecer as instituições e a aliança com o Governo Magaña. Por exemplo, os dois últimos Ministros da Defesa no período estavam entre os responsáveis por estabelecer uma rede de esquadrões da morte por todo país (LEOGRANDE, 1998, p.233).

Entretanto, para Leogrande, a vitória de Duarte nas eleições presidenciais salvadorenhas de 1984 possibilitou a formação de uma coalizão majoritária entre congressistas republicanos conservadores e liberais intervencionistas para prover os fundos que o Governo Reagan desejava para combater a FMLN em El Salvador. Assim, os republicanos propuseram e conseguiram aprovar duas requisições de fundos suplementares para ajuda militar, a primeira de \$61,75 milhões e a segunda de \$70 milhões. Esses fundos, somados aos \$64,8 milhões do orçamento regular, resultaram em \$196 milhões em financiamento militar no ano de 1984. Além disso, os conservadores conseguiram destinar \$128 milhões para o mesmo propósito na previsão orçamentária regular para o ano fiscal de 1985. Os democratas não conseguiram atrelar nenhum tipo de certificação à liberação dos fundos. Não por menos, poucos meses depois a Assembleia Nacional Salvadorenha colocou fim ao programa de reforma agrária (LEOGRANDE, 1998, p.257-258).

O financiamento militar dos Estados Unidos para El Salvador alcançou o resultado esperado. As chances de sucesso da FMLN se tornaram mínimas.

Ademais, as ações urbanas da FMLN em São Salvador foram comparadas a outros ataques contra estadunidenses e aliados em diferentes partes do mundo – como o bombardeio ao café na Alemanha e o sequestro do voo TWA 847 – sendo também caracterizadas como terrorismo, o novo inimigo na segunda metade dos anos 1980. No final de 1985, a Administração Reagan requisitou \$132 milhões em financiamento militar e \$352 milhões em ajuda econômica para El Salvador. Os democratas não se opuseram (LEOGRANDE, 1998, p. 273).

Através do crescente financiamento militar, os Estados Unidos treinaram e equiparam as Forças Armadas de El Salvador com botas, uniformes, armas, munição e veículos, dentre eles um navio, além de helicópteros e aeronaves de combate. Entre 1984 e 1985, a Força Aérea salvadorenha bombardeou ostensivamente regiões sob o controle da FMLN. Com os helicópteros, as forças terrestres passaram a realizar assaltos e se mover mais rapidamente entre as zonas controladas pela guerrilha – tudo isso sem fazer nenhuma distinção entre civis e guerrilheiros. Em 1986, as Forças Armadas salvadorenhas, com suporte estadunidense, reeditaram a Operation Well-Being ao incluir “resgate” de civis, que na prática eram remoções forçadas para minar o apoio da FMLN.

A reconstrução plena da estrutura física, econômica e administrativa das regiões nunca aconteceu. Como resposta, a guerrilha passou a realizar ataques nas cidades. Em 1985, assassinaram seis estadunidenses, quatro militares e dois civis, em uma ação surpresa em um dos bairros mais tranquilos de São Salvador. No mesmo ano, sequestraram a filha do presidente Duarte. Estas ações colocaram o “combate ao terrorismo” como prioridade da política externa dos Estados Unidos.

Para uma parte dos conservadores, como Patrick Buchanan, os Estados Unidos deveriam retaliar com ataques aéreos massivos e com a suspensão dos limites impostos à CIA para realizar assassinatos aos membros da FMLN. A Administração Reagan recusou a ideia dos ataques aéreos para minimizar os custos políticos da morte de civis, mas enviou Rangers para El Salvador para destruir um campo de treinamento da FMLN, que resultou na morte de 83 pessoas. Além disso, a Administração Reagan aproveitou o ataque para suspender os limites que impediam aperfeiçoar e ampliar o treinamento de forças salvadorenhas, inclusive criando um programa para qualificar policiais no combate ao terrorismo a um custo adicional de \$ 9 milhões (LEOGRANDE, 1998, p. 268-270). Diante da nova realidade no campo de batalha, a FMLN não tinha qualquer chance de vitória.

Com a vitória militar praticamente assegurada, a Administração Reagan se voltou aos projetos econômicos do Governo Duarte. Em 1985, dentre os trabalhadores salvadorenhos, 30% estavam desempregados e outros 30% estavam subempregados; a inflação alcançou 22% ao ano; e o déficit da balança comercial, \$376 milhões. No ano seguinte, um terremoto atingiu São Salvador, deixando mais de 1000 mortos, 300.000 desabrigados e uma realidade econômica dramática para o país.

O Governo Reagan endereçou à Administração Duarte um plano econômico de estabilização, nos moldes neoconservadores e neoliberais de austeridade, para reduzir, ao menos, \$100 milhões em gastos governamentais. Isso, entre outras coisas, significava diminuir ainda mais os investimentos em programas sociais e congelar salários dos funcionários públicos, medidas contrárias às promessas de campanha de Duarte. A Administração Reagan deixou claro que a continuidade da ajuda econômica estadunidense dependia da implantação do plano de estabilização. Segundo Leogrande, a experiência do Governo Reagan em El Salvador confirmou as crenças dos conservadores sobre as necessidades e estratégias nas relações internacionais, mesmo que para isso fosse necessário adotar medidas ilegais e enfrentar os liberais no Congresso (LEOGRANDE, 1998, p.281).

5.3 O Governo Bush e a política externa para a América Central e Caribe

No último ano em que ocupou os espaços da Casa Branca, o Governo Reagan lançou e deixou como legado para seu sucessor o documento “Uma Estratégia para América Latina na Década de 1990”, também conhecido como “Santa Fé II”. Defronte às iminentes transformações na União Soviética, este documento foi lançado para reajustar o foco da política externa estadunidense, ao deslocar os objetivos da relação bipolar da Guerra Fria, eixo Leste-Oeste, para as interações entre centro e periferia, eixo norte-sul. Assim, preconizou que a política externa deveria dar menos importância para o combate ao comunismo soviético e destinar mais energia para promover, de forma proativa, a democracia e o livre mercado, a fim de solucionar os problemas decorrentes do terrorismo, das insurgências, do tráfico de drogas e do fluxo migratório, que poderiam causar instabilidade e ameaçar os interesses estadunidenses na América Latina. Vale lembrar, entretanto, que a mudança de foco da política externa estadunidense não

perdeu de vista o combate à revolução cubana (SANTAMARÍA, 2013, p. 218; 223).

O Governo George H. Bush articulou a herança do seu antecessor com um ambiente mais favorável ao pragmatismo. Neste quadro, Bush escolheu James Baker como Secretário de Estado e Bernard Aronson como Subsecretário de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental. Aronson era um empresário, quadro neoliberal do Partido Democrata, que ocupou o cargo de Secretário Adjunto do Vice-presidente Walter Mondale (1977-1981). Posteriormente, Aronson seria membro do conselho diretor de empresas como Royal Caribbean e Goldman Sachs (neste caso, no conselho voltado especificamente para América Latina). Ainda de acordo com as contingências da conjuntura, Bush escolheu o General Brent Scowcroft para o posto de Subsecretário de Segurança Nacional, devido à sua contribuição profissional, supostamente não ideológica, quando ocupou o mesmo posto durante o Governo Ford (LEOGRANDE, 1998, p 549).

O primeiro desafio do Governo Bush na América deu-se em 1989 no Panamá, depois que o General Antonio Manuel Noriega – ex-colaborador da CIA, Chefe do Estado Maior, traficante internacional de drogas e armas, e governante de fato do país – impediu, por meio de fraudes e intimidação, a vitória da chapa pró-estadunidense formada por Guillermo Endara e Guillermo Ford nas eleições presidenciais daquele ano. Inicialmente, a Administração Bush tentou pressionar Noriega a deixar o poder e se entregar à justiça estadunidense para ser julgado por tráfico internacional de drogas. Sob este pretexto, inclusive, enviou 10.000 militares para ocupar a Zona do Canal do Panamá. Sem sucesso e pressionado por ataques aos oficiais militares estadunidenses naquele país, o Governo Bush ordenou, com a justificativa de combater o tráfico de drogas e promover a democracia, a invasão ao Panamá, com 26.000 soldados.

Em apenas dois dias, as forças estadunidenses derrotaram as forças panamenhas leais a Noriega e instalaram Endara como governante. Depois de alguns dias e de tentativas de fuga e refúgio na Embaixada do Vaticano, Noriega se entregou e foi levado para os Estados Unidos para julgamento. Nos anos seguintes, o Governo Bush estreitou os laços econômicos e militares com o Governo Endara. De acordo com Santamaría, o Governo Bush teria agido com a intenção de preservar as bases militares estadunidenses e manter o domínio sobre o Canal do Panamá, planejando, sobretudo, o controle da passagem interoceânica no momento após a entrega da administração do canal para o governo panamenho em 2000

(SANTAMARIA, 2013, p.219).

No plano econômico, a Administração Bush se esforçou para expandir o comércio e as oportunidades de negócio no continente. Em 1989, lançou o Plano Brady com a finalidade de incentivar os países latino-americanos a pagar suas dívidas externas. Os Estados Unidos ofereceriam facilidades para que os países do continente pagassem seus débitos, mas em troca exigiam o comprometimento com reformas econômicas que liberalizassem as economias nacionais. O Plano Brady fora a pedra fundamental do “Consenso de Washington”, sob qual o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial condicionaram empréstimos e facilidades de pagamentos à: redução dos gastos sociais; desregulamentação das economias nacionais para estimular o livre mercado; eliminação de subsídios; extinção de barreiras tarifárias para o comércio internacional; privatização de empresas públicas e liberalização das inversões de capital estrangeiro.

Em articulação com esta iniciativa, o Governo Bush lançou a Iniciativa para as Américas (Enterprise for The Americas Initiative - EAI), que propunha, principalmente, formar um bloco de livre comércio no continente. Na América do Norte, a iniciativa obteve mais sucesso com a origem do Tratado Norte Americano de Livre Comércio (North America Free Trade Agreement - NAFTA) (KRYZANEK, 1996, p.114; SANTAMARIA, 2013, p.219-220). As medidas que foram colocadas em prática, especialmente aquelas preconizadas pelo “Consenso de Washington”, contribuíram para aumentar a pobreza, a miséria e a desigualdade econômica no continente.

5.3.1 O Governo Bush e o fim da Revolução Nicaraguense

De acordo com Leogrande, Bush dificilmente mencionava a América Central nos discursos de campanha. Como Reagan, Bush tinha o objetivo de substituir o governo sandinista por um governo conservador pró-estadunidense. Neste sentido, deu continuidade às hostilidades contra a Nicarágua com os exercícios militares na região, o embargo econômico e os esforços para impedir que houvesse qualquer ajuda de países europeus, americanos e de organismos internacionais para o país. Entretanto, diferente de seu antecessor, o Governo Bush estaria disposto a coexistir com um governo sandinista na Nicarágua comprometido com eleições regulares e com o fim do suporte ao FMLN (LEOGRANDE, 1998, p.554).

As tentativas de estabelecer a paz na Nicarágua tiveram início em 1982 pela iniciativa de Lopez Portillo, então presidente do México. Lopez Portillo ofereceu um projeto de paz, do qual seria mediador, para resolver os três nós da América Central e Caribe: a guerra civil em El Salvador, o conflito entre Estados Unidos e Nicarágua e a tensão entre Estados Unidos e Cuba. A repercussão foi retumbante. Os governos da Nicarágua e Cuba e os guerrilheiros de El Salvador aceitaram, prontamente, a iniciativa. Diante disso, como aponta Leogrande, a iniciativa colocou um problema que acompanharia os dois mandatos de Reagan: o governo estadunidense não poderia abandonar os planos de paz com o governo nicaraguense porque pareceria desinteressado em uma saída diplomática e perderia apoio do Congresso. No entanto, sacrificaria seu verdadeiro objetivo – a vitória definitiva sobre os sandinistas – se entrasse no processo de negociação com a intenção de estabelecer compromissos razoáveis.

No que tange o conflito entre Estados Unidos e Nicarágua, o plano de paz estava dividido em três passos: 1 – os Estados Unidos deveriam fechar os campos de treinamento dos Contra e renunciar ao uso de força ou de ameaça contra a Nicarágua; 2 – a Nicarágua deveria renunciar a aquisição de armas sofisticadas e reduzir as forças armadas; 3 – e deveria estabelecer um pacto de não agressão com os Estados Unidos e os vizinhos. Na contra proposta estadunidense, a Nicarágua deveria: 1 – aceitar um acordo regional para banir a importação de armamento e reduzir o número de militares e assessores militares estrangeiros; 2 – assinar uma lei de neutralidade para os exilados nicaraguenses que estavam em treinamento militar nos Estados Unidos; 3 – parar de fornecer armas, treinamentos e munições para a FMLN; 4 – aceitar a inspeção às instalações militares, como garantia de que não estavam enviando armas para as guerrilhas dos países vizinhos; 5 – se comprometer com uma política plural, uma economia mista e o não alinhamento internacional; 6 – promover eleições livres. Caso as condições fossem satisfeitas, os Estados Unidos discutiriam no Congresso a renovação da ajuda econômica e ambos assinariam um pacto bilateral de não agressão.

O Governo Sandinista acusou os Estados Unidos de não respeitar a soberania nicaraguense ao tentar impor condições relativas à política interna e propôs uma lista de 14 pontos de debate. Como resposta, Enders, representando a Administração Reagan, acusou publicamente os sandinistas de serem marxistas, sem comprometimento com o pluralismo (LEOGRANDE, 1998, p.288-289).

Um ano mais tarde, os ministros das relações exteriores da Venezuela, Panamá, Colômbia e México se reuniram na ilha de Contadora no Panamá para tentar estabelecer um acordo de paz para as forças beligerantes da América Central. A Nicarágua tomou a iniciativa e propôs planos bilaterais de paz. Inicialmente, o Governo Reagan agiu com ambivalência em relação aos esforços de paz do Grupo Contadora. Não poderia se recusar a aceitar o processo de negociação, porque seria acusado no cenário interno e externo de belicismo e antipacifismo. Entretanto, não tinha o menor interesse em promover a paz, uma vez que o objetivo fundamental era derrubar o governo sandinista. Por isso, exigiram que qualquer acordo fosse estabelecido de forma multilateral, para que Honduras pudesse bloquear qualquer acordo desfavorável para os Estados Unidos.

Assim, Honduras não aceitou a primeira iniciativa da Nicarágua. Ainda em 1983, a Nicarágua sugeriu discutir outro plano, desta vez baseado em um acordo multilateral entre todos os países da América Central, além de ainda outros três acordos bilaterais com Honduras, El Salvador e Estados Unidos. No que tange ao último, o país se comprometeria a encerrar todos os programas de ajuda às guerrilhas na região e proibiria a instalação de bases militares de quaisquer países que pudessem ameaçar a segurança dos Estados Unidos. Em contrapartida, os Estados Unidos encerrariam as ações paramilitares, retirariam as sanções econômicas e cessariam os exercícios militares. De acordo com Leogrande, o Governo Reagan viu a proposta como um sinal de fraqueza do Governo Sandinista e recusou o acordo (LEOGRANDE, 1998, p.351).

Em 1984, diante do temor que o impacto da política para América Central poderia causar na reeleição presidencial e na corrida pelo Congresso, George P. Shultz, que substituiu Haig como Secretário de Estado, deu início a mais um processo de negociações de paz com o Daniel Ortega, no *resort* de Manzanillo no México. No encontro, desenharam três questões iniciais: 1 – o fim do suporte a FMLN; 2 – a retração na relação com Cuba e União Soviética; 3 – redução do contingente militar. Shultz e o Departamento de Estado acreditavam que a pressão sobre a Nicarágua não tinha efeito sem negociações complementares para garantir a paz e os interesses estadunidenses. Contudo, a linha dura acreditava que a dissolução dos Contra deixaria os Estados Unidos sem nenhum poder para impor o acordo e realizar seus interesses na Nicarágua. Os Estados Unidos enfrentariam “Outra Cuba” no continente e, conseqüentemente, a invasão militar seria a única

opção, com custos políticos e financeiros imensos. A fim de bloquear o acordo, retiraram quase todas as concessões e exigiram a inclusão do comprometimento da Nicarágua com a democracia, a liberdade de imprensa e a liberdade econômica, questões que dificultaram negociações anteriores.

Deste embate surgiu uma proposta que exigia da Nicarágua: 1 – a expulsão dos consultores cubanos e soviéticos, civis e militares, em até 90 dias; 2 – o fim do suporte a FMLN; 3 – negociar o contingente militar e a aquisição de armamento bélico com os vizinhos; 4 – um cessar fogo, com anistia para os Contra; 5 – estabelecer eleições justas, livres e democráticas, com participação dos Contra. Depois de satisfazer essas condições, em reciprocidade, os Estados Unidos: 1 – levariam em consideração os interesses da Nicarágua para agir na América Central; 2 – impediriam os Contra de colocar minas nos portos e de atacar estruturas petrolíferas; 3 – reajustariam os exercícios militares na região, de acordo com os avanços no processo de paz; 4 – permitiriam a participação da FMLN nas eleições de El Salvador; 5 – restaurariam as relações econômicas e levantariam o bloqueio aos empréstimos de instituições financeiras internacionais.

O Governo Sandinista considerou a proposta inaceitável (LEOGRANDE, 1998, p.358). Mais tarde, no mesmo ano, a Nicarágua aceitou a mesma proposta com algumas modificações, desta vez apresentada pelo Grupo Contadora. A principal mudança na proposta remodelada era a exigência do fim do suporte dos Estados Unidos aos Contra. Com a reeleição garantida, a Administração Reagan pressionou os representantes dos outros países da América Central a abandonar o compromisso e colocou fim nas negociações (LEOGRANDE, 1998, p.359-361).

Em 1985, Brasil, Peru, Uruguai e Argentina formaram o Grupo de Apoio do Contadora e pediram aos Estados Unidos para retomar os esforços de negociação com a Nicarágua. Entretanto, o Governo Reagan recusou o pedido. No início de 1986, os oito ministros dos países integrantes do grupo se encontraram com Schultz e pediram o fim do suporte estadunidense aos Contra e a retomada das negociações. O Secretário de Estado informou que a posição dos Estados Unidos não mudaria até que os sandinistas abrissem negociações diretamente com os Contra. Alguns meses depois, o Grupo Contadora enviou uma terceira proposta para iniciar o processo de paz, mas os Estados Unidos conseguiram fazer com que Honduras, El Salvador e Costa Rica recusassem os termos do acordo por não garantir a democratização da Nicarágua. Mais do que isso, o Departamento de

Defesa publicitou um documento intitulado “Prospects for Containment of Nicaragua’s Communist Government”, no qual descreditou o Grupo Contadora, principalmente, porque a Nicarágua violaria qualquer acordo proveniente da iniciativa e forçaria os Estados Unidos a intervir diretamente com 100.000 homens a um custo de \$9,1 bilhões. Como resposta, o Departamento de Estado afirmou que o documento não era oficial e tentou deslegitimar o suposto estudo. O Presidente não chancelou nenhuma das posições (LEOGRANDE, 1998, p.467).

Em 1986, Oscar Arias, presidente da Costa Rica, assumiu a responsabilidade de ressuscitar o projeto de paz. Arias, que não nutria nenhuma simpatia pelos sandinistas, elaborou um plano baseado nas tentativas do Grupo Contadora, mas exigiu dos sandinistas: garantia do respeito às liberdades civis; negociações com os opositores; anistia para os Contra; e eleições livres ao fim do mandato de Daniel Ortega. Em troca, os Estados Unidos deveriam fazer cessar toda ajuda militar aos Contra. Segundo Leogrande, a Administração Reagan não acreditava na eficiência da proposta, mas precisava se mostrar interessada na opção diplomática para conseguir convencer o Congresso a continuar a financiar os Contra. Entretanto, antes de aceitar a iniciativa de Arias, a Administração Reagan buscou construir uma proposta de paz com Jim Wright (D-TX), democrata Presidente da Câmara dos Representantes (1987-1989).

A versão final do que ficou conhecido como o plano Wright-Reagan pressupunha: um cessar fogo; o fim da ajuda estrangeira aos Contra e ao exército sandinista; a restauração das liberdades civis na Nicarágua; a anistia para os Contra; um pacto de reconciliação nacional entre os sandinistas e a oposição; o fim do embargo dos Estados Unidos sobre a Nicarágua e a inclusão da Nicarágua no programa de ajuda econômica regional dos Estados Unidos.

O Governo Reagan esperava que os representantes da América Central deixassem de discutir o Plano Arias e passassem a discutir o plano Wright-Reagan. Contudo, em 1987, no encontro na cidade de Esquipulas na Guatemala, os presidentes dos cinco países da América Central, inclusive Daniel Ortega, decidiram discutir e assinar a proposta de Arias. Para a Administração Reagan, o acordo desmobilizaria os Contra e manteria os sandinistas no poder. Então, pressionou Honduras e o Bispo Obando y Bravo, mediador entre sandinistas e contras, a obstruir o acordo.

No Congresso, Wright endossou o acordo, declarou que era melhor do que o

plano Wright-Reagan e pediu a suspensão de qualquer pedido de ajuda militar para os Contra a fim de não macular o Acordo de Esquipulas. Mais do que isso, Wright propôs incluir \$3,2 milhões no orçamento do ano fiscal de 1988 em ajuda não militar para os Contra como estímulo ao processo de paz. No fim, após debate na Câmara dos Representantes e no Senado, republicanos e democratas aceitaram aumentar a proposta inicial de Wright para \$14 milhões em ajuda não letal.

Para pressionar o Governo de Arias, o Governo Reagan atrasou o envio de \$140 milhões em assistência econômica para Costa Rica. Além disso, em janeiro de 1988, antes da reunião dos presidentes da América Central para debater o Acordo de Esquipulas, o General Colin Powell, novo Subsecretário de Segurança Nacional, visitou Honduras, Costa Rica, Guatemala e El Salvador para persuadir os representantes de cada país a denunciar Nicarágua por descumprir as tratativas. Em paralelo, o *Republican Institute for International Affairs* canalizou \$433 mil para o Partido Social Cristão da Costa Rica – oponentes de Arias –, que deveriam ser investidos especialmente em publicações que atacassem os Acordos de Esquipulas.

Entretanto, em meio ao encontro dos presidentes dos países da América Central, Ortega concordou em negociar diretamente com os Contra e anunciou o fim do estado de emergência que colocava limites às liberdades civis e à realização de eleições livres, com garantias de que se perdesse deixaria o poder. Mesmo assim, a Administração Reagan requisitou ao Congresso estadunidense \$63,25 milhões em ajuda letal e não letal para os Contra. Para os republicanos conservadores e democratas neoliberais e liberais intervencionistas, o suporte aos Contra exerceu pressão sobre os sandinistas e forçou o acordo. Portanto, era necessário continuar a financiar os Contra para garantir que os sandinistas respeitariam o acordo.

Ao mesmo tempo, Contra e Sandinistas se encontraram em Sapoá, na Costa Rica, e assinaram um cessar-fogo e a abertura de negociações políticas. Para os democratas contrários ao envolvimento na Nicarágua, o suporte aos Contra não promoveu nenhuma resolução para o conflito, mas as negociações entre os países da região resultaram em um acordo positivo. Em resposta ao pedido da Administração Reagan, o Congresso ofereceu um pacote de ajuda de \$17,7 milhões em ajuda não letal para os Contra, outros \$17,7 milhões em ajuda às vítimas da guerra e mais \$10 milhões para financiar uma comissão que seria criada para verificar o respeito aos acordos de paz.

Para garantir a continuidade do suporte militar e do projeto de derrubar os

Sandinistas, Elliot Abrams, que havia assumido o cargo de Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, pressionou os Contra para não assinarem um acordo final. Imediatamente, os Contra colocaram novas exigências para os Sandinistas – a substituição completa da Suprema Corte Nicaraguense e a extinção dos Comitês de Defesa Sandinistas – que inviabilizaram a continuidade das tratativas. O movimento estadunidense provocou uma cisão entre os Contra, com a dissidência de setores mais moderados e o congelamento dos acordos de paz. Contudo, acabou enfraquecendo a contra insurgência. No fim de 1988, o Congresso estadunidense aprovou, para o ano de 1989, a proposta de um pacote de ajuda de \$27 milhões em ajuda não militar para os Contra, mais \$5 milhões em ajuda para as vítimas da guerra (LEOGRANDE, 1998).

Depois do Acordo de Esquipulas, o Governo Reagan intensificou o suporte à oposição civil moderada nicaraguense, como ao periódico *La Prensa*, da família Chamorro, e à Igreja Católica. De 1979 até 1988, os Estados Unidos enviaram para a oposição civil moderada, em média, \$10 milhões por ano, através de ações orquestradas pela CIA. Ademais, a agência levantou e canalizou fundos privados internacionais, principalmente através da Heritage Foundation. Assim, organizações como a Inter-American Press Association e a Friedrich Naumann Foundation, da Alemanha Ocidental, e empresários venezuelanos e noruegueses, enviaram milhões de dólares por ano para a oposição civil nicaraguense. Notadamente, a Fundação Nacional Para Democracia (National Endowment for Democracy - NED) enviou \$2 milhões por ano para os opositores nicaraguenses, mormente para o *La Prensa*.

A estratégia do Governo Reagan era provocar uma reação violenta e autoritária do Governo Ortega contra a oposição civil para denunciar o desrespeito ao Acordo de Esquipulas. Inicialmente, a estratégia deu certo. O Governo Ortega mandou fechar temporariamente o *La Prensa* e a *Radio Católica*. O Congresso estadunidense aprovou uma resolução condenando as medidas do governo nicaraguense. Contudo, Jim Wright denunciou a estratégia e Ortega desfez as medidas contra os dois órgãos de imprensa. No fim de 1988, pouco antes de Reagan deixar a Casa Branca, um furacão atingiu a Nicarágua e destruiu florestas, plantações de Banana e Café, e a indústria pesqueira. Estima-se que as perdas chegaram a \$800 milhões, agravando ainda mais a situação da economia nicaraguense. A Administração Reagan não ofereceu nenhum tipo de ajuda ao país. Mas mais do que isso, desencorajou qualquer ajuda internacional de outros países

ou doadores privados (LEOGRANDE, 1998, p.22).

Em 1989, o Governo Bush destacou Baker para negociar com Wright um plano diplomático bipartidário. O representante da Casa Branca e o representante do Congresso acordaram que os Estados Unidos deveriam dar suporte ao processo de paz de Esquipulas e esperar até às eleições nicaraguenses no ano seguinte para rediscutir o apoio aos Contra em função do desenrolar do processo eleitoral. Além disso, decidiram destinar US\$4.5 milhões, mensalmente, em ajuda não militar aos Contra até fevereiro de 1990, totalizando US\$66 milhões, com a condição de que os contrainsurgentes não promovessem nenhum ataque até o fim das eleições.

Segundo Leogrande, a Administração Bush visava alcançar três objetivos com o acordo com o Congresso: 1 – manter os Contra como uma força coesa e ativa; 2 – elaborar uma estratégia diplomática multifacetada para obrigar os sandinistas a promover eleições justas e livres; 3 – municiar a oposição sandinista com recursos para vencer Daniel Ortega no pleito de 1990. Ao mesmo tempo, a Administração Bush colocou a América Central na mesa de negociação com o Governo Gorbachev, deixando claro que a assistência soviética aos sandinistas poderia afetar a relação entre os Estados Unidos e a União Soviética e assegurando que aceitaria os resultados das eleições na Nicarágua. O Governo Gorbachev respondeu que a ajuda militar aos sandinistas estava suspensa desde o fim de 1988 (LEOGRANDE, 1998, p.554; 557).

Depois de mais um encontro entre os presidentes da América Central em Tesoro Beach, na Jamaica, Baker destacou Robert M. Kimmit, Sub Secretário de Estado, para alertar o governo hondurenho a abandonar os esforços para promover a desmobilização dos Contra, porque contrariaria a estratégia do governo estadunidense, em especial a provisão de ajuda não militar conquistada com os congressistas.

Nos meses seguintes, a Casa Branca arranhou reuniões entre representantes dos Contra e representantes dos governos da Guatemala, El Salvador e Costa Rica, para criar um consenso contrário a qualquer medida voltada para a desmobilização da contrainsurgência no novo encontro dos presidentes da região na cidade de Tela em Honduras. Entretanto, neste encontro, os cinco presidentes da região, mais uma vez, entraram em acordo de que os Contra precisariam ser desmobilizados e desmantelados até a primeira semana de dezembro de 1989. Sem saída, o Governo Bush endossou o resultado do encontro de Tela e apenas mostrou discordância

quanto ao prazo para desmobilização dos Contra (LEOGRANDE, 1998, p.555).

Frente às eleições na Nicarágua, o Governo Bush incentivou a formação de uma ampla coalizão oposicionista, composta por ultraconservadores, conservadores, liberais e alguns comunistas – a União Nacional Opositora (Unión Nacional Opositor - UNO). Logo, conservadores e liberais entraram em rota de colisão na tentativa de definir um nome para concorrer às eleições de 1990 contra Daniel Ortega, que seria o candidato da FSLN. Os conservadores queriam lançar a candidatura de Enrique Bolaños, presidente da COSEP, e os liberais preferiam Virgilio Godoy, líder do Partido Liberal Independente. Como consenso, as forças oposicionistas chegaram ao nome de Violeta Barrios de Chamorro, viúva de Pedro Joaquín Chamorro e proprietária do La Prensa.

Com o nome definido, o Governo Bush forneceu verba, treinamento e material para que a UNO concorresse ao pleito. Uma parte da ajuda estadunidense chegou aos oposicionistas nicaraguenses através da NED que, desde 1985, oferecia assistência para sindicatos e veículos de comunicação opositores ao Governo Ortega. A NED, embora proibida de financiar campanhas eleitorais, canalizou recursos para que organizações antissandinistas, incluindo partidos políticos e sindicatos, pudessem organizar e convencer os eleitores, elaborar atividades partidárias e fiscalizar as eleições. Segundo Leogrande, no biênio 1989-1990, o NED destinou US\$11,6 milhões para a oposição concorrer às eleições em El Salvador (LEOGRANDE, 1998, p. 560).

A CIA planejou ações secretas com o objetivo de impulsionar a vitória da UNO. Contudo, os democratas no Congresso alertaram que qualquer ação secreta poderia retirar a legitimidade de uma eventual vitória oposicionista. Em concordância, Baker assegurou que a CIA não interferiria na corrida presidencial nicaraguense. Todavia, como aponta Leogrande, a CIA já havia destinado US\$5 milhões para que a oposição nicaraguense pudesse concorrer às eleições. Mesmo depois da promessa de Baker aos congressistas democratas, a CIA colocou em prática um programa de US\$6 milhões para alavancar a candidatura da UNO, com treinamento de ativistas políticos na Costa Rica; artigos na imprensa estadunidense e internacional para deslegitimar a FSLN; criação de uma rádio antissandinista na Costa Rica capaz de alcançar a Nicarágua; e US\$600 mil para líderes Contra utilizarem na campanha eleitoral (LEOGRANDE, 1998, p.559-560).

O Governo Bush desacreditou ou minimizou as ações do Governo Ortega

voltadas para assegurar a lisura e justiça do pleito presidencial. Inclusive, Baker afirmou, publicamente, que os Estados Unidos decidiriam sobre a validade das eleições na Nicarágua, sem necessariamente levar em consideração os relatórios dos observadores internacionais. Além disso, alertou que mesmo uma vitória da FSLN não teria reflexos positivos imediatos na relação entre Estados Unidos e Nicarágua. Para Leogrande, a retórica de Baker tinha como objetivo alertar os eleitores nicaraguenses de que a vitória da FSLN significaria a continuidade da guerra civil, das sanções estadunidenses e da miséria econômica. Ao mesmo tempo, vislumbrando a vitória de Daniel Ortega, Aronson teria iniciado conversações com Victor Tinoco, Vice Ministro de Relações Internacionais da Nicarágua, para normalizar as relações entre os dois países.

Com a surpreendente vitória de Chamorro, o Governo Bush pressionou os Contra para entregarem as armas e voltarem à Nicarágua; suspendeu o embargo econômico e pediu ao Congresso para destinar assistência econômica para Nicarágua, sendo US\$300 milhões em 1990 e mais US\$241 milhões no ano seguinte. Entretanto, sem os sandinistas no governo e sem a União Soviética no cenário internacional, os formuladores da política externa estadunidense esqueceram a Nicarágua, principalmente diante dos novos desafios no Panamá, no Leste Europeu e no Oriente Médio. Em 1991, poucos políticos estadunidenses, democratas ou republicanos deram atenção a Chamorro, que visitou os Estados Unidos para pedir assistência econômica (LEOGRANDE, 1998, p.561-562).

5.3.2 O Governo Bush e o fim da Guerra Civil em El Salvador

No início do Governo Bush, El Salvador voltou à pauta da política externa. Desde o Governo Carter, a estratégia estadunidense se pautou no fortalecimento de José Napoleão Duarte e de seu partido, o PDC. Entretanto, George Bush assumiu a presidência em meio ao fracasso de Duarte em estabelecer a paz ou vencer a guerra contra a guerrilha e do fracasso do PDC nas eleições legislativas e municipais em 1988 e presidenciais em 1989.

Internamente, no final dos anos 1980, o governo do PDC, a FMLN e a ARENA estavam mais moderados e flexíveis. O primeiro estava dividido e sem apoio popular, depois do desastroso governo de Duarte. Os segundos, junto a FDR, nunca abandonaram completamente a possibilidade de atuar por via eleitoral. O terceiro

reconhecia a chance de ocupar o lugar do PDC no governo e reordenar a situação do país para realizar o capital (DUNKERLEY, 2001, p.113).

Em 1989, a FMLN se dispôs a abandonar a luta armada, participar do processo eleitoral e reconhecer um exército nacional. Em troca, pediam uma reforma militar. Entretanto, as negociações fracassaram. A ARENA era a favorita para vencer as eleições com o candidato Alfredo Cristiani e temia colocar a vitória em risco ao adiar ainda mais o processo eleitoral. No discurso de posse, Cristiani reafirmou a proposta da FMLN. As partes iniciaram as conversações e organizaram a Comissão Nacional para Consolidação da Paz para estabelecer um cessar fogo e assegurar a paz. Ao mesmo tempo, a extrema direita realizou uma série de atentados a bomba contra trabalhadores e estudantes em San Salvador. Como resposta, em novembro, a FMLN lançou uma ofensiva que chegou à capital.

Os membros da Casa Branca e do Congresso estadunidense temiam que a vitória eleitoral de Alfredo Cristiani, da ARENA, significasse um aumento da repressão e o refortalecimento dos esquadrões da morte. Na Câmara de Representantes, os democratas aprovaram, novamente, condicionar a assistência militar ao governo de El Salvador ao respeito aos direitos humanos e às negociações para por fim a guerra civil. Todavia, mais uma vez, o presidente deteria a prerrogativa de decidir se as condições foram ou não alcançadas.

No Senado, o Comitê de Dotação Orçamentária propôs exigir certificações ainda mais detalhadas sobre o respeito aos direitos humanos e as negociações para por fim a guerra, em busca de destinar provisões militares para El Salvador. Todavia, o senador democrata Chris Dodd (D – C.T), crítico ferrenho dos republicanos, liderou a oposição à proposta do Comitê de Dotação Orçamentária. Com isso, os senadores aprovaram o envio de US\$85 milhões em ajuda militar para El Salvador no ano fiscal de 1990, sem nenhuma exigência. Na conferência bicameral, prevaleceu a proposta aprovada no Senado (LEOGRANDE, 1998, p. 566).

O Governo Bush tratou a última grande ofensiva militar da FMLN como uma ação desesperada e assegurou publicamente que as forças armadas salvadorenhas tinham controle da situação. Inclusive, negou reduzir ou condicionar o auxílio militar ao governo salvadorenho, mesmo depois que os militares invadiram as Universidades da América Central para executar os diretores jesuítas que, supostamente, colaboravam com a FMLN.

Os congressistas estadunidenses exigiram que o Governo Cristiani

conduzisse uma investigação completa e rápida. Entretanto, não propuseram nenhuma medida punitiva ou qualquer certificação para assistência militar (LEOGRANDE, 1998, p.567-568). Em paralelo, o Governo Gorbachev, em acordo com o Governo Bush, pressionou o Governo Castro e o Governo Ortega para terminar o envio de armas soviéticas de Cuba e da Nicarágua para a FMLN.

Em 1990, com a derrota da FSLN e os sinais de flexibilização e desintegração da União Soviética, o Senador Dodd e outros congressistas ficaram menos inclinados a aceitar as atrocidades das Forças Armadas de El Salvador. Dodd propôs um corte de 50% no que restava da assistência militar dos Estados Unidos para El Salvador, a menos que o Governo Cristiani mostrasse esforços significativos em investigar a execução dos jesuítas e negociar a paz. Ainda segundo esta proposta, o presidente Bush poderia restaurar o montante total da assistência militar caso comprovasse que a FMLN não estava interessada no processo de paz.

O Congresso não aprovou a proposta. Contudo, a iniciativa de Dodd teve impacto na elaboração orçamentária para o ano fiscal de 1991, na qual os congressistas reduziram a assistência militar para El Salvador em 50%, totalizando US\$42,5 milhões. Mas dois meses depois Bush restaurou a assistência militar para El Salvador, sob a justificativa de que a FMLN estaria engajada em promover o terrorismo internacional ao adquirir mísseis terra-ar (LEOGRANDE, 1998, p.571-573).

Em contraste com a confiança na vitória do Governo Cristiani sobre a FMLN, o General Maxwell R. Thurman revelou ao Comitê de Serviços Armados do Senado que as Forças Armadas de El Salvador não seriam capazes de vencer a guerra civil. Portanto, os Estados Unidos deveriam tentar por fim ao conflito na mesa de negociações. O Departamento de Estado também deu sinais de que apoiaria a iniciativa de paz mediada pelo Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar.

Ainda no discurso de posse, Cristiani reafirmou a intenção de estabelecer a paz com a FMLN. Depois de quase dois anos de negociações, em dezembro de 1991, Pérez Cuellar conseguiu costurar um acordo entre a FMLN e o governo salvadorenho, que incluiu reformas nas forças armadas, no sistema judiciário e no processo eleitoral; instalação de uma Comissão da Verdade para investigar e punir as violações aos Direitos Humanos e a transformação da FMLN em partido político sem atuação guerrilheira. Como apontam Sue-Montgomery e Wade, as questões socioeconômicas responsáveis pela guerra não entraram em pauta e ficaram para

debates futuros, mas o governo não tinha interesse em rever o modelo econômico que implantou (SUE-MONTGOMERY; WADE, 2002, p.108). Em meio às negociações, o Governo Bush pressionou o Governo Cristiani a fazer concessões para alcançar um acordo de paz com a FMLN – como reduzir o tamanho das forças armadas e criar uma comissão civil para investigar as violações aos direitos humanos (LEOGRANDE, 1998, p.575).

Para Leogrande, diferente do Governo Reagan, que compreendia a América Central como o bastião de segurança contra o avanço do comunismo soviético no terceiro mundo, o Governo Bush tinha como objetivo retirar a região do centro da pauta de política externa estadunidense, mas não sem impedir a FMLN de chegar ao poder. Por isso, estava mais inclinado a aceitar compromissos com os guerrilheiros e com os democratas no Congresso. Ao fim do mandato, o Governo Bush pareceu mais bem sucedido do que seu antecessor em derrotar a FSLN e a FMLN na América Central. Decerto, a desintegração da União Soviética foi determinante para o sucesso do Governo Bush. Os republicanos só aceitaram os compromissos na Nicarágua e em El Salvador porque a União Soviética não parecia mais ameaçar os interesses e a segurança dos estadunidenses. Com o fim da Guerra Civil em El Salvador, a América Central desapareceu dos programas de televisão, dos jornais, das revistas e dos debates políticos nos Estados Unidos (LEOGRANDE, 1998, p. 577-578).

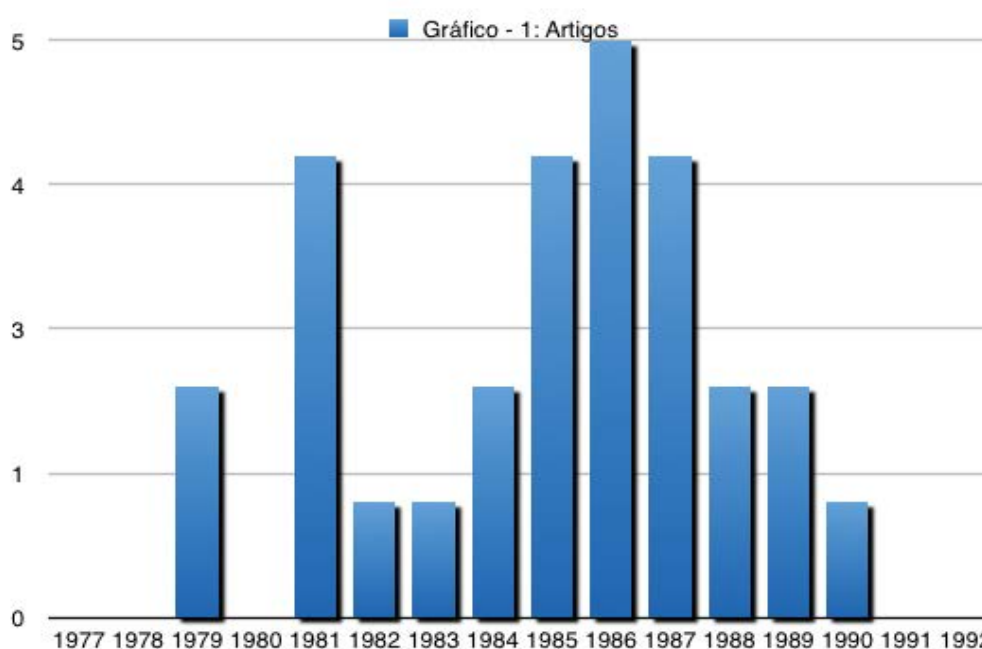
6 A Commentary Magazine imagina a América Central e a Nação

6.1 O corpus textual

Entre 1979 e 1992, a Commentary Magazine publicou vinte e oito textos para debater a situação na América Central, sobretudo a Revolução Sandinista e nenhum sobre a Guatemala. Entretanto, a região só se tornou um tema frequente nas páginas do periódico durante o Governo Reagan (1981-1989), principalmente no segundo mandato (1985-1989), indício de que as escolhas textuais da Commentary Magazine seguiram e amplificaram as escolhas políticas do Governo Reagan, que deram centralidade às questões ligadas à economia estadunidense no primeiro mandato e maior foco às Relações Internacionais nos últimos quatro anos da gestão.

Nos quatro primeiros anos da Administração Reagan, entre 1981 e 1984, a Commentary Magazine publicou 8 artigos tendo a América Central como tema principal. Em comparação, no segundo mandato, entre 1985 e 1989, publicou 17 artigos, mais do que o dobro do que nos quatro anos anteriores, tendo como ápice o ano de 1986 (Gráfico - 1).

Gráfico 1 – Quantidade de Artigos sobre a América Central na Commentary Magazine



Fonte: Autoria própria

6.1.1 Os intelectuais orgânicos na Commentary Magazine

Entre os autores selecionados da Commentary Magazine, Max Singer e Mark Falcoff se destacam pela profusão de artigos, com respectivamente três e seis publicações. Singer e Falcoff eram associados ao Hudson Institute que, conforme apontamos no capítulo 2, é um centro de pesquisa fundado em 1961 que agrega conservadores e neoconservadores. Seus membros o definem como uma organização política não partidária, dedicada a pesquisas e análises inovadoras para promover a segurança global, a prosperidade e a liberdade.

Embora não apatidário, o Hudson Institute é financiado por fundações neoconservadoras como a Scaife Foundation e, através dos partícipes, guarda múltiplas conexões com outros centros de pesquisa de viés conservador e neoconservador. Falcoff, por exemplo, também se tornou membro do AEI. Em parceria, Falcoff e Singer foram diretores do Friends of the Democratic Center in Central America (PRODEMCA), instituição fundada em 1981 com o intuito de elaborar material antissandinista. A PRODEMCA funcionou com financiamento da National Endowment for the Preservation of Liberty (NEPL), uma das principais instituições fiadoras do esquema Irã-Contra.

Em 1986, ano com maior número de artigos sobre a América Central na Commentary Magazine, a PRODEMCA utilizou fundos do NEPL e fundos públicos da U.S. Information Agency destinados pelo National Endowment for Democracy (NED) para pagar peças publicitárias com intuito de promover a ajuda militar aos contra nos meios de comunicação estadunidenses e financiar a oposição sandinista dentro da Nicarágua. Além disso, Singer proveu assessoria de imagem aos Contra e Falcoff serviu como Consultor Sênior no National Bipartisan Commission on Central America, além de integrar a equipe do Senate Foreign Relations Committee (1986 - 1987) e participar do Council of Foreign Relations (1987 - 1988).

Vozes menos frequentes como Jeane Kirkpatrick, David Horowitz, Joshua Muravchik, Penn Kemble, Robert Kagan e Elliott Abrams, se destacam pela posição que ocupavam no meio político-acadêmico estadunidense, notadamente entre conservadores e neoconservadores. Kirkpatrick, judia que integrou a Young People's Socialist League nos anos 1940 e 1950 e a ala liberal do Partido Democrata nos anos 1960 e 1970, era professora de ciência política da Georgetown University, associada ao AEI e membro do Council on Foreign Relations. A partir da publicação

do artigo "Dictatorship & Double Standart" (1979), ganhou capital simbólico entre seus pares neoconservadores. Assim, se tornou conselheira para política externa na campanha presidencial de Ronald Reagan. Depois da vitória do mesmo, ocupou um assento no National Security Council (1981-1989), foi escolhida embaixadora dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas (1981-1985) e participou do Defense Policy Review Board (1985-1993) e do President's Foreign Intelligency Advisory Board (1985-1990). Especificamente para América Central, Kirkpatrick foi vice-presidente do Nicaraguan Freedom Fund, criado em 1985 a pedido do Coronel Oliver North, para levantar fundos e destinar restituição fiscal para a AmeriCares, uma organização voltada a angariar recursos para ajuda humanitária à Honduras, El Salvador e Nicarágua.

Como Kirkpatrick, Horowitz foi um intelectual judeu-marxista nos anos 1950, integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos (1956 - 1975) e esteve próximo do movimento Panteras Negras nos anos 1970. Neste mesmo período, foi ajudante de Bertrand Russell e publicou livros a partir de uma perspectiva de esquerda, como *The Free World Colossus: A Critique of American Foreign Policy in the Cold War* (1971). Entretanto, nos anos 1980, vinculou-se ao campo neoconservador e tornou-se membro do Hudson Institute. O ponto de virada da esquerda para a direita teria sido uma desilusão após desconfiar que os Panteras Negras estariam envolvidos no assassinato da contadora do movimento, Betty Van Patter, em 1974.

Muravchik foi presidente do Young People's Socialist League (1968 - 1973). Entretanto, quatro anos mais tarde se tornou diretor da Coalition for Democratic Majority (1977 - 1979), a favor da permanência das tropas no Vietnã, e entusiasta de uma política externa intervencionista. Em 1980, abandonou o Partido Democrata, se juntou a Midge Decter, esposa de Norman Podhoretz, e Donald Rumsfeld no Committee For Free World e apoiou a candidatura de Reagan pelo Partido Republicano. Em 1987, Muravchik se tornou associado do AEI.

Kemble integrou o Young People's Socialist League nos anos 1960. Entretanto, vinte anos mais tarde, adotou tendências neoliberais. Kemble também foi presidente da Coalition for a Democratic Majority e membro do Committee For Freedom World. Ademais, junto com Falcoff e Singer, Kemble foi um dos fundadores da PRODEMCA.

Robert Kagan, historiador formado pela Yale University e defensor de uma política externa agressiva e intervencionista, iniciou sua carreira como assessor de

Jack Kemp, representante conservador do Partido Republicano pelo estado de Nova Iorque, em 1983. Nos dois anos seguintes, atuou como principal escritor dos discursos do Secretário de Estado, George P. Schultz e foi membro do Policy Planning Staff no Departamento de Estado. Entre 1985 e 1988, foi Secretário Adjunto no Bureau of Inter-American Affairs, no mesmo ministério. Além disso, é membro do Brookings Institute, *think tank* bipartidário e aberto a liberais intervencionistas, neoliberais e neoconservadores. Kagan, como o Brookings Institute, sempre tentou evitar o rótulo de neoconservador, preferindo ser identificado como um liberal intervencionista.

Por fim, Abrams, genro de Podhoretz, é um dos principais ideólogos do neoconservadorismo. Começou a carreira política em 1975, e até 1977 foi como Conselheiro Especial de Henry Jackson, senador do Partido Democrata pelo estado de Washington e fundador da Coalition for Democratic Majority. Em seguida, ocupou a mesma função no gabinete de Daniel Moynihan, senador do Partido Democrata pelo estado de Nova Iorque. Foi também Conselheiro para Política Interna no governo republicano de Richard Nixon e membro da Coalition for a Democratic Majority. No início dos anos 1980, após conhecer a filha de Podhoretz, participou do Committee for the Free World e se tornou um articulista frequente na Commentary Magazine. Durante a presidência de Ronald Reagan, ocupou os cargos de Assistente do Secretário de Estado para Organizações Internacionais (1981); Assistente do Secretário de Estado para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários (1981 - 1985) e Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Inter-Americanos (1985-1989).

Em 1982, Abrams assegurou aos congressistas estadunidenses que o governo e as forças armadas de El Salvador respeitavam os direitos humanos e negou que os mesmos fossem responsáveis pelo massacre de aproximadamente 500 pessoas em El Mozote, classificando o caso como propaganda da FMLN. Quatro anos mais tarde, como Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Abrams se encontrou com o Sultão de Brunei para requisitar \$10 milhões em fundos para os Contra nicaraguenses. Na mesma função, foi acusado de esconder do Congresso a estratégia que deu origem ao escândalo Irã-Contra. Mas negou conhecer os programas e as estratégias do NSC e da CIA para abastecer os Contra na Nicarágua. Após ser condenado, Abrams ganhou o perdão presidencial de George Bush em 1992.

A Commentary Magazine também deu espaço a um grupo de articulistas latino-americanos com percepções de mundo conservadoras, que agregou capital simbólico e legitimidade à narrativa discursiva visto que, como nativos, carregam consigo o conhecimento empírico da região e dos fatos. Dois deles, Jaime Chamorro e Cruz Jr., participaram, junto ao FSLN, no processo que retirou Somoza do poder.

Jaime Chamorro é filho de Violeta Chamorro Barrios e Pedro Joaquín Chamorro Cardenal, político conservador opositor histórico da família Somoza e proprietário do diário *La Prensa*. Em 1978, após o assassinato do pai, Chamorro herdou a propriedade e a direção do diário. Do *La Prensa*, deu suporte à revolução e, posteriormente, ao governo sandinista. Cruz Jr. (ou Arturo Cruz Sequeira) é filho de Arturo Cruz Sênior (ou Arturo Cruz Porras), político liberal-conservador, ex-presidente do Banco da Nicarágua, membro da Junta de Governo Nicaraguense (1979 e 1981).

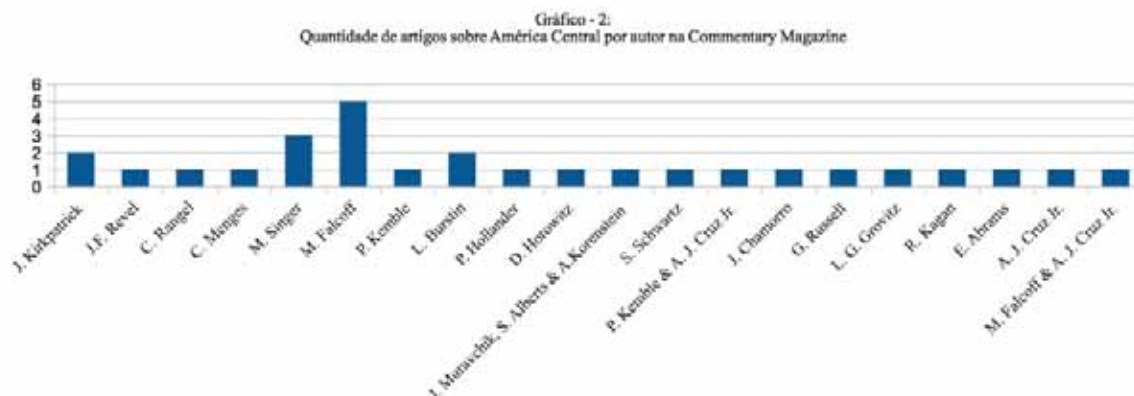
Entretanto, em 1982, Chamorro e Cruz Jr. romperam a aliança com a FSLN ao discordar das medidas no campo político, da condução de uma economia reformista e da adoção de uma estratégia internacional não alinhada – o que permitiu estabelecer parceria com a União Soviética no plano econômico. Em 1985, Cruz Jr., junto ao pai, fundou a Unidade Nicaraguense de Oposición (UNO), braço político dos Contra.

Carlos Rangel fora educado na Europa e nos Estados Unidos, tendo ocupado o cargo de Primeiro Secretário na Embaixada da Venezuela em Bruxelas e de Embaixador Chefe na Embaixada da Venezuela em Santo Domingo, respectivamente em 1959 e 1960, durante o Governo de Joaquín Balaguer. Entretanto, ficou mais conhecido como um jornalista liberal-conservador venezuelano, diretor da revista *Momento*, e apresentador do programa de televisão *Frente a La Prensa*. Rangel também publicou o clássico *“Del Buen Selvaje al Buen Revolucionario”* (1976), no qual analisa a política latino americana.

Por fim, Luis Burstín era um médico e comentarista político com tendências conservadoras, que frequentemente participava de jornais e telejornais na Costa Rica. Tal como congêneres estadunidenses, se auto intitulava um ex-marxista.

O Gráfico – 2, abaixo, mostra a distribuição de artigos pelos principais articulistas da Commentary Magazine.

Gráfico 2 – Quantidade de artigos sobre a América Central por autor na Commentary Magazine



Fonte: Autoria própria

6.1.2 O discurso indireto: as vozes amplificadas

De forma indireta, os articulistas da Commentary Magazine reproduziram os discursos de outros atores, por meio de falas e ideias atribuídas. Assim, corroboraram as falas oficiais de membros conservadores do governo estadunidense como Stansfield Turner, ex-agente da CIA, e documentos oficiais como o Relatório da Comissão Kissinger e da Anti-Defamation League, organismo que busca denunciar o antissemitismo em qualquer parte do mundo. Apresentaram discursos de autoridade de políticos da região envolvidos, inicialmente, na revolução sandinista como Edén Pastora, Arturo Cruz e Virgílio Godoy Reyes, ministro do trabalho nos cinco primeiros anos do governo sandinista. As vozes de atores neoliberais como Robert S. Leiken e liberais como Edward Kennedy (D – M.S) foram utilizadas de modo positivo e concordante para exprimir uma, suposta, unanimidade quase absoluta sobre os discursos, as ideias e as propostas intervencionistas de conservadores e neoconservadores para América Central. Por outro lado, as falas de oposição como a do congressista liberal Michael Barnes (D – M.D) e do Relatório da Comissão Linowitz foram escassas e contrariadas. Membros do governo sandinista, guerrilheiros da FMLN, camponeses e trabalhadores centro-americanos não tiveram nenhum espaço nas páginas da Commentary Magazine.

6.2 O imaginário da Commentary Magazine sobre o “outro”

6.2.1 A caracterização da América Central e do Centro-Americano

No período analisado, as narrativas discursivas produzidas na *Commentary Magazine* carregam, a partir da dicotomia bem/mal presente nos discursos sobre o “outro” no cenário internacional, expressões que caracterizam a região como o espaço do subdesenvolvimento, atraso, tradição, autoritarismo, imoralidade, fracasso, violência. Uma vez que os atores constituem o espaço, as narrativas discursivas da *Commentary Magazine* imputaram características aos centro-americanos relativas à imagem que fazem da América Central. Portanto, o centro-americano foi qualificado igualmente de forma negativa, ou seja, como subdesenvolvido, atrasado, tradicional, autoritário, imoral, incapaz e violento.

Articulado a isso, os intelectuais da *Commentary Magazine* usaram duas estratégias de reificação para apresentar as situações de caráter transitório e sócio histórico da América Central como permanentes: a naturalização e a eternização. Por meio da naturalização – quando uma criação social é posta como independente da ação humana – os intelectuais da *Commentary Magazine* apresentaram os problemas da América Central como “patológicos” e “endêmicos”. E, por meio da eternização – quando os fenômenos históricos são tratados como permanentes – os articulistas do periódico neoconservador retrataram os problemas da América Central como “norma”, “destino”, “contínuo”, “previsível” e “padrão”.

6.2.1.1 Subdesenvolvidos, tradicionais e autoritários

Para os articulistas da *Commentary Magazine*, as causas do subdesenvolvimento econômico e político da América Central eram endógenas. Mesmo reconhecendo o passado colonial, o desenvolvimento de outras ex-colônias, como Estados Unidos e Coréia do Sul, provaria que não existe nenhuma ligação entre colonialismo e atraso. Os Estados Unidos não teriam nenhum interesse particular na região. Ao contrário, as intervenções estadunidenses seriam resultado da necessidade de proteger a América Latina das mazelas causadas pelos problemas internos, muitas vezes a pedido dos próprios latino-americanos.

No artigo “The Trouble With Latin America”, Jean François-Revel, filósofo e teórico político francês que, como os neoconservadores estadunidenses, abandonou o marxismo e o socialismo para adotar posições conservadoras, afirmou que o subdesenvolvimento da América Latina não tinha nenhuma relação com o imperialismo, mas com a grande proporção de indígenas que “tem apresentado, e

continuam a apresentar, o problema clássico das mentalidades e técnicas tradicionais confrontados com formas econômicas e políticas modernas”.

Politicamente, a região seria o espaço do caos em que políticos autoritários se sucedem. Revel reconhece que os colonos europeus e seus descendentes dirigiram os países da América Latina por longos anos e marcaram o desenvolvimento da região. Mas diferente da colonização nos Estados Unidos, a colonização da América Latina teria sido obra da “Europa ruim de golpes de Estado e guerras civis, de aventureiros militares e chefes demagógicas (...) de pseudo-revoluções e repressão sangrenta”. Os latino-americanos careceriam de qualidades como “democracia, direitos humanos e coesão social” herdadas dos bons europeus pelos Estados Unidos. Por isso, a América Latina estaria marcada pelo “caudilhismo” ⁶ (REVEL, 1979, p. 47-50, tradução nossa).

De modo semelhante, para Jeane Kirkpatrick, no artigo “Dictatorship and Double Standard”, a América Central seria uma sociedade “semi-tradicional” governada por “líderes tradicionais” em uma “autocracia tradicional”, na qual a autoridade é transmitida “através de relações pessoais: do governador para seus colaboradores mais próximos (familiares, membros da família, amigos pessoais) e deles para os associados ligados por laços pessoais que se assemelham a própria relação com o governador”. Esses líderes tradicionais alocariam riquezas, poder, *status* e recursos em favor de poucos abastados, enquanto manteriam as massas na pobreza. Entretanto, seriam capazes de adorar os “deuses tradicionais” e respeitar os “tabus tradicionais”. Sendo assim, não perturbariam “os ritmos habituais de trabalho e lazer, lugares habituais de residência, padrões habituais de família e as relações pessoais” ⁷ (KIRKPATRICK, 1979, p. 40-45, tradução nossa).

Para Kirkpatrick, em “U.S Security and Latin America”, os países da América Central apresentavam um “desacordo contínuo sobre os fins e os meios do governo legítimo, uma desconfiança generalizada sobre a autoridade, um amplo espectro

6 “have presented, and continue to present, the classic problem of traditional mentalities and techniques confronted with modern economic and political forms”; “bad Europe of coups d'etat and civil wars, of military adventurers and demagogic chieftains (...) of pseudo-revolutions and bloody repression”; “not the good Europe of democracy, human rights, and social cohesiveness”; “caudillismo”.

7 “semi-tradicional”; “traditional rulers”; “traditional autocracie”; “through personal relations: from the ruler to his close associates (relatives, household members, personal friends) and from them to people to whom the associates are related by personal ties resembling their own relation to the ruler”; “traditional gods”; “traditional taboos”; “the habitual rhythms of work and leisure, habitual places of residence, habitual patterns of family and personal relations”.

ideológico, um baixo nível de participação em associações voluntárias, uma preferência por modos hierárquicos de associação (igreja, burocracia, exército), uma história de participação militar na política, e uma tradição de personalismo”. Portanto, qualquer tentativa democrática estaria sujeita à intimidação e restrições. As instituições políticas seriam “fracas para canalizar e conter as reivindicações dos vários grupos interessados em usar o poder público para fazer valer as políticas preferenciais”. Sendo assim, nas disputas políticas “golpes, manifestações, greves políticas, conspirações e contra conspirações” seriam a “norma”⁸ (KIRKPATRICK, 1981, p. 35-37, tradução nossa).

6.2.1.2 Atrasados e Violentos

Em decorrência do subdesenvolvimento político e econômico, a América Latina e, sobretudo, a América Central seriam lócus do atraso e da violência. De acordo com Kirkpatrick, para os latino-americanos, “as misérias da vida tradicional são familiares (...) suportáveis”, porque através delas aprenderiam a “adquirir as habilidades e atitudes necessárias para a sobrevivência nos papéis miseráveis” que estavam “destinados a preencher”⁹ (KIRKPATRICK, 1979, p. 43-45, tradução nossa) e a “violência” ou a “ameaça de violência” seria “uma parte integral, regular e previsível” do sistema político latino americano¹⁰ (KIRKPATRICK, 1981, p. 38-40, tradução nossa).

Segundo Burstín, em “A Few Home Truths About Latin America”, a América Latina só poderia oferecer “pobreza, atraso científico e tecnológico, massas iletradas e desnutridas, inanição cultural e brutalidade política”, uma “realidade dantesca” na qual “centenas de milhares de pessoas foram mortas, torturadas ou morreram de fome”. Para piorar, os latino-americanos não seriam capazes de “trabalhar duro, estudar muito, inventar coisas e trazer capital externo” e, portanto, mudar sua

8 “a continuing disagreement about the legitimate ends and means of government, a pervasive distrust of authority, a broad ideological spectrum, a low level of participation in voluntary associations, a preference for hierarchical modes of association (church, bureaucracy, army), a history of military participation in politics, and a tradition of ‘personalismo’”; “not strong enough to channel and contain the claims of various groups to use public power to enforce preferred policies”; “Coups, demonstrations, political strikes, plots, and counterplots”; “norm”.

9 “The miseries of traditional life are familiar (...) bearable”; “acquire the skills and attitudes necessary for survival in the miserable roles they are destined to fill”.

10 “violence” ou a “threat of violence [seria] an integral, regular, predictable part of these political system”.

realidade¹¹ (BURSTÍN, 1985a, p.47-48, tradução nossa).

6.2.1.3 Imorais e Fracassados

Os problemas econômicos e políticos da América Latina e, por extensão, da América Central, seriam resultados da imoralidade e do fracasso. Para Revel, a Europa ruim deixou desvios morais de herança, como “corrupção e injustiça” e, como agravante, os latino-americanos seriam “a primeira [civilização] a evitar inteiramente à autocrítica”. Por desvios morais, os latino-americanos teriam “inabilidade para governar” e “inteligência política subdesenvolvida”. No entanto, injustamente, culpavam os outros por todos os seus problemas, sobretudo com o uso do termo “imperialismo”. Por isso, a história da América Latina levaria a marca do “fracasso com causas humanas”¹² (REVEL, 1979, p.47-50, tradução nossa).

De forma semelhante, Burstín afirmou que América Latina tinha uma “história bizarra” e era “um imenso mundo de criminalidade política”. Os latino-americanos, entretanto, culpariam “os outros pela brutalidade social e maldade histórica”¹³ (BURSTÍN, 1985). De acordo com Kirkpatrick, a competição política na América Central estava permeada por “fraudes” e outros procedimentos imorais disponíveis. Neste sentido, afirmou que: “a Igreja manipula símbolos da retidão; os trabalhadores recorrem a greves; os empresários usam suborno; os partidos políticos usam campanhas e votos; os políticos empregam a persuasão, a organização e a demagogia; e os oficiais militares usam a força”¹⁴ (KIRKPATRICK, 1981, p. 39-40, tradução nossa).

6.2.2 A caracterização dos “inimigos”: os revolucionários

Os intelectuais da Commentary Magazine caracterizaram de modo negativo as

11 “poverty, scientific and technological backwardness, illiterate and undernourished masses, cultural inanition, and political brutality”; “dantesque reality”; “hundreds of thousands of thousands of people being killed, tortured, or starved to death”; “working hard, and studying hard, and inventing things, and bringing in foreign capital”.

12 “corruption and injustice”; “the first ever to avoid self-criticism entirely”; “inability to govern”; “underdevelopment of political intelligence”; “failure with human causes”.

13 “bizarre history”; “imense world of political criminality”; “rancorous”; “blaming others for our social brutality and historical evil”.

14 “fraud”; “Church manipulates symbols of rectitude; workers resort to strikes; businessmen use bribery; political parties use campaigns and votes; politicians employ persuasion, organization, and demagoguery; military officers use force”.

principais forças autônomas e endógenas de transformação no subcontinente – os revolucionários nicaraguenses e salvadorenhos – através da utilização articulada dos artifícios de expurgo, diferenciação, deslocamento e nominalização. Através do expurgo, operaram a construção simbólica do revolucionário como inimigo. Por meio da diferenciação, colocaram ênfase na desunião entre os centro-americanos e os revolucionários, com uma nítida separação dos termos “sandinistas” e “nicaraguenses”, de modo a não serem sinônimos e nunca se confundirem.

Igualmente, nos textos sobre El Salvador, trataram os membros da FMLN como “guerrilheiros”, “revolucionários” ou de “extrema esquerda”, nunca como “salvadorenhos”. Sendo assim, passaram a impressão de que os sandinistas e a FMLN não eram parte da Nicarágua e de El Salvador, mas eram um elemento externo, possivelmente o “comunismo”. Com o deslocamento, os articulistas da *Commentary Magazine* reforçaram essa simbolização com metáforas que resgatam termos negativos do imaginário estadunidense, principalmente aqueles já enraizados no imaginário sobre o comunismo em outras regiões do mundo – como “vampiros”, “Stálin”, “dominó”, “Pol Pot”, “Leste Europeu”, “praga”, “Somozismo de esquerda” e “Estado polvo” – para associar aos sandinistas e aos membros da FMLN. Finalmente, por meio da nominalização, apagaram outros atores e fatos da narrativa, como as atrocidades das forças contrainsurgentes e dos esquadrões da morte.

6.2.3 Os revolucionários na Nicarágua

Na Nicarágua, os articulistas da *Commentary Magazine* caracterizaram o sandinista como traidor, submisso ao comunismo internacional, totalitário, violento, desumano, imoral, fracassado, terrorista, comunista e antiestadunidense. Todos os termos se referem a características negativas ou negativadas, como no caso de “antiestadunidense”.

6.2.3.1 Traidores

Ao levar em conta a necessidade de mudanças controladas na América Central, os articulistas da *Commentary Magazine* acusaram a FSLN de trair e roubar os supostos ideais de democracia e liberdade da Revolução Sandinista. Segundo Max Singer, no artigo “Losing Central America”, a FSLN “claramente traiu as

promessas democráticas feitas originalmente”¹⁵ (SINGER, 1986, p.12, tradução nossa). Para Paul Hollander, professor de sociologia da Universidade de Massachusetts e pesquisador do Harvard Russian Research Center, no artigo “The Newest Political Pilgrims”, os revolucionários que assumiram o governo após a derrocada de Somoza estariam a “pensar em nada além dos interesses do seu partido”. Por isso, teriam promovido “ao invés de liberdade, novas formas de opressão”¹⁶ (HOLLANDER, 1985, p.40, tradução nossa).

De acordo com David Horowitz, em “Nicaragua: A Speech to My Former Comrades on the Left”, os líderes da FSLN aprenderam com Fidel Castro “como roubar a revolução após a vitória e como assegurar o roubo através da manipulação de seus mais importantes aliados”. Como os revolucionários cubanos, os sandinistas teriam ocultado “sua verdadeira intenção (...) atrás de uma mentira revolucionária (a democracia pluralista)” e para consolidar o poder “elaboraram uma segunda mentira (a democracia dentro da revolução)”. Por isso, como em Cuba, “não [haveria] democracia nenhuma na Nicarágua, exatamente o que os sandinistas queriam quando começaram”. Os líderes da FSLN estariam a praticar o “cinismo”, o ensinamento mais importante de Fidel Castro, ao “prometer democracia e organizar a repressão (...), ao falar em paz e planejar a guerra, ao defender a justiça e entregar a Nicarágua a uma fraternidade de Estados desumanos, repressivos, militarizados e economicamente aleijados”. Portanto, a Nicarágua estaria “entregue a homens totalmente cínicos e totalmente impiedosos”¹⁷ (HOROWITZ, 1986, p. 27-31, tradução nossa).

Jaime Chamorro, que se considerava o genuíno revolucionário de 1979, acusou, no artigo “How La Prensa Was Silenced”, a FSLN de ter “traído a revolução que os levou ao poder”, sobretudo “entre as primeiras promessas que quebraram estaria à liberdade de imprensa”. Para Chamorro, desde a revolução, as vozes independentes, genuinamente revolucionárias, estariam a ser “metodologicamente

15 "clearly betrayed the democratic promises they originally made"

16 "who think of nothing but the interests of their party"; "instead of liberty, new forms of oppression".

17 "how to steal the revolution after victory, and how to secure their theft by manipulating their most important allies"; "concealed their true intention (...) behind a revolutionary lie (a pluralist democracy)"; "they fashioned a second lie (democracy, but only within the revolution)"; "at the end of the process there will be no democracy in Nicaragua at all, which is exactly what (...) the Sandinistas intended when they began"; "cynism"; "promisse democracy and organize repression (...), to talk peace and plan war, to champion justice and deliver Nicaragua to a fraternity of inhumane, repressive, militarized, and economic cripple states"; "in the grip of utterly cynical and utterly ruthless men".

silenciadas”¹⁸ (CHAMORRO, 1987, p.39-44, tradução nossa).

6.2.3.2 Subordinados

A traição teria revelado que a FSLN era um agente comunista, subordinado aos interesses da União Soviética e de Cuba. Sendo assim, a crise na América Central seria resultado direto do projeto soviético de dominação comunista. Kirkpatrick afirmou que “a deterioração da posição dos EUA no hemisfério criou vulnerabilidades sérias, onde não existiam anteriormente, e ameaça agora a confrontar este país com a necessidade sem precedentes de se defender contra um anel de bases soviéticas em torno das nossas fronteiras meridionais e orientais”. Neste sentido, Cuba se tornou “um instrumento significativa de expansão soviética”, sobretudo na América Central e no Caribe, ao fornecer armas, suprimentos e consultoria aos grupos revolucionários¹⁹ (KIRKPATRICK, 1981, p.38-40, tradução nossa).

Para Carlos Rangel, no artigo “México & Other Dominoes”, a partir da atuação de Cuba se colocava em curso uma tática de dominação comunista correspondente à “Teoria dos Dominós”. Diante do suposto fracasso da experiência comunista na ilha, o governo cubano estaria defendendo a tese de que era necessário promover a “destruição dos últimos resquícios do capitalismo e o triunfo mundial do comunismo”. Portanto, estaria atuando na América Central como “a ponta de lança de uma revolução comunista mundial”. O governo cubano seria “o mais sórdido internamente e o mais agressivo externamente dentre todos os regimes comunistas”²⁰ (RANGEL, 1981, p.30-33, tradução nossa).

Segundo Burstín, os movimentos políticos populares da América Latina estavam “alinhados com Moscou”, sobretudo porque os comunistas soviéticos seriam a “única força revolucionária realmente eficaz na América Latina”. Os revolucionários em Cuba ou na Nicarágua eram “utilmente barulhentos e agressivos,

18 “betrayed the revolution that had brought the to power”; “among the first pledges they broke was the one concerning freedom of the press”; “methodically silencing”.

19 “deterioration of the U.S position in the hemisphere has already created serious vulnerabilities where none previously existed, and threatens now to confront this country with the unprecedented need to defend itself against a ring of soviet bases on and around our southern and eastern borders”; “a significant instrument of soviet expansion”.

20 “destruction of the last remnants of capitalism and the worldwide triumph of communism”; “the spearhead of a world communist revolution”; “the nastiest at home and most aggressive abroad of all communist regimes”.

e às vezes, [poderiam] derrubar um ditador como Batista ou Somoza”, mas “não seriam capazes de realizar o nocaute até que os comunistas associados a Moscou e seus patrocinadores entrem em cena” ²¹ (BURSTIN, 1985b, p.52-55, tradução nossa).

6.2.3.3 Totalitários

Bem como os soviéticos e cubanos, os revolucionários da FSLN seriam totalitários, violentos e avessos aos valores ocidentais. Segundo Kirkpatrick, após a revolução, os sandinistas refletiram “o característico desejo totalitário de absorver a sociedade para o Estado” e as estreitas relações com Cuba e com a União Soviética²² (KIRKPATRICK, 1986). Para Max Singer, no artigo “The Record In Latin America”, logo que Somoza caiu, o diretório sandinista teria rejeitado a democracia e a liberdade. Os sandinistas teriam “gradualmente excluído do poder todos os outros elementos [não totalitários] da coalizão revolucionária” e violado “os compromissos escritos com a OEA no intuito de assegurar imediatamente eleições livres e manter o pluralismo democrático”. O novo governo nicaraguense estaria composto de “verdadeiros crentes no marxismo-leninismo e em técnicas totalitárias para garantir e assegurar o poder, (...) inimigos da democracia” ²³ (SINGER, 1982, pp.43-49, tradução nossa). Quatro anos mais tarde, Singer afirmou que os sandinistas assumiram o governo da Nicarágua “através da força e da fraude” e teriam “atacado os sindicatos livres e todas as outras instituições independentes” com uma polícia secreta que fez “uso extensivo de tortura e assassinato”. Portanto, os sandinistas estariam a “brutalmente suprimir as organizações democráticas”, mantendo “milhões de pobres almas (...) condenadas a viver sob a tirania totalitária” ²⁴ (SINGER, 1986, p.11-14, tradução nossa). Para Horowitz, após a revolução, a FSLN, como Stálin,

21 “align themselves with Moscow”; “the only really effective revolutionary force in Latin America”; “usefully noisy and belligerent, and they can sometimes overthrow a dictator like Batista or Somoza”; “not capable of delivering a knockout blow (...) it is only when the Moscow-Attached Communists and their sponsors come onto stage”.

22 “the characteristic totalitarian desire to absorb the society into the state”.

23 “gradually excluded from power all the other elements in the revolutionary coalition”; “their written commitments to the OAS to hold prompt, free elections and maintain democratic pluralism”; “marxisti-leninist true believers and totalitarian techniques of securing and holding power (...) enemies of democracy”.

24 “by fraud and holds by force”; “attacked the free trade unions and all other independent institutions”; “which makes extensive use of torture and murder”; “brutally suppressing democratic organizations”; “millions of poor souls (...) doomed to live under totalitarian tyranny”.

“instituiu uma ditadura por meio de um diretório” ²⁵ (HOROWITZ, 1986, p.28, tradução nossa).

Após trair a revolução, os sandinistas estariam consolidando seu poder totalitário internamente por meio da violência psicológica. Falcoff, Hollander e Chamorro acusaram os sandinistas de sustentar o Estado totalitário baseado em vigilância, censura e perseguição contra a democracia, a liberdade e os opositores. De acordo com Falcoff, em “How to Understand Central America”, os sandinistas promoveram “censura e perseguição de opositores que levaram à turbulência doméstica generalizada” ²⁶ (FALCOFF, 1984, p.30-38, tradução nossa). Ainda segundo Falcoff, no artigo “Nicaraguan Harvest”, o “crescente Estado totalitário na Nicarágua” não seria resultado da pressão dos Estados Unidos, porque antes mesmo de Reagan assumir a presidência “os sandinistas já tinham imposto censura à imprensa; criado comitês de vigilância de bairro para monitorar a vida dos cidadãos comuns; e começado a estabelecer – com ajuda de Cuba – exército e aparato policial doméstico mais elaborado na América Central” ²⁷ (FALCOFF, 1985, p.21-28, tradução nossa).

Para Hollander, a FSLN substituiu Somoza por uma “tirania totalitária” na qual “a liberdade de imprensa tem sido praticamente extinta”. Por isso, os sandinistas estariam “evidentemente determinados a ignorar os anseios democráticos do povo da Nicarágua” com total “ausência de liberdade” ²⁸ (HOLLANDER, 1985, p.37-41, tradução nossa). Para Jaime Chamorro, logo que assumiram o poder, os sandinistas instituíram “leis que deram ao governo poderes restritivos virtualmente ilimitados sobre a imprensa e outros meios de comunicação (...) com uma série de critérios deliberadamente ambíguos e censura prévia estabelecida” (CHAMORRO, 1987, p.39-44, tradução nossa).

A partir de 1981, os sandinistas teriam iniciado “uma campanha sistemática de perseguição e intimidação contra La Prensa”, que estaria “proibida de publicar uma variedade de itens”. Também naquele ano, sandinistas teriam “fechado La Prensa”

25 “instituted a dictatorship by directorate”.

26 “censorship, and harassment of opponents led to widespread domestic turmoil”

27 “growth of a totalitarian state in Nicaragua”; “the sandinistas had already impose press censorship; established neighborhood surveillance committees to monitor the lives of ordinary citizens; and begun to establish – with cuban assistance – the largest army and most elaborate domestic police apparatus in Central America”.

28 “totalitarian tyranny”; “freedom of the press has been practically extinguished”; “evidently determined to ignore the democratic yearnings of the nicaraguan people”; “the absence of liberty”.

inúmeras vezes sem razão alguma, a não ser "com o propósito de intimidação". Em 1982, teriam elaborado "novas e mais amplas restrições contra a imprensa". Apesar das justificativas sandinistas, as pessoas estariam sabendo que "o que estava sendo censurado não tinha nada a ver com a segurança nacional", mas com a "política do regime, o sistema de governo de partido único, a corrupção (peculato, apropriação indevida de fundos públicos, de resíduos em larga escala), e a criação de uma burocracia monstruosa para implementar os ditames de um Estado polvo emergente"²⁹ (CHAMORRO, 1987, p.39-44, tradução nossa).

6.2.3.4 Violentos e Desumanos

Em alguma medida, todos os articulistas da Commentary acusaram os sandinistas de exercer violência física e métodos desumanos para impor um projeto político totalitário. Para Kirkpatrick, Somoza, um ditador razoavelmente tolerante com a oposição, foi substituído por oponentes "radicais" e "violentos" comprometidos com uma revolução política e social³⁰ (KIRKPATRICK, 1979, p. 32-33, tradução nossa). Segundo Chamorro, os sandinistas seriam o "somozismo de esquerda". As "turbas sandinistas", com apoio do governo, teriam, "em repetidas ocasiões atacado instalações do La Prensa e cercado as casas de seus proprietários e funcionários (...) arremessando pedras, pintando palavras obscenas e slogans nas paredes, batendo de porta em porta e insultando as pessoas dentro (...) deixando para trás (...) terror" (CHAMORRO, 1987, p. 39-44, tradução nossa).

Aproximadamente 20% dos funcionários do periódico estariam deixando o país devido às "ameaças ou atos de violência física". Em uma ocasião, as "turbas sandinistas" teriam invadido a casa de um funcionário do periódico e "batido" nele até que perdesse a consciência e depois teriam "ameaçado matá-lo". Outros funcionários teriam sido "aprimados em acusações forjadas". Ademais, as turbas sandinistas teriam atacado os pontos de distribuição do La Prensa e "perseguido"

29 "laws which gave the government virtually unlimited restrictive powers over the press and other media (...) upon a range of deliberately ambiguous criteria, and established prior censorship"; "a systematic campaign of harassment and intimidation against La Prensa"; "forbidden to publish a variety of items"; "closed down La Prensa"; "for purpose of intimidation"; "new and more sweeping restrictions against the press"; "what was being censored usually had nothing to do with national security"; "regime's politics, its system of one-party government, its corruption (embezzlement, misappropriation of public funds, large-scale waste), and its creation of a monstrous bureaucracy to implement the dictates of an emerging octopus state".

30 "radical"; "violent".

empregados e empregadores até que parassem de comercializar o periódico³¹ (CHAMORRO, 1987, p. 39-44, tradução nossa). Para Singer, os sandinistas eram um “rolo compressor de mentira, engano e brutalidade” e a população nicaraguense estaria a sofrer com “horror do estado de guerra e a dificuldade de realizar operações clandestinas contra o brutal” governo³² (SINGER, 1986, p.11-14, tradução nossa).

Para Horowitz, os sandinistas promoveram a repressão e a violência “a partir do topo privilegiado da sociedade para o fundo impotente”³³ (HOROWITZ, 1986, p. 28, tradução nossa). Os índios Misquitos, sem proteção, estariam correndo o risco de desaparecer. De acordo com Falcoff, os Misquitos estavam em “condições extremamente cruéis, se não genocidas”³⁴ (FALCOFF, 1984, p. 37-38, tradução nossa). Os sandinistas seriam “uma conspiração de Marxista-leninistas (...) que acredita estar em posse exclusiva da verdade histórica para impô-la em cima de uma população”, inclusive indígena, sem respeitar seus desejos e tradições. Por isso, os índios Misquitos estariam dentre os nicaraguenses que mais teriam “sofrido com o Estado sandinista” (FALCOFF, 1985, p.21-28, tradução nossa).

Com interesse militar na Costa Atlântica, território indígena, os sandinistas estariam a “perturbar a paz dos habitantes com manobras constantes” e a “realocar forçadamente cerca de 15.000 Misquitos e Sumos de sua aldeia ancestral”. Para isso, os soldados sandinistas teriam “queimado casas, igrejas e plantações”. Em suma, os sandinistas teriam instalado um “um regime que procura impor padrões marxistas de controle social em uma população relutante”³⁵ (FALCOFF, 1985, p.21-28, tradução nossa). Segundo Hollander, até mesmo o senador liberal Edward Kenedy teria reconhecido que “o tratamento sandinista aos índios continuava a ser

31 “somocismo of the left”; “sandinista mobs”; “on repeated occasions they attacked La prensa instillations and besieged the homes of its owners and functionaries (...) twrowing stones, paiting obscene words and slogans on the walls, pounding on doors, and hurling insults at the people inside (...) leaving behind (...) terror”; “threats or acts of physical violence against them”; “beaten”; “threatened kill him”; “imprisoned on trumped-up charges”; “harassed”.

32 “juggernaut of lies, deceit, and brutality”; “horror of such warfare and the difficulty of clandestine operations against the brutal”

33 “from the privileged top of society to the powerless bottom”

34 “under exceedingly cruel, if not genocidal, conditions”.

35 “a cabal of marxist-leninist (...) who believe themselves in exclusive possession of historical truth to impose it upon a largely unwilling populace”; “suffered from sandinista rule”; “disrupting the peace of the inhabitants by constant maneuvers”; “forcibly relocating some 15,000 Miskitos and Sumos from their ancestral village”; “soldiers burned their homes, churches, and crops”; “a regime which seeks to impose marxist patterns of social control upon an unwilling population.

inconcebível”³⁶ (HOLLANDER, 1985, pp.37-41, tradução nossa).

Joshua Muravchik, em parceria com Susan Alberts e Antony Korenstein, no artigo “Sandinista Anti-Semitism and Its Apologists”, baseados em um documento da Anti-Defamation League (ADL), acusaram os sandinistas de promoverem “ameaças e perseguições” aos judeus na Nicarágua, além de confiscarem suas propriedades. Os sandinistas teriam “realizado uma campanha de perseguição e intimidação destinada aos judeus nicaraguenses que causou então fuga em massa do país”. Teriam “perseguido” judeus através de “telefonemas abusivos e ameaçadores, em alguns casos todos os dias”, inclusive com “referências depreciativas específicas para o judaísmo” e com “ameaças de morte contra os chefes de família e seus filhos”. Além disso, os “atacantes” sandinistas seriam os responsáveis por colocar fogo em uma sinagoga, em 1978, com o objetivo de “intimidar os judeus”³⁷ (MURAVCHIK et al, 1986, p. 25-29, tradução nossa).

6.2.3.5 Fracassados e Imorais

Do ponto de vista da economia, os sandinistas teriam promovido uma performance fracassada devido à ampliação do governo e dos gastos governamentais que teriam acarretado na redução das atividades industriais e comerciais, inclusive nas relações com o exterior. Como consequência, o desemprego e a inflação teriam aumentado e os salários e o consumo diminuído. Os problemas econômicos não se resumiam apenas à má gestão, mas também teriam relação com a apropriação do Estado de modo imoral, através de corrupção e coerção, com vistas à realização de interesses pessoais. Para Hollander, a vida na Nicarágua “estava pior do que nos tempos de Somoza” e enquanto o povo passava necessidade, “uma nomenclatura sandinista teria emergido” com privilégios econômicos e facilidades de consumo³⁸ (HOLLANDER, 1985, p. 41, tradução nossa).

De acordo com Kemble e Cruz Jr., no artigo “How The Nicaraguan Resistance

36 “the sandinistas treatment of the indians continues to be unconscionable”.

37 “threats and harassment”; “conducted a campaign of harassment and intimidation aimed at nicaraguan jews, which cause them to flee”; “harassment”; “abusive and threatening telephone calls, some of them every day”; “specific derogatory reference to the jewishness”; “uttered death threats both against the heads of households and against their children”; “attackers”; “to intimidate the jews”.

38 “worse (...) than they were at the time of Somoza”; “a sandinista nomenclatura has emerged”.

Can Win”, os sandinistas estavam voltados para “reprimir o povo” utilizando a escassez como um método de “microgestão política da população”. Através do sistema de racionamento, administrado pelos Comitês de Defesa Sandinistas, o novo governo estaria a “sustentar uma atmosfera de medo e cautela na população”. Limitar o acesso aos alimentos e bens de consumo de possíveis opositores seria “um poderoso elemento para dissuadir qualquer insurreição popular”. Este seria o “mecanismo básico de controle político do regime” ³⁹ (KEMBLE; CRUZ JR., 1986, p. 19-29, tradução nossa).

6.2.3.6 Terroristas, Comunistas e Antiestadunidenses

A Nicarágua seria a primeira peça de uma série, que ao cair (se tornar comunista), empurraria suas vizinhas – como Panamá, Colômbia, Venezuela e México – para o mesmo destino. Por isso, estaria atuando como ponto de distribuição de armas vindas do Vietnã e da Etiópia, através de Cuba, para outros revolucionários na América Central.

Segundo Max Singer, os sandinistas promoviam a expansão do comunismo e do totalitarismo na região com ajuda do “terrorismo internacional”. Os sandinistas estariam prontos para consolidar o poder internamente e através da “subversão armada contra seus três vizinhos”. Por isso, a América Central, em cinco ou dez anos, seria “tão comunista quanto o Leste Europeu” ⁴⁰ (SINGER, 1986, p. 11-14, tradução nossa). Os soviéticos seriam “os patronos secretos da praga terrorista do mundo”. Inclusive, os sandinistas teriam “louvado os bárbaros” ao não condenar a invasão ao Afeganistão, “uma atrocidade calorosamente aprovada”. Para Horowitz, o objetivo da revolução sandinista era “usar o país como base para espalhar o terror comunista e os regimes comunistas em todo o hemisfério (...) para destruir as sociedades ainda fora do perímetro totalitário, e seu protetor chefe, os Estados

39 “repress people”; “political micromanagement of population”; “sustain an atmosphere of fear and caution in the population”; “a powerful deterrent to popular insurrection”; “the regime's basic mechanism of political control”.

40 “international terrorism”; “manipulated by personal and financial pressures”; “fear retaliation of various kinds for anti-sandinistas activity”; “think that the sandinistas are going to win and that it is therefore useless and dangerous to act against them”. “speak and act like communists”; “armed subversion against their three neighbors”; “as communist as Eastern Europe”.

Unidos”⁴¹ (HOROWITZ, 1986, p. 27-31, tradução nossa).

De acordo com Constantine Menges, pesquisador especialista em política externa dos Estados Unidos do Hudson Institute, a OLP e outros supostos grupos terroristas radicais árabes proviam “um excelente exemplo de cooperação entre os grupos terroristas antiocidentais”. A Líbia, considerada um Estado terrorista, estaria a “prover uma ampla ajuda para os revolucionários na América Central”. Para Menges, estava “óbvio que o laço que une os terroristas da América Central e do Oriente Médio [era] o inimigo comum, os Estados Unidos”. Além disso, o México e os socialdemocratas da Europa estariam unidos à Cuba em um “eixo Havana-México-Sociais Democratas” que teria viabilizado a revolução na Nicarágua (MENGES, 1981, pp. 32-38, tradução nossa).

Isto seria resultado da esquerda radical inserida no Partido Revolucionário Institucional (PRI) e em partidos socialdemocratas na Europa, que teriam conseguido dar ênfase ao “anti-imperialismo e ao nacionalismo, enquanto ignora a democracia e rejeita qualquer noção de possíveis perigos de formar coalizões com grupos comunistas”. Juntas, essas forças estariam formando “movimentos revolucionários antiocidentais no Terceiro Mundo” com o objetivo de estabelecer uma cooperação com os possíveis novos governos nessas regiões para atenuar os efeitos econômicos da dependência de matérias primas de suas economias⁴² (MENGES, 1981, pp. 32-38, tradução nossa).

6.2.4 Os revolucionários em El Salvador

Em El Salvador, os articulistas da *Commentary Magazine* atribuíram aos revolucionários salvadorenos, sobretudo da FMLN, expressões que podem ser aglutinadas em significantes como terroristas, violentos, subordinados e irracionais. Portanto, de modo semelhante aos sandinistas, foram caracterizados como parceiros do comunismo internacional.

41 “the covert patrons of the world’s terrorist plague”; “praise for the barbarians”; “an atrocity warmly endorsed”; “use the country as base to spread Communist terror and Communist regimes throughout the hemisphere (...) to destroy the societies still outside the totalitarian perimeter, and their chief protector, the United States”.

42 “an excellent example of cooperation among anti-western terrorist groups”; “obvious that the tie that binds the terrorists of Central American and Middle East is their common enemy, the United States”; “Havana-Mexico-Social-Democratic Axis”; “anti-imperialism and nationalism while ignoring democracy and rejecting any notion os possible danger from forming coalitions with communists groups”; “anti-western revolutionary movements in the Third World”.

6.2.4.1 Terroristas, Violentos, Subordinados e Irracionais

Segundo Singer, os guerrilheiros da FMLN estariam representando os “inimigos dos EUA no mundo todo”, “não livres” e “parcialmente livres”, como Cuba, a Nicarágua sandinista, a OLP, a Argélia, o Vietnã, a Etiópia, a Coreia do Norte e o México. Seriam, então, “agressores totalitários”, que “trabalham através de organizações de fachada em países vítimas”. A população teria ciência que a “responsabilidade [pela violência] recai sobre os grupos que – sem uma causa razoável – colocaram o país em guerra e a melhor esperança de paz é a união contra os mesmos”. Mais do que violentos, os guerrilheiros seriam irracionais e fanáticos. Como aponta Singer, os guerrilheiros da FMLN eram vistos como “fanáticos violentos com apoio da maioria dos inimigos dos Estados Unidos”⁴³ (SINGER, 1981, p. 32, tradução nossa). Na mesma linha, Kirkpatrick afirmou que El Salvador se encontrava “à beira da anarquia” porque estava “ameaçado progressivamente por uma guerrilha bem armada cujo fanatismo e a violência lembram o Pol Pot”⁴⁴ (KIRKPATRICK, 1981, p. 29, tradução nossa).

Por outro lado, os Esquadrões da Morte foram quase completamente esquecidos pela narrativa discursiva da *Commentary Magazine*. A violência do Governo Salvadorenho e dos esquadrões da morte, classificados como “extrema direita”, seria uma reação ao projeto totalitário e violento da “extrema esquerda” e também uma forma de evitar a destruição econômica do país. Sendo assim, segundo Singer: “os partidários do governo não cometeriam atrocidades se não houvesse uma insurreição violenta contra o governo”⁴⁵ (SINGER, 1981, p. 33, tradução nossa). Portanto, a revolução e a esquerda seriam corresponsáveis pela violência da extrema direita e dos grupos que apoiavam o novo governo em El Salvador.

43 “enemies of the U.S from all over the World (...) not free (...) partly free”; “totalitarian aggressors work through front organizations within victim countries”; “responsability [pela violência] lies with the group that – without reasonable cause – has plunged the country into (...) war, and the best hope for peace is to turn a united face against it”; “violent fanatics with the support of most of the enemies of the U.S.”

44 “at the edge of anarchy (...) threatened by progressively well-armed guerrillas whose fanaticism and violence remind some observers of pol pot”

45 “the government’s supporters would not be committing atrocities if there were no violent insurrection against the government”

6.3 A imaginação da nação nas páginas da *Commentary Magazine*

6.3.1 A intervenção e o estadunidense diante do “outro”

Diante deste quadro negativo que ameaçava a segurança e os supostos interesses estadunidenses na América Central, se colocou a necessidade de mudar estruturalmente a região. A partir disso, os articulistas da *Commentary Magazine* buscaram criar um consenso sobre a necessidade de intervir na América Central para transformá-la. Através da legitimação – estratégia que expõe as relações de dominação como legítimas – a intervenção estadunidense foi apresentada como justa e digna de apoio. Baseados na racionalização, apresentaram uma lógica causal à relação entre intervenção, segurança e paz, e a universalizaram ao pressupor que toda ação estadunidense garantiria, inevitavelmente, os interesses e a segurança dos Estados Unidos e do mundo e a inação colocaria os mesmos em risco. Em grande medida, os intelectuais da *Commentary Magazine* colocaram a legitimidade da intervenção na perspectiva da luta do “bem” contra o “mal”. Como expressão máxima desses artifícios, Singer apontou a necessidade de intervenção na América Central como uma forma de evitar falhas como a que permitiu a invasão de Hitler à Áustria e à Checoslováquia ou a negligência da Grã-Bretanha para com a Polônia em 1939 (SINGER, 1981; SINGER, 1982).

De forma ainda mais direta e específica, Arturo Cruz Jr. legitimou a necessidade de uma intervenção em uma relação lógica e universalmente benéfica entre a ação estadunidense e a paz na América Central, que remonta ao passado. De acordo com Cruz Jr, a Nicarágua assistiu a 17 guerras civis nos 17 anos prévios à chegada dos Marines, em 1912, para “resolver as coisas”. A Nicarágua estaria “esgotada pela depravação pública e pela anarquia desde a independência” até que os Estados Unidos chegaram “para resgatar eles [os nicaraguenses] de sua própria torpeza”. Como resultado final, “a ocupação americana na Nicarágua encontrou a calma: as guerras terminaram por um tempo” ⁴⁶ (CRUZ JR, 1989, p. 48, tradução nossa).

A partir das narrativas discursivas da *Commentary Magazine* sobre a América Central, os intelectuais que escreviam no periódico imaginaram a nação em função

46 “solve the things”; “exhausted by the public depravity and anarchy that had accompanied independence”; “to rescue them from their on turpitude”; “the American occupation Nicaragua found calm: the wars ended – for a while”.

de uma missão redentora que os Estados Unidos deveriam empreender na região – a intervenção. Esta pressupõe objetivos, virtudes e capacidades que caracterizariam a nação. Assim, ela é imaginada como uma comunidade de indivíduos que guardam virtudes e capacidades necessárias para realizar um objetivo comum de transformar a realidade negativa da América Central a fim de salvaguardar os supostos interesses e a segurança dos Estados Unidos. Dessa forma, os intelectuais da *Commentary Magazine* apoiaram suas interpretações na padronização, com um referencial proposto como fundamento compartilhado e na simbolização, com a construção de símbolos de unidade e identificação coletiva.

Sendo assim, caracterizaram os Estados Unidos como o espaço da racionalidade, força, democracia, independência, modernidade, liberdade, benevolência, antiterrorismo, anticomunismo, vitória e direitos humanos. Portanto uma comunidade imaginada de estadunidenses qualificados como realistas, fortes, livres e libertadores, independentes, modernos, democráticos, humanitários, antiterroristas e vitoriosos.

6.3.1.1 Realistas e Vitoriosos

Para Kirkpatrick, os Estados Unidos deveriam adotar uma abordagem racional em consonância com seus interesses e capacidades. Precisariam de uma “política realista com o objetivo de proteger o próprio interesse e ajudar as capacidades de autodeterminação de nações menos desenvolvidas” ⁴⁷ (KIRKPATRICK, 1979, p. 45, tradução nossa). Especialmente para a América Latina, os Estados Unidos precisariam abandonar a vaga perspectiva globalista e passar a considerar as realidades culturais, o caráter, a geografia, a economia e a história. Com o resultado, deveriam elaborar estratégias para garantir seus interesses, a segurança coletiva e a autonomia de outras nações do hemisfério.

Assim, seria possível “construir uma política latino-americana que proteja os interesses de segurança dos EUA e torna as vidas reais das pessoas reais na América Latina um pouco melhor e um pouco mais livres” ⁴⁸ (KIRKPATRICK, 1981. P. 40, tradução nossa). A narrativa de Kirkpatrick dialoga com o texto de Singer, que

47 “realistic policy which aims at protecting our own interest and assisting the capacities for self determination of less development nations”

48 “construct a Latin America policy that protect U.S security interests and make the actual lives of actual people in Latin America somewhat better and somewhat freer”

alerta que as “pessoas do mundo inteiro, amigos e inimigos, acostumaram a assumir quase como uma lei da natureza” que os Estados Unidos “não poderiam ser derrotados e não iriam ser humilhados ou nunca demonstraram ser negligentes ou incapazes de defender os [seus] interesses” ⁴⁹ (SINGER, 1982, p. 48-49, tradução nossa).

6.3.1.2 Fortes, Modernos e Anticomunistas

Neste sentido, os Estados Unidos deveriam vencer a ameaça comunista à segurança hemisférica com a força militar e as reformas modernizantes em busca de libertar a região. Para Kemble, o relatório da Comissão Kissinger estaria correto ao informar que dois fatores contribuíram para a crise na América Central: 1 – a democracia e o progresso político não poderiam ser alcançados “até que a ameaça de segurança [fosse] sanada”; e 2 – os problemas econômicos, sociais e culturais teriam tornado a região um alvo para “agressão comunista e intriga” (KEMBLE, 1984, p. 25-26, tradução nossa).

Portanto, seria necessário atuar em duas frentes. Na primeira, reconhecer que “sempre que os interesses vitais [estadunidenses] estão em jogo, a experiência obriga os Estados Unidos a exigir mais do que gestos ou sorrisos antes de baixar a guarda”. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam se comprometer com ajuda militar para combater a ameaça comunista. Na segunda, seria preciso elaborar e implantar um projeto moderno para América Central, que “empregaria ajuda dos Estados Unidos para construir a partir do zero”, com envio de professores, técnicos agrícolas, serviços legais, assistência de saúde e planejamento familiar. A implantação deste projeto dependeria da adoção de práticas democráticas. Entretanto, para Kemble, aqueles que queriam “fazer da ajuda econômica a peça central da política [estadunidense] não [mereciam] ser levados a sério” ⁵⁰ (KEMBLE, 1984, p. 27-30, tradução nossa).

Na Nicarágua, para Kemble e Cruz Jr., dificilmente a resistência popular seria

49 "people around the world, friends and enemies, used to assume almost as a law of nature"; "could not be defeated and would not let ourselves be humiliated or shwn to be negligent or incapable of defending our interests".

50 "until this security threat is met"; "communist aggression and intrigue"; "where our vital interests are at stake, experience obliges the United States to require more than gestures or smiles before we lower our guard"; "to make economic aid alone the centerpiece of our policy does not deserve to be taken seriously".

uma opção melhor do que provocar a insurreição e a intervenção militar direta. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam apoiar a resistência dos Contra e contribuir politicamente e militarmente para enfraquecer o governo comunista sandinista, sobretudo porque “poucos nicaraguenses (...) adquiriram as habilidades e a compreensão conceitual necessárias para construir uma organização política de base ampla e eficaz” ⁵¹ (KEMBLE; CRUZ, 1986, p.19-29, tradução nossa). Em El Salvador, os Estados Unidos deveriam levar em consideração “como prevenir as atrocidades da esquerda contra o povo salvadorenho e como melhorar a efetividade dos militares e da polícia” ⁵² (SINGER, 1981, p. 34, tradução nossa).

6.3.1.3 Democráticos e Humanitários

Especificamente no campo político, seria necessário instalar a democracia e o respeito aos direitos humanos para transformar a América Central. Segundo Kirkpatrick, os estadunidenses estariam acostumados a “democratizar os governos, a qualquer hora, em qualquer lugar, sob quaisquer circunstâncias”. Entretanto, as instituições democráticas seriam “especialmente difíceis de estabelecer e manter – porque fazem exigências pesadas a todas as partes de uma população e porque dependem de condições sociais, culturais e econômicas complexas” ⁵³ (KIRKPATRICK, 1979, p. 37-38, tradução nossa).

Para Singer, os Estados Unidos deveriam trabalhar para que “uma alternativa democrática [derrotasse] seus inimigos não democráticos” porque “um passo corajoso em direção à democracia [iria] impor uma sangrenta derrota a um bando de gangsteres” ⁵⁴ (SINGER, 1981, p. 36, tradução nossa). De acordo com Kemple, os Estados Unidos deveriam oferecer assistência militar e econômica, como previsto no relatório da Comissão Kissinger, para “conquistar progresso em matéria de direitos humanos (...) e fortalecer [os grupos políticos] que se comportam com os padrões

51 “very few Nicaraguans (...) have yet acquired the skills and conceptual understanding needed to build a broad-based and effective political organization”.

52 “how to prevent atrocities against the salvadoran people, and how to improve the effectiveness of the salvadoran military and police”.

53 “to democratize governments, anytime, anywhere, under any circumstances”; “especially difficult to establish and maintain – because they make heavy demands on all portions of a population and because they depend on complex social, cultural and economic conditions”.

54 “democratic alternative defeat its undemocratic enemies”; “a brave move toward democracy will go down to bloody defeat by a band of gangster”.

decentes”. Assim, estaria “a promover regimes democráticos na América Central” ⁵⁵ (KEMBLE, 1984, p. 28, tradução nossa).

Na mesma linha, Menges afirmou que os Estados Unidos deveriam “melhorar as perspectivas de reformas democráticas e impedir o sucesso comunista na América Central”. Para isso, deveria primeiro, reconhecer o perigo e prover um programa bilateral para ajudar os países ameaçados; segundo, trabalhar com grupos transnacionais “para fortalecer as forças genuinamente democráticas e moderadas que existem dentro de cada país”; terceiro, aliar esforços com governos amigos para “neutralizar as redes terroristas estabelecidas pela esquerda violenta na região” ⁵⁶ (MENGES, 1981, p. 38, tradução nossa). De forma semelhante, para Kagan, como no Governo Kennedy, “o progresso democrático na América Latina [justificaria] a intervenção generalizada”. Além disso, alimentaria “a crença igualmente poderosa de que a intervenção em nome da democracia era a melhor maneira de derrotar o comunismo no hemisfério”. A única estratégia com chance de sucesso seria a adoção de uma “política de intervenção vigorosa em nome da democracia” (KAGAN, 1988, p. 45-51, tradução nossa).

6.3.2 A caracterização do “outro” interno: os liberais

Na perspectiva dos articulistas da *Commentary Magazine*, dentro dos Estados Unidos os liberais eram o maior empecilho à intervenção na América Central. Por meio da diferenciação, deram ênfase às características que apartam os liberais anti-intervencionistas da comunidade imaginada nas páginas da revista. Em alguns momentos, por meio do expurgo, definem, inclusive, os liberais anti-intervencionistas como inimigos.

No artigo “Crime, the Constitution and the Iran-Contra Affair”, Gordon Crovitz, diretor assistente do *Wall Street Journal*, afirmou que uma “camarilha de liberais que se opunham a qualquer resistência aos sandinistas (...) não queriam ser selados com a responsabilidade de perder permanentemente Nicarágua para o comunismo”

55 “aid to win progress in human rights (...) and strengthen those who conduct themselves by decent standards”; “fostering decent democratic regimes in central america.

56 “improve the prospects for democratic reform and prevent communist success in Central America”; “to strengthen those genuinely democratic and moderate forces which exist within each country”; “neutralize the terrorist networks established by the violent left in the region”.

⁵⁷ (CROVITZ, 1987, p. 23-24, tradução nossa). Em outra passagem Kirkpatrick advertiu os liberais ao dizer que: “revolucionários marxistas não [eram] os representantes contemporâneos dos norte-americanos, que escreveram a Declaração de Independência” ou “autênticos democratas (...) amigos”. Por isso, “deveriam ser tratados como inimigos” ⁵⁸ (KIRKPATRICK, 1979, p. 45, tradução nossa). De forma geral, os articulistas da Commentary Magazine caracterizaram os liberais como utópicos, negligentes, traidores, pró-comunistas, oportunistas, fracassados e irresponsáveis.

6.3.2.1 Utópicos e Negligentes

Para Kirkpatrick, a Comissão Linowitz e Brzezinski seria, “no mais fundamental sentido, utópica” (singular e plural). Estariam apresentando um “espírito internacionalista desinteressado”. Já as análises do Institute for Policy Studies, que teriam incorporado o relatório da Comissão Linowitz, evidenciariam que o liberalismo estaria “a poucos passos do globalismo utópico” ⁵⁹ (KIRKPATRICK, 1981, p. 30, tradução nossa).

Para Kemble e Cruz Jr., os congressistas liberais em desacordo com o Relatório da Comissão Kissinger eram negligentes como “uma enfermeira em um filme de televisão, de pé, ao lado da cama de um paciente doente, à espera de algum ponto no gráfico de febre que justifique puxar o plugue” para que “uma doença mais cruel e contagiosa” traga morte⁶⁰ (KEMBLE, 1984, p. 29, tradução nossa). Os liberais não reconheceriam que “muitos nicaraguenses não só [desejavam] uma invasão, mas se [apegavam] à expectativa de que, eventualmente, os EUA [reconheceriam] a necessidade de tal ação”. Mais do que isso, os nicaraguenses não queriam acreditar que “a superpotência que durante tanto tempo

⁵⁷ “coterie of liberal congressmen which opposed any resistance to the sandinistas (...) did not want to be saddled with the responsibility for permanently losing Nicaragua to Communism”

⁵⁸ “Marxist revolutionaries are not contemporary embodiments of the Americans who wrote the Declaration of Independence”; “they are not authentic democrats or (...) friends”; “should be treated as enemies”.

⁵⁹ “in the most fundamental sense, utopians”; “desinterested internationalist spirit”; “short step it was from utopian globalism”.

⁶⁰ “a nurse in a television movie standing by the bedside of a diseased patient, waiting for some blip on the fever chart that will justify pulling the plug”; “a more cruel and contagious disease”.

dominou a região [deixaria] seu país cair sob domínio dos comunistas”⁶¹ (KEMBLE; CRUZ JR., 1986, p.27-28, tradução nossa).

De acordo com Kagan, o isolacionismo negligente se tornou uma importante força dentro do Partido Democrata. Todavia, diferente do isolacionismo conservador do início do século, que temia que os Estados Unidos fossem “manchados pelo envolvimento no mundo”, o isolacionismo liberal temia que “o mundo fosse manchado pelos [estadunidenses]”⁶² (KAGAN, 1988, p. 46, tradução nossa).

6.3.2.2 Pró-Comunistas e Traidores

Em outros momentos, os comentaristas do periódico definiram os liberais como defensores do comunismo e traidores dos valores estadunidenses. Segundo Kagan, os congressistas liberais estariam considerando “a vitória sandinista como vitória deles”, em desacordo com a tradição de defesa de um projeto democrático e liberal para América Latina, como aquele articulado e implementado durante a presidência de John F. Kennedy⁶³ (KAGAN, 1988, p. 47, tradução nossa).

Para Falcoff, os integrantes liberais do Congresso seriam “partidários da ditadura sandinista”, com o objetivo de “facilitar a consolidação do segundo governo comunista no hemisfério ocidental e abrir o caminho para o advento de um terceiro”⁶⁴ (FALCOFF, 1988, p. 17, tradução nossa).

Segundo Horowitz, os liberais que apoiavam os sandinistas estavam ajudando a promover “um oceano de sangue” e cometendo um “pecado” ao “trair os privilégios e as liberdades que foram criados [nos Estados Unidos] para pessoas de todo mundo”. Em suma, estariam a “trair todo este bem tangível (...) por um ideal socialista que implicou em mortes horríveis e vidas miseráveis para as centenas de milhões de pessoas que até agora têm caído sob sua influência”⁶⁵ (HOROWITZ, 1986, p. 27, tradução nossa).

61 “many nicaraguans not only wish for an invasion, but cling to the expectation that eventually the U.S will recognize the necessity for such action”; “the superpower which for so long held sway over their region of the world will let their country fall to the Communists”.

62 “sullied by involvement in the world”; “the world would be sullied by us”.

63 “the sandinista victory their victory as well”.

64 “supporters of the sandinista dictatorship”; “to facilitate the consolidation of the second Communist government in the Western Hemisphere, and to open the way for the advent of a third”.

65 “an ocean of blood”; “betray the privileges and freedoms ordinary people from all over the world have created in this country”; “betray all this tangible good (...) for a socialist pie-in-the-sky that has meant horrible deaths and miserable lives for the hundreds of millions who have só far fallen under its sway”.

6.3.2.3 Oportunistas

Em muitos momentos, os colunistas da *Commentary Magazine* acusaram os liberais de serem politicamente oportunistas, agindo apenas com o intuito de fragilizar o Governo de Ronald Reagan. Para Kemble, os liberais estariam “mais interessados em atacar” as políticas do Governo Reagan do que em encontrar uma solução para os problemas da América Central⁶⁶ (KEMBLE, 1984, p. 25, tradução nossa). Em outro artigo com Cruz Jr., Kemble afirmou que os liberais democratas “viram a votação de assistência aos [contrainsurgentes] nicaraguenses como oportunidade para ventilar a frustração longamente construída contra uma administração conservadora”⁶⁷ (KEMBLE; CRUZ JR, 1986, p. 29, tradução nossa).

Para Falcoff, os liberais democratas utilizavam a questão da Nicarágua como “uma vara maravilhosa com a qual podem bater na administração Reagan”. Propositamente, estariam a “confundir o público quanto às questões reais em jogo”. Como uma estratégia para derrotar Reagan, estariam defendendo o Plano Contadora, “um conjunto indiferenciado de 21 pontos de não-intervenção” e, ao mesmo tempo, a “implementação de práticas democráticas (...) como se essas duas medidas não fossem contraditórias”⁶⁸ (FALCOFF, 1988, p.23-24, tradução nossa).

De acordo com Kagan, os críticos de Ronald Reagan estavam certos ao dizer que a influência estadunidense estava se esvaindo. A culpa, entretanto, era do Congresso. O fim da ajuda aos Contra, em fevereiro de 1988, seria “o primeiro e maior triunfo marcado por uma nova e poderosa facção de política externa no Congresso – esquerda-liberal – que não procurou apenas derrotar a política da administração Reagan”, mas “substituí-la com uma política bem diferente de não-intervenção e retirada” (KAGAN, 1988, p. 45-49, tradução nossa).

O escândalo Irã-Contra teria dado aos democratas a chance de minar a política externa do Governo Reagan como uma estratégia para as eleições de 1988. Então, os democratas teriam adotado o Plano Arias como uma “máscara de democracia” para os sandinistas e como “a melhor maneira para derrotar Reagan e a política de

66 “harsh”; “more interested in attacking”.

67 “saw the nicaraguan aid vote as their opportunity to vent long-building frustration against a conservative administration”.

68 “a marvelous stick with which to beat the Reagan administration”; “confuse the public as to the real issues at stake”; “an undifferentiated laundry list of 21 points from non intervention”; “the implementation of democratic practices (...) as if the two were not contradictory”.

apoio aos Contra”. Inclusive, a atuação de Jim Wright teria o objetivo de “derrotar a intervenção pró-democrática e anticomunista de Reagan na América Central e retirar a influência dos EUA na região” ⁶⁹ (KAGAN, 1988, p. 50-51, tradução nossa).

6.3.2.4 Fracassados

Como decorrência de todas essas características, os articulistas da Commentary Magazine acreditavam que os liberais eram incapazes de compreender a realidade da região e, por isso, fracassados na tarefa de defender os interesses do país. Segundo Kirkpatrick, a Administração Carter “não conseguiu evitar a situação indesejável” de ter “autocratas menos amigáveis de persuasão extremista” em lugar de “autocratas moderados amigáveis aos interesses estadunidenses”. O “fracasso da Administração Carter” estaria evidente, na medida em que “tentou muito e falhou inteiramente ao buscar fazer e manter amigos no Terceiro Mundo” (KIRKPATRICK, 1979, p. 34-35, tradução nossa).

Entretanto, segundo Kirkpatrick, a Administração Carter “não fracassou por falta de boas intenções, mas por falta de perspectiva realista sobre o embate entre a natureza dos governos tradicionais e as autocracias revolucionárias e a relação destas forças com o interesse nacional americano”. Na política para Nicarágua, o Governo Carter teria “fracassado” ao tentar impor medidas de liberalização e democratização para o governo Somoza⁷⁰ (KIRKPATRICK, 1979, p. 34-35, tradução nossa).

Um ano mais tarde, em “U.S Security & Latin America”, Kirkpatrick acusou as políticas do Governo Carter de terem sido “incapazes de lidar com os problemas da expansão soviética/ cubana na área”. Diante dos fatos na América Central, o Governo Carter teria “fracassado” ao não levar em conta as características dos sistemas políticos latino-americanos; “subestimar a fragilidade da ordem nessas

69 “the first and greatest triumph scored by a newly powerful foreign policy faction in the congress – call it left-liberal – which sought not just to defeat the Reagan Administration's policy”; “to replace it with a quite different policy of 'nonintervention' and withdrawal”; “mask of democracy”; “the best way to defeat Reagan and the contra policy”; “defeat Reagan's pro-democratic, anti-communist intervention in Central America and to withdraw U.S. influence from the region”.

70 “failed to prevent the undesired outcome”; “less friendly autocrats of extremist persuasion”; “moderate autocrats friendly to American interests”; “the failure of the carter administration”; “tried so hard and failed so utterly to make and keep friends in the Third World”; “fails not for lack of good intentions but for lack of realism about the nature of traditional versus revolutionary autocracies and the relation of each to the American national interest”; “failed”

sociedades”; “confundir” os objetivos e motivos dos revolucionários; “compreender equivocadamente” a relação entre economia e política; “assumir erroneamente” que as reformas seriam desnecessárias; “não compreender” a relação entre justiça social e autoridade; “não entender” a relação entre justiça e violência; e, acima de tudo, ao “fracassar” em entender a política⁷¹ (KIRKPATRICK, 1981, p. 29-40, tradução nossa).

Na estratégia para El Salvador, ao sugerir alternativas menos assertivas, os liberais não teriam compreendido que a ausência de qualquer ajuda militar permitiria a expansão da dominação comunista sobre o país. Portanto, estariam a “ignorar o fato mais básico da política externa soviética, que é saber que Moscou acredita que todos os problemas internacionais incidem sobre a luta de superpotência” ⁷² (FALCOFF, 1984, p. 36, tradução nossa).

6.3.2.5 Irresponsáveis

Portanto, os liberais democratas seriam irresponsáveis, pois estariam colocando os interesses dos Estados Unidos e a segurança dos aliados em risco. Segundo Kirkpatrick, os articulistas da política externa liberal de Carter assistiram passivamente a ascensão de um novo governo na Nicarágua “acima de tudo hostil aos interesses e as políticas estadunidenses” com “longos laços com o movimento comunista”. A política externa liberal dos anos Carter para a região teria contribuído para a “alienação de grandes nações, o crescimento do neutralismo, a desestabilização de governos amigos, a expansão da influência cubana e o declínio do poder dos EUA na região” ⁷³ (KIRKPATRICK, 1981, p. 35-40, tradução nossa).

Para Falcoff, os que se opunham às ações secretas e ao uso da força na América Central desconsideravam as “ameaças” e a possibilidade de que “Soviéticos e cubanos poderiam colher os benefícios de uma nova divisão internacional do trabalho, em que iriam fazer o que fazem melhor – fazer a revolução –, enquanto o Oeste, montado na culpa, também faria o que faz de melhor – pagaria

71 “incapable of dealing with problems of soviet/cuban expansion in the area”; “failed”; “underestimated the fragility of order in these societies”; “mistook”; “misunderstood”; “wrongly assumed”; “misunderstood”; “misunderstood”; “failed”.

72 “ignore the most basic fact of soviet foreign policy, which is that Moscow believes that all international problems impinge upon the superpower struggle”.

73 “regimes, moreover, hostile to American interests and policies”; “long ties to the communist movement”; “the alienation of major nations, the growth of neutralism, the destabilization of friendly governments, the spread of cuban influence, and the decline of U.S power in the region”.

por tudo isso”. Isto seria “não apenas uma receita para falha, mas para o suicídio” ⁷⁴ (FALCOFF, 1984, p. 37-38, tradução nossa).

Segundo Kagan, a oposição dos liberais democratas permitiria que “os guerrilheiros comunistas, os militares de extrema-direita e os Noriegas [tivessem] razão para pensar que os Estados Unidos são impotentes” em uma realidade em que “poucas nações latino americanas” eram “fortes para resistir aos males sem a assistência estadunidense” ⁷⁵ (KAGAN, 1988, p. 51, tradução nossa).

Para Gordon Crovitz, forçar os desdobramentos do escândalo Irã-Contra, como parte das estratégias liberais, faria com que os presidentes não ousassem conduzir a política externa e na medida em que o Congresso não pudesse atuar legalmente na condução da mesma, os “inimigos [teriam] um bom motivo para ficarem felizes” e os “amigos para ficarem assustados e horrorizados” ⁷⁶ (CROVITZ, 1987, p. 29-30, tradução nossa).

Em El Salvador, a estratégia liberal teria deixado os guerrilheiros livres para repetir o trajeto de seus vizinhos sandinistas e derrubar o governo. O embargo armamentício do Governo Carter teria representado um “enfraquecimento do exército salvadorenho e um convite aos guerrilheiros comunistas para uma ofensiva final (...) para tomar o poder”. Na Nicarágua, os liberais teriam “falhado miseravelmente, enfraquecendo o Centro e permitindo que o pequeno grupo Sandinista se aproveitasse do poder depois que Somoza foi derrubado” ⁷⁷ (ABRAMS, 1989). A revolução nicaraguense estaria “a quebrar a coerência sistêmica mínima que tornou possível o Mercado Comum Centro-Americano e a assustar o setor privado” ⁷⁸ (FALCOFF, 1988, p.17-24, tradução nossa).

74 “threats”; “Soviets and Cubans could reap the benefits of a new international division of labor, in which they would do what they do best – making revolution – while the guilt ridden west also does what it does best – paying for it”; “recipe not merely failure but for suicide”.

75 “the communist guerrillas, the right-wing military, and the Noriegas have been given new reason for thinking that the United States is impotent”; “strong enough to resist these evils without American assistance”.

76 “enemies have good reason to be delighted”; “friends to be frightened and horrified”.

77 “weakening the salvadoran army, and the call of the Communist guerrillas there for a final offensive (...) to take power”; “failed dismally, weakening the Center and permitting the small Sandinista group to seize the power after Somoza had been toppled in a revolution fought in the name of democracy”.

78 “breaking up the minimal systemic coherence which made possible the Central American Common Market, and by frightening the private sector”

6.3.3 O Governo Reagan/Bush: espelho da nação imaginada na Commentary Magazine

A partir do artifício da unificação, principalmente por meio da estratégia de simbolização, os articulistas da Commentary Magazine colocaram o Governo Reagan-Bush em consonância com os símbolos que caracterizavam a comunidade imaginada em suas páginas. Desta forma, o Governo Bush-Reagan foi caracterizado positivamente como anticomunista, realista, democrático, forte, libertador, humanitário e vitorioso. Esta caracterização positiva, em consonância com a comunidade imaginada no periódico, reforçou a legitimação de possíveis ações na América Central, abrindo a possibilidade de engajar os leitores no apoio às mesmas.

Inicialmente, o Governo Reagan não teria feito o que os Estados Unidos deveriam fazer. Em 1982, Singer acusou os responsáveis pela política externa para América Latina de não conseguir, entre outras coisas, compreender que “estavam lidando com verdadeiros marxista-leninistas crentes em técnicas totalitárias para garantir e manter o poder”. Mais grave do que isso, para Singer, o Governo Reagan “não conseguiu manter em mente a distinção entre democracias e inimigos da democracia; não conseguiu compreender a natureza da agressão totalitária moderna, e especialmente sua dependência de uma guerra de ideias; e não conseguiu demonstrar os frutos de amizade àqueles que partilham os nossos valores”⁷⁹ (SINGER, 1982, p. 43-49, tradução nossa).

6.3.3.1 Anticomunista

Contudo, nos anos seguintes, o Governo Reagan teria agido de acordo com a necessidade de combater o comunismo e defender os Estados Unidos. Para Kagan, a Administração Reagan estaria “a parar o comunismo”⁸⁰ (KAGAN, 1988, p. 48, tradução nossa). Para Hollander, o governo de Ronald Reagan representava “tudo o que a esquerda detestava: a fé no capitalismo, patriotismo simples, uma vontade

79 “it is dealing with marxist-leninist true believers and totalitarian techniques of securing and holding power”; “failed to keep in mind the distinction between democracies and enemies of democracy; failed to understand the nature of modern totalitarian aggression, and specially its reliance on a war of ideas; and failed to demonstrate the rewards of friendship to those who share our values”.

80 “stopping communism”

expressa de usar a força na defesa dos interesses americanos no exterior, e um anticomunismo apologético”⁸¹ (HOLLANDER, 1985, p. 38, tradução nossa).

De acordo com Abrams, o Governo Reagan deixou claro que “protegeria a América Central do Comunismo”. Especialmente em El Salvador, a ajuda dos Estados Unidos teria permitido reerguer a economia, modernizar as forças armadas e tornar a sociedade mais aberta à competição política⁸² (ABRAMS, 1989, p. 30, tradução nossa).

6.3.3.2 Realistas, Democráticos, Humanitários e Modernos

Para combater o comunismo, a Administração Reagan estaria tomando medidas realistas, baseadas na oferta de ajuda militar e econômica para as forças anticomunistas e articuladas com o incentivo à democracia e aos direitos humanos na América Central. De acordo com Falcoff, a Administração Reagan proveu “ajuda econômica e militar para combater a guerrilha em ascensão e para estabilizar uma economia duplamente assolada pela guerra e recessão”⁸³ (FALCOFF, 1984, p. 32, tradução nossa).

Segundo Kagan, Reagan teria adotado uma “estratégia própria de John Kennedy”, uma vez que estava “disposto a ir mais longe – para intervir e apoiar os esforços para defender os direitos humanos e as reformas democráticas com influência, dinheiro e armas estadunidenses”⁸⁴ (KAGAN, 1988, p. 48, tradução nossa).

De acordo com Abrams, a Administração Reagan teria “feito do estabelecimento de instituições democráticas a peça chave na política da América Central”. Em El Salvador e na Guatemala, a política estadunidense teria buscado “forçar transições para os governos democráticos através de eleições livres” e “encorajar melhorias nos seus sistemas judiciais, reduzir a violência militar, expandir a liberdade de imprensa (...) para construir não apenas os governos democráticos, mas as sociedades democráticas”. Na Nicarágua, frente ao crescente papel dos

81 "everything the left detested: faith in capitalism, simple patriotism, an expressed willingness to use force in the defense of American interest abroad, and an apologetic anti-communism"

82 "would protect Central America from Communism"

83 "economic and military aid, both to combat the rising guerrilla movement and to stabilize an economy doubly beset by war and recession"

84 "emphasis on Human Rights"; "integrated it into his own Kennedyesque strategy"; "willing to go further – to intervene, and to back efforts to defend human rights and democratic reforms with american influence, money and arms".

sandinistas como catalizadores da insurreição na região, o Governo Reagan teria feito “o seu melhor para garantir que a liderança dos Contra passasse para os membros da comunidade de exilados que estavam comprometidos com a instauração da democracia”⁸⁵ (ABRAMS, 1989, p. 30-31, tradução nossa).

6.3.3.3 Vitoriosos e Libertadores

Como resultado das vitoriosas políticas da Administração Reagan, os interesses dos Estados Unidos estariam seguros e a América Central estaria livre do comunismo. Finalmente, começaria a adquirir os valores ocidentais. De acordo com Abrams, devido à política do Governo Reagan para a América Central, “os notórios assassinatos dos esquadrões da morte diminuiram” e “eleições livres foram realizadas umas após as outras”. Acima de tudo, devido à atuação estadunidense, a América Central estaria no “progresso em direção a um sistema político livre” e com “normas de direitos humanos até agora desconhecidas nos anais da guerra de guerrilha”⁸⁶ (ABRAMS, 1989, p. 30, tradução nossa).

Após a vitória de Violeta Chamorro sobre Daniel Ortega, nas eleições de 25 de fevereiro de 1990, Falcoff e Cruz Jr. voltaram às páginas da *Commentary Magazine* com o artigo “Who Won Nicarágua”. Para a dupla, “a política da administração Reagan de apoiar uma resistência armada” teria forçado os sandinistas a buscar legitimidade nas eleições. No pleito, Chamorro teria sido identificada como “a candidata dos Estados Unidos”. Longe de ser uma crítica negativa, este rótulo teria ajudado Chamorro porque “a maioria dos nicaraguenses (e outros latino-americanos), na verdade, gostava e admirava os Estados Unidos e desejava intensificar o relacionamento tanto quanto possível”. Além disso, a invasão dos Estados Unidos ao Panamá, em dezembro de 1989, teria sido “crucial para vitória”, porque em caso de fraude teria ficado claro que “os marines colocariam as coisas no

85 “made the establishment of democratic institution the centerpiece of Central America policy”; “to push for transitions, via free elections, to democratic governments”; “to encourage those countries to improve their judicial systems, reduce military violence, expand freedom of the press – in short, to build not only democratic governments but democratic societies”; “its best to ensure that the civilian leadership of the Contra would pass to those members of the exile community who were committed to establishment of democracy”.

86 “the notorious death-squad killings declined” e “free election after another was held”; “the progress toward a free political system in the 1980’s was startling”; “human rights standards hitherto unknown in the annals of guerrilla warfare”.

lugar certo”⁸⁷ (FALCOFF; CRUZ Jr., 1990, p. 34-37, tradução nossa).

Entretanto, segundo os autores, para Chamorro, “o povo da Nicarágua – incluindo, claro, àqueles que pegaram em armas como contras – disse não ao comunismo, não à escassez planejada, não à militarização da juventude, não à subversão como propósito nacional” e “cravou uma estaca no coração do vampiro marxista”, na figura dos sandinistas. A “vitória” pertencia ao povo da Nicarágua e “àqueles que acreditaram neles e em sua causa”⁸⁸ (FALCOFF; CRUZ JR., 1990, p. 38-39, tradução nossa). Isto é, os Estados Unidos, sobretudo o Governo Reagan.

6.4 Os Contra

Os intelectuais da Commentary Magazine apresentaram os Contra como a melhor possibilidade de colocar em prática a intervenção para transformar a América Central, sem ter que enviar jovens soldados estadunidenses. Definiram os Contra de modo positivo como populares, democráticos, independentes, libertadores e modernos.

Os Contra foram classificados como um movimento genuinamente popular, composto por atores democráticos que lutavam pela liberdade, independência e por reformas modernizantes. Guardavam o verdadeiro sentido da revolução de 1979, mesmo tendo sob suas fileiras uma forte influência dos agentes da Guarda Nacional somozista. Nesta narrativa, os Contra seriam os verdadeiros agentes da transformação da Nicarágua.

Para Max Singer, os Contra eram um "movimento popular de resistência", com o objetivo de assegurar a “democracia, a independência e a liberdade de religião, além de algumas reformas econômicas e sociais”. Ao contrário das críticas e acusações dos sandinistas, seriam ainda “um movimento popular genuinamente nativo cuja liderança política não consiste principalmente de ex-somocistas, mas de ex-aliados dos sandinistas na revolução que derrubou Somoza”. Portanto, estariam

87 “the Reagan administration's policy of supporting an armed resistance”; “Candidate of the United States”; “most Nicaraguans (and most other Latin Americans) actually like and admire the United States, and wish to intensify the relationship as much as possible”; “crucial to it's victory”; “Yankee Marines would come to put things right”.

88 “The Nicaraguan people – including of course, those who took up arms as contras – said no to communism, no to planned scarcity, no to the militarization of youth, no to subversion as national purpose”; “driven a stake into the heart of the Marxist vampire”; “victory”; “and to those who believed in them and in their cause”.

comprometidos com os “valores democráticos”⁸⁹ (SINGER, 1986, p. 11-14, tradução nossa). Para Falcoff, os Contra não estariam lutando para instituir um novo Somoza, mas por “eleições realmente livres” e para “abrir o processo político” a fim de que “todos os elementos da oposição [pudessem] livremente se organizar e fazer campanha”⁹⁰ (FALCOFF, 1984, p. 36, tradução nossa).

6.5 Conclusões preliminares

Ao produzir narrativas discursivas sobre a realidade da América Central, a *Commentary Magazine* caracterizou o centro-americano, o “outro”, de modo negativo, imputando a responsabilidade sobre todos os problemas da região à lógica bipolar da Guerra Fria. Caracterizou o centro-americano, de modo geral, como subdesenvolvido, atrasado, tradicional, autoritário, imoral, violento e fracassado. Em particular, descreveu os revolucionários na Nicarágua e em El Salvador como traidores dos verdadeiros propósitos da revolução, subordinados aos interesses da União Soviética e Cuba, totalitários, violentos, desumanos, fracassados, irracionais, terroristas e comunistas. Portanto, uma ameaça aos Estados Unidos.

Diante disso, a *Commentary Magazine* apresentou medidas de intervenção nas quais os Estados Unidos tinham o papel principal: salvar a América Central do seu passado tradicional e do futuro ameaçador. Ao definir a ação dos Estados Unidos na América Central, construiu uma imagem da nação como comunidade imaginada de estadunidenses com características positivas – realistas, fortes, democráticos, modernos, humanitários, anticomunistas e vitoriosos. Ao comparar as caracterizações dos centro-americanos e dos revolucionários com a caracterização dos estadunidenses da nação imaginada, é possível perceber uma relação de oposição quase perfeita entre significantes: democráticos/totalitários; modernos/subdesenvolvidos-atrasados-tradicionais; realistas/irracionais; humanitários/violentos-desumanos; vitoriosos/fracassados e comunistas/anticomunistas.

Nas mesmas narrativas, a *Commentary Magazine* definiu os liberais contrários

89 “popular-resistance movement”, com o objetivo de assegurar a “democracy, independence, and freedom of religion, plus some vague economic and social reforms”; “a genuinely indigenous popular movement whose political leadership mainly consists not of former somocistas but of former allies of the sandinistas in the revolution that overthrew Somoza”; “democratic values”

90 “genuinely free elections”; “open the political process”; “all elements of the opposition may freely organize and campaign”.

à intervenção como utópicos, negligentes, traidores, pró-comunistas, oportunistas, fracassados e irresponsáveis. Ao comparar a caracterização dos liberais com a caracterização dos estadunidenses da nação imaginada, é possível perceber uma relação de oposição entre: realistas/utópicos; pró-comunistas/anticomunistas; e fracassados/vitoriosos. Além disso, quatro significantes são opostos à própria concepção coletiva de nação: traidores, negligentes, oportunistas e irresponsáveis.

Por outro lado, os intelectuais da *Commentary Magazine* deram uma caracterização positiva ao Governo Reagan-Bush como sendo realista, anticomunista, democrático, libertador, moderno e vitorioso. Ao comparar esta caracterização com a caracterização do estadunidense da nação imaginada na páginas da *Commentary Magazine*, é possível perceber uma semelhança positiva por meio de significantes como realista, anticomunista, democrático, moderno e vitorioso.

Libertador, o único significante que não se repete em ambas as caracterizações, é inerente ao propósito de intervenção na América Central. Sendo assim, a comparação com a caracterização dos liberais anti-intervencionistas repete o binômio positivo/negativo de realistas/utópicos, pró-comunistas/anticomunistas e fracassados/vitoriosos, observado na comparação realizada entre a caracterização do estadunidense da nação imaginada e do liberal anti-intervencionista, o “outro” interno. Além disso, no que tange especificamente a intervenção, é possível perceber uma oposição entre libertador/negligente-irresponsável-traidor. Da mesma forma, o padrão de oposição positivo/negativo na comparação entre a caracterização do Governo Reagan-Bush com a caracterização do “outro” centro-americano repete o resultado da comparação entre a caracterização do estadunidense da nação imaginada e a caracterização do “outro” centro-americano com as seguintes oposições: democráticos/totalitários; modernos/subdesenvolvidos-atrasados-tradicionais; realistas/irracionais; vitoriosos/fracassados e comunistas/anticomunistas.

Também de modo positivo, a *Commentary Magazine* caracterizou os Contra como populares, democráticos, independentes, libertadores e modernos. Significantes que se combinam em oposição à caracterização negativa dos centro-americanos: moderno/subdesenvolvido-atrasado-tradicional, democrático/autoritário e independente/subordinado. Em similaridade completa com significantes que caracterizam o estadunidense da nação imaginada e o Governo Reagan-Bush:

democráticos, modernos e libertadores.

Portanto, os articulistas da *Commentary Magazine* imaginaram a nação como reflexo da missão redentora dos Estados Unidos na América Central, em oposição ao “outro” centro-americano e revolucionário. Produziram narrativas discursivas acerca das relações internacionais que definem a caracterização do “outro”, tanto externo quanto interno, e apresentaram a imaginação da nação de modo imbricado, relacional e referente. Neste caso analisado, a forma de imaginar a nação de modo positivo partia das medidas de intervenção sobre o outro negativo externo – o centro-americano tradicional e revolucionário – e em contraposição política ao “outro” negativo interno – os liberais anti-intervencionistas – funcionaram como elemento de estímulo de engajamento ao apoio das ações dos Estados Unidos na América Central. Mais especificamente, funcionaram como elemento de construção da hegemonia sobre as medidas de intervenção das administrações republicanas, ao caracterizar o Governo Reagan-Bush de modo positivo e semelhante à caracterização do estadunidense da nação imaginada.

Em outras palavras, a *Commentary Magazine* apontou a conduta esperada dos estadunidenses que se reconheciam na imaginação positiva da nação: o apoio e o engajamento nas medidas que o Governo Bush-Reagan propuseram para a intervenção na América Central. De modo articulado, reforçaram o artifício de construção da hegemonia ao apresentar os liberais e os revolucionários nicaraguenses e salvadorenos como antípodas com características negativas, que os estadunidenses que se reconhecessem nas páginas da revista não deveriam seguir ou admitir.

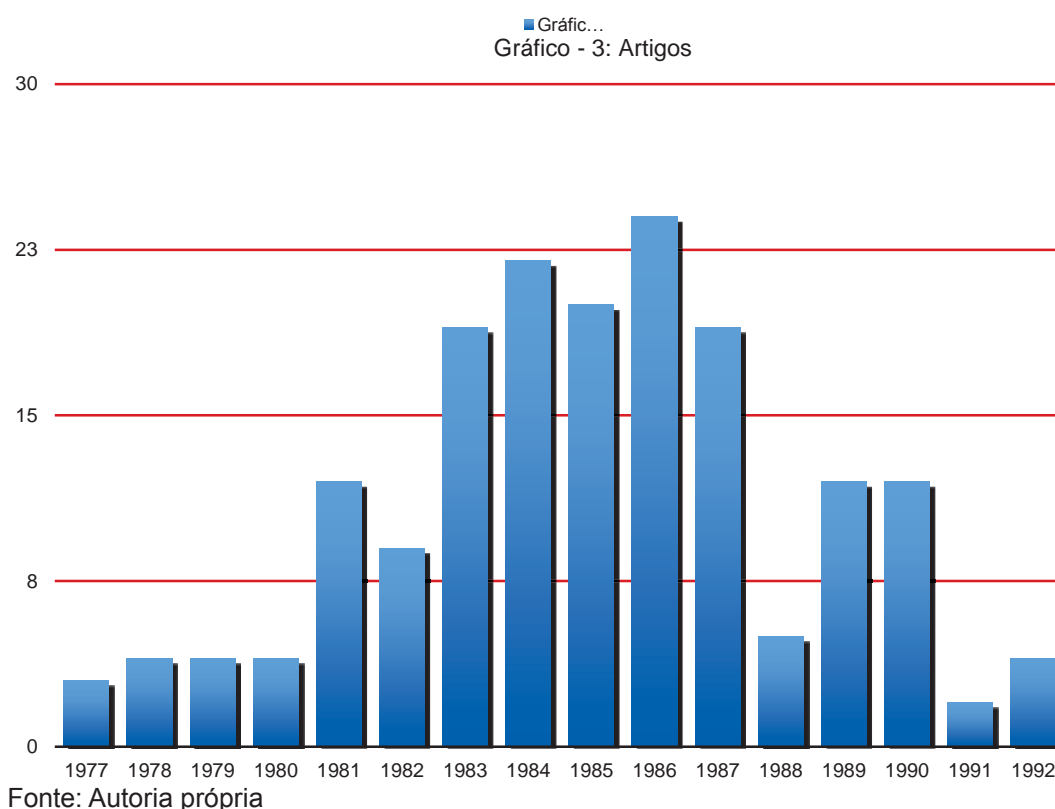
Além disso, ao caracterizar os Contra de modo positivo e similar ao estadunidense, reforçaram a empatia com setores da sociedade centro-americana e, por conseguinte, a construção da hegemonia sobre medidas de intervenção que dariam um papel importante aos mesmos. Em suma, como estratégia de construção da hegemonia, os intelectuais da *Commentary Magazine* tentaram apresentar suas percepções de mundo através de um ideal identitário como um padrão partilhado por todos. Com isso, reforçaram a relação direta e o resultado positivo entre as medidas do Governo Reagan-Bush para intervenção na América Central e a conduta esperada de um estadunidense.

7 A The New Republic imagina a América Central e a Nação

7.1 O corpus textual

Entre 1977 e 1992, o TNR publicou 175 artigos sobre a América Central. A maioria deles sobre a Nicarágua e El Salvador. Apenas poucas notas e dois grandes artigos sobre a Guatemala. Durante toda a Administração Carter, publicou apenas 15 artigos sobre a América Central. No Governo Ronald Reagan, a TNR publicou 62 artigos sobre a América Central no primeiro mandato e 68 no segundo. No período Bush, o semanário publicou 30 artigos. Em 1986, em meio aos principais embates sobre o financiamento dos Contra e ao escândalo Irã-Contra, o TNR publicou 24 artigos, maior número em apenas um ano (Gráfico - 3).

Gráfico 3 - Quantidade de Artigos sobre a América Central na TNR



7.1.1 Os intelectuais orgânicos na The New Republic

No período analisado, intelectuais com tendências liberais como Stephen Kinzer e Jefferson Morley estiveram nas páginas da TNR com regularidade, principalmente entre 1977 e 1979. Kinzer é um jornalista e acadêmico anti-

intervencionista que cobriu e pesquisou a América Central durante os anos 1980, principalmente para o *The New York Times*. Como resultado deste trabalho, publicou dois livros: *Blood of Brothers: Life and War in Nicarágua* (2007), sobre a revolução sandinista, e *Bitter Fruit: The Story of the American Coup in Guatemala, Revised and Expanded* (1982), acerca da atuação da CIA no golpe que derrubou Arbenz em 1954.

Na década de 1990, o *The New York Times* deslocou Kinzer para a Europa para cobrir as mudanças no continente. Nos anos seguintes, o jornalista continuou crítico do intervencionismo estadunidense, inclusive com a publicação *Overthrow: America's Century of Regime Change from Hawaii to Iraq* (2006). Também contribuiu regularmente para o *New York Review of Books* e para o *The Guardian*; lecionou *Jornalismo e Política Externa Estadunidense* na *Boston University*, onde é membro do *Watson Institute for International Studies*. A TNR publicou seus artigos apenas entre 1977 e 1980. Ainda no campo liberal anti-intervencionista, Jefferson Morley, renomado jornalista com passagens pelo *The Washington Post*, *The Nation* e *Harper's Magazine*, publicou uma série de artigos no TNR entre 1984 e 1986.

Com mais frequência, intelectuais com percepções de mundo de viés neoliberal e liberal intervencionista como Morton Kondracke, Robert Leiken, Shirley Christian e Charles Lane habitaram as páginas da TNR. Inclusive Robert Kagan e Penn Kemble, intelectuais de tendência neoliberal que frequentaram as páginas da *Commentary Magazine*, também contribuíram com artigos para o TNR. Morton Kondracke, o mais proeminente nesta linha, era um jornalista de tendência liberal intervencionista que, aos poucos, adotou percepções de mundo neoliberais. Entre 1963 e 1976, Kondracke escreveu para o diário *Chicago Sun Times*, de onde atacou Richard Nixon. Entre 1977 e 1985, integrou o TNR. Em paralelo, escreveu para o *The Wall Street Journal* em uma rápida passagem em 1980 e, a partir de 1982, passou a fazer parte do programa político *The McLaughlin Group* com Kinsley e Ben Wattenberg.

Durante 20 anos, entre 1991 e 2011, Kondracke foi um dos principais analistas políticos do *Roll Call*, periódico publicado de segunda-feira à sexta-feira com reportagens e comentários sobre as ações e debates que ocorriam no Congresso estadunidense. No período em que Kondracke figurava com destaque, o *Roll Call* pertenceu a Arthur Levitt, presidente do *American Stock Exchange* e, depois, ao *The Economist Group*, conglomerado que publica a revista *The Economist*. Em 1998, se tornou apresentador do programa *The Beltway Boys*, televisionado no canal Fox

News até 2009. Em 2010, participou da implantação do projeto de História Oral da Jack Kemp Foundation. No ano seguinte, assumiu a cátedra Jack Kemp de Economia Política no Kluge Center for Scholars da Biblioteca do Congresso. Ambas as atividades relacionadas ao trabalho de confecção da biografia de Jack Kemp, importante político conservador do Partido Republicano.

Robert Leiken é um historiador e cientista político com pensamento de tendência neoliberal. Nos anos 1970, atuou em programas comunitários no México, ensinando inglês, e em Boston, com projetos de integração entre as comunidades negras e brancas. Uma década mais tarde, tornou-se associado do Carnegie Endowment for International Peace e do Brookings Institution. Também esteve ligado ao Center for International Affairs da Harvard University, ao International Forum for Democratic Studies e ao Georgetown Center for Strategic and International Studies.

Nos anos 1970 e 1980, Leiken escreveu artigos para TNR e lançou quatro livros sobre a América Latina: *The Central American Crisis Reader* (1987); *Central America: Anatomy of Conflict* (1984); e *Soviet Strategy in Latin America* (1982). Na década seguinte, durante o Governo Clinton, ocupou o cargo de Diretor-Executivo da Comissão Presidencial para Radiodifusão para Cuba. Nos anos 2000, assumiu o cargo de Diretor do Programa de Imigração e Segurança Nacional no Nixon Center. A partir de 2001, se responsabilizou pela publicação *The National Interest*, de viés conservador. Leiken, inclusive, passou a contribuir para o periódico com artigos, além de ter participado da conferência *Second Thoughts*, que reuniu ex-equerdistas neoconservadores.

Shirley Christian é uma jornalista de viés liberal intervencionista que atuou como correspondente internacional para o *The New York Times*, *The Miami Herald* e a *Associated Press*, sobretudo, durante a crise na América Central. Em 1981, Christian ganhou o Prêmio Pulitzer por artigos e reportagens internacionais, principalmente sobre a região, publicados no *Miami Herald*. Como resultado destes trabalhos, quatro anos mais tarde, lançou o livro *Nicarágua: Revolution in the Family* (1985). Além disso, Christian atuou como docente no curso de jornalismo da *Columbia University* e *University of Kansas*.

Charles Lane, de posições neoliberais, se formou em jornalismo em 1983. Em pouco tempo, a TNR passou a publicar seus artigos com assiduidade. Mais tarde, em 1997, se tornou editor do periódico. Lane também atuou como correspondente internacional da revista *Newsweek*, cobrindo a Europa Oriental. Recentemente,

tornou-se um dos editores do Washington Post além de ser um convidado habitual do Canal Fox News. Em ambos os meios de comunicação, Lane analisa os atos da suprema corte e do sistema judiciário.

Alguns intelectuais do campo conservador e neoconservador, que escreviam com regularidade sobre a América Central na Commentary Magazine, como Joshua Muravchik, Arturo Cruz Jr e Luis Burstín, também encontraram espaço na TNR. Além deles, Fred Barnes e Charles Krauthammer tiveram papel de destaque no periódico.

Em 1979, Barnes iniciou a carreira como repórter no Washington Star. Depois disso, seguiu para o Baltimore Sun, onde cobriu os debates e as ações da Suprema Corte e da Casa Branca. Entre 1985 e 1995, frequentou as páginas da TNR como editor sênior. Em paralelo, escreveu para a coluna “Presswatch”, do periódico neoconservador American Spectator.

Entre 1988 e 1998, como Kinsley e Kondracke, Barnes participou do programa político televisivo The McLaughlin Group. Em 1995, após deixar o TNR, fundou o Weekly Standard em parceria com William Kristol e John Podhoretz, respectivamente filhos de Irving Kristol e Norman Podhoretz, e com financiamento de Rupert Murdoch, empresário conservador proprietário do canal Fox News. Barnes participou do programa The Beltway Boys, com Kondracke, no canal de propriedade de Murdoch.

Além disso, é integrante do Institute on Religion and Democracy (IRD), um centro de pensamento que abriga membros neoconservadores, fundado por Penn Kemble, Michael Novak e Richard John Neuhaus e com financiamento da Scaife Foundation e da Olin Foundation, com o objetivo de promover o conservadorismo cristão. Durante a Crise da América Central, o IRD criticou abertamente as igrejas e os religiosos que apoiaram os sandinistas e os revolucionários em El Salvador e na Guatemala. Por fim, em 2006, Barnes escreveu a biografia de George W. Bush a partir de um prisma bastante favorável.

Charles Krauthammer escreveu poucos artigos sobre a Crise na América Central, mas teve um papel importante na TNR naquele período. Médico de origem judaica, começou a carreira política como diretor do planejamento de pesquisa psiquiátrica na Administração Carter e se tornou, até os dias atuais, um dos principais comentaristas políticos de viés neoconservador. Em 1980, passou a ser

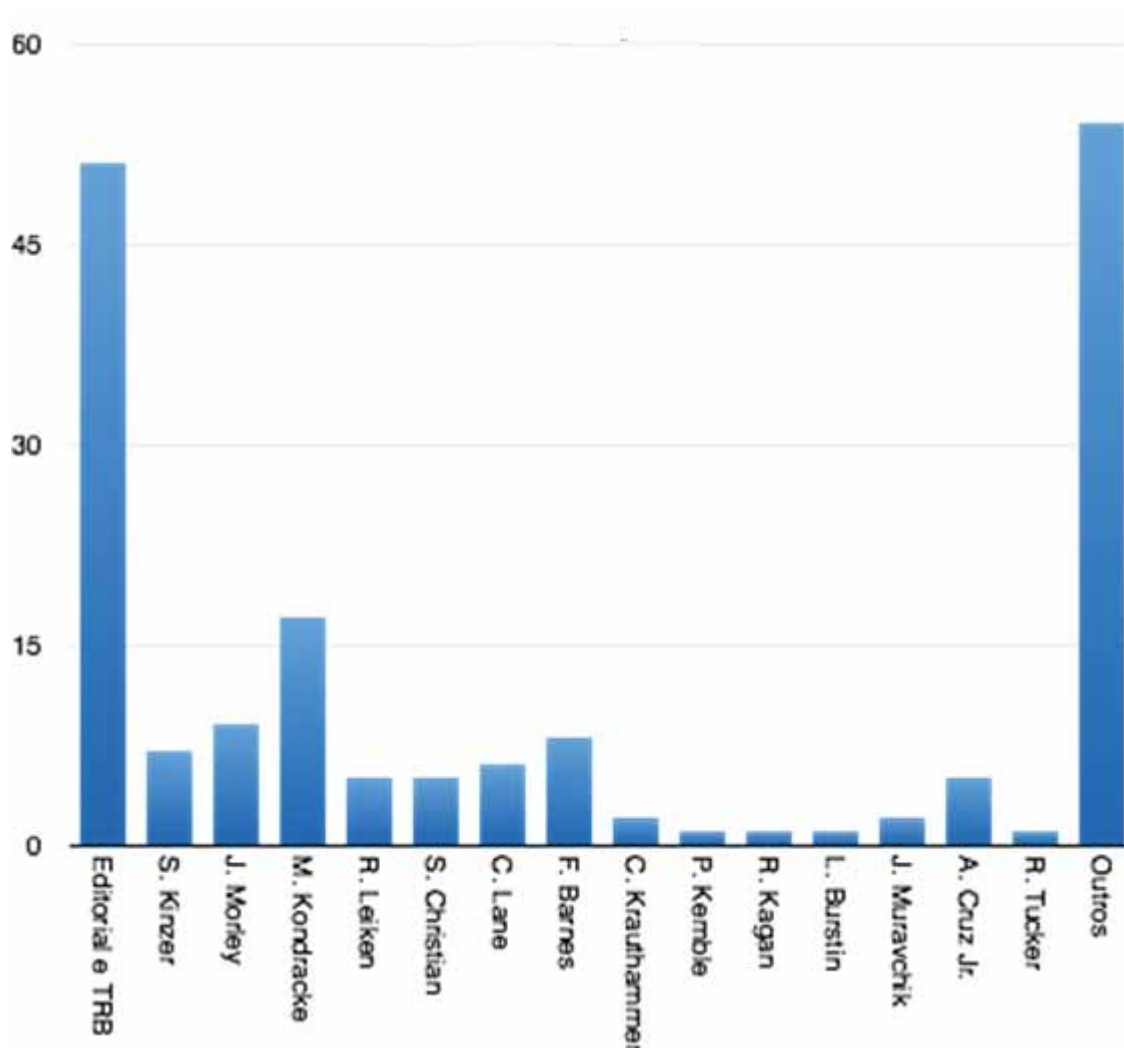
comentarista político na TNR e três anos mais tarde da revista *Time Magazine*⁹¹. Neste mesmo ano, integrou a equipe de articulistas do *The Washington Post*. A partir de então, escreveu artigos para o *The National Interest*, *Commentary Magazine* e *Weekly Standard*, os três principais veículos de comunicação com presença destacada de neoconservadores.

Na televisão, em 1990, assumiu um lugar entre os debatedores do programa *Inside Washington* da Public Broadcasting Service (PBS), função que ocupou por vinte e três anos. Na década de 2000, se tornou comentarista constante do *Fox News Special Report with Bret Baier*, programa da Fox News que também contou com a participação, menos constante, de Fred Barnes e Charles Lane. Além disso, Krauthammer é membro do Council on Foreign Relations, do Nixon Center e do Project for the New American Century, centro de pensamento que abriga neoconservadores e neoliberais, fundado por William Kristol e Robert Kagan, com financiamento de Richard Scaife, de importante influência na formulação da política externa de George W. Bush.

Dentre os muitos prêmios, Krauthammer venceu o Pulitzer de comentarista por suas colunas sobre a política nacional em 1987; o Irving Kristol Award, prêmio oferecido pela AEI para aqueles que honram a memória de Irving Kristol, em 2004; foi nomeado o comentarista político mais importante dos Estados Unidos pela revista *Financial Times*, em 2006 e ganhou o William F. Buckley Award for Media Excellence, prêmio ofertado em memória de William F. Buckley pelo Media Research Center, um centro de pensamento dirigido pelo neoconservador Brent Bozell, em 2010 (Gráfico – 4).

91 Nesta publicação, em 1985, Krauthammer definiu o que seria a “Doutrina Reagan”

Gráfico 4 – Quantidade de artigos sobre a América Central por autor na TNR



Fonte: Autoria própria

7.1.2 O discurso indireto: as vozes amplificadas

De forma indireta, os comentaristas da TNR reproduziram os discursos de outros atores, por meio de falas e ideias a eles atribuídas. Neste sentido, os articulistas da TNR reproduziram falas de representantes do governo como Ronald Reagan, Dan Quayle, Alexander Haig, Elliot Abrams, Ed Koch e do General Paul Gorman, chefe maior do Comando do Sudeste do Exército dos Estados Unidos em Miami, entre 1983 e 1985.

Reproduziram também as falas de liberais democratas avessos ou cautelosos quanto à intervenção na América Central, como Ted Kennedy e Chris Dodd. Neste caso, entretanto, as falas apareceram para corroborar um suposto consenso sobre a possibilidade de intervenção, mesmo que sob determinadas condições, ou ainda

como referência de equívocos devidamente tratados com ironia e qualificados negativamente.

Fora do campo político oficial, é possível perceber a reprodução e valorização positiva de vozes como a da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, um órgão da Organização de Estados Americanos (OEA) que naquele momento estava sob forte domínio de representantes de governos conservadores, e de Douglas W. Payne, da Freedom House, um centro de pensamento historicamente liberal, mas que nos anos 1980 contava com a participação de neoconservadores importantes, como Jeane Kirkpatrick, Samuel Huntington e Donald Rumsfeld, e neoliberais de destaque, como Paul Wolfowitz e Steve Forbes.

Por outro lado, é notório que a TNR não tenha dado voz aos representantes dos Sandinistas da Nicarágua, às organizações insurgentes de El Salvador e da Guatemala ou mesmo a camponeses, trabalhadores, indígenas e cidadãos comuns que apoiaram esses movimentos em qualquer um dos três países. Entretanto, amplificou as percepções de mundo de representantes dos Contra, da elite centro-americana, da igreja e dos governos de El Salvador e Guatemala. Neste caso, destacam-se Pedro Chamorro, Arturo Cruz e Alfonso Robelo, líderes políticos dos Contra; Alfredo Cristiani, presidente de El Salvador pela ARENA entre 1989 e 1994; Miguel Castellanos, dissidente da FMLN em 1983 e diretor do Centro de Estudios de La Realidad Nacional (Ceren); Edén Pastora, dissidente da FSLN e líder da ARDE; Miguel Obando y Bravo, cardeal da Igreja Católica na Nicarágua; Ronald Ruiz Ruiz, ex-diretor do Instituto Sandinista de Bem Estar Social; e Alvaro Jose Baldizon Aviles, ex-chefe da Comissão de Investigações Especiais do Ministério do Interior da Nicarágua, que denunciou os atentados contra os direitos humanos do Governo Sandinista.

7.2 O imaginário da TNR sobre o “outro”

7.2.1 A caracterização da América Central e do Centro-Americano

A TNR caracterizou a América Central como um espaço marcado pelo autoritarismo e atraso, de domínio de ditadores e população passiva. Como consequência, lócus da violência. Para alguns articulistas, um espaço feudal. Sendo assim, de forma geral, a revista narrou a América Central como lugar de controle dos

ditadores, da passividade, da irracionalidade, do autoritarismo, da violência e do atraso. Por conseguinte, caracterizou os centro-americanos como: dominados, controlados, passivos, violentos, irracionais, autoritários e atrasados.

Os intelectuais da TNR recorreram à narrativização como estratégia explicativa para os desmandos das elites locais. Há poucas referências à resistência dos trabalhadores e camponeses e ao apoio à luta dos movimentos revolucionários contra os ditadores e a realidade precária de cada país. Mais do que isso, a narrativização acaba por normalizar os problemas da região, uma vez que os coloca em uma perspectiva histórica quase atemporal, sem nenhum conflito, resistência ou contradição. Paradoxalmente, a utilização da violência como elemento de dominação no processo de solução de conflitos se alimentaria da passividade e da “natureza não-violenta” da população.

7.2.1.1 Dominados, Passivos e Violentos

De acordo com Kinzer, os camponeses não estariam dispostos a “se levantar e se juntar aos seus homólogos urbanos em revolução violenta”. A explicação para isso estaria na “natureza essencialmente não-violenta dos nativos”, combinada com o domínio de um “governo que consideram muito distante e que eles mal reconhecem”⁹² (KINZER, 1979b, p. 16-17, tradução nossa).

Mortimer Zuckerman – intelectual e homem de negócios, de posições neoliberais – era proprietário das revistas *Atlantic Monthly* e *U.S News and World Report*, estrela do programa de televisão *McLaughlin Group* e que, mais tarde, se tornou um grande investidor do mercado de ações e de imóveis e membro do Conselho Nacional do J.P Morgan e do Council on Foreign Relations – no artigo “Sojourn In Salvador”, de dezembro de 1983, afirmou que a violência em El Salvador seria “parte da cultura, invocada para resolver disputas familiares, sociais e econômicas com a naturalidade típica de uma sociedade feudal”. Os salvadorenses pobres e desprotegidos teriam “receio da violência física perpetrada por latifundiários ou pelo governo”. Zuckerman definiu El Salvador como “uma espécie de feudalismo” com “uma cultura machista de violência que é tão profunda e tão aceita pela

92 “to rise up and join their urban counterparts in violent revolution”; “essentially non-violent nature of the indians and their tradition-shrouded history”; “government they consider quite distant and which of them barely acknowledge”.

sociedade que está além da compreensão dos americanos”⁹³ (ZUCKERMAN, 1983, p.10-12).

7.2.1.2 Atrasados, Autoritários e Violentos

Em articulação com a narrativização, outras narrativas discursivas utilizaram a naturalização e a universalização para consagrar a América Central como espaço do atraso e do autoritarismo. Como um ciclo natural maligno, o domínio violento dos ditadores geraria pobreza, que reforçaria o domínio violento das elites e tornaria impossível a democracia. Em “The Debate”, os editores defenderam a tese de que a democracia na região seria “uma ambição digna”. Todavia, só poderia ser alcançada como consequência de certas condições econômicas, sociais e políticas que “não existiam e não iriam existir em pouco tempo” na “realidade rude” da América Central⁹⁴ (EDITORIAL, 1983g, p. 5-6, tradução nossa).

As sociedades centro-americanas seriam formadas por “uma massa de camponeses abandonados na pobreza e (...) uma oligarquia com caixas registradoras e ferramentas de terror”. As economias industriais da região não teriam produzido ainda uma classe média capaz de demandar direitos políticos e uma classe operária interessada em lutar por direitos econômicos. Mesmo assim, a pobreza teria sido um obstáculo menor à democracia se aqueles que ocupavam o poder tivessem tido consciência do estado precário de liberdade no qual seus países se encontravam. Os líderes da América Central, contudo, seriam uma gama de “diferentes tipos de repressores” com “indiferença (...) para o ideal jeffersoniano”. Os países da região não seriam espaços que “invocam tradições intelectuais ou institucionais de liberdade”. Estas precisariam ser “criadas, como foram na Europa e nos Estados Unidos”⁹⁵ (EDITORIAL, 1983g, p. 5-6, tradução nossa).

No editorial “When Salvador Votes”, de 2 de abril de 1984, em meio às eleições em El Salvador, os editores disseram que seria “impossível não admirar o desejo

93 “part of the culture, relied on to settle family, social and economic disputes with a casualness typical of a feudal society”; “fear of physical harm from the landlords or the government”; “a kind of feudalism”; “a macho culture of violence that is so pervasive, so accepted by the society, that is beyond the comprehension of Americans”.

94 “a worthy ambition”; “do not exist yet, nor will they exist for some time to come”; “rudest reality”.

95 “divided into a mass of peasants marooned in poverty and (...) oligarchy that the tills, and the tools of terror”; “different sort of repressors” com “indifference (...) to the Jeffersonian ideal”; “rely upon intellectual or institutional traditions of freedom”; “created, as they were earlier in Europe and in the United States”.

teimoso dos salvadorenhos pela democracia”. Mas não poderiam deixar de lamentar o “desejo teimoso dos salvadorenhos pela tirania”. Seria muita ingenuidade acreditar que as eleições em El Salvador significariam a implementação da democracia ou que naquele país passaria a existir “um sistema político comparável, em sua medida de moralidade e de liberdade”, com o dos Estados Unidos⁹⁶ (EDITORIAL, 1984b, p.5-7, tradução nossa).

7.2.2 A caracterização dos “inimigos”: os revolucionários

Os intelectuais da TNR caracterizaram os revolucionários nicaraguenses e salvadorenhos de modo negativo, através da imbricação dos artifícios de expurgo, diferenciação, deslocamento e nominalização. Através do expurgo, definiram os revolucionários de modo simbólico como inimigos. Por meio da diferenciação, deram ênfase à desunião entre os centro-americanos e os revolucionários, separando os termos “sandinistas”, “revolucionários” e “guerrilheiros” de “nicaraguenses” e “salvadorenhos”. Sendo assim, passaram a impressão de que os revolucionários na Nicarágua e em El Salvador não representavam a população desses países.

Com o deslocamento, os articulistas da TNR reforçaram essa simbolização com metáforas que transferiam termos negativos do imaginário estadunidense – como “Pol-Pot”, “Khmer Vermelho”, “Nomenklatura” e “Kulaks” – para a caracterização dos revolucionários nicaraguenses e salvadorenhos. Por fim, por meio da nominalização, esqueceram as atrocidades das forças contrainsurgentes e dos esquadrões da morte. De todo modo, os articulistas da TNR não narraram a crise na Nicarágua exclusivamente na lógica Leste-Oeste da Guerra Fria, mas também como resultado da relação norte-sul. Soviéticos e cubanos teriam apenas aproveitado a oportunidade para reforçar a ameaça à segurança e aos interesses dos estadunidenses na região, provendo assistência estratégica, econômica e militar.

7.2.3 Os revolucionários na Nicarágua

96 “impossible not to admire the stubborn Salvadoran desire for democracy”; “stubborn Salvadoran desires for tyranny”; “a political system that may be compared in its measure of morality and freedom”.

Na Nicarágua, os comentaristas da TNR utilizaram expressões, orações, verbos e adjetivos que caracterizaram os sandinistas como radicais, autoritários, violentos, desumanos, fracassados, incompetentes, imorais, impopulares, antiestadunidenses e subordinados aos governos de Cuba e da União Soviética. Portanto, não eram a solução para redimir a Nicarágua.

7.2.3.1 Radicais

Antes dos grupos liberais e conservadores que compunham a revolução nicaraguense entrarem em rota de colisão com os sandinistas, a TNR – principalmente nos artigos de Kinzer – classificou os revolucionários sandinistas como radicais necessários para combater a ditadura, uma vez que qualquer mudança pacífica seria impossível porque Somoza Debayle, com apoio dos Estados Unidos, estaria a “[controlar] todos os mecanismos de governo”. De acordo com Kinzer, as mudanças na Nicarágua “infelizmente” viriam “somente por meio da violência” com a FSLN⁹⁷ (KINZER, 1977b, p.16-17, tradução nossa).

Após a derrocada de Somoza, Kinzer defendeu a ideia de que a junta que formou o novo governo revolucionário na Nicarágua foi uma “coalizão tão ampla” que “envolveu toda sociedade nicaraguense”. A FSLN seria apenas parte do movimento anti-somozista. A junta, mais ampla do que a FSLN, representaria “a diversidade do movimento anti-Somoza e deveria ser capaz de mobilizar a nação”. Portanto, estaria comprometida com uma “democracia genuína, a justiça e progresso social” e asseguraria “a liberdade de expressão, de imprensa e de pensamento, liberdade de religião, a liberdade de organizar sindicatos e outras organizações populares e a revogação imediata de todas as leis repressivas (...) pondo fim aos assassinatos, desaparecimentos, torturas, prisões ilegais e invasões

97 “launched a major offensive against the Sandinistas, resulting in thousands of deaths in the countryside, where whole villages suspected of harboring guerrillas were destroyed”; “summary executions and gruesome tortures”; “characterized by corruption, violence, disorder, and government sponsored crime”; “Somoza controls all the mechanisms of government through which peaceful change might otherwise come”; “the end of this feudal dynasty, (...) the founding of democratic republic in Nicaragua (...) the restoration of press and political freedom (...) and genuine independence and self-determination (...) guided by nationalist sentiment”; “unfortunately”; “only by violence”.

de casa”⁹⁸ (KINZER, 1979b, p.16-17, tradução nossa).

7.2.3.2 Subordinados

A partir da dissidência de liberais e conservadores do governo sandinista, os articulistas que escreviam para a TNR passaram a mostrar menos simpatia pelos revolucionários nicaraguenses, apontando para uma intrínseca relação de subserviência dos sandinistas perante os cubanos e os soviéticos, que ameaçava a segurança e os interesses estadunidenses na região.

Kondracke, em artigo escrito com Kotz de junho de 1981, argumentou que a revolução nicaraguense poderia estar a “desenvolver seu próprio modelo, incluindo uma economia mista” e que os líderes sandinistas poderiam “querer melhorar a vida de seus povos (...) melhorar a saúde, educação e a habitação para os pobres”. Entretanto, seria praticamente um consenso que “a liderança sandinista [estaria] dominada por marxistas dedicados com fortes ligações com Cuba”. No plano internacional, o Governo nicaraguense estaria sendo “estridentemente anti-EUA (...) alinhado com o bloco soviético”⁹⁹ (KONDRACKE; KOTZ, 1981, p.22, tradução nossa). Sob a direção sandinista, a Nicarágua estaria “alinhada com o Vietnã, Cuba e a União Soviética” com “a intenção de criar problemas em outros países e não em busca de soluções”¹⁰⁰ (KONDRACKE, 1981, p.17-19, tradução nossa). Seis anos mais tarde, Kondracke estava completamente convencido de que na “verdade (...) os sandinistas [eram] marxista-leninistas, aliados da União Soviética e crentes na revolução mundial”¹⁰¹ (KONDRACKE, 1987e, p.18-19, tradução nossa).

De modo semelhante, Christian, em “Nicaraguan Nemesis”, de maio de 1982, amplificou as críticas e as sugestões de Édén Pastora e acusou o Diretório Nacional

98 “as broad as coalition as can be imagined”; “embraced virtually all of Nicaraguan society”; “genuine democracy, justice and social progress”; “the diversity of the anti-Somoza movement and should be able to rally the nation”; “freedom of speech, press, and thought; freedom of religion; freedom to organize trade unions and other popular organizations; and the immediate repeal of all repressive laws (...) ending assassinations, disappearances, torture, illegal arrests, and invasions of people’s home”.

99 “developing its own model, including a mixed economy”; “want to improve the lives of their people (...) improving health, education, and housing for the impoverished”; “the ruling Sandinista leadership is dominated by dedicated Marxists with strong attachments to Cuba”; “stridently anti-US (...) sided with the Soviet bloc”.

100 “aligned with Vietnam, Cuba and Soviet Union” com “intent on creating problems in other countries, not on finding solutions”.

101 “The truth is that the Sandinistas are Marxist-Leninists, allies of the Soviet Union, and believers in world revolution”.

de “transformar a Nicarágua em um peão no embate entre os EUA e a União Soviética [e] de imitar a revolução cubana”¹⁰² (CHRISTIAN, 1982, p. 16-19, tradução nossa). Para Arturo Cruz Jr., os sandinistas estariam em “aliança íntima e gratuita com o mundo comunista” e “com grupos guerrilheiros na América Latina”¹⁰³ (CRUZ JR., 1986, p. 17, tradução nossa). Leiken afirmou, com base na entrevista ao Major desertor sandinista Roger Miranda Bengoechea, que, na visão de Humberto Ortega, “Moscou e Manágua [estavam] unidos por uma ideologia, estratégia e inimigo comum”. Mais do que isso, declarou que milhares de oficiais do exército sandinista estariam a “receber treinamento militar e ideológico em Cuba e em países do bloco soviético” e que os políticos sandinistas tinham como objetivo estabelecer “um compromisso mais firme com a União Soviética, do mesmo tipo que os cubanos conseguiram” para receber mísseis e outras armas. Por sua vez, para os soviéticos, a Nicarágua bem armada seria uma boa forma de distrair e desviar a atenção dos Estados Unidos¹⁰⁴ (LEIKEN, 1988, p.13-14, tradução nossa). Para Charles Krauthammer, em “Nicaraguan Nettle”, o governo nicaraguense propagava a “subversão no exterior” e estaria a “ameaçar” os Estados Unidos e a “minar” os governos amigáveis na região¹⁰⁵ (KRAUTHAMMER, 1983, p.15, tradução nossa).

7.2.3.3 Autoritários

Como os revolucionários cubanos e soviéticos, os sandinistas seriam autoritários e antidemocráticos. Para Kondracke, essas características seriam óbvias, uma vez que os sandinistas comandavam a Nicarágua “sem eleições”, com “a imprensa independente (...) praticamente eliminada”, por meio de “turmas voltadas para perseguir o La Prensa, e (...) os partidos políticos da oposição” e com “sindicatos sob controle”¹⁰⁶ (KONDRACKE; KOTZ, 1981, p.22, tradução nossa).

Segundo Christian, a Nicarágua sob o governo revolucionário seria um país

102 “making Nicaragua a pawn in the U.S. - Soviet struggle, of aping the Cuban revolution”

103 “intimate and gratuitous alliance with the Communist world”; “relationship with guerrilla groups in Latin America”.

104 “Moscow and Managua are united by “ideology, strategy, and a common enemy.”; “Some 11,000 Sandinista army officers have now received military and ideological training in Cuba and Soviet-bloc countries”; “A great aim of Sandinista policy is to obtain a firmer Soviet commitment, of the kind the Cubans gained in 1961-62 by declaring themselves Marxist Leninists and receiving Soviet missiles”.

105 “subversion abroad”; “threatens”; “undermining”.

106 “no elections”; “the independent press (...) virtually eliminated”; “mobs to harass La Prensa, and (...) opposition political parties”; “unions under control”.

com “enfeites de liberdade”, porque as “eleições [eram] um tema quase proibido e (...) a grande maioria da liderança de topo [era] marxista”. A “liberdade relativa” em vigor na Nicarágua estaria refletindo “a capacidade dos defensores da liberdade” em negociar com uma junta “autoritária”. Por isso, o governo estaria permitindo alguma liberdade, mas sob seu crivo e controle¹⁰⁷ (CHRISTIAN, 1981a, p.15-20, tradução nossa).

Em “Sandinista Siege”, Christian relatou que o governo revolucionário “jogou (...) na prisão” representantes do setor privado que assinaram uma carta para denunciar o “genocídio contra aqueles que [discordavam] de suas ideias marxista-leninistas”. O governo sandinista teria feito o mesmo com os líderes do Partido Comunista que criticaram a proibição de greves¹⁰⁸ (CHRISTIAN, 1981b, p.10-12, tradução nossa). Para Krauthammer, os sandinistas renegaram as promessas de levar a democracia para a Nicarágua, centralizaram o poder, suprimiram a oposição e militarizaram a sociedade (KRAUTHAMMER, 1983, p.15-16, tradução nossa).

Em 1986, Leiken amplificou as denúncias do Monsenhor Bosco Vivas, que afirmou que o Governo Ortega “deteve e interrogou” católicos leigos e trabalhadores religiosos; “proibiu missas ao ar livre; desligou a rádio católica; suprimiu seu jornal; confiscou sua imprensa; (...) impediu o estabelecimento de um escritório de direitos humanos; convocou seminaristas ilegalmente para o serviço militar; e prendeu e deportou sacerdotes”¹⁰⁹ (LEIKEN, 1986, p.18-20, tradução nossa).

No ano seguinte, em “Nicarágua Cliffhanger”, Leiken acusou o Governo Ortega de ter “confiscado o jornal da Igreja e o maquinário de imprensa; invadido o escritório de assistência social da Igreja; e detido, intimidado e expulsado sacerdotes e ativistas”. Reverberando o prefeito de Nova York, Ed Koch, Leiken informou aos leitores que “os sandinistas estavam treinando dezenas de seminaristas para

107 “trappings of liberty”; “elections are an almost forbidden topic (...) the vast majority of the top leadership is Marxist”; “relative freedom”; “the ability of freedom's advocates”; “authoritarian”.

108 “threw (...) in jail”; “contemplating genocide against those who dissent from its Marxist-Leninist ideas”.

109 “suspended all civil liberties, including right to speech, assembly, personal security, freedom of the press, movement”; “intensifying campaign of intimidation, harassment, and coercion”; “detained and interrogated”; “prohibited open-air Masses, shut down the Catholic radio station, suppressed its newspaper, confiscated its printing press, seized its social welfare office, prevented the establishment of a human rights office, illegally drafted seminarians into military service, and imprisoned and deported priests”.

assumir a Igreja Católica”¹¹⁰ (LEIKEN, 1987, p.17-21, tradução nossa).

Dois anos antes, nas eleições de 1984, Leiken afirmou que os comícios de Arturo Cruz, candidato de oposição aos sandinistas, teriam tido muitos correligionários. Entretanto, os sandinistas teriam “negado o acesso aos canais de televisão controlados” e “acusado” os organizadores dos comícios de serem agentes da CIA. Em um dos comícios, em Chinandega, as “turbas” sandinistas teriam comparecido com “paus, pedras, e facões” para intimidar a oposição. O diário La Prensa teria tentado publicar artigos e fotos relatando as manifestações e os embates, mas “todos foram censurados”. Sendo assim, “nem uma eleição verdadeira e nem uma campanha verdadeira poderiam acontecer”. Para Leiken, na prática, os sandinistas estariam em “condição melhor para controlar as eleições do que Somoza Debayle jamais esteve”¹¹¹ (LEIKEN, 1984, p.16-22, tradução nossa).

O próprio Arturo Cruz e seu filho Arturo Cruz Jr., no artigo “A Peace Plan For Nicarágua”, relataram que as eleições de 1984 agravaram a crise, principalmente porque “não foram livres nem justas” e “não chegaram perto da democracia”. Os sandinistas teriam utilizado seu “controle absoluto do Estado” para obter vantagem no pleito. Acima de tudo, não teriam provido garantias suficientes para assegurar a participação de outras forças políticas, fazendo o possível para impossibilitar a viabilidade efetiva da candidatura de oposição¹¹² (CRUZ; CRUZ JR., 1985, p. 17-18, tradução nossa). Dois anos mais tarde, Cruz Jr. reafirmou que a existência de partidos políticos e de um setor empresarial privado servia apenas uma “fachada útil de um pluralismo nominal” voltado, sobretudo, para o exterior¹¹³ (CRUZ JR., 1986, p. 18, tradução nossa).

Em 1989, precedendo o pleito de 1990, Robert Kagan afirmou, em “Ballot Blocks”, que o “monopólio do governo nicaraguense sobre o poder” era um problema grave. Segundo Kagan, nem mesmo o Partido Liberal de Somoza Debayle poderia competir com o moderno Partido Sandinista, que teria sob seus domínios o exército, as milícias e uma porção esmagadora da mídia. Os partidos de oposição, na Nicarágua, estariam “à mercê de uma burocracia de gerência do partido que pode,

110 “confiscated the Church newspaper and printing press, raided the Church welfare office, and proceeded to detain, intimidate, and expel priests and activists”; “the Sandinistas were now training dozens of seminarians eventually to take over the Catholic Church”.

111 “denied access to controlled TV stations”; “accused”; “sticks, stones, and machetes”; “were all censored”; “neither a genuine election nor a genuine campaign can take place”; “far better position to control elections than Somoza ever was”.

112 “were neither free nor fair”; “no closer to democracy”; “absolute control of the state”.

113 “useful facade of nominal pluralism”.

ao longo da campanha, negar recursos fundamentais escassos como papel, gasolina, eletricidade e acesso a financiamentos”. Além disso, “a detenção arbitrária ainda [era] legal e os presos políticos continuavam em prisões sandinistas”. Sendo assim, os sandinistas “poderiam roubar as eleições se desejassem” ¹¹⁴ (KAGAN, 1989, p.21, tradução nossa).

7.2.3.4 Violentos e Desumanos

A derivar desta caracterização como autoritários e antidemocráticos, as narrativas discursivas da TNR também colocaram os sandinistas como violentos e desumanos. Para Kondracke, no que se refere ao respeito dos direitos humanos, o governo sandinista era “dez vezes pior” do que a ditadura de Somoza Debayle. Durante o governo revolucionário, centenas de pessoas teriam “desaparecido em um mês”. Além disso, os sandinistas teriam “matado muitas pessoas e destruído aldeia após aldeia” ¹¹⁵ (KONDRACKE, 1984, p.12-13, tradução nossa).

Em outro artigo de 1987, Kondracke acusou os sandinistas de terem “matado cerca de 800 pessoas após tomarem o poder” e de terem feito “entre 6.000 e 8.000 presos políticos”, inclusive os que denunciaram as atrocidades contra os direitos humanos. No campo, os camponeses suspeitos de colaborar com os contrainsurgentes teriam sido “frequentemente presos e, por vezes, torturados e mortos” ¹¹⁶ (KONDRACKE, 1987e, p.18-19, tradução nossa). De acordo com Leiken, os presos políticos eram ameaçados com “execuções simuladas, ameaças a membros da família, incluindo mulheres grávidas, e uma gama de tormentos psicológicos” ¹¹⁷ (LEIKEN, 1986, p.18-20, tradução nossa).

Os principais alvos da violência e dos abusos sandinistas eram, sobretudo, grupos supostamente frágeis como religiosos e indígenas. Em “Central America Pietà”, Christian contou aos leitores que as turbas sandinistas “perseguiram” o

114 “the Nicaraguan opposition parties are at the mercy of a party-run bureaucracy that can, throughout the campaign, deny them critical, scarce resources—paper, gasoline, electricity, access to financing”; “Arbitrary detention is still legal, and political prisoners still sit in Sandinista jails”; “Of the Sandinistas want to steal the election, they can”.

115 “ten times worse”; “disappear in a month”; “killed lots of people and destroyed village after village”.

116 “They killed some 800 persons after taking power, and when the chairman of the independent Permanent Commission on Human Rights reported on that fact and on the holding of between 6,000 and 8,000 political prisoners, he was arrested”; “Peasants in the countryside suspected of collaborating with the contras are often jailed for years, tortured, and sometimes killed”.

117 “simulated executions, threats to family members, including pregnant wives, and a gamut of psychological torments”

arcebispo Obando y Bravo dentro da Igreja e fizeram com que “um de seus principais assessores fosse forçado a correr nu diante de câmeras de televisão estatais” ¹¹⁸ (CHRISTIAN, 1983, p.12-14, tradução nossa). Para Christian, a Nicarágua sob a direção do Diretório Nacional estava em um “regime de terror”. Os líderes sandinistas seriam, portanto, “assassinos” que instalaram “intranquilidade, angústia, medo, frustração e insegurança pessoal”, sobretudo entre os Misquito que estavam sendo “presos e assassinados” ¹¹⁹ (CHRISTIAN, 1982, p.17-19, tradução nossa).

De acordo com Joshua Muravchik, baseado no relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os sandinistas teriam “expulsado” os Misquitos “de sua terra ancestral”. Muravchik afirmou que todos os Misquitos, exceto crianças, idosos e grávidas, foram “obrigados a viajar de pé durante dias para os campos, onde foram recolocados”, enquanto agentes do governo sandinista “[queimavam] as casas, os pertences pessoais, móveis e outros objetos das famílias e (...) [ateavam] fogo nas igrejas e campos de cultivo, a fim de não deixar nenhum abrigo ou comida” ¹²⁰ (MURAVCHIK, 1984, p. 23-25, tradução nossa). Para Leiken, nas comunidades indígenas a estratégia repressiva estava calcada na “busca e destruição” com “uma guerra aérea envolvendo bombardeio e metralhamento das aldeias e não-combatentes” ¹²¹ (LEIKEN, 1986, p. 18-20, tradução nossa). Segundo o articulista de tendências neoliberais, em um artigo de 1990, os sandinistas chamavam os pequenos proprietários de terra de “Kulaks” ¹²² (LEIKEN, 1990, p.16, tradução nossa).

7.2.3.5 Fracassados, Incompetentes, Imorais e Impopulares

No que tange a condução da economia interna, a TNR descreveu os sandinistas como fracassados, incompetentes, imorais e, conseqüentemente, impopulares. Kondracke, em “Who Wants Peace?”, afirmou que os sandinistas

118 “pursued”; “forced to run naked before state television cameras”.

119 “assassins”; “intranquility, anguish, fear, frustration, and personal insecurity”; “jailed and assassinated”.

120 “expelled”; “from their ancestral home”; “compelled to travel by foot for days to the camps where they were placed”; “proceeded to burn down houses, the personal belongings, furniture, and other possessions of these families, and (...) set fire to their churches and crop fields, in order to leave no shelter or food”.

121 “Search-and-destroy”; “an air war involving bombing and strafing of villages and noncombatants”.

122 “Kulaks, they called them”

“causaram a maioria dos seus próprios problemas econômicos confiscando terras e transformando a maior parte delas em propriedades coletivas, e não agricultores individuais”. A gestão sandinista teria deixado o “salário mensal do trabalhador menor, insuficiente para comprar uma camisa” ¹²³ (KONDRACKE, 1987e, p.18-19, tradução nossa). Para Christian, a maioria dos nicaraguenses estaria “desiludida” com os revolucionários que assumiram o poder¹²⁴ (CHRISTIAN, 1981b, p.15, tradução nossa). Em outro artigo, afirmou que, sob o governo provisório, a condução da economia era desastrosa – sendo possível observar “mais pessoas pobres, não menos corrupção, mais dívida externa, menos infraestrutura, menos liberdades” ¹²⁵ (CHRISTIAN, 1982, p.19, tradução nossa).

De acordo com Charles Lane, Ronald Ruiz Ruiz – ex-diretor do Instituto Sandinista de Bem Estar Social – reconheceu, em uma conversa privada, os “erros” da revolução, apresentando os casos de “pequena corrupção, abuso de poder e tolices econômicas”. Em decorrência destes problemas, as pessoas estariam “piores (...) do que no tempo de Somoza” (LANE, 1985b, p.12, tradução nossa).

Entretanto, Ruiz Ruiz teria ponderado que esse era o custo por um futuro melhor – mas, segundo Lane, não era o que os nicaraguenses pensavam. A maioria deles estaria reclamando que o governo teria “racionado fortemente” alimentos básicos outrora abundantes e itens de consumo. Os Comitês de Defesa Sandinistas seriam responsáveis por emitir os cartões de racionamento e, conseqüentemente, “controlar” o povo. Além disso, muitos seriam “espiões do governo” interessados em cada ação da vida cotidiana dos nicaraguenses¹²⁶ (LANE, 1985b, p.13, tradução nossa).

Robert Leiken, em “Nicaragua's Untold Stories”, revelou que, a cada viagem para Nicarágua, sua simpatia pelos sandinistas diminuía. Na sua penúltima visita ao país, teria concluído que o “fracasso para preservar a aliança revolucionária com os produtores das classes média e pequena, bem como as políticas sectárias e as políticas culturais tinham polarizado o país, levado ao desinvestimento, [provocado] a queda da produtividade e dos salários, e [impulsionado] o descontentamento”.

123 “they have caused most of their economic problems themselves by confiscating land and turning most of it over to collectives, not individual farmers”; “The lowest-paid worker's monthly salary is not enough to buy a shirt. There is not enough food to go around”.

124 “disillusioned”.

125 “more poor people, no less corruption, more foreign debt, less infrastructure, fewer liberties”

126 “mistake”; “the petty corruption, the abuse of power, the economic blunders”; “worse (...) than in Somoza time”; “tightly rationed”; “control”; “government spies”.

Mais do que isso, Leiken relatou que em sua última visita ao país, percebeu que a situação era “muito pior” e se desencantou, definitivamente, com os “mitos restantes sobre a revolução sandinista”. As pessoas na Nicarágua teriam relatado que suas vidas estariam “piores (...) do que nos tempos de Somoza”. As crianças estariam descalças, peladas e malnutridas. Os projetos de alfabetização seriam uma fraude. A “escassez de necessidades básicas” seria ainda pior em meio à “corrupção generalizada” e aos “grandes lucros [obtidos] a partir da carestia”. As lideranças sandinistas estariam apresentando uma imagem falsa para o mundo exterior – não convencendo, entretanto, a população nicaraguense que se referia aos revolucionários como “engano”, tendo em vista “a corrupção generalizada, do mais baixo ao mais alto nível de governo”. O apoio da população seria apenas aparente e resultante do “uso do sistema de racionamento como uma alavanca”, uma vez que aqueles que não compareciam aos encontros sandinistas para apoiar teatralmente a revolução teriam os cartões para aquisição de alimentos confiscados¹²⁷ (LEIKEN, 1984, p.16-22, tradução nossa). Em um artigo de 1990, em retrospectiva, Leiken afirmou que “os sandinistas haviam presidido a destruição econômica da Nicarágua com uma economia de exportação arruinada; uma queda de noventa por cento da qualidade de vida; desemprego e fome em massa; e o êxodo de cerca de um quinto do seu povo”¹²⁸ (LEIKEN, 1990, p.16, tradução nossa).

Para o historiador Ronald Radosh, em “Nicarágua Revisited: The Sandinista’s Growing Totalitarianism” de 3 de agosto de 1987, a Nicarágua estaria em crise econômica, mas a “nomenklatura” no governo não era afetada porque gozava da possibilidade de poder fazer compras nos shoppings exclusivos para membros da FSLN e para estrangeiros (RADOSH, 1987b, p.20-22, tradução nossa).

7.2.4 Os revolucionários em El Salvador

A TNR não dispensou nenhuma tolerância aos revolucionários salvadorenos.

127 “failure to preserve the revolutionary alliance with the middle class and small producers as well as sectarian political and cultural policies had polarized the country, led to disinvestment, falling productivity and wages, labor discontent, and agrarian crisis”; “far worse”; “remaining myths about the Sandinista revolution”; “worse (...) than they were at the time of Somoza”; “shortage of basic necessities”; “pervasive corruption”; “big profits from the scarcity”; “the widespread corruption from the lowest to highest levels of government”; “use of the rationing system as a lever”.

128 “The Sandinistas had presided over the economic destruction of Nicaragua: a ruined export economy; a ninety percent drop in living standards; massive unemployment and hunger; the exodus of nearly a fifth of its people”.

As narrativas discursivas caracterizaram os membros da FMLN de modo negativo, muito semelhante aos sandinistas. Entretanto, sem a condescendência e a moderação características das peças discursivas publicadas entre 1977 e 1981, os textos da TNR definiram os revolucionários salvadorenhos como subordinados, autoritários, radicais, violentos, desumanos e terroristas.

7.2.4.1 Autoritários, Radicais e Violentos

Os articulistas da TNR classificaram os revolucionários salvadorenhos como autoritários, antidemocráticos, radicais e violentos. Christopher Dickey, então correspondente internacional do Washington Post e posteriormente da Newsweek, autor da obra “With the Contra: a report in the wilds of Nicarágua”, afirmou que, na eleição que ocorreu em 1982, a guerrilha promoveu “ataques em todo o país” e “disparou sobre os eleitores e os locais de votação” para impedir a realização do pleito democrático. Não muito diferente, nas eleições de 1984, a guerrilha teria prometido não atacar os locais de votação e os votantes, mas manteria “sua ofensiva em curso” e “não teria votação em áreas sob controle direto da guerrilha”¹²⁹ (DICKEY, 1984, p.18-21, tradução nossa).

Segundo Kinzer, as guerrilhas salvadorenhas eram uma “gama de grupos ultra esquerdistas” tão “radical”, que seria possível compará-las “com Khmer Vermelho”. Muitos países fecharam suas embaixadas em El Salvador porque “difícilmente [passava] um dia sem que os esquerdistas não [aproveitassem] para tomar um prédio ou fazer reféns – como uma forma de responder à prisão de seus camaradas ou outras injustiças”. Esses grupos de esquerda estariam sob “a influência da ideologia radical de Farabundo Martí”¹³⁰ (KINZER, 1980, p.15-18, tradução nossa).

Para Kondracke, os guerrilheiros salvadorenhos “não [diziam] nada sobre a participação democrática” e tinham “visões políticas semelhantes às de Pol Pot no Camboja”¹³¹ (KONDRACKE, 1981, p.19, tradução nossa). Em “Domino's Delivery”, Kondracke reverberou as acusações de Elliot Abrams de que os revolucionários da FMLN “intensificaram a guerra, detonando dois carros-bomba em San Salvador (...),

129 “attacks across the nation”; “fired on voters and polling places”; “no voting in areas under direct guerrilla control”.

130 “array of ultra-leftist groups”; “comparison with Khmer Rouge”; “hardly a day passes when the leftists do not seize a building or take hostages – their favored way of responding to the arrest of their comrades or to other perceived injustices”; “influence of Martí's radical ideology”.

131 “say nothing about democratic participation”; “political views akin to those of Cambodia's Pol Pot”.

matando três pessoas e reafirmando a sua política de ‘justiçar’ prefeitos civis que apoiavam o governo de José Napoleón Duarte”. Com isso, assassinaram sete prefeitos em apenas um ano. Segundo Kondracke, e indiretamente Abrams, a FMLN considerava que a democracia era uma fraude. Portanto, El Salvador não seria uma democracia real, enquanto “a insurgência comunista ainda não [estivesse] derrotada” ¹³² (KONDRACKE, 1988, p.9-10, tradução nossa).

Os articulistas da TNR acusaram os guerrilheiros de serem fracassados e não representarem os anseios dos salvadorenos. De acordo com Kinzer, os guerrilheiros da FMLN “não convenceram o povo salvadorenho ou o mundo de que [seriam] capazes de governar o país” porque “[pareciam] jovens que bradam slogans radicais sem entender o que significam” ¹³³ (KINZER, 1980, p.17-18, tradução nossa).

Kondracke, em “Salvador's Silver Lining”, amplificou as críticas de Miguel Castellanos de que “as coisas não [ocorriam] bem para a FMLN, uma vez que as lideranças não [eram] capazes de colocar grandes multidões nas ruas” ¹³⁴ (KONDRACKE, 1989a, p. 23-24). Kemble, no artigo “The liberal test in El Salvador” de maio de 1981, relatou que a ofensiva dos guerrilheiros salvadorenos, no mês anterior, teria falhado, pois “carecia de apoio popular” ¹³⁵ (KEMBLE, 1981, p.17, tradução nossa).

7.2.4.2 Subordinados

Sendo assim, caracterizaram a FMLN como um grupo desordeiro que respondia aos interesses revolucionários locais e regionais com auxílio dos governos nicaraguense e cubano e com práticas terroristas. Por conseguinte, ameaçavam os interesses e a segurança dos estadunidenses e da região, na medida em que cumpriam a função de intensificar o fervor revolucionário no subcontinente. Kinzer,

132 “they stepped up that war, detonating two car bombs in San Salvador on October 19, killing three people and reaffirming their policy of “bringing to justice” civilian mayors who support the government of José Napoleón Duarte”; “El Salvador is not yet a real democracy and the communist insurgency is not yet defeated”.

133 “not convinced the Salvadoran people or the world that they are capable of governing the country”; “many of them seem to be young people who mouth radical slogans without understanding what they imply”.

134 “said that things have not been going well for the FMLN, their front groups have not been able to put large crowds into the streets”

135 “lacked popular support”

em “Can The Junta Last?”, apontou que El Salvador era um país sem importância para os Estados Unidos, mas a guerrilha poderia “enviar apoio a movimentos rebeldes em outros países”, principalmente Guatemala e México, ameaçando a segurança estadunidense¹³⁶ (KINZER, 1980, p.15-16, tradução nossa).

Para Kondracke, em El Salvador, a guerrilha teria avançado devido ao “apoio logístico da Nicarágua”, ao “apoio político e militar de Cuba” e à “ajuda econômica do México”¹³⁷ (KONDRACKE, 1981, p.19). Mas, sobretudo, porque praticaram o “terrorismo” e causaram \$1,8 bilhões em danos à infraestrutura de El Salvador¹³⁸ (KONDRACKE, 1989a, p.23). Na mesma medida, Kembler escreveu, no artigo “The liberal test in El Salvador”, que a guerrilha salvadorenha era “dominada por comunistas” e uma “miscelânea de terroristas”¹³⁹ (KEMBLE, 1981, p. 18-19, tradução nossa).

7.2.4.3 Terroristas e Desumanos

Em 1981, no editorial “Salvaging El Salvador”, os editores afirmaram que os guerrilheiros salvadorenhos mostraram ter “pouca evidência de um rosto humano, (...) usando o terror para estabelecer um regime radical antiocidental e comunista, (...) outra Cuba”. Seriam “brutais e hostis aos valores democráticos e aos direitos humanos” e estariam a “tentar destruir a colheita” e “sabotar as cooperativas recém-formadas”¹⁴⁰ (EDITORIAL, 1981a, p.5-7). No editorial “Facing Facts in El Salvador”, os editores sacramentaram a FMLN como “verdadeiros terroristas”¹⁴¹ (EDITORIAL, 1982b, p.9, tradução nossa).

7.3 A imaginação da nação nas páginas da TNR

7.3.1 A intervenção e o estadunidense diante do “outro”

136 “not follow the classic Castroite pattern of a mass-based guerrilla force”; “send support to rebel movements in other countries”.

137 “logistic support from Nicaragua, political and military support from Cuba, and economic aid from Mexico”.

138 “terrorism”.

139 “dominated by communists”; “hodgepodge of terrorism”.

140 “little evidence of human face (...) using terror to establish a radical anti-western communist regime (...) another Cuba”; “brutal and hostile to democratic values and human rights”; “attempts to destroy the harvest”; “disrupt the newly formed cooperatives”.

141 “true terrorists”.

Diante das condições negativas na América Central, os intelectuais da TNR apontaram para a necessidade de ação dos Estados Unidos, em parceria com outras forças regionais, para transformar a região. As suas narrativas foram baseadas na legitimação, uma estratégia discursiva que apresenta as relações de dominação como legítimas. Isso se dá, principalmente, nas variantes da racionalização – ao apresentar uma cadeia de raciocínio que funciona como lógica causal para justificar ações, como a intervenção, e relações de dominação – e da universalização – ao tentar convencer o leitor de que interesses específicos são compartilhados por todos os cidadãos dos Estados Unidos e do mundo.

Além disso, as interpretações também estavam pautadas pela narrativização. Paradoxalmente, por meio deste artifício, os liberais anti-intervencionistas, como Kinzer, forneceram elementos discursivos para justificar a intervenção estadunidense na América Central, ao tecer duras críticas ao histórico negativo da atuação dos Estados Unidos na região. Esse tipo de narrativa deixava em aberto uma possível interpretação de que o país precisaria concertar os erros do passado, mesmo que para isso tivessem que interferir novamente.

Kinzer lembrou que o envolvimento estadunidense na Nicarágua começou, de forma não oficial, com as incursões de William Walker em 1856 e, de forma oficial, com o golpe que derrubou Jose Zelaya em 1909. Depois do golpe, os Estados Unidos teriam instalado 2700 marines no país por 21 anos, entre 1912 e 1933. Neste interim, teriam combatido a guerrilha sandinista, treinado a Guarda Nacional e colocado Anastasio Somoza no poder (KINZER, 1977a). Em outro artigo, recordou ainda que o ditador fora “instalado pelos Estados Unidos (...) e sustentado por sete presidentes estadunidenses” mesmo com a “corrupção e brutalidade” ¹⁴² (KINZER, 1979a, p.18, tradução nossa). Do mesmo modo, o editorial “Somoza Final Days”, de setembro de 1978, afirmou que os Estados Unidos estariam “profundamente implicados na supressão do povo da Nicarágua” e, portanto, não deveriam intervir no processo que levaria os sandinistas ao poder porque o país já tivera “bastante interferência dos Estados Unidos como paizão” ¹⁴³ (EDITORIAL, 1978, p.5, tradução nossa).

Ao escrever sobre El Salvador, Kinzer lembrou que, em 1932, milhares de

142 “installed by the United States (...) and sustained by seven American presidents”; “corruption and brutality”

143 “deeply implicated in the suppression of the Nicaraguan people”; “has had enough United States as Big Daddy”.

camponeses e trabalhadores revoltosos foram assassinados. Trinta anos mais tarde, uma junta de esquerda assumiu o poder, mas acusada de ser “pró-castro”, e sob pressão estadunidense, foi derrubada rapidamente. Em 1972, a população teria se revoltado com as eleições fraudulentas, mas as tropas treinadas pelos Estados Unidos abafaram os protestos com violência. No fim da mesma década, em 1977, mais uma eleição fraudulenta teria gerado insatisfação popular e impulsionado o levante de uma guerrilha (KINZER, 1977b, p.15-16, tradução nossa).

Nestes casos, a narrativização tem um efeito duplo. Por um lado, responsabiliza as elites locais e os Estados Unidos pelas mazelas históricas e pela crise da América Central. Os movimentos revolucionários seriam consequência natural deste processo. Por outro lado, reforça o caráter passivo do centro-americano, sujeito às determinações e ao paternalismo dos Estados Unidos. Dessa forma, a única possibilidade de mudança seria exógena, mesmo para aqueles que são contrários a uma intervenção direta. Segundo Kinzer, os Estados Unidos seriam “diretamente responsáveis por instalar e apoiar a dinastia Somoza” e por isso tinham “uma responsabilidade especial na Nicarágua” ¹⁴⁴ (KINZER, 1977a, p.15-16, tradução nossa). Um ano mais tarde, o mesmo articulista defendeu a tese de que os Estados Unidos teriam instalado a dinastia Somoza em 1930 na Nicarágua e, por isso, deveriam ser responsáveis por ajudar a impedir o “banho de sangue” que acometia aquele país ¹⁴⁵ (KINZER, 1978, p.11, tradução nossa).

A partir de 1981, é possível perceber uma mudança de tom na narrativa da TNR sobre a crise na América Central, que, de certa forma, acompanha a dissidência e a nascente oposição dos liberais e conservadores, nos Estados Unidos e na região, frente aos sandinistas. A narrativização embutida nos textos da TNR passou a dar lugar, então, à racionalização e à universalização. Na prática, os textos anti-intervencionistas de Kinzer deram lugar a outros analistas com tendências pró-intervencionistas. A racionalização teve sucesso, na medida em que as narrativas discursivas da TNR apresentaram uma relação lógica causal entre a possível ação dos Estados Unidos e o bem estar da população local e dos estadunidenses.

Mais do que isso, a intervenção seria benéfica para os centro-americanos, que sem a ação dos Estados Unidos continuariam com características negativas. A

144 “directly responsible for installing and supporting the Somoza dynasty”; “a special responsibility in Nicaragua”.

145 “Bloodbath”.

universalização e racionalização operaram como elementos de legitimidade, uma vez que apresentaram uma alternativa positiva e benéfica à revolução e à manutenção das ditaduras para a América Central, para os Estados Unidos e, em última instância, para o mundo. Portanto, sendo um problema compartilhado, a intervenção deveria ser resultado da cooperação entre os Estados Unidos e as forças moderadas locais.

Desse modo, os articulistas da TNR defenderam que os Estados Unidos deveriam intervir para empoderar elementos moderados locais e cooperar com os mesmos a fim de promover reformas, modernização, liberdade, democratização, pluralidade e direitos humanos. Em paralelo, deveriam rechaçar o autoritarismo das elites locais e combater qualquer possibilidade de interferência de agentes comunistas, como Cuba e União Soviética.

Esta missão redentora dos Estados Unidos na América Central pressupôs objetivos, virtudes e capacidades que constituíam a nação imaginada nas páginas da TNR. Dessa forma, os intelectuais da TNR apoiaram suas narrativas na padronização – com um referencial proposto como fundamento compartilhado – e na simbolização – com a construção de símbolos de unidade e identificação coletiva. Em outras palavras, essa nação foi imaginada como uma comunidade de indivíduos com virtudes e capacidades comuns, necessárias para transformar a realidade negativa da América Central, tendo o objetivo de melhorar a vida dos centro-americanos e assegurar uma estabilidade favorável aos interesses e à segurança dos Estados Unidos. Assim, os comentaristas da TNR imaginaram a nação como uma comunidade de estadunidenses modernos, moderados, democráticos, plurais e humanitários.

7.3.1.1 Modernos, Moderados e Democráticos

Para os intelectuais da TNR, os Estados Unidos deveriam apoiar grupos moderados a fim de promover reformas modernizantes, com vistas a incentivar a participação democrática, melhorar as condições de vida e, como consequência, minar o apoio aos movimentos revolucionários. Antes mesmo da derrocada de Somoza, Kinzer defendeu a ideia de que os Estados Unidos deveriam incentivar uma transição democrática através de uma coalizão de partidos e políticos

interessados em “conduzir a Nicarágua para o mundo moderno” ¹⁴⁶ (KINZER, 1978, p.11, tradução nossa).

Em 1979, em meio à ofensiva da FSLN, Kondracke afirmou que os Estados Unidos deveriam estar “ajudando opositoristas democratas moderados a tomar o poder”¹⁴⁷ (KONDRACKE, 1979, p.13, tradução nossa). Logo depois da vitória da FSLN, Kondracke e Kotz escreveram que os Estados Unidos deveriam fazer o “possível para reforçar elementos democráticos na Nicarágua” e ajudar os aliados a “reconstruir a economia destrozada e melhorar as condições do povo, com a compreensão clara de que as instituições livres e plurais devem ser preservadas”.

Como estratégia, os Estados Unidos poderiam “se oferecer para negociar e incluir” a Nicarágua no plano econômico para Bacia do Caribe¹⁴⁸ (KONDRACKE; KOTZ, 1981, p.23, tradução nossa). Como os editores apontaram, os Estados Unidos deveriam estabelecer “políticas resolutas que [incentivassem] o desenvolvimento pacífico da América Latina e [desencorajassem] a revolução violenta e repressão” sem, necessariamente, ter que tentar transformar déspotas em democratas da noite para o dia, mas induzindo o respeito aos direitos dos cidadãos¹⁴⁹ (EDITORIAL, 1980, p.5-8, tradução nossa).

Em 1983, na coluna TRB, os editores sugeriram que os Estados Unidos deveriam “buscar uma terceira via entre o fascismo e o comunismo, para apoiar os governos que podem ter o apoio popular” ¹⁵⁰ (TRB, 1983, p. 6, tradução nossa). No editorial “The Truth is Something Banal”, os editores amplificaram o relatório da Comissão Kissinger ao concordar que os Estados Unidos deveriam “tolerar uma variedade de sistemas políticos e sociais em seu hemisfério (...), mas não tolerar uma aliança entre qualquer um desses sistemas e seus inimigos”. A atuação dos Estados Unidos na América Central requereria um “compromisso com a região em ruínas, cujo único precedente seria o Plano Marshall” ¹⁵¹ (EDITORIAL, 1984a, p.5-7,

146 “lead Nicaragua into the modern world”

147 “helping moderate democratic oppositionists to take power”.

148 “possible to bolster democratic elements in Nicaragua”; “to rebuild its shattered economy and improve its needy people—with the clear understanding that it's pluralistic, free institutions must be preserved”; “offer to talk and to include”.

149 “resolute policies which encourage peaceful development in Latin America and discourage violent revolution and repression”

150 “to seek a third way between fascism and communism, to support governments that can command popular support and the will to defend themselves”.

151 “tolerate a variety of political and social systems in its hemisphere (...), but not tolerate an alliance between any of these systems and its enemies”; “commitment to a region in ruins whose only precedent would be the Marshall Plan”.

tradução nossa).

No mesmo ano, o importante cientista político liberal Robert Dahl, em “The Democratic Mystique”, resumiu a linha editorial da TNR. Segundo Dahl, os Estados Unidos deveriam “permanecer firmemente ao lado das forças democráticas (...) e quando necessário oferecer assistência militar”. Esta política, como recomendado pela Comissão Kissinger, deveria estar articulada à “expansão da assistência econômica para as instituições democráticas e treinamento de lideranças” ¹⁵² (DAHL, 1984, p.17-19, tradução nossa).

Depois da dissidência dos liberais e conservadores do governo provisório nicaraguense, editores e articulistas da TNR preconizaram pressionar os sandinistas através de artifícios militares, políticos e econômicos para forçar um cessar fogo, a realização de eleições, a liberalização da economia nicaraguense e o não alinhamento com o bloco soviético. Pari-passu, recomendaram também medidas para fortalecer a oposição democrática no país. Kondracke sugeriu que os Estados Unidos refizessem sua estratégia política para buscar consenso sobre a “promoção da democracia na América Central”. Para isso, seria necessário recrutar “verdadeiros ‘Freedom Fighters’ democratas e não ex-somozistas” ¹⁵³ (KONDRACKE, 1983, p.8-9, tradução nossa).

Em 1985, os editores reverberaram sugestões semelhantes do Senador Chris Dodd (D – C.T), que defendeu uma dupla estratégia para a Nicarágua: “pressionar os nicaraguenses (...) no governo para chegar a um compromisso sobre a partilha de poder com democratas nicaraguenses que nunca aceitariam [a instalação de] uma base militar russa”; e, de modo articulado, “reduzir a influência dos ex-somozistas entre rebeldes”, transformando os “democratas na resistência”, como Arturo Cruz, Alfonso Robelo, Pedro Joaquin Chamorro e Éden Pastora, em pedras basilares da política para aquele país¹⁵⁴ (EDITORIAL, 1985c, p.7-8, tradução nossa).

Depois do escândalo Irã-Contra, os editores afirmaram que iriam “continuar a apoiar a ajuda dos Estados Unidos aos contras”, mas em consonância com a “ajuda econômica em grande escala e em longo prazo para os vizinhos da Nicarágua,

152 “stand firmly on the side of democratic forces (...) and when the need arises given them military assistance”; “expand economic assistance for democratic institutions and leadership training”.

153 “promoting democracy in Central America”; “true democratic freedom fighters rather than ex-Somocista”.

154 “to pressure the nicaraguans (...) in power to reach a compromise on sharing that power with nicaraguan democrats who would never entertain the notion of Russian military base”; “reduce the sway of ex-somocistas among rebels”.

condicionando à concordância em adotar reformas sociais e políticas, e aos esforços de boa fé para negociar (...) com os sandinistas”. Além disso, os Contra deveriam se tornar “uma alternativa política e moral clara aos sandinistas, unir suas facções sob controle civil, fazer progressos no sentido de eliminar os abusos de direitos humanos e desempenhar um papel de apoio nas negociações” ¹⁵⁵ (EDITORIAL, 1987a, p.7-9, tradução nossa).

Em 1987, com um acordo de paz próximo, Kondracke criticou o Plano Árias e defendeu a ideia de que os Estados Unidos precisariam “manter os Contra nicaraguenses vivos até que o progresso em direção à democracia [fosse] irreversível”. Além disso, precisam “monitorar o cumprimento do acordo por parte dos sandinistas” e “estarem prontos para infligir sanções fortes contra a Nicarágua” caso houvesse descumprimento. Tudo isso porque era provável que o desmantelamento das forças contrainsurgentes, em troca de passos simbólicos em direção à democracia, pudesse promover a “consolidação do regime Sandinista como uma ditadura permanente e parceira dos cubanos e soviéticos nos esforços para minar os interesses dos Estados Unidos no hemisfério” ¹⁵⁶ (KONDRACKE, 1987e, p. 16-19, tradução nossa). Dois anos mais tarde, diante das eleições que dariam a vitória a Violeta Chamorro, Kondracke, no artigo “Look Out Gringo”, sugeriu que o governo estadunidense deveria “manter ajuda humanitária” e deixar claro que, “se os sandinistas roubarem a eleição (...) retornará ao Congresso para pedir ajuda militar” ¹⁵⁷ (KONDRACKE, 1989b, p.12-13, tradução nossa).

7.3.1.2 Humanitários, Plurais e Democráticos

Para o caso de El Salvador, o editorial “Rights and Reagan”, de 29 de novembro de 1980, sugeriu que os Estados Unidos deveriam “promover os direitos

155 “continue to support U.S. aid to the contras”; “large-scale and long-term economic aid to Nicaragua neighbors, conditioned on their agreement to adopt social and political reforms, and a good faith efforts to negotiate (...) with the sandinistas); “define a clear political and moral alternative to the Sandinistas, unite their factions under civilian control, make progress toward eliminating human rights abuses, and play a supportive role in negotiations”.

156 “keep the Nicaraguan contras alive until it's clear that the progress toward democracy is irreversible”; “to monitor Sandinista compliance”; “to be ready to inflict strong sanctions against Nicaragua if they show signs of cheating”; “consolidation of the Sandinista regime as a permanent dictatorship and partner in Cuban and Soviet efforts to undermine U.S. interests in the hemisphere”.

157 “keep the contras supplied with humanitarian aid”; “if the Sandinista steal the election, it will return to Congress and ask for military aid”.

humanos e proteger (...) [os] interesses nacionais contra a agressão comunista”¹⁵⁸ (EDITORIAL, 1980, p.8, tradução nossa). Em “How to Help El Salvador”, os editores afirmaram que embora Fidel Castro não tivesse criado os problemas sociais da América Central, ele queria explorá-los. Por isso, os Estados Unidos deveriam resolver esses problemas promovendo a “reconstrução e reforma do exército salvadorenho”; “eleições livres com participação mais ampla possível”; “retirar todo e qualquer (...) o apoio aos repressores”; “reforma agrícola [e] renovação econômica”; e “um Plano Marshall para a América Central” para “criar as condições sociais e econômicas” com o objetivo de solucionar os problemas regionais e, conseqüentemente, “destruir os esquadrões da morte” e “destruir as células de guerrilha” da FMLN. Feito isso, seria necessário fortalecer o centro, o Partido Cristão Democrata, que ao governar El Salvador nos anos 1960 desenvolveu o “constitucionalismo, o crescimento econômico, o sindicalismo, uma forte crença na propriedade, o anti-colonialismo e o anticastrismo”. Em paralelo, os Estados Unidos deveriam manter a “assistência militar”, mediante “a pressão para a observância dos direitos humanos”¹⁵⁹ (EDITORIAL, 1983b, p. 7, tradução nossa).

Kemble, em artigo de 1981, afirmou que os Estados Unidos precisariam evitar que El Salvador caísse sob “domínios totalitários”, através de uma “modesta assistência militar, do apoio à reforma agrária e do apoio às eleições livres”¹⁶⁰ (KEMBLE, 1981, p.17, tradução nossa). Quase uma década depois, próximo das eleições salvadorenhas de 1989, Kondracke sugeriu que, independente do candidato bem sucedido, os Estados Unidos deveriam “encorajar reformas econômicas de livre mercado”. Acima de tudo, não deveriam “ceder ao pessimismo e desistir da esperança pela democracia em El Salvador”¹⁶¹ (KONDRACKE, 1989a, p.23-25, tradução nossa).

158 "stand for human rights and to protect (...) national interests against communist assault".

159 "reconstruction and reform of the Salvadoran army"; "free elections with widest possible participation"; "withdraw of any and all (...) support from the repressors"; "agricultural reform [e] economic renewal"; "a Marshall Plan for Central America"; "create the social and economic conditions"; "destroy the death squads" e "destroy the guerrilla cells"; "constitutionalism, economic growth, trade unionism, a strong belief in property, anticolonialism e anti-castroism"; "military assistance, pressure for observance of human rights".

160 "totalitarian rules"; "modest military assistance, support for land reform, and support for free elections".

161 "We should encourage free market economic reforms".

7.3.2 A caracterização do “outro” interno: os liberais anti-intervencionistas

As narrativas discursivas da TNR caracterizaram os liberais anti-intervencionistas, principalmente no Congresso e na Administração Carter, como obstáculos no desenvolvimento das possibilidades estratégicas inscritas na lógica de “pressão e persuasão”. Através do artifício da diferenciação em relação ao estadunidense da nação imaginada, caracterizaram os liberais anti-intervencionistas de modo negativo como incapazes, fracassados, oportunistas e irresponsáveis.

7.3.2.1 Incapazes e Fracassados

Antes da definitiva derrocada de Somoza Debayle, no artigo “Give Somoza a Push”, Kinzer, que paradoxalmente defendeu posições anti-intervencionistas em outros momentos, criticou a Administração Carter pela carta de apoio enviada a Somoza Debayle, que iluminaria uma “aliança cada vez mais incompreensível (...) entre um presidente americano que prega direitos humanos e um ditador brutal que garantiu o poder de sua família com intimidação, assassinato e repressão sangrenta”¹⁶² (KINZER, 1978, p. 11, tradução nossa).

Diante da queda de Somoza, Kinzer apontou que a Administração Carter era “incapaz de manipular eventos no Terceiro Mundo e, na verdade, tinha grande dificuldade em analisar objetivamente a verdadeira força dos seus aliados”. Na Nicarágua, especialmente, teve chance de atuar de forma assertiva, mas em razão de “equivocos”, solidificaram uma aparente identificação com Somoza. A embaixada estadunidense em Managua teria “demonstrado habilidade inadequada” para reportar a situação política. A próxima chance do Governo Carter se aproximar do novo governo revolucionário estaria no esforço de reconstrução do país¹⁶³ (KINZER, 1979a, p.19-20, tradução nossa).

Para Kondracke, o Governo Carter parecia querer “encorajar a revolta libertária, mas (...) não [estava] disposto a ver como as coisas acontecem”. Em

162 “increasingly incomprehensible alliance (...) between a U.S. president who preaches human rights and brutal dictator who has secured his family's power with intimidation, assassination and bloody repression”.

163 “unable to manipulate events in the third world and, indeed, has great difficulty even in objectively analyzing the true strength of its more repressive allies”; “misjudgments”; “demonstrated inadequate reporting skills”.

poucas palavras, o Governo Carter seria “incapaz de uma ação decisiva” ¹⁶⁴ (KONDRACKE, 1979, p. 11-13). No editorial “Rights and Reagan”, de 29 de novembro de 1980, após o resultado das eleições presidenciais que deram vitória a Reagan, a TNR disse “concordar com os correligionários do novo presidente de que a política estadunidense [liberal] na Nicarágua foi mal concebida e horivelmente executada” ¹⁶⁵ (EDITORIAL, 1980, p.5, tradução nossa).

7.3.2.2 Oportunistas e Irresponsáveis

No fim da crise, as narrativas discursivas da TNR voltaram a tecer críticas aos liberais, principalmente depois que os congressistas democratas combateram as tentativas de ampliar o financiamento das forças contra insurgentes na América Central. Em 1987, Kondracke reverberou a fala de Elliot Abrams, acusando os liberais democratas no Congresso de oportunismo. Segundo Kondracke, “muitos congressistas [estavam] mais interessados em matar a ajuda aos Contra do que em democracia” ¹⁶⁶ (KONDRACKE, 1987f, p.14-16). No editorial “Wright is Wrong”, os editores afirmaram que os Estados Unidos estariam desenvolvendo duas políticas para lidar com a crise na região: a da Administração Reagan “aliada aos contras” e a do Congresso “aliada aos sandinistas”. Acusaram o representante Jim Wright (D – T.X), líder do Partido Democrata no parlamento, de ser “um amador” ao apoiar as negociações para desarmar os Contra em troca de “vagas promessas de democracia”. Mais do que isso, Wright estaria fazendo isso porque “[aspirava] ser um estadista”, mas era um “fantoche” ¹⁶⁷ (EDITORIAL, 1987b, p.7-8, tradução nossa).

Em “The Contra After Iranmok”, os editores escreveram que o Congresso estava sendo “totalmente inconsistente, adotando, pelo menos, cinco políticas diferentes”, desde uma ampla assistência militar até nenhuma assistência militar. Portanto, se tratava de uma estratégia “não só errática, mas evasiva” ¹⁶⁸ (EDITORIAL, 1987a, p.7, tradução nossa). No ano seguinte, no editorial “Save The

164 “encourage libertarian revolt, but (...) not willing, when it starts, to see that it succeeds”; “incapable of decisive action”.

165 “concur with the Reagan people that US policy in Nicaragua was ill conceived and horribly executed”

166 “a lot of people in Congress are more interested in killing off contra aid than in democracy.

167 “allied with the contras”; “allied itself with the sandinistas”; “an amateur”; “vaguest promises of democracy”; “aspires to be a statesman”; “stooge”.

168 “utterly inconsistent, adopting at least five different policies”; “not only erratic but evasive”

Contra”, os editores sugeriram que os Congressistas queriam por um fim definitivo à assistência militar aos Contra, mas que “isso seria um erro profundo”. Na verdade, os congressistas estariam tão “obcecados em derrotar Reagan” e tão “comprometidos ideologicamente em parar a guerra secreta na Nicarágua” que “perderam de vista o bem que a administração [estadunidense] estaria a fazer na América Central, embora, por vezes, apenas sob pressão do Congresso”. Os congressistas liberais deveriam ser “honestos o suficiente para reconhecer que um impasse no financiamento dos Contra era o objetivo supremo da diplomacia de paz nicaraguense” que apoiavam e “não a reconciliação com os seus vizinhos ou um desejo de alcançar a harmonia interna” ¹⁶⁹ (EDITORIAL, 1988a, p.8-10, tradução nossa).

Mais do que isso, após derrotar as propostas de suporte militar aos Contra, os liberais no Congresso “estariam voltando suas atenções para [terminar] a ajuda militar a El Salvador, na esperança de minar o regime e a influência estadunidense e forçar o governo em negociações para a 'partilha de poder' com os comunistas”. Esses congressistas estariam interessados apenas em promover “uma falsa, temporária e despótica paz do que em exigir a democracia” ¹⁷⁰ (EDITORIAL, 1988b, p.7-9, tradução nossa).

7.3.3 O Governo Reagan/Bush: ambivalência em relação ao estadunidense da nação imaginada na TNR

Em alguns momentos episódicos, a TNR definiu o Governo Reagan-Bush como um obstáculo ao desenvolvimento das possibilidades estratégicas inscritas na lógica de “pressão e persuasão” para lidar com a crise na América Central. Em outros momentos, mais frequentes, é possível perceber que os articulistas da TNR deram relativo apoio à política intervencionista Governo Reagan-Bush na América Central, ao passo que pressionaram pela adoção de algumas medidas e estratégias

169 “this would be a profound error”; “so obsessed with defeating Reagan”; “so ideologically committed to stopping covert warfare in Nicaragua”; “lost sight of the good that the administration has done in Central America, albeit sometimes only under congressional pressure”; “ought to be honest enough to acknowledge that a halt in contra funding has been the supreme goal of Nicaraguan peace diplomacy—not reconciliation with its neighbors or a desire to achieve internal harmony”.

170 “the left is now turning its sights on military aid for El Salvador, hoping to undermine the regime and American influence, and force the government into negotiations leading to “power-sharing” with the Communists”; “a false, temporary, and despotic peace—than in demanding democracy”.

específicas.

Esta dupla narrativa discursiva se intercalou de acordo com a atuação das administrações republicanas diante dos desafios na América Central. A caracterização do Governo Reagan-Bush ganhou contornos negativos, especialmente quando os noticiários revelaram as ações da CIA para minar os portos nicaraguenses e a atuação dos agentes do governo estadunidense no esquema Irã-Contra. Ademais, a caracterização foi negativa em ocasiões em que os governos republicanos estavam propensos a apoiar o autoritarismo dos governos salvadorenhos e guatemaltecos, a violência dos Contra e as atrocidades dos esquadrões da morte. Nesses casos, os intelectuais da TNR utilizaram estratégias de diferenciação ao afastar a caracterização do Governo Reagan-Bush da dos estadunidenses da comunidade imaginada nas páginas da revista.

Por outro lado, a caracterização do Governo Reagan-Bush ganhou contornos positivos nos momentos em que buscaram se afastar das forças autoritárias e combater os revolucionários por meio de forças moderadas. Nestes períodos, os articulistas da TNR se valeram de estratégias de padronização e simbolização com expressões que reforçaram o referencial padrão e a construção de símbolos de identificação e, como consequência, aproximaram o Governo Reagan-Bush do ideal de nação imaginado.

7.3.3.1 A caracterização negativa do Governo Reagan-Bush

De modo negativo, os articulistas da TNR caracterizaram o Governo Reagan-Bush como fracassado, irresponsável, antidemocrático, negligente e opressor.

7.3.3.1.1 Fracassado e Negligente

Em abril de 1983, em “Path to Disaster”, Kondracke afirmou que a Administração Reagan teria “falhado miseravelmente” ao tentar persuadir o Congresso e os estadunidenses de que lutaria por uma causa justa na América Central¹⁷¹ (KONDRACKE, 1983, p. 8, tradução nossa). É possível constatar críticas semelhantes em alguns editoriais. Antes mesmo que Reagan assumisse a Casa

171 “failed miserably”.

Branca, os editores afirmaram que o futuro governo estaria cometendo um erro ao “simpatizar e ajudar déspotas e tiranos” porque os apoiadores do novo presidente “tendem a ser amigos, colegas de trabalho e companheiros de alma ideológica de oligarcas e opressores da América Latina” ¹⁷² (EDITORIAL, 1980, p. 5-6, tradução nossa).

Em “The Central American Wars”, os editores amplificaram a acusação do Senador Chris Dodd (D – C.T) de que o presidente teria “abandonado qualquer consideração sobre a miséria social e econômica da vida na América Central e [insistido] cada vez mais na assistência militar que só levaria a um túnel escuro de intervenção sem fim” ¹⁷³ (EDITORIAL, 1983e, p.5-7, tradução nossa).

No caso de El Salvador, os editores acusaram o Governo Reagan de não ter “qualquer estratégia para a América Central” ¹⁷⁴ (EDITORIAL, 1983b, p. 5, tradução nossa). No editorial “After Duarte's Win”, publicado logo após a vitória eleitoral de Duarte em 1984, os editores lançaram críticas ao presidente Reagan, que não teria feito o suficiente para dirimir o temor de uma invasão das forças armadas estadunidenses na região (EDITORIAL, 1984d, p. 7, tradução nossa).

Ao contrário, Reagan teria “acenado com a camisa ensanguentada” ao utilizar a palavra “comunista” mais de vinte e seis vezes em um discurso de trinta e dois minutos. Os editores afirmaram que a “ameaça [comunista] não [existia]”, mas sim “um país violento assolado pela pobreza e com uma oligarquia que suprimiu a população por [muitas] gerações”, inclusive através de “esquadrões da morte (...) intimamente ligados à polícia, aos alto escalões governamentais e aos funcionários da guarda nacional” ¹⁷⁵ (EDITORIAL, 1984d, p.7-8, tradução nossa).

7.3.3.1.2 Fracassado e Irresponsável

Após a descoberta de que a CIA colocou minas em portos da Nicarágua, os editores da TNR classificaram a ação, no editorial “Remember The Mine”, como um “fiasco”, uma “desventura” e uma “incompetência”. Mais do que isso, os editores

172 “to sympathize with and assist despots and tyrants”; “tend to be friends, business associates, and ideological soul mates of Latin America's oligarchs and oppressors”.

173 “abandoned consideration of the social and economic wretchedness of Central America life for ever-increasing military assistance that only leads to a dark tunnel of endless intervention”.

174 “absence of any seriously considered strategy for Central America”.

175 “waved the bloody shirt”; “threat does exist”; “a violent, poverty-stricken country whose oligarchy has been suppressing its population for generations”; “death squads (...) closely tied to high government police and national guard officials”.

disseram “não apoiar os objetivos e os métodos da administração Reagan”, sobretudo porque a assistência militar estadunidense estaria destinada a um grupo que abrigava “muitos dos comandantes de campo da brutal (...) Guarda Nacional de Anastasio Somoza” (EDITORIAL, 1984, p.7-8, tradução nossa).

O resultado da estratégia do governo estadunidense para a Nicarágua seria “uma política confusa, com uma guerra secreta sem qualquer ideia clara” do que deseja alcançar. O “perigo imediato” desta política seria “falhar” em pressionar por negociações de paz e ter que fazer “uma escolha desagradável entre a vitória comunista regional e a introdução de tropas norte-americanas”. Portanto, minar portos e oferecer assistência a ex-somozistas, “ignorando as oportunidades de negociação” iria “destruir a credibilidade dos Estados Unidos como um respeitador do direito internacional, um promotor da democracia e um parceiro no processo de paz” ¹⁷⁶ (EDITORIAL, 1984, p.7-8, tradução nossa).

7.3.3.1.3 Antidemocrático e Violento

Em meio ao escândalo Irã-Contra, no “The Contra After Iranmok”, os editores disseram que as tentativas da Administração Reagan de tentar evitar que o Congresso exercesse qualquer limite ao poder presidencial no que se referia à política externa, inclusive como forma de justificar a legalidade do esquema Irã-Contra, significou “uma doutrina profundamente perigosa que (...) [destruiu] o que restava de cortesia entre o Poder Executivo e do Congresso”. Sob pressão, a Administração Reagan estaria a “ameaçar realmente a democracia em casa” ¹⁷⁷ (EDITORIAL, 1987a, p.7-9, tradução nossa).

Jefferson Morley, no artigo “Oliver’s Army”, publicado após o escândalo Irã-Contra, afirmou que Oliver North e, por extensão, Reagan, ao conduzir a política antissandinista “fora da lei”, causou “um duro golpe aos Contra, maior do que qualquer batalhão Sandinista com equipamento soviético jamais poderia fazer”.

176 “misadventure”; “incompetence”; “not support the Reagan Administration's goals and methods in supplying aid”; “many of the field commanders of which were officers in Anastasio Somoza's brutal (...) National Guard”; “a confusion policy, as covert war goes forward any clear idea”; “immediate danger”; “fail”; “an unpalatable choice between a regional Communist victory and the introduction of American troops”; “ignoring opportunities for negotiation”; “undermine America's credibility as a respecter of international law, a promoter of democracy, and a partner in peacemaking”.

177 “a profoundly dangerous doctrine that (...) will destroy whatever comity remains between the executive branch and congress”; “threatening actually to undermine democracy at home”.

Assim, paradoxalmente, ao invés de “exportar o estilo estadunidense de democracia para a América Central”, acabaram por “importar o estilo de democracia da América Central para os Estados Unidos” ¹⁷⁸ (MORLEY, 1986b, p.12-14, tradução nossa).

Sobre o mesmo caso, Robert Parry, jornalista que colaborava com a *Associated Press* e a *Newsweek*, e Brian Barger, produtor do programa *West 57th Street* no canal CBS, publicaram “Reagan's Shadow CIA”, com o subtítulo “como a Casa Branca colocou em prática a guerra secreta dos Contra” para comentar o caso Irã-Contra. Segundo os autores, um ex-agente da CIA teria dito que “a rede de suporte dos Contra ficou ‘fora de controle’”. O que poderia comprometer a credibilidade da agência, sobretudo porque a “falta de responsabilidade contribuiu para a corrupção generalizada e até mesmo o tráfico de entorpecentes”. Algumas evidências mostravam que “forças rebeldes [Contra] utilizaram os lucros do tráfico de drogas para pagar a guerra”. Portanto, para o jornalista e o produtor, os Estados Unidos estariam a “violar o direito internacional” ¹⁷⁹ (PARRY; BARGER, 1986, p.23-27, tradução nossa).

Por fim, em 1990, como um balanço da atuação na Nicarágua, os editores da TNR acusaram a CIA de Reagan de ter “patrocinado o treinamento dos Contra por veteranos da assassina 'guerra suja' da Argentina” e de “não ter tido escrúpulos ao alistar os cortadores de garganta da Guarda Nacional de Anastasio Somoza na força [contrainsurgente]”. De acordo com os editores, a “ênfase da política de Reagan estava em ajuda militar e vitória militar (...), infinitamente menos desejável do que a vitória eleitoral”. Mas o Governo Reagan teria dado “pouca atenção à luta política tanto na Nicarágua, como nos Estados Unidos” e quando perdeu o apoio do Congresso, “violou a lei para manter a ajuda militar fluindo” ¹⁸⁰ (EDITORIAL, 1990b, p.7-9, tradução nossa).

178 “outside the law”; “a more crush blow to the Contra than any Soviet-equipped Sandinista battalion ever could”; “to export U.S.- Style democracy to Central America”; “import Central America-style democracy to United States”.

179 “How the White House ran the secret contra war”; “the contra aid network has spun 'out of control'”; “lack of accountability contributed to reported widespread corruption and even narcotic trafficking”; “rebel forces using profits from drug trafficking to pay for the war”; “violating international law”.

180 “Reagan's CIA sponsored training for the Contra by veterans of Argentina's murderous 'dirt war'”; “was none too scrupulous about enlisting tonner cutthroats from Anastasio Somoza National Guard into the force”; “the main emphasis of Reagan policy was on military aid and military victory (...) infinitely less desirable than the electoral victory”; “yet the political side of the struggle was given short shrift both in Nicaragua and in the United States”; “violated the law to keep U.S. military aid flowing”.

7.3.3.2 A caracterização positiva do Governo Bush-Reagan

De modo positivo e paradoxal, os intelectuais da TNR caracterizaram o Governo Reagan-Bush como democrático, humanitário e moderno.

7.3.3.2.1 Democrático e Moderno

Em 1988, os editores da TNR afirmaram que os objetivos dos Estados Unidos na América Central estavam sendo alcançados. Primeiro, com apoio dos Estados Unidos, os Contra teriam “impedido os sandinistas de subverter os países vizinhos”, uma vez que exerceram pressão para “estabelecer uma posição forte para forçar a reforma política”. Segundo, estariam alcançando uma “democratização gradual da região”, mesmo que “lentamente, irregularmente, e inadequadamente”. De acordo com os editores, “El Salvador, Honduras, Guatemala e todos os lugares [estavam] mais democráticos e menos brutais do que em 1981” e contavam com “governos civis” e “expansão da liberdade”¹⁸¹ (EDITORIAL, 1988b, p.7-9, tradução nossa).

A administração Reagan, com a sua reputação de linha-dura anticomunismo, tinha “credibilidade com os líderes militares latinos e usou-a para exortá-los em seu próprio interesse, para evitar atrocidades contra civis e golpes de Estado contra o governo civil”¹⁸² (EDITORIAL, 1988b, p.8, tradução nossa). No ano seguinte, os editores afirmaram que a “política da administração [estadunidense] conseguiu enfraquecer o Sandinistas economicamente e politicamente tornando-os vulneráveis a outros tipos de pressão”¹⁸³ (EDITORIAL, 1989, p.5, tradução nossa).

Em 1990, os editores, no texto “Who Won Nicarágua?”, afirmaram que “os valores políticos fundamentais (e também os interesses nacionais) dos Estados Unidos ganharam na Nicarágua”. Os Estados Unidos, que “serviram de inspiração para o triunfo democrático”, deveriam fazer com “que a democracia prevalecesse”. Para isso, precisariam “gastar dinheiro com o desenvolvimento econômico, a saúde,

181 “they had prevented the Sandinistas from subverting neighboring countries”; “had established a strong position for forcing political reform”; “gradual democratization of the region”; “albeit slowly, fitfully, and inadequately”; “El Salvador, Honduras, and Guatemala all are more democratic and less brutal places than they were in 1981”; “they have civilian governments”; “is established for the expansion of liberty”.

182 “redibility with Latin military leaders and has used it to urge them—in their own interest—to avoid atrocities against civilians and coups against civilian government”.

183 “administration’s policy did succeed in weakening the Sandinistas economically and politically rendering them vulnerable to other sorts of pressure”

a educação e a reforma agrária” para aqueles que realmente precisavam; além de promover a “criação de um sistema judiciário independente, uma imprensa livre, crédito (...) e mercados abertos” e elaborar “estratégias para ensinar as nações recém-livres como estabelecer as instituições que sustentam a democracia” ¹⁸⁴ (EDITORIAL, 1990b, p.7-9, tradução nossa).

7.3.3.2.2 Humanitário e Moderno

Sobre El Salvador, no fim da crise, Kondracke, no artigo “Salvador's Silver Lining”, teceu elogios às ações do Governo Reagan e do Governo Bush em El Salvador. O articulista afirmou que a política estadunidense estaria alcançando “resultados importantes em um país violento, pobre e outrora feudal”. Uma prova disto estaria no fato de que “depois de séculos de ditadura, massacres de camponeses, eleições fraudulentas e tortura”, El Salvador tinha realizado “cinco eleições razoavelmente justas e democráticas”. Diante da pressão do governo estadunidense, “houve uma redução drástica da taxa de assassinato político”. A economia salvadorenha “sem a ajuda dos Estados Unidos teria continuado a mergulhar” na crise, ainda que a situação não fosse das melhores¹⁸⁵ (KONDRACKE, 1989a, p.23-25, tradução nossa).

Em 10 de junho de 1985, no editorial “Good News From El Salvador”, os editores apontaram que Duarte ainda estava sob pressão, principalmente porque a esquerda comunista era uma “ameaça”. Entretanto, a assistência militar dos Estados Unidos teria “reduzido as ações rebeldes com vistas a sequestrar prefeitos e explodir linhas telefônicas”. A estratégia bipartidária estadunidense baseada no fortalecimento do centro e articulada com a assistência econômica e militar estaria a “formar uma força [militar salvadorenha] que, se ainda estava longe de ser uma defensora exemplar da liberdade” ao menos estava “longe da instituição que

184 “the fundamental political values (and also the national interests) of the United States of America won in Nicaragua as well”; “served as an inspiration for the triumph of democracy”; “that democracy prevails”; “establishment of an independent judiciary, a free press, credit and property rights for small-scale businesspeople, and open markets”; “developing strategies for teaching newly free nations how to establish the institutions that will sustain democracy”.

185 “U.S policy has achieved important results in this violent, poverty-ridden, once-feudal country”; “After centuries of dictatorship, peasant massacres, rigged elections, and torture; “El Salvador has held five reasonably fair and democratic elections during the past eight years”; “has been a dramatic reduction in the rate of political killing”; “Without U.S. aid it would have continued to plunge”.

costumava deixar os seus quartéis, principalmente, com a finalidade de espancar camponeses”. Com a ajuda dos Estados Unidos, as Forças Armadas de El Salvador estaria “começando a ficar parecida com uma força de combate verdadeiramente profissional” que usa o poder com mais responsabilidade¹⁸⁶ (EDITORIAL, 1985b, p.7, tradução nossa).

O editorial de 1990 afirmava que por dez anos os Estados Unidos alimentaram militares salvadorenhos com armas e treinamentos e tentaram “convertê-los em defensores da democracia, ao invés de opressores de seu próprio povo”. Como resultado, o número de homicídios em El Salvador caiu drasticamente. De acordo com os editores, “em 1980 e 1981 cerca de 800 civis foram massacrados por mês por esquadrões da morte ligados ao governo”, mas no fim da década, a “taxa de morte [era] de 20 civis por mês”. No entanto, as soluções estariam incompletas, pois “assassinatos e outros abusos de civis” não teriam cessado completamente e a “eficiência militar não melhorou”, inclusive os oficiais não foram punidos “por milhares de mortes, estupros, torturas e roubos infligidos contra os civis”. Relatórios do Congresso dos Estados Unidos teriam mostrado que “catorze dos quinze oficiais mais graduados do exército salvadorenho (...) ordenaram tropas que cometeram repetidamente graves violações dos direitos humanos”¹⁸⁷ (EDITORIAL, 1990c, p.7-8, tradução nossa).

Dois anos mais tarde, de acordo com Charles Lane, em retrospectiva, “os Estados Unidos estavam certos ao se opor a uma vitória militar dos rebeldes” da FMLN. Neste sentido, “Reagan apoiou Duarte e procurou ajudar seu governo civil a tornar a força militar mais humana e eficiente sob a tutela de especialistas estadunidenses”. Em paralelo, o apoio dos Estados Unidos às eleições em El Salvador “induziu a extrema direita à moderação” e “ajudou a guerrilha a eventual moderação induzindo seus aliados civis a arriscar um retorno à disputa política”.

186 “threat”; “reduces the rebels to kidnapping mayors and blowing up telephone lines”; “fashioning of a force that, if still hardly an exemplary defender of liberty”; “far cry from the institution that used to leave its barracks mainly for the purpose of battering peasants”; “beginning to approximate a truly professional fighting force”

187 “convert it into a defender of democracy, rather than an oppressor of its own people”; “in 1980 and 1981 some 800 civilians a month were butchered by death squads connected to the government”; “Nowadays the civilian death rate is twenty per month”; “murder and other abuse of civilians continue”; “military efficiency has not improved”; “has any officer been punished for the thousands of deaths, rapes, tortures, and thefts inflicted on civilians by the military”; “One recent congressional task force report showed that fourteen of the fifteen highest-ranking officers in the Salvadoran army (...) have commanded troops who have repeatedly committed serious human rights abuses”.

Ademais, os Estados Unidos “pregaram sobre direitos humanos para os militares e para a autoridade civil”. O mais importante, entretanto, é que os Estados Unidos teriam conseguido a ajudar a estabelecer “um consenso nacional (...) que a sociedade salvadorenha deveria ser uma democracia representativa com uma economia de mercado e que as diferenças seriam trabalhadas dentro desses parâmetros”¹⁸⁸ (LANE, 1992, p.10-11, tradução nossa).

7.4 Os Contra: elementos estratégicos de pressão

A TNR tratou os Contra como um elemento importante na estratégia estadunidense para a América Central, ainda que, em alguns momentos, tenha disparado críticas negativas. De modo geral, as narrativas discursivas do periódico universalizaram a fração civil dos Contra, composta por liberais e conservadores dissidentes da revolução e anti-somozistas, como representantes de toda força contrainsurgente. Desse modo, apresentaram os Contra como democráticos, populares e bem sucedidos.

Em maio de 1983, depois que o Governo Reagan desvelou o plano de apoiar a contrainsurgência na Nicarágua, os editores afirmaram que a estratégia militar para a região teria “mérito”. Contudo, seria um desastre se não fosse acompanhada de “progresso social e econômico”; “reforma da política salvadorenha”; “esforço regional para coexistência” e o “fim da guerra secreta”¹⁸⁹ (EDITORIAL, 1983b, p.05-07, tradução nossa).

Em “Nicarágua Moment”, os editores foram ainda mais explícitos – afirmaram que os Estados Unidos deveriam dar continuidade ao “suporte para os Contra” como meio de exercer “pressão (...) para fazê-los mudar de opinião”¹⁹⁰ (EDITORIAL, 1985a, p.8, tradução nossa). Algumas semanas mais tarde, outro editorial defendeu a estratégia de auxiliar as forças contrainsurgentes não para instaurar um novo governo, mas a fim de “pressionar os sandinistas para forçá-los a fazer o que prometeram (...) em julho de 1979: estabelecer um sistema político plural, uma

188 “the U.S. was right to oppose a military victory by the rebel”; “induced the far right to moderate—and helped the guerrilla’s eventual moderation by inducing their civilian allies to risk a return to political competition”; “U.S. preachments to the army about human rights and civilian authority”; “a national consensus (...) that Salvadoran society should be a representative democracy with a market economy, and that differences will be worked out within those parameters”

189 “merit”; “social and economic progress”; “reform of salvadoran politics”; “effort for regional coexistence”; “end of secret war”.

190 “support for the contras”; “pressure (...) to make them change their minds”.

economia mista e uma política de não-alinhamento internacional”¹⁹¹ (EDITORIAL, 1985c, p.8, tradução nossa).

Na caracterização dos articulistas da TNR, os Contra representariam a pluralidade da sociedade nicaraguense e a esperança da participação popular democrática. Estariam se saindo bem. Para Krauthammer, os Contra representariam “muitos segmentos da sociedade nicaraguense, incluindo índios Misquito, o campesinato rural e os democratas urbanos traídos”¹⁹² (KRAUTHAMMER, 1983, p. 15, tradução nossa). Em 1985, o liberal moderado Morley, no artigo “Confessions of a Contra”, que dá voz direta a Edgar Chamorro, revelou “grande admiração pelos (...) ‘Combatentes da Liberdade’ que lutavam contra o exército sandinista na fronteira de Honduras”. Entretanto, deveriam estar sob controle civil.

Para Robert Leiken, em 1986, os Contra eram um grupo com: “uma base camponesa, oficiais [da Guarda Nacional] populistas de meio-escalão e lideranças, na maior parte, reacionárias impostas e mantida pelos Estados Unidos” relutantes em promover “esforços para democratizar” a Nicarágua¹⁹³ (LEIKEN, 1986, p.19, tradução nossa). Entretanto, no ano seguinte, Leiken mudou de opinião sobre os Contra. No artigo “Nicaraguan Cliffhanger”, explicou que “com o novo equipamento e treinamento fornecido pelos EUA, os Contra se mostraram lutadores muito mais eficazes do que qualquer um esperava”. Isso estaria diretamente relacionado às “reformas militares e políticas instituídas por líderes da resistência com o apoio do governo estadunidense e do Congresso”. Como resultado, os nicaraguenses se referiam aos Contra como “los muchachos, termo carinhoso uma vez aplicado aos sandinistas”¹⁹⁴ (LEIKEN, 1987, p.17-21, tradução nossa).

De acordo com Kondracke, em “Into the Jungle”, os Contra não eram a “força desorganizada” que os críticos descreviam. Junto aos Contra estariam “camponeses que se ressentiam de ocupações de terras sandinistas e da supressão da igreja, os índios da costa atlântica que queriam ser deixados sozinhos e não foram e a classe

191 “to push the sandinistas, to force them to do what they promised (...) in July 1979: establish a pluralist political system, a mixed economy, and a non-aligned foreign policy”.

192 “many segments of Nicaraguan Society, including Miskito Indians, the rural peasantry, and betrayed urban democrats”.

193 “a peasant base, populist middle-echelon officers, and mostly reactionary leadership imposed and maintained by the United States”; “efforts to democratize”.

194 “With the new U.S.-supplied equipment and training, the contras showed themselves to be far more effective fighters than anyone had expected”; “Contra successes were directly related to military and political reforms instituted by resistance leaders with the backing of the administration and Congress”; “los muchachos,” the affectionate term once applied to the Sandinistas”.

média urbana e as elites que perderam as propriedades e a liberdade”. Reverberando o General Paul Gorman, caracterizou os Contra como um grupo com a “oportunidade de apresentar ao povo da Nicarágua uma alternativa para as opressões e militarismo” ¹⁹⁵ (KONDRACKE, 1987b, p.15-16, tradução nossa).

Em “The Contra Crack-Up”, Kondracke assegurou aos leitores que “os Cruzes e Robelos” representavam uma parte da sociedade nicaraguense que sempre foi “notável e digna – não os oligarcas, mas as boas pessoas – advogados, diplomatas, e romancistas” ¹⁹⁶ (KONDRACKEa, 1987, p.9-10, tradução nossa). Para Fred Barnes, companheiro de Kondracke, os Contra não representavam mais o somozismo, mas “um pequeno grupo de ex-membros da Guarda Nacional com 15.000 homens que ganhou o apoio de líderes anti-Somoza como Alfonso Robelo e Arturo Cruz” (BARNES, 1986c, p.14, tradução nossa).

Joshua Muravchik, com base em supostas informações do Misura, heroificou os Contra ao relatar que “invadiram os campos [de refugiados Misquitos] como o de Sumubila (...) para libertar a população e escoltar até um refúgio [seguro] em Honduras” ¹⁹⁷ (MURAVCHIK, 1984a, p. 23-25, tradução nossa). Em 1984, anunciou com entusiasmo a Coordenadoria Democrática Nicaraguense para disputar as eleições nicaraguenses. De acordo com Muravchik, o principal objetivo da Coordenadoria seria garantir eleições livres e justas e o respeito ao resultado das mesmas. Além disso, buscaria “garantias de liberdade de expressão, de informação e movimento; o fim da censura à imprensa; liberdade de reunião; e igualdade de acesso às frequências de transmissão”. A plataforma da Coordenadoria não teria o objetivo de por fim à revolução, mas “cumprir suas promessas originais” como o “não-alinhamento, a economia mista, e o pluralismo”¹⁹⁸ (MURAVCHIK, 1984b, p.22-23, tradução nossa).

Portanto, a Coordenadoria, “a boa”, mereceria mais atenção dos estadunidenses, porque era capaz de “trazer a paz para Nicarágua”. Arturo Cruz,

195 “a rag-tag force”; “peasants who resented Sandinista land seizures and suppression of the church, Atlantic Coast Indians who wanted to be left alone and weren't, and the urban middle class and elites who lost property and freedom”; “chance to present to the Nicaraguan people an alternative to the oppressions and militarism”.

196 “The Cruzes and Robelos represent the part of Nicaraguan society that were always notables and dignitaries—not oligarchs, but ‘the good people’—lawyers, diplomats, and novelists”.

197 “raided the camps like Sumubila in order (...) to ‘liberate’ the population and escort it to refuge in Honduras”.

198 “guarantees of freedom of expression, information and movement; an end to censorship of the press; freedom of assembly; and equal access to the air waves”; “fulfilling its original promises” com “nonalignment, mixed economy, and pluralism”;

candidato à presidência da Coordenadoria, seria um “adversário formidável” aos sandinistas¹⁹⁹ (MURAVCHIK, 1984b, p.22-23, tradução nossa). No ano seguinte, após a derrota eleitoral, o próprio Cruz e seu filho, Cruz Jr., publicaram o artigo “A Peace Plan for Nicarágua” no qual afirmam que os líderes da oposição iriam convocar os sandinistas para um “diálogo nacional” a fim de “explorar a última esperança de alcançar a paz através da reconciliação nacional e da democracia, evitando a catástrofe de sangue derramado”. Na pauta, pediram aos sandinistas para que “a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de movimento” fossem garantidas. Cruz e Cruz Jr. finalizaram o artigo afirmando que queriam “uma solução constitucional”²⁰⁰ (CRUZ; CRUZ JR., 1985, p.17-18, tradução nossa).

Os editores em “Case For The Contra”, de 24 de março de 1986, classificaram os Contra como “um exército camponês”, daqueles com “profundo ressentimento no campo com as ofensas sandinistas à tradição e à religião” e que associados aos índios misquitos, formariam uma “grande oposição popular”. Entre os líderes do grupo, Adolfo Calero seria um dos oponentes históricos de Somoza; Arturo Cruz seria um “impecável democrata” e Alfonso Robelo queria “uma democracia no estilo costarrriquenho na qual todas as tendências políticas, incluindo a esquerda, são livres para competir pelo poder”²⁰¹ (EDITORIAL, 1986a, p.7-9, tradução nossa).

Em outro editorial do mesmo ano, intitulado “Democrats and Comandantes”, os editores afirmaram que os “verdadeiros democratas” estavam na oposição aos sandinistas ou no exílio para reavivar a revolução. Esses “homens e mulheres heróicos” teriam mostrado “coragem para se tornar um dissidente em uma Nicarágua cada vez mais totalitária”²⁰² (EDITORIAL, 1986b, p.7-9, tradução nossa).

7.5 Conclusões preliminares

Nas narrativas discursivas sobre a crise da América Central, a TNR

199 “good one”; “bringing peace to Nicaragua”; “formidable adversary”.

200 “national dialogue”; “explore the last hope of achieving peace through national reconciliation and democracy and by avoiding the catastrophe of blood-shed”; “freedom of expression, freedom of the press, and freedom of movement”; “a constitutional solution”.

201 “a peasant army”; “the deep resentment in the countryside at sandinista offenses to tradition and religion”; “vast popular opposition”; “impeccable democrat”; “Costa Rican-Style democracy, where all political tendencies, including the left, are free to compete for power”.

202 “genuine democrats”; “heroic men and women”; “courage to become a dissident in increasingly totalitarian Nicaragua”.

caracterizou o “outro”, o centro-americano, de modo negativo – entretanto, lhe imputaram apenas parte dos problemas da região. Os Estados Unidos e as elites centro-americanas aparecem também como responsáveis.

Assim, os intelectuais da TNR não inseriram a crise exclusivamente na lógica bipolar da Guerra Fria. A crise seria também resultado da relação desigual Norte-Sul, que gerava miséria e falta de democracia – elementos explorados pela União Soviética para influenciar a região. Com isso, caracterizaram os centro-americanos, de modo geral, como dominados e controlados por forças internas e externas, passivos, violentos, irracionais, autoritários e atrasados. Como resultado dessa realidade, caracterizaram os revolucionários na Nicarágua e em El Salvador como radicais, autoritários, violentos, desumanos, fracassados, incompetentes, imorais, impopulares, terroristas e subordinados aos governos de Cuba e da União Soviética. Sendo assim, uma ameaça aos Estados Unidos.

Como solução, a TNR propôs ações de intervenção na América Central, inclusive como forma de corrigir os supostos erros estadunidenses do passado – mesmo os articulistas com tendências anti-intervencionistas pareceram estar convencidos da necessidade de intervenção. Com isso, o periódico definiu a ação dos Estados Unidos em parceria com outras forças na região. Neste processo, imaginou a nação como uma comunidade de estadunidenses com características positivas: modernos (desenvolvidos), moderados, democráticos, plurais e humanitários. Em comparação com a caracterização do “outro” centro-americano, é possível perceber uma relação de oposição entre os significantes positivos e negativos, como democráticos/autoritários; modernos/atrasados; moderados/radicais e humanitários/desumanos-violentos.

Ao narrar os embates políticos da intervenção, dentro dos Estados Unidos, a TNR definiu os liberais anti-intervencionistas, principalmente no Congresso e no Governo Carter, de modo negativo, como incapazes, fracassados, oportunistas e irresponsáveis. Ao comparar a caracterização dos liberais anti-intervencionistas com a caracterização dos estadunidenses da nação imaginada, é possível perceber que não são características opostas e excludentes. Contudo, a caracterização dos liberais anti-intervencionistas como oportunistas exclui a concepção positiva da nação como comunidade. A caracterização como irresponsáveis, fracassados e incapazes, por sua vez, é contrária à capacidade política em sentido positivo.

De modo semelhante, em alguns momentos específicos, os intelectuais da

TNR caracterizaram negativamente o Governo Reagan-Bush com expressões que o denotam como fracassado, irresponsável, antidemocrático, negligente e opressor. Ao comparar essa caracterização com a caracterização do estadunidense da nação imaginada nas páginas da TNR, é possível perceber uma oposição entre os significantes antidemocrático/democrático e humanitário/opressor, reforçando o caráter negativo do Governo Reagan-Bush em relação à uma concepção de ideal nacional. Já os significantes “irresponsáveis” e “fracassados”, iguais na caracterização dos liberais anti-intervencionistas, são contrários à gestão política em sentido positivo.

No entanto, em muitos outros momentos, os intelectuais da TNR caracterizaram o Governo Reagan-Bush de modo positivo como democrático, humanitário e moderno. Sendo assim, em comparação, a caracterização do Governo Reagan-Bush repete a caracterização dos estadunidenses da nação imaginada nas páginas do periódico. Em comparação, a caracterização do Governo Reagan-Bush e a caracterização do “outro” centro-americano repete o resultado da comparação entre este e o estadunidense da nação imaginada: democráticos/autoritários; modernos/atrasados e humanitários/desumanos-violentos.

Embora com críticas, a TNR também caracterizou os Contra de modo positivo como democráticos, populares e bem sucedidos. Em comparação, o significante “democrático” se combina em oposição à caracterização negativa, com o significante “autoritário”, que caracteriza os centro-americanos: democrático/autoritário. O mesmo significante caracteriza de modo positivo o estadunidense da nação imaginada e o Governo Reagan-Bush. Além disso, a caracterização como “populares” indica a capacidade de participar de modo positivo da intervenção na América Central, com apoio da população.

Desse modo, os articulistas da TNR imaginaram a nação como reflexo da missão dos Estados Unidos na América Central, em oposição ao “outro” centro-americano e revolucionário. Produziram, desta forma, narrativas discursivas acerca das relações internacionais que definem a caracterização do “outro”, externo e interno, e a imaginação da nação de modo imbricado, relacional e referente.

Neste caso analisado, a forma de imaginar a nação de modo positivo, a partir de medidas de intervenção sobre o outro negativo externo – o centro-americano tradicional e revolucionário – e em contraposição política ao “outro” negativo interno – os liberais anti-intervencionistas e, em alguns momentos, o Governo Reagan-Bush

– funcionam como elemento de estímulo de engajamento ao apoio das ações dos Estados Unidos na América Central. Mais especificamente, funcionam como elemento de construção da hegemonia sobre as medidas de intervenção próprias, que nem sempre correspondem às medidas e às ações das administrações republicanas, apontando para a necessidade de um ajuste fino na forma de conduzir a política externa.

A TNR aponta a conduta esperada dos estadunidenses que se reconhecem na imaginação positiva da nação: apoio e engajamento na intervenção, mas de modo parcialmente diverso do Governo Reagan-Bush. De todo modo, reforçam o artifício de construção da hegemonia sobre a intervenção ao apresentar os liberais e os revolucionários nicaraguenses e salvadorenhos com características negativas, que os estadunidenses não deveriam seguir ou admitir.

Ademais, ao caracterizar os Contra de modo positivo e similar ao estadunidense, reforçam o valor positivo de determinados setores da sociedade centro-americana. Assim, reforçam a construção da hegemonia sobre medidas de intervenção que dão um papel importante às elites. Em resumo, como estratégia de construção da hegemonia, os intelectuais da TNR apresentaram suas percepções de mundo através da imaginação da nação como um padrão partilhado por todos. Com isso, reforçaram a relação direta e o resultado positivo entre medidas de intervenção na América Central, nem sempre consonantes com aquelas adotadas pelo Governo Reagan-Bush, e a conduta esperada de um estadunidense.

8 Conclusões

Nesta tese, buscamos compreender como as narrativas discursivas acerca de questões internacionais empreendem modos de imaginar o “outro” e formas de imaginar a nação que funcionam como elementos de construção de hegemonia. Mais especificamente, analisamos como as revistas *Commentary Magazine* e *The New Republic* – que abrigavam majoritariamente intelectuais com percepções de mundo de tendência neoconservadora e neoliberal – produziram narrativas discursivas sobre a crise na América Central, que engendraram formas de imaginar caracterizações do “outro” – centro-americanos, revolucionários, anti-intervencionistas e a própria nação. Além disso, buscamos entender como esses elementos se combinam de modo que possam construir a hegemonia sobre as propostas de intervenção na América Central, isto é, de modo que possam provocar o engajamento e o apoio sobre medidas de intervenção na região.

No primeiro capítulo, buscamos esclarecer as bases teóricas, metodológicas e históricas que fundamentaram a pesquisa. Assim, partimos do princípio de que o Estado e, conseqüentemente, suas ações, não pode ser compreendido como um ator único, que age acima da sociedade. Ao contrário, é resultado das correlações de forças que se estabelecem na sociedade civil e na sociedade política com intuito de construir a hegemonia.

Em seguida, tentamos mostrar que a ideia de nação, entendida aqui como “comunidade imaginada”, é uma imagem confeccionada na correlação de forças da sociedade civil que pode funcionar como importante fator no processo de construção da hegemonia. Neste sentido, os intelectuais da mídia impressa e as organizações em que estão inseridos cumprem um importante papel orgânico ao produzir e divulgar narrativas discursivas que reverberam percepções de mundo e formas de imaginar a nação, principalmente quando tratam dos fatos que ocorrem no cenário internacional. Portanto, podem estar sujeitas aos métodos de análise da narrativa e do discurso. Além disso, neste capítulo, esclarecemos a importância geoestratégica histórica da América Central para os Estados Unidos.

Nos três capítulos seguintes, tentamos apresentar a pesquisa de contextualização, necessária para a compreensão da análise do objeto em seu espaço-tempo. No segundo capítulo, apresentamos a conformação dos

neoconservadores, dos neoliberais e de suas respectivas percepções de mundo como forças políticas ascendentes na sociedade civil e na sociedade política estadunidense. Inclusive, buscamos mostrar como os intelectuais orgânicos com tendências neoliberais e neoconservadoras formaram e transformaram centros de pensamento e espaços da mídia, como as revistas *Commentary Magazine* e *The New Republic*, com apoio e financiamento de representantes de setores importantes do capital estadunidense.

No terceiro capítulo, colocamos o foco sobre a América Central a fim de explicar a crise política na região, antes dominada pela oligarquia e por forças militares. Tentamos explicar a crise e seus desdobramentos na Nicarágua, El Salvador e Guatemala. Sobre a Nicarágua, tentamos apresentar o processo de revolução liderado por grupos nacionalistas e marxistas para retirar Anastasio Somoza Debayle do poder. Além disso, buscamos mostrar como esse grupo vitorioso no processo revolucionário governou o país e teve que enfrentar dissidências internas e grupos contrainsurgentes.

Sobre El Salvador, tentamos explicar o processo que levou revolucionários nacionalistas e marxistas a lutar contra grupos paramilitares e governos corruptos que representavam as elites oligarcas, desencadeando uma guerra civil prolongada que deixou milhares de mortos e aprofundou a crise econômica e política. Sobre a Guatemala, mostramos como o Estado e os grupos paramilitares massacraram milhões de civis com o objetivo de garantir a posição privilegiada de uma elite diminuta contra grupos revolucionários preparados e organizados de modo precário.

No quarto capítulo, buscamos contextualizar a relação entre os Estados Unidos e a América Central em tempos de crise e revoluções. Tentamos mostrar que durante o Governo Carter, os embates ocorreram, primordialmente, na Casa Branca, entre atores políticos que queriam intervir, mesmo que de modo indireto, e atores que eram contra qualquer tipo de intervenção armada em nome dos direitos humanos e preconizavam estratégias de fortalecimento de elementos moderados na América Central, mesmo entre os revolucionários.

Buscamos apresentar que durante o Governo Reagan, as relações entre os Estados Unidos e os atores na região ficaram mais tensas, principalmente com o governo revolucionário na Nicarágua. Como reflexo, os embates no Congresso se estabeleceram sobre a forma de intervir, sobretudo quanto às ações secretas

engendradas pela CIA e pelas Forças Armadas Estadunidenses, o apoio aos grupos contrainsurgentes, o fortalecimento de governos moderados e o suporte a possíveis planos de paz. Por fim, buscamos compreender, durante o Governo Bush, os momentos finais da intervenção e da estabilização no subcontinente.

Nos dois últimos capítulos, analisamos as narrativas discursivas produzidas na *Commentary Magazine* e na *The New Republic*, sobretudo, por intelectuais com tendências neoliberais e neoconservadoras, mas não exclusivamente. Na análise do corpus textual, entre 1977 e 1992, foi possível perceber que a *Commentary Magazine* publicou vinte e oito textos para debater a situação na América Central. O tema se tornou frequente durante o Governo Reagan, em especial, durante o segundo mandato, entre 1985 e 1989, com maior intensidade em 1986. A TNR publicou 175 artigos no mesmo período. A grande diferença entre os dois periódicos no que se refere à quantidade de artigos é resultado da produção de artigos mais compactos em periodicidade maior na TNR. Portanto, não reflete, necessariamente, o maior interesse da TNR sobre o tema. Tal como na *Commentary Magazine*, na TNR o tema se tornou mais frequente durante o Governo Reagan, sobretudo no segundo mandato, entre 1985 e 1989, e com maior intensidade em 1986.

Na análise dos articulistas que produziram as narrativas discursivas sobre a América Central, é possível perceber que os intelectuais que contribuíram com a *Commentary Magazine* formavam um grupo mais homogêneo, com tendências neoconservadoras e participação em centros de pensamento que agregavam conservadores e neoconservadores. Entretanto, intelectuais com percepções de mundo de viés neoliberal, como Penn Kemble e Robert Kagan, contribuíram com narrativas discursivas sobre a América Central para o periódico. Por outro lado, os intelectuais que escreveram nas páginas da TNR formavam um grupo menos homogêneo.

A maioria dos articulistas que publicaram artigos sobre a América Central no periódico tinha percepções de mundo a partir de tendências neoliberais e estava vinculado a centros de pesquisa que abrigavam outros pensadores com reflexões semelhantes, incluindo os editores. Contudo, intelectuais com perspectivas liberais intervencionistas, conservadoras e neoconservadoras também publicaram textos sobre a realidade do subcontinente na TNR. Nos primeiros anos analisados, inclusive, poucos intelectuais liberais anti-intervencionistas, como Stephen Kinzer,

conseguiram espaço no periódico para expor suas opiniões sobre a América Central, ainda que por meio de narrativas dúbias que deixavam margem interpretativa a favor da intervenção.

Intelectuais como Kemble, Kagan e Muravchik estiveram presentes nas duas publicações com textos sobre a região, revelando pontos de contato entre as percepções apresentadas e entre as revistas. Além disso, intelectuais e atores políticos centro-americanos contrários aos processos revolucionários, como Arturo Cruz Jr. e Luis Burstín também estiveram com suas reflexões em ambos os periódicos. Por sua vez, nenhum intelectual, estadunidense ou centro-americano, que tenha escrito análises positivas sobre as transformações no subcontinente ganharam as páginas das duas publicações. Os articulistas da *Commentary Magazine* e da *TNR*, muitas vezes, através do discurso indireto, amplificaram as vozes de representantes dos governos estadunidenses, de especialistas e de contrainsurgentes centro-americanos, todos favoráveis a algum tipo de intervenção. Vozes dissonantes foram negligenciadas, ironizadas ou utilizadas como forma de reforçar posições intervencionistas.

Ao analisar as narrativas discursivas sobre a América Central, percebe-se que os articulistas da *Commentary Magazine* caracterizaram os centro-americanos como subdesenvolvidos, atrasados, tradicionais, autoritários, imorais, incapazes e violentos. Por sua vez, os articulistas da *TNR* os caracterizaram como dominados, controlados, passivos, violentos, irracionais, autoritários e atrasados. Em comum, as duas narrativas caracterizam o “outro” de modo negativo. Os significantes “atrasados”, “autoritários” e “violentos” se repetem. Já os significantes “subdesenvolvidos”, “tradicionais”, “incapazes”, “atrasados” e “irracionais” exprimem problemas relativos à pouca capacidade de inserção no mundo moderno e, conseqüentemente, de gozar de suas possíveis benesses.

Do ponto de vista político, os significantes “violentos” e “autoritários” apontam para a inépcia em estabelecer a democracia e a participação popular. Contudo, as narrativas diferem sutilmente. Os articulistas da *Commentary Magazine* utilizam expressões que caracterizam os centro-americanos como imorais e estratégias narrativas baseadas na naturalização e eternização, que reforçam os problemas como patológicos, naturais e, possivelmente, eternos. Já os intelectuais da *TNR* utilizam termos que caracterizam os centro-americanos como dominados,

controlados e passivos e, principalmente, mas não exclusivamente, a narrativização como estratégia discursiva que acompanha a caracterização. Isso reforça a ideia de que os problemas são históricos, ainda que seja quase impossível traçar sua gênese, e fruto de relações diamétricas de dominação entre atores ativos e passivos, tanto no âmbito interno – os ditadores e a população – e externo – os Estados Unidos e a América Central.

Ainda ao narrar o “outro” na América Central, os intelectuais da *Commentary Magazine* caracterizaram os revolucionários na Nicarágua e em El Salvador como traidores, submissos ao comunismo internacional, totalitários, violentos, desumanos, imorais, fracassados, terroristas, irracionais, comunistas e antiestadunidenses. Por sua vez, os articulistas da TNR caracterizaram os revolucionários na Nicarágua e em El Salvador como radicais, autoritários, violentos, desumanos, terroristas, fracassados, incompetentes, imorais, impopulares, antiestadunidenses e submissos aos governos de Cuba e da União Soviética.

Sendo assim, nas duas narrativas, as caracterizações dos revolucionários na Nicarágua e em El Salvador ganharam contornos negativos. Além disso, ambos caracterizaram os revolucionários com os mesmos significantes: “violentos”, “desumanos”, “imorais”, “submissos”, “terroristas” e “fracassados”. Para reforçar essa caracterização negativa, os intelectuais da *Commentary Magazine* e da TNR utilizaram os mesmos estratégias discursivas: o expurgo, a diferenciação, o deslocamento e a nominalização. Através do expurgo, caracterizaram os revolucionários de modo simbólico como inimigos. Por meio da diferenciação, deram ênfase à desunião entre os centro-americanos e os revolucionários. Por meio do deslocamento, a simbolização negativa com metáforas que deslocam termos negativos do imaginário estadunidense como “Pol-Pot”, “Nomenklatura” e “Kulaks” para a caracterização dos revolucionários nicaraguenses e salvadorenos. Por fim, por meio da nominalização, apagaram as atrocidades das forças contrainsurgentes e dos esquadrões da morte.

Nos termos definidos por Campbell, as duas publicações reproduziram o “paradigma da soberania”, que funciona na dicotomia entre bem e mal. Caracterizaram o “outro” estrangeiro com vocábulos que tem conotação negativa, que, mesmo distante, ameaça a ordem. E, por oposição quase simétrica ao “outro”, imaginaram a nação com características positivas. O enquadramento dentro desses

elementos negativos e positivos possibilita a diferenciação e a hierarquização. Desse modo, a construção do “outro” que habita a Nicarágua e El Salvador funcionou como um artefato de construção de uma concepção positiva dos Estados Unidos, como um “povo escolhido” para levar adiante a missão de redimir o mundo. Em outras palavras, o elemento estranho e externo desenhou um destino comum para a “comunidade imaginada”: ser livre e livrar o mundo.

Assim, mesmo que de forma despropositada, buscou estimular o povo a se engajar em diferentes projetos de intervenção na América Central. Mais do que isso, a narrativa das duas revistas, municiou aqueles que tinham interesse em intervir na América Central com argumentos calcados em concepção de uma “comunidade imaginada” de modo especial, positiva, e marcada pela inerente missão de salvar o país e o mundo do possível domínio de elementos malignos. Como reflexo, excluiu do credo nacional todos aqueles que de alguma forma guardavam características negativas semelhantes a América Central, como liberais não intervencionistas, movimentos sociais pacifistas e os próprios imigrantes. É importante lembrar que, na década de 1980, o fluxo migratório da América Central para os Estados Unidos se intensificou.

Contudo, de modo distinto, os intelectuais da *Commentary Magazine* preferiram utilizar termos e expressões que classificavam os revolucionários na Nicarágua e em El Salvador como “totalitários”, como referência ao texto “*Dictatorship and Double Standard*”, no qual Kirkpatrick associa o termo aos governos comunistas que, supostamente, teriam a intenção de controlar todos os aspectos da vida por meio do aparelho estatal em contraposição às ditaduras capitalistas, melhor descritas com o termo “autoritárias”, porque, embora buscassem controlar a sociedade por meio do Estado, promoviam espaços de liberdade, sobretudo na economia, nos costumes e na atividade religiosa.

Portanto, os articulistas da *Commentary Magazine* inseriam os revolucionários no “bloco comunista” e as tentativas revolucionárias como reflexos das relações bipolares da Guerra Fria. Mais especificamente, como sinal da expansão do comunismo no continente americano. Ainda que alguns autores da TNR compartilhassem da conceituação de Kirkpatrick, a maior parte das narrativas discursivas caracterizaram os revolucionários como autoritários ou antidemocráticos. Com isso, não narraram a crise na Nicarágua exclusivamente na lógica bipolar da

Guerra Fria mas também como resultado da relação Norte-Sul. Isso não quer dizer que não viam os revolucionários como submissos aos governos soviéticos e cubanos, mas tal relação seria resultante da convergência dos interesses comunistas com os interesses dos revolucionários e a condições socioeconômicas dos centro-americanos.

Em oposição à definição negativa da América Central e do “outro” centro-americano e revolucionário, os intelectuais em ambas as revistas apresentaram narrativas discursivas com medidas de intervenção que engendraram formas positivas de imaginar a nação e, por conseguinte, os estadunidenses. Neste processo, os intelectuais da *Commentary Magazine* imaginaram a nação como uma comunidade de realistas, fortes, livres e libertadores, independentes, modernos, democráticos, humanitários, antiterroristas e vitoriosos. Já os intelectuais da TNR imaginaram a nação como uma comunidade de modernos, moderados, democráticos, plurais e humanitários. Portanto, de modo muito semelhante, com expressões que apontam as mesmas características: modernos, democráticos e humanitários. Precisamente, essas inferências comuns às duas narrativas denotam a capacidade de resolver as características negativas do centro-americano, presentes nas duas narrativas como atrasados, autoritários/totalitários, submissos e violentos.

As diferenças nas formas de imaginar a nação também estão relacionadas às diferentes formas de ver o “outro”. Os intelectuais da *Commentary Magazine* rotularam o centro-americano com características negativas patológicas, naturais e eternas e os revolucionários como representantes da União Soviética em meio à Guerra Fria. Com isso, propuseram medidas de intervenção mais assertivas e acabaram por imaginar a nação como uma comunidade de homens realistas, fortes e antiterroristas. Por sua vez, os intelectuais da TNR caracterizaram os centro-americanos e os revolucionários de modo negativo atribuindo parte da negatividade às ações dos Estados Unidos no passado e aos problemas da relação Norte-Sul, além do oportunismo de soviéticos e cubanos. Assim, acabaram por propor medidas de intervenção mais comedidas e imaginar a nação como uma comunidade de homens moderados.

Dentro dos Estados Unidos, os dois periódicos atacaram os liberais anti-intervencionistas como obstáculos à realização da missão redentora dos Estados

Unidos na América Central. Os intelectuais da *Commentary Magazine* caracterizaram os liberais anti-intervencionistas como utópicos, negligentes, traidores, pró-comunistas, oportunistas, fracassados e irresponsáveis. Os articulistas da TNR caracterizaram os mesmos atores como incapazes, fracassados, oportunistas e irresponsáveis.

Sendo assim, a caracterização dos liberais anti-intervencionistas nas narrativas discursivas sobre a América Central das duas revistas analisadas é bastante parecida. Mais do que isso, todas apresentam a diferenciação, que coloca ênfase nas características que separam os liberais anti-intervencionistas das formas de imaginar a nação. Entretanto, nas narrativas discursivas da *Commentary Magazine* há a utilização do artifício do expurgo do outro, caracterizando os liberais anti-intervencionistas como “inimigos” através de expressões como “pró-comunistas” e “traidores”.

Por outro lado, os articulistas da *Commentary Magazine* caracterizaram o Governo-Reagan Bush como anticomunista, realista, democrático, forte, libertador, humanitário e vitorioso, repetindo as mesmas características positivas com as quais imaginaram a nação. Com isso, por meio da simbolização concretizaram uma construção simbólica de identificação coletiva em que apontam a perfeita simbiose entre o Governo Reagan-Bush e a comunidade imaginada. Portanto, apresentam o engajamento nas medidas que o Governo Reagan-Bush propõe para intervenção na América Central como a conduta esperada dos estadunidenses que se reconhecem na mesma comunidade imaginada nas páginas do periódico. Sendo assim, reforça os artifícios de convencimento necessários à construção da hegemonia sobre as medidas propostas para intervenção na América Central, sobretudo entre intelectuais e políticos nos meios conservadores e neoconservadores.

Na TNR, os articulistas que escreveram textos sobre a América Central caracterizaram o Governo Reagan-Bush de modo ambivalente. Nos momentos em que ações secretas da CIA e das Forças Armadas dos Estados Unidos, sem o aval do Congresso na América Central, vinham à tona, os intelectuais da TNR narravam as qualidades e ações do Governo Reagan-Bush de modo negativo como fracassados, irresponsáveis, antidemocráticos, negligentes e opressores. Portanto, utilizaram uma estratégia de diferenciação que colocou ênfase em características distantes daquelas que conformavam os estadunidenses na comunidade imaginada

nas páginas do periódico.

Mais do que isso, não endossaram as medidas de intervenção no subcontinente, ainda que não se apresentasse como contra-hegemônica. Contudo, em outros momentos, mais frequentes, os intelectuais da TNR caracterizaram o Governo Reagan-Bush como democrático, humanitário e moderno. Essas três características também se encontram na caracterização da comunidade imaginada nas narrativas discursivas da revista. Desse modo, tal e qual na *Commentary Magazine*, apoiaram as medidas que os Governos Reagan-Bush propuseram para intervenção na América Central como conduta esperada dos estadunidenses que se sentissem membros da mesma comunidade imaginada nas páginas da revista. Sendo assim, o ideal de nação das páginas da TNR reforça os artifícios de convencimento necessários à construção da hegemonia sobre a intervenção na América Central. Em suma, a TNR demonstrou apoiar a intervenção na América Central, mas nem sempre deu suporte ao modo que os Governos Reagan-Bush propuseram e planejaram tais ações.

Tanto os intelectuais da *Commentary Magazine*, como os da TNR, definiram os Contra de modo positivo, como atores importantes no processo de intervenção na América Central, principalmente na Nicarágua. Na *Commentary Magazine*, os Contra foram caracterizados como populares, democráticos, independentes, libertadores e modernos. Na TNR, foram caracterizados como democráticos, populares e bem sucedidos. Além disso, como mencionamos anteriormente, representantes intelectuais e políticos dos Contra publicaram artigos em ambas as revistas e, mesmo em textos de outros autores, tiveram suas vozes amplificadas. Isso é um indício de poder e prestígio entre diferentes grupos políticos nos Estados Unidos e, portanto, um tema que pode ser estudado melhor em outro momento.

Referencias bibliográficas:

ABRAMS, Elliott. The deal in Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 87, n. 5, p. 29-32, mai, 1989.

ABRAMS, Nathan. **Norman Podhoretz and Commentary Magazine: The Rise and Fall of the Neocons**. New York: Continuum, 2011.

ALTERMAN, Eric. **The Cause: The Fight for American Liberalism from Franklin Roosevelt to Barack Obama**. New York: Penguin Books, 2012.

ANDERSON, Thomas P. **Politics in Central America**. Santa Barbara: Praeger, 1988.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the origin and Spread of Nationalism**. New York: Verso, 1983.

ARONSON, Bernard. Another choice in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 192, n. 21, p. 21-23, mai, 1985.

AULETTA, Ken. **The underclass**. New York: Randon House, 1982.

AZEVEDO, Cecília. Guerra à pobreza: EUA, 1964. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo. V. 153, nº. 2, 2005.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BALAKRISHNAN, Gopal (org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contaponto, 2000.

BALINT, Benjamin. **Running Commentary: The Contentious Magazine that Transformed the Jewish Left into the Neoconservative Right**. New York: Public Affairs, 2010.

BARNES, Fred. The sandinista lobby. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 1, p. 11-14, jan, 1986.

_____. Going to the mat. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 12, p. 10-12, mar, 1986.

_____. Contra for a day. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 14, p. 13-16, abr, 1986.

_____. All things distorted. **The New Republic**, Washington, v. 195, n. 17, p. 17-19, out, 1986.

_____. Life after death. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 6/7, p. 12-13, ago, 1987.

BARNES, Fred. Peaced off. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 9, p. 10-11, ago, 1987.

BERLET, Chip; LYONS, Matthew N. **Right wing populism in America: too close for comfort**. New York: The Guilford Press, 2000.

BERMAN, William C. **America's right turn: from Nixon to Bush**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **Os Usos e abusos da ciências: Por uma sociologia clinica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRINKLEY, Alan. **Liberalism and its discontents**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

BURSTIN, Luis. A few home truths about Latin America. **Commentary Magazine**, v. 79, n. 2, p. 46-53, fev, 1985.

_____. A night with the FMLN. **Commentary Magazine**, New York, v. 79, n. 6, p. 52-55, jun, 1985.

CAMPBELL, David. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1998.

CALHOUN, Craig. **Nacionalismo**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

CARDOSO, Ciro. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papirus, 1997.

CHAMORRO, Jaime. How 'La Prensa' was silenced. **Commentary Magazine**, New York, v. 83, n. 1, p. 39-44, jan, 1987.

CHRISTIAN, Shirley. Freedom and unfreedom in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 185, n. 3, p. 15-20, jul, 1981.

_____. Sandinista Siege. **The New Republic**, Washington, v. 185, n. 23, p. 10-13, dez, 1981.

_____. Nicaraguan nemesis. **The New Republic**, Washington, v. 186, n. 21, p. 16-19, mai, 1982.

_____. Central America Pietà. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 13, p. 12-14, abr, 1983.

COLLINS, Robert. The Economic Crisis of 1968 and the waning of the “American Century. In: **The American historical review**. V. 101, N°2, abr 1996.

_____. **Transforming America: politics and culture in the Reagan Years**. New York: Columbia University Press, 2007.

CROVITZ, Gordon. Crime, the constitution, and the Iran-Contra affair. **Commentary Magazine**, New York, v. 84, n. 4, p. 23-30, out, 1987.

CRUZ, Arturo; CRUZ JR, Arturo. A peace plan for Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 192, n. 12, p. 17-18, mar, 1985.

CRUZ JR, Arturo. Managua’s game. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 10, p. 17-19, mar, 1986.

_____. Mr. Yankee goes home. **Commentary Magazine**, New York, v. 88, n. 2, p. 47-48, ago, 1989.

CRUZ JR, Arturo; FALCOFF, Mark. Who won Nicaragua?. **Commentary Magazine**, New York, v. 89, n. 5, p. 31-38, mai, 1990.

CRUZ JR, Arturo; SEQUEIRA, Consuelo C. Crisis of the clans. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 21, p. 14-16, mai, 1990.

_____. As the world turns. **The New Republic**, Washington, v. 204, n. 24, p. 22-25, jun, 1991.

_____. Cling-ons. **The New Republic**, Washington, v. 206, n. 20, p. 21-24, mai, 1992.

DAHL, Robert. The democratic mystique. **The New Republic**, Washington, v. 190, n. 13, p. 17-19, abr, 1984.

DOBSON, Allan P.; MARSH, Steve. **U.S. Foreign Policy Since 1945: making of the contemporary World**. Londres: Routledge, 2001.

DOMHOFF, William. **Who Rules America? Challenges to Corporate and Class Dominance**. McGraw-Hill Humanities, 2006.

DWECK, Ruth Helena. O federalismo norte-americano: questão fiscal – “Reaganomics”. In: **Transit Circle, Revista Brasileira de Estudos Americanos**, vol. 2 Nova Série, Rio de Janeiro, 2003.

EDITORIAL. Somoza’s final days. **The New Republic**, Washington, v. 179, n. 12, p. 5, set. 1978.

_____. Rights and Reagan. **The New Republic**, Washington, v. 183, n. 22, p. 5-8, nov, 1980.

EDITORIAL. Salvaging El Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 184, n. 12, p. 5-7, mar, 1981.

_____. To save El Salvador. **The New Republic**, Washington, v.185, n. 10, p. 8-9, set, 1981.

_____. War talk down south. **The New Republic**, Washington, v. 185, n. 25, p. 7-9, dez, 1981.

_____. Things left unsaid. **The New Republic**, Washington, v. 186, n. 10, p. 7-8, mar, 1982.

_____. Facing facts in El Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 187, n. 21, p. 9-10, nov, 1982.

_____. Unions under siege. **The New Republic**, Washington, v.189, n.11, p. 11-12, mar, 1983.

_____. How to help El Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 12, p. 5-7, mar, 1983.

_____. The anemic opposition. **The New Republic**, Washington, v.189, n.17, p. 10-11, mar, 1983.

_____. Hardening lines. **The New Republic**, Washington, v.189, n.17, p. 12-13, mar, 1983.

_____. The Central American Wars. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 20, p. 5-7, mai, 1983.

_____. Sticks and sticking points. **The New Republic**, Washington, v. 189, n. 7/8, p. 7-8, ago, 1983.

_____. The debate. **The New Republic**, Washington, v. 189, n. 17, p. 5-6, out, 1983.

_____. Two tracks in the wilderness. **The New Republic**, Washington, v. 189, n. 27, p. 7-9, dez, 1983.

_____. The truth is sometimes banal. **The New Republic**, Washington, v. 190, n. 4, p. 5-7, jan, 1984.

_____. When Salvador votes. **The New Republic**, Washington, v. 190, n. 13, p. 5-7, abr, 1984.

_____. Remember the mine. **The New Republic**, Washington, v. 190, n. 19, p. 7-8, mai, 1984.

EDITORIAL. After Duarte's win. **The New Republic**, Washington, v. 190, n. 21, p. 7-8, jun, 1984.

_____. Nicaraguan moment. **The New Republic**, Washington, v. 192, n. 13, p. 5-7, mar, 1985.

_____. Good news from El Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 192, n. 23, p. 7-8, jun, 1985.

_____. Democracy in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 193, n. 1, p. 7-8, jul, 1985.

_____. The case for the Contras. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 12, p. 7-9, mar, 1986.

_____. Democrats and comandantes. **The New Republic**, Washington, v. 195, n. 4, p. 7-9, jul, 1986.

_____. The Contras after iranamok. **The New Republic**, Washington, v. 196, n. 26, p. 7-9, jun, 1987.

_____. Wright is wrong. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 23, p. 7-8, dez, 1987.

_____. Save the Contras. **The New Republic**, Washington, v. 198, n. 7, p. 7-10, fev, 1988.

_____. Central America will not hold. **The New Republic**, Washington, v. 199, n. 1, p. 7-9, jul, 1988.

_____. A done deal. **The New Republic**, Washington, v. 200, n. 17, p. 5-6, abr, 1989.

_____. Sandinista fix?. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 8, p. 9-11, fev, 1990.

_____. Who won Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 12, p. 7-9, mar, 1990.

_____. Dollars and death squads. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 25, p. 7-8, jun, 1990.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALCOFF, Mark. How to understand Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 78, n. 3, p. 30-38, set, 1984.

_____. Nicaraguan harvest. **Commentary Magazine**, New York, v. 80, n. 1, p. 21-28, jul, 1985.

FALCOFF, Mark. Why europeans support the sandinistas. **Commentary Magazine**, New York, v. 84, n. 2, p. 61-65, ago, 1987.

_____. Making Central America safe for communism. **Commentary Magazine**, New York, v. 85, n. 6, p. 17-24, jun, 1988.

FRASER, Steve & GERSTLE, Gary (ed), **Ruling America: A history of wealth and power in a democracy**. Cambridge: Harvard University Press, 2005

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. **Transformação e crise na economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARNIER, Leonardo. La economia centroamericana em los ochenta: nuevos rumbos o callejón sin salida?. In: TORRES-RIVAS, Edelberto (ed). **Historia General de Centroamerica: historia inmediata (1979-1991)**. Ediciones Siruela, 1993.

GENTRY, Richard Homer. **Liberalism and The New Republic: 1914 – 1960**. Urbana, 1960. Tese (Doutorado em Comunicação) – University of Illinois.

GERSTLE, Gary. The protean character of American liberalism. In: **American historical review**, Vol. 99, Nº. 4, p.1046, out. 1994.

GERSTLE, Gary. **American crucible: race and nation in the twentieth century**. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

GILL, Stephen (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GILDER, George F. **Wealth and Poverty**. New York: ICS Press, 1993.

GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. **The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire**. New York: Verso, 2012.

GÓMEZ, Roberto G. **Estados Unidos: doutrinas de la Guerra Fria (1947-1991)**. Havana: Centro de Estudios Martianos, 2003.

GJELTEN, Tom. Defeat without agony. **The New Republic**, Washington, v. 201, n. 9, p. 16-17, ago, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989

_____. **Cadernos do Cárcere. V 3: Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cuadernos de La Carcel V. 6**. Mexico D.F.: Ediciones Era, 2000.

GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Empire's Workshop. Latin America, the United States and the rise of the new imperialism**. New York: Holt Paperback, 2007.

_____. **A century of revolution: insurgente and counterinsurgent violence during Latin America's long cold war**. Durham: Duke University Press Book, 2010.

HALE, Jon Frederick. **The Evolution of Mainstream Political Perspectives: "The New Republic", "National Review" and American Politics, 1964 – 1984**. Bloomington, 1989. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Indiana University.

HARRINGTON, Michael. **The new poverty**. New York: Rinehart and Winston, 1984.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media**. New York: Vintage Digital, 2010.

HIMMELSTEIN, Jerome L. **To the right: the transformation of American conservatism**. Berkeley: University of California Press, 1990.

HOVELER, David. Conservative intellectuals and the Reagan Ascendancy. In: **the history teacher**, Vol.23, nº3. mai, 1990.

HOGAN, Michael J (ed). **America in the World: the historiography of American foreign relations since 1941**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HOLLANDER, Paul. The newest political pilgrims. **Commentary Magazine**, New York, v. 80, n. 2, p. 37-41, ago, 1985.

HOROWITZ, David. Nicaragua: a speech to my former comrades on the left. **Commentary Magazine**, New York, v. 81, n. 6, p. 27-31, jun, 1986.

HUNT, Michael H. **Ideology and U.S. Foreign Policy**. New Haven: Yale University Press, 1987.

_____. **Crises in U.S. Foreign Policy**. New Haven: Yale University Press, 1996.

IBARRA, Carlos Figueroa. Centroamérica: entre la crisis y la esperanza. In: TORRES-RIVAS, Edelberto (ed). **Historia General de Centroamerica: historia inmediata (1979-1991)**. Ediciones Siruela, 1993.

JEFFORDS, Susan. The patriot system, or managerial heroism. In: KAPLAN; Pease (ed) **Cultures of American Imperialism**. Durham: Duke University Press, 2003.

JENKINS, Craig J.; ECKERT, Craig M. The right turn in economic policy: business elites and the new conservative economics. In: **Sociological Forum**, Vol. 15, n°2. Jun, 2000.

JONES, Howard. **Crucible of Power: a history of American foreign relations from 1897**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2008.

KAGAN, Robert. Losing in Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 86, n. 5, p. 45-51, nov, 1988.

_____. Ballot Blocks. **The New Republic**, Washington, v. 200, n. 24, p. 21-22, jun, 1989.

KATZ, Michael. **In the Shadow of the poorhouse: a social history of welfare in America**. New York,: Basic Books, 1996.

KEMBLE, Penn. The liberal test in El Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 184, n. 11, p. 17-21, mar, 1981.

_____. The democrats & the Kissinger Report. **Commentary Magazine**, New York, v. 77, n. 3, p. 25-30, mar, 1984.

KEMBLE, Penn; CRUZ JR, Arturo. How the nicaraguan resistance can win. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 6, p. 19-29, dez, 1986.

KESSEL, John H. The structures of the Reagan white house. In: **American journal of political science**. Vol. 28, n°2. Mai, 1984, p 237-254.

KINZER, Stephen. Nicaragua, a wholly owned subsidiary. **The New Republic**, Washington, v. 176, n. 15, p.14-17, abr. 1977.

_____. El Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 177, n. 10, p. 15-17, set. 1977.

_____. Give Somoza a push. **The New Republic**, Washington, v. 179, n. 14, p. 11, set.1978.

_____. Somoza's finale. **The New Republic**, Washington, v. 181, n. 3/4, p. 18-20, jul. 1979.

_____. Meet the junta. **The New Republic**, Washington, v. 181, n. 5/6, p. 16-17, ago, 1979.

KIRKPATRICK, Jeane. Dictatorship and double standards. **Commentary Magazine**, New York, v. 68, n. 5, p. 34-45, nov, 1979.

_____. U.S. security & Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 71, n. 1, p. 29-40, jan, 1981.

KLAVERAS, L. Media Impact. In: ROZELL, Mark. **Media Power, Media Politics**. Lanham: Rowman and Littlefield publishers, 2003.

KONDRACKE, Morton. Words for Somoza. **The New Republic**, Washington, v. 180, n. 26, p. 11-13, jun, 1979.

_____. Path to disaster?. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 16, p. 8-9, abr, 1983.

_____. Hart line, soft line. **The New Republic**, Washington, v. 190, n. 14, p. 12-14, abr, 1984.

_____. Saving the Contras. **The New Republic**, Washington, v. 195, n. 26, p. 9-11, dez, 1986.

_____. The Contra crack-up. **The New Republic**, Washington, v. 196, n. 10, p. 9-11, mar, 1987.

_____. Into the jungle. **The New Republic**, Washington, v. 196, n. 14, p. 14-17, abr, 1987.

_____. A visit to Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 6/7, p. 10-12, ago, 1987.

_____. Washington Diarist: Casey's Boys. **The New Republic**, Washington, v.197, n.8, p. 42, ago, 1987.

_____. Who wants peace?. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 13, p. 16-19, set, 1987.

_____. Oscar's nobel. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 19, p. 14-16, nov, 1987.

_____. Domino's Delivery. **The New Republic**, Washington, v. 199, n. 26, p. 9-10, dez, 1988.

_____. Salvador's silver lining. **The New Republic**, Washington, v. 200, n. 11, p. 23-25, mar, 1989.

_____. Look out gringo. **The New Republic**, Washington, v. 201, n. 10, p. 12-13, set, 1989.

KONDRACKE, Morton; KOTZ, Nick. How to avoid another Cuba. **The New Republic**, Washington, v. 184, n. 25, p. 19-23, jun, 1981.

KRAUTHAMMER, Charles. Nicaraguan nettle. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 18, p. 15-16, mai, 1983.

KRISTOL, Irving. **The neoconservative persuasion: selected essays, 1942-2009**. New York: Basic Books, 2011.

KRISTOL, Irving. **Neo-conservatism: the autobiography of an idea**. New York: Free Press, 1995.

KRYZANEK, Michael J. **U.S – Latin America Relations [Kindle Edition]**. Santa Barbara: Praeger, 1996.

LAFEBER, Walter. **Inevitable Revolutions: The United States in Central America**. New York: W.W. Norton & Company, 1984.

LANE, Charles. Mi asesino, the freedom fighter. **The New Republic**, Washington, v. 192, n. 16, p. 19, abr, 1985.

_____. The people's happiness. **The New Republic**, Washington, v. 192, n. 20, p. 12-13, mai, 1985.

_____. Pack it in. **The New Republic**, Washington, v. 196, n. 14, p. 17-19, abr, 1987.

_____. The war that will not end. **The New Republic**, Washington, v. 201, n. 16, p. 23-27, out, 1989.

_____. War & remembrance. **The New Republic**, Washington, v. 206, n. 8, p. 9-11, fev, 1992.

LEIKEN, Robert. Nicaragua's untold stories. **The New Republic**, Washington, v. 191, n. 15, p. 16-22, out, 1984.

_____. Reform the Contras. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 13, p. 18-20, mar, 1986.

_____. Nicaragua cliffhanger. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 24, p. 17-21, dez, 1987.

_____. Managua and Moscow. **The New Republic**, Washington, v. 198, n. 7, p. 13-15, fev, 1988.

_____. Oops. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 12, p. 16-17, mar, 1990.

LEOGRANDE, William. **Our Own Backyard: The United States in Central America, 1977 – 1992**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

LOVE, Maryann Cusimano. Global Midia and Foreign Policy. In: ROZELL, Mark. **Media Power, Media Politics**. Lanham: Rowman and Littlefield publishers, 2003.

LOVEMAN, Brian. **No Higher Law: American Foreign Policy and the Western Hemisphere since 1776**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010.

MANFRED, Steger; ROY, Ravi K. **Neoliberalism: a very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MAMPAEY, Luc & SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso “guerra sem limites”?. IN. CHESNAIS, François (org). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MATUSOW, Allen J. **The unravelling of America: A history of liberalism in the 1960's**. New York: Harper & Row, 1984.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo BADARÓ (org). **História Pensar e Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

MENGES, Constantine. Central America and its enemies. **Commentary Magazine**, New York, v. 72, n. 2, p. 32-38, ago, 1981.

MORLEY, Jefferson. Duarte's bad deal. **The New Republic**, Washington, v. 193, n. 20, p. 9-10, nov, 1985.

_____. Contra Delusion. **The New Republic**, Washington, v. 194, n. 13, p. 14-16, mar, 1986.

_____. Oliver's army. **The New Republic**, Washington, v. 195, n. 25, p. 12-14, dez, 1986.

MORLEY, Jefferson; CHAMORRO, Edgar. Confessions of a Contra. **The New Republic**, Washington, v. 193, n. 6, p. 18-23, ago, 1985.

MORTIMER, Zuckerman. Sojourn in Salvador. **The New Republic**, Washington, v. 189, n. 24, p. 10-13, dez, 1983.

MURAVCHIK, Joshua. Manipulating the Miskitos. **The New Republic**, Washington, v. 191, n. 6, p. 21-25, ago, 1984.

_____. The Cruz alternative. **The New Republic**, Washington, v. 191, n. 15, p. 22-23, out, 1984.

MURAVCHIK et al. Sandinista anti-semitism and its apologists. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 3, p. 25-29, set, 1986.

MURRAY, Charles. **Losing Ground: American Social Policy 1950-1980**. New York: Basic Books, 1984.

NASH, George. **The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945**. Wilmington: ISI Books, 2011.

PASTOR, Robert. **Exiting The Whirlpool: U.S. Foreign Policy Toward Latin America And The Caribbean**. Boulder: Westview Press, 1992.

PETERS, Charles. A neoliberal's manifesto. **The Washington Monthly**, p. 8-18, mai, 1983.

RADOSH, Ronald. Feet people. **The New Republic**, Washington, v. 196, n. 10, p. 15-17, mar, 1987.

_____. Nicaragua revisited. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 5, p. 20-22, ago, 1987.

RANGEL, Carlos. Mexico & Other Dominoes. **Commentary Magazine**, New York, v. 71, n. 6, p. 27-33, jun, 1981.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2009.

REVEL, Jean-François. The trouble with Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 67, n. 2, p. 47-50, fev, 1979.

ROBIN, Corey. **The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

RUSSELL, George. Can the sandinistas still be stopped?. **Commentary Magazine**, New York, v. 84, n. 1, p. 26-34, jul, 1987.

SANTAMARÍA, Abel Henrique. **La Gran Estrategia: Estados Unidos vs America Latina**. Havana: Editorial Capitan San Luis, 2013.

SCHWARTZ, Stephen. Nicaraguan journey. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 5, p. 64-69, nov, 1986.

SEIDEMAN, David. **The New Republic: a voice of modern liberalism**. New York: Praeger Publishers, 1986.

SINGER, Max. Can El Salvador be saved?. **Commentary Magazine**, New York, v. 72, n. 6, p. 31-36, dez, 1981.

_____. The record in Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 74, n. 6, p. 43-49, dez, 1982.

_____. Losing Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 1, p. 11-14, jul, 1986.

SHEA, Nina. Human rights in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 195, n. 9, p. 21-23, set, 1986.

SMITH, A. D. **Myths and memories of the nation**. New York,: Oxford University Press, 1999.

STEEL, Ronald. Are human rights passé?. **The New Republic**, Washington, v. 183, n. 26, p. 14-17, dez, 1980.

_____. Salvadoran quagmire. **The New Republic**, Washington, v. 184, n. 11, p. 15-17, mar, 1981.

SUE-MONTGOMERY, Tommie; WADE, Christine. **A Revolução Salvadorenha**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

TEVELOW, Amos A. **From corporate liberalism to neoliberalism: a history of american think thaks**. Pittsburgh, 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Artes e Ciências, University of Pittsburgh.

THOMAS, Victor Bulmer-. Nicaragua desde 1930. In: BETHELL, Leslie (ed). **História de America Latina (V. XIV)**. Barcelona: Editora Crítica, 2001.

TONELSON, Alan. Give'em hell. **The New Republic**, Washington, v. 197, n. 14, p. 20-24, nov, 1987.

TORRES-RIVAS, Edelberto (ed). **Historia General de Centroamerica: historia inmediata (1979-1991)**. Madrid: Ediciones Siruela, 1993.

TRB. Choices in Central America. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 19, p. 6;40, mai, 1983.

_____. Taking responsibility. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 12, p. 4;42, mar, 1990.

TUCKER, Robert. Their wars, our choices. **The New Republic**, Washington, v. 189, n. 17, p. 22-31, out, 1983.

VANDEN, Harry; PREVOST, Gary. **Politics of Latin America: The Power Game**. New York: Oxford University Press, 2002

WIESELTIER, Leon. Our man in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 191, n. 20, p. 8-10, nov, 1984.

WILENTZ, Sean. **The age of Reagan**. New York: Harper Perennial, 2009.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ZINN, Howard. **People History of The United States**. New York: HarperCollins Publishers, 2005.